

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FERNANDA DOS SANTOS BONET

AUTORITARISMO E NACIONALISMO
O discurso oficial sobre o envolvimento do
Brasil na Segunda Guerra Mundial, através
das páginas da revista "Cultura Política"

PORTO ALEGRE
2010

FERNANDA DOS SANTOS BONET

**AUTORITARISMO E NACIONALISMO –
O discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra
Mundial, através das páginas da revista "Cultura Política"**

Dissertação apresentada como requisito parcial e final à obtenção do título de Mestre junto ao Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu.

PORTO ALEGRE
2010

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

B712a Bonet, Fernanda dos Santos

Autoritarismo e nacionalismo : o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, através das páginas da revista “Cultura política” / Fernanda dos Santos Bonet. – Porto Alegre, 2010.

249 f.

Diss. (Mestrado em História) – Fac. de História, PUCRS
Orientador: Prof. Dr. Luciano Aronne de Abreu

1. Brasil – História – Estado Novo. 2. Guerra Mundial II, 1939-1945 – Brasil. 3. Cultura Política (Revista) – História e Crítica. I. Abreu, Luciano Aronne de. II. Título.

CDD 981.0622

Bibliotecária Responsável: Salete Maria Sartori, CRB 10/1363

AGRADECIMENTO

Agradeço a todos que fizeram esse trabalho se tornar possível. No âmbito acadêmico, agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por ter financiado essa pesquisa e ter permitido a dedicação exclusiva a ela nos últimos dois anos; ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, por oferecer a infraestrutura necessária à realização do presente estudo; e ao meu orientador, Luciano Abreu, pela paciência, pela atenção e pela brilhante forma de conduzir nossos trabalhos, sempre transmitindo confiança e segurança para que eu enfrentasse as dificuldades e as dúvidas que surgiram ao longo do caminho. No âmbito pessoal, ao meu namorado, Marcelo Parker, por todos os incentivos, que me fizeram acreditar que tudo daria certo, tornando a realização desse trabalho mais tranquila e prazerosa; e aos meus pais, Vilson e Ediane, que me ensinaram a sonhar, a realizar sonhos e a valorizar o único bem que sempre levamos conosco – o conhecimento.

RESUMO

No presente trabalho, nos propomos a analisar, através do método de análise de conteúdo, o discurso oficial do Estado Novo, publicado na revista *Cultura Política*, editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Visamos verificar se ocorreria, nesses textos, a divulgação dos princípios e dos valores do Regime, desenvolvidos por intelectuais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos. Entendemos que esse material, publicado em *Cultura Política*, teria por objetivo realizar a propaganda do Regime, legitimando suas ações, e atualizar esse discurso oficial no contexto da Segunda Guerra Mundial, de forma a realizar a manutenção dessa forma de governo no poder. A realização da pesquisa desse material, que não havia sido analisado antes, pode ser considerada relevante para contribuir com os estudos sobre o Estado Novo e sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, tendo em vista a relevância atribuída pela historiografia à revista *Cultura Política* e o fato dela apresentar um considerável número de textos que abordam a questão da Guerra. No primeiro capítulo, apresentamos uma discussão historiográfica sobre o Estado Novo, sobre a revista *Cultura Política* e sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. No segundo e no terceiro capítulo, apresentamos a análise do material pesquisado.

Palavras-Chave: Estado Novo. *Cultura Política*. Segunda Guerra Mundial.

RÉSUMÉ

Ce travail a pour but d'analyser à travers la méthode d'analyse de contenu le discours officiel de l' *Estado Novo* brésilien publié dans la revue *Cultura Política* (éditée par le département de Presse et Propagande, le DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda) concernant la participation du Brésil à la Seconde Guerre mondiale. Nous envisageons aussi de vérifier si ces textes propagent les principes et les valeurs du gouvernement de l'époque, développés par des intellectuels tels qu' Oliveira Vianna, Azevedo Amaral et Francisco Campos. Il s'agit donc ici de présenter pour la première fois une recherche qui élargisse le débat autour de l'*Estado Novo* et la participation du Brésil à la Seconde Guerre car l'historiographie accorde beaucoup d'importance à la revue *Cultura Política*, vu qu'elle présente un grand nombre de textes qui abordent la question de la guerre. Cela étant, dans le premier chapitre, nous présenterons une discussion historiographique sur l' *Estado Novo* , sur *Cultura Política* et sur la participation du Brésil à la Seconde Guerre mondiale. Ensuite, dans les deuxième et troisième chapitres, nous analyserons le *corpus* de la recherche.

Mots-clé : *Estado Novo*. Seconde Guerre mondiale. *Cultura Política*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1 UM NOVO REGIME, UMA REVISTA OFICIAL E UMA GUERRA MUNDIAL... 13	
1.1 ESTADO NOVO – O NOVO REGIME	13
1.1.1. A justificativa do Regime	16
1.1.2. O modelo político estado-novista	20
1.2 <i>CULTURA POLÍTICA</i> E O DISCURSO SOBRE A GUERRA	32
1.2.1 Princípios, definições e funções	34
1.2.2 O discurso sobre a guerra.....	39
2 O DISCURSO OFICIAL SOBRE A POLÍTICA INTERNA DURANTE A GUERRA.....	62
2.1 CENTRALIZAR E INTERVIR: A POLÍTICA INTERNA DURANTE A GUERRA.....	62
2.1.1 A união e a mobilização nacional.....	64
2.1.2 Produção, industrialização e mobilização econômica.....	84
2.1.3 As ações e as qualidades do Estado Novo e de Getúlio Vargas.....	93
2.1.4 O envolvimento do Brasil na guerra e sua política continental	106
2.1.5 O Brasil no pós-guerra	114
3 O DISCURSO OFICIAL SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E O DISCURSO MILITAR	119
3.1 REALIZAR A DEFESA NACIONAL: UM DISCURSO MILITAR.....	119
3.1.1 As funções, a importância e as qualidades das Forças Armadas.....	121
3.1.2 As ações do Estado Novo para as forças armadas	129
3.1.3 A atuação das forças armadas brasileira na Guerra e a cooperação com os Aliados	141
3.2 COERÊNCIA COM A TRADIÇÃO: O NACIONALISMO DA POLÍTICA EXTERNA	146
3.2.1 A tradição da política externa brasileira	149
3.2.2 A união americana	161
3.2.3 A relevância da diplomacia brasileira.....	167
3.2.4 O Brasil na Guerra	173
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	182
REFERÊNCIAS	189
APÊNDICES	200

INTRODUÇÃO

Em 10 de novembro de 1937, o Congresso Nacional foi fechado e uma nova Constituição foi outorgada no Brasil, dando início ao período político denominado de Estado Novo. A justificativa para esse ato referia-se ao cenário político brasileiro, que estaria passando por perturbações tais como as investidas comunistas, as lutas de classe e o regionalismo, bem como a inadequação das instituições nacionais às solicitações do interesse coletivo e do momento histórico pelo qual o país estaria passando. Nesse sentido, alegava-se que os partidos políticos brasileiros estariam a serviço de ambições pessoais ou regionais, e que o poder Legislativo estaria mostrando-se inoperante, pois seus membros tomaram iniciativas que não correspondiam aos interesses públicos.

Justificava-se, assim, que a única maneira de se promover a ordem e a segurança nacional seria através da instauração de um Regime forte e capaz de combater essas perturbações. O Estado Novo, então, seria essa forma de governo e, por isso, teria o dever de restaurar a autoridade nacional, modificando o panorama político e social brasileiro de forma a ajustá-los às necessidades nacionais. Por isso, a nova Constituição teria reforçado o poder federal, centralizando no presidente da República as decisões, dando a ele condições para adequar as instituições à realidade brasileira e para intervir nos assuntos econômicos, políticos e sociais do país.

Essas idéias que legitimaram a instauração do Estado Novo estavam baseadas em uma tradição conservadora-autoritária, desenvolvida no Brasil nas primeiras décadas do século XX. As obras dos intelectuais identificados com essa tradição demonstravam a preocupação com a prática política, ou seja, havia o interesse que seus pensamentos auxiliassem o Estado a estruturar a sociedade de forma racional, a fim de promover a transformação social e política do Brasil. Diversas correntes ideológicas foram desenvolvidas nesse período, mas com a instauração do Estado Novo pode-se considerar que as idéias autoritárias apresentadas, principalmente por Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, tornaram-se hegemônicas.

Em linhas gerais, esses autores criticavam a liberal-democracia implantada no país, que teria enfraquecido o poder do governo federal e estimulado os regionalismos, bem como a inoperância do legislativo nacional e a inexistência de partidos que representassem os

interesses reais do país. Por isso, propõem, em suas obras, a instauração de um Regime autoritário e nacionalista, ou seja, uma forma de organização estatal que estivesse, segundo eles, adequada à realidade e às tradições nacionais. Isso significaria um governo forte, cujo centro do poder fosse o executivo federal, mais especificamente o presidente da República, a fim de que fosse possível coordenar e organizar a vida do país. Para eles, então, o Estado Novo estaria realizando as aspirações nacionais e teria desenvolvido um caráter democrático diferente da liberal-democracia, pois não haveria organizações partidárias e eleições, mas o Governo atenderia às necessidades do povo e agiria visando o bem-estar, a honra, a independência e a prosperidade de todo o país – o que consistiria, para esses autores, na verdadeira democracia.

Esses valores e idéias que davam a sustentação político-ideológica para o Estado Novo eram divulgados para a população através dos meios de comunicação da época, como o rádio, o cinema e a imprensa. A criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, serviu para coordenar, orientar e centralizar essas informações sobre o Regime. Cabia a esse Departamento, então, difundir a imagem do Estado Novo, promover a figura de Getúlio Vargas, divulgar as iniciativas políticas e combater a veiculação de todas as mensagens contrárias ao novo Regime. Para tal, o DIP – estruturado em seis divisões: Divulgação, Radiodifusão, Cinema e Teatro, Turismo, Imprensa e Serviços Auxiliares, e com agências filiais em praticamente todos os estados do país (os Deips) – supervisionava os meios de comunicação, realizando a censura, e editando publicações oficiais (GOMES, 1999).

Dentre essas publicações estava a revista *Cultura Política*. Publicada mensalmente, entre os anos de 1941 e 1945, era vendida nas bancas de revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo, estando disponível também para assinatura, conforme informação contida na folha de rosto da revista. Durante todo seu período de existência, Almir de Andrade foi quem a dirigiu, tendo sido escolhido diretamente pelo presidente para essa atribuição. *Cultura Política* trazia estudos de diversos intelectuais, tendo como objetivo explicar as mudanças que estavam ocorrendo no país, além de acompanhar os feitos governamentais, sendo considerada pela historiografia a porta-voz do discurso oficial do Regime.

Os primeiros quinze números apresentam seis seções fixas¹, nas quais se apontavam e debatiam-se os problemas nacionais, ressaltando como o Estado Novo estava encaminhando

¹ “Problemas políticos e sociais”; “O pensamento político do chefe de governo”; “A estrutura jurídico-política do Brasil”; “Atividade governamental”; “Textos e documentos históricos”; “Brasil social, intelectual e artístico”.

estas questões; discutiam-se conceitos como nação, povo e Estado; interpretava-se o pensamento de Getúlio Vargas; esclareciam-se as características da Constituição de 1937; relatavam-se as principais realizações do governo e apresentava-se a política cultural do Estado Novo (GOMES, 1999). Mas a partir de setembro de 1942 essa estrutura foi alterada, de forma que em três números, por exemplo, há um total de 24 novas seções e algumas, que anteriormente eram fixas, embora continuassem existindo, tinham frequência irregular e sofreram inúmeras alterações.

Desde o início dessa publicação, no entanto, observamos textos que explicam a política externa brasileira desenvolvida por Getúlio Vargas e que apresentam algumas medidas que deveriam ser tomadas para que o país se protegesse e realizasse a defesa da sua soberania, tendo em vista as lições que a Guerra, iniciada em 1939 na Europa, estaria oferecendo para todos os países que queriam continuar livres. Quando o conflito mundial chegou às Américas – através do ataque à base estadunidense pelos japoneses, gerando a declaração de guerra dos Estados Unidos e de alguns outros países americanos contra o Eixo e a ruptura das relações diplomáticas e comerciais de quase todos os países do continente, incluindo as do Brasil com a Alemanha, a Itália e o Japão – foi notório o aumento de textos em *Cultura Política* sobre a política externa brasileira, sobre questões militares e sobre a política interna do Regime relacionada à conflagração mundial e ao paulatino envolvimento do Brasil. Nesse sentido, algumas seções são exclusivamente dedicadas à questão da guerra, como, por exemplo, “Política Internacional”, “O Brasil e a Guerra” e “O Brasil no exterior”. Outras, que não falavam do conflito mundial diretamente, muitas vezes abordavam os assuntos sob o ponto de vista da guerra. Além disso, em agosto de 1943 foi lançado um número extraordinário que apresenta exclusivamente textos relacionados ao envolvimento do Brasil na Guerra.

Identificamos, no entanto, que os trabalhos historiográficos que estudaram *Cultura Política*, em linhas gerais, visaram analisar o pensamento e o discurso publicado nessa revista em relação à estrutura político-ideológica do Regime, mas nenhum se propôs a estudar os textos sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial². A relevância do presente

² Embora tenhamos conhecimento da dissertação de Luciana Ibarra dos Santos, “**Há algo de novo no front** : a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial” (Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=203 . Acesso em: 21.jan.2010), entendemos que trabalhamos com textos que não foram analisados antes, uma vez que essa autora faz a análise apenas do número extraordinário de *Cultura Política* lançado em agosto de 1943.

trabalho consiste, portanto, em apresentar a análise desse material, que ainda não havia sido estudado, de forma a contribuir para as pesquisas sobre o Estado Novo e sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, nossos objetivos consistem em identificar os assuntos abordados em relação à política externa brasileira, sobre a política interna relacionada com a Guerra e sobre as Forças Armadas nacionais; verificar os principais elementos desse discurso oficial; analisar se ocorreria, nesses textos, a divulgação dos princípios e dos valores do Estado Novo, desenvolvidos pelos intelectuais acima citados, e como isso aconteceria. Sob nosso ponto de vista, através desses textos a revista *Cultura Política* realizaria a propaganda do regime, explicando, justificando e legitimando suas ações, mas também atualizaria os princípios do Regime de acordo com as necessidades trazidas pelo contexto da Guerra, a fim de promover a manutenção dessa forma de governo no poder.

Para atingirmos tais objetivos e verificarmos nossa hipótese, entendemos que seria adequado que fizéssemos uma interpretação dos textos de forma que pudéssemos realizar inferências, ou seja, deveríamos utilizar um método que nos oportunizasse sistematizar esse material para realizarmos uma leitura mais profunda, a fim de analisarmos a mensagem contida nele. Por isso, escolhemos o método da análise de conteúdo de acordo com a proposta de Laurence Bardin (2004). Segundo a autora, esse método consiste em “um conjunto de técnicas de análise das comunicações” (p.37) que possibilitam ao pesquisador realizar inferências através de procedimentos sistemáticos de descrição do conteúdo pesquisado. Bardin (2004) divide o método em três fases: a pré-análise, a exploração do material e, por fim, a inferência e interpretação dos resultados.

Na pré-análise ocorre o que a autora denomina de “leitura flutuante”, ou seja, realiza-se a primeira leitura do material a fim de ser possível selecionar os documentos a serem analisados. Nesse sentido, após o levantamento de todos os textos, desde a primeira até a última edição da revista, que faziam referência a qualquer questão sobre a guerra – o que totalizou 263 textos – dedicamo-nos à leitura sistemática destes, de modo a classificá-los por temas ou tipos de abordagem sobre o conflito. A partir disso, constatamos que quatro textos haviam sido publicados duas vezes e que 40 não faziam relação direta com o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial.

Observamos, também, que 103 textos tratavam de questões técnico-militares (equipamentos, estratégia e conceitos de guerra); história, literatura e bibliografia militar; a Guerra propriamente dita (narrativas do conflito); a relação da guerra com cinema ou com as

obras de arte; as obras de assistência social (L.B.A., Cruz Vermelha e Banco de Sangue) e o papel da mulher; questões técnicas da economia brasileira; nutrição e saneamento; reprodução de leis e resoluções. Ou seja, esses textos não apresentavam um conteúdo político latente e, por isso, fogem ao escopo deste trabalho, sendo, então, descartados da nossa análise.

Por outro lado, 116 textos, fazendo relação com o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, definem, explicam ou justificam a política externa e interna do Estado Novo, ou seja, os princípios e os pressupostos que fundamentam as ações políticas do regime; definem e explicam o que o governo esperava da sociedade; e mostram o que estava sendo feito ou como deveria ser a organização militar e social do país, de forma que esses se constituíram no *corpus*, ou no conjunto de documentos que foram submetidos à análise (ver apêndice A - lista dos textos selecionados para a análise). É importante ressaltar, ainda, que o *corpus* de nossa pesquisa é composto por textos de duas naturezas: discurso ou artigo. Considerando o primeiro tipo como reproduções de falas proferidas em solenidades ou em datas comemorativas por membros do governo; e o segundo, como textos que, a partir de determinada fundamentação, interpretam e opinam, desenvolvem uma ideia ou comentam um assunto³.

A segunda fase, apresentada por Bradin (2004), consiste na exploração do material e, para tal, é preciso realizar a categorização, ou seja, a classificação e o agrupamento dos textos a partir de características comuns. A partir disso, no presente trabalho, classificamos nosso material em três grandes categorias temáticas. A primeira denominamos de “Política interna”, pois é composta por textos que apresentam as ações do Estado Novo, no âmbito interno, em função do envolvimento do Brasil na Guerra. Nessa categoria foram agrupados 55 textos, o que representa 47,41% do material selecionado, que foram organizados em função do assunto ou tema principal abordado em cada um deles. Dessa forma, identificamos os seguintes temas: as ações do Governo para o esforço de guerra, a preparação do Brasil para a guerra, as ações do Governo para o progresso do país, a situação interna do Brasil na guerra e a situação do Brasil no pós-guerra.

A segunda categoria agrupou 28 textos que versavam sobre as Forças Armadas brasileiras, sendo denominada de “Discurso militar”, representando 24,13%. Para realizarmos a análise desse material, o dividimos nos seguintes temas: Exército, Marinha, Aeronáutica e

³ BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001, 2º ed.

Forças Armadas em geral. Por fim, a terceira categoria recebeu o título de “Política externa”, por agrupar textos que apresentavam as ações do Estado Novo no âmbito externo e da diplomacia brasileira. Os 33 textos dessa categoria, que representam 28,44% do total de textos selecionados, foram organizados de acordo com seus assuntos principais: a postura da política do Brasil na América, história da política externa brasileira, a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos e a postura do Brasil na II Guerra.

O próximo passo da exploração do material realizado foi a codificação dos textos, quer dizer, a transformação, segundo Bradin (2004), dos dados brutos a fim de representar o conteúdo do material analisado. Formulamos, então, uma detalhada ficha de leitura (ver apêndice B – modelo de ficha de leitura), onde destacamos as idéias principais dos textos e os argumentos que sustentavam essas idéias. Após esse levantamento qualitativo em cada texto, agrupamos as idéias principais dos temas em outra ficha, conforme exemplifica o apêndice C.

Com esse levantamento qualitativo dos dados, foi possível realizar a quantificação desses – conforme demonstram os apêndices D, E, F, G, H e I –, o que oportunizou cruzar os dados e definir os assuntos principais da categoria. Com isso, foi possível realizar a terceira fase do método de análise de conteúdo, onde interpretamos os dados e realizamos inferências. Essa análise buscou verificar os aspectos do discurso oficial e os elementos que o compõem, relacionando-os com os princípios e com as idéias desenvolvidas pelos ideólogos do Regime, de forma a identificar quando a revista estaria divulgando esses conceitos e quando estaria os atualizando e os adaptando de acordo com o contexto de Guerra, conforme apresentaremos ao longo desse trabalho.

Nesse sentido, no primeiro capítulo (“Um novo Regime, uma guerra mundial e uma revista oficial”) apresentamos uma discussão historiográfica sobre o Estado Novo, a revista *Cultura Política* e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, no subtítulo “Estado Novo – o novo Regime”, relacionamos a justificativa desenvolvida pelos ideólogos do Regime e o modelo político estado-novista por eles apresentado, com a caracterização e a definição realizada pela historiografia sobre esse período. Após, no subtítulo “A revista oficial e o discurso sobre a guerra”, apresentamos os princípios, as definições e as funções que a revista *Cultura Política* teria, através de um diálogo entre a historiografia e as idéias de Almir de Andrade sobre essa revista, publicadas em seus editoriais. Por fim, realizamos uma discussão entre os trabalhos sobre o envolvimento do Brasil na Guerra e o que foi publicado em *Cultura Política*.

O segundo capítulo (“O discurso oficial sobre a política interna durante a Guerra”) apresenta a análise dos textos sobre a política interna do Regime relacionada com a participação do Brasil na conflagração mundial. Assim, nele expomos e demonstramos nossas inferências relacionadas aos textos da categoria “Política Interna”, apontando os elementos que compõem esse discurso oficial publicado em Cultura Política. Os itens no qual esse capítulo se divide (a união e a mobilização nacional; a necessidade de produção, de industrialização e de mobilização econômica; as ações e as qualidades do Estado Novo e de Getúlio Vargas; o envolvimento do Brasil na guerra e sua política continental; o Brasil no pós-guerra) referem-se às idéias mais freqüentes nos temas analisados da categoria “Política Interna”.

O terceiro capítulo, intitulado “O discurso oficial sobre as forças armadas e sobre a política externa”, inicia apresentando, no subcapítulo “Realizar a defesa nacional: um discurso militar”, a análise realizada nos textos que compõem a categoria “Discurso Militar”, uma vez que as idéias desenvolvidas nesse material versam tanto sobre a política interna do Estado Novo em relação às Forças Armadas, quanto sobre questões do âmbito externo. Seus itens (as funções, a importância e as qualidades das Forças Armadas; as ações do Estado Novo para as Forças Armadas; a atuação das Forças Armadas brasileira na Guerra e a cooperação com os Aliados) estão, também, de acordo com as idéias que mais ocorrem nesses textos. Por fim, esse capítulo apresenta, no subcapítulo “Coerência com a tradição: o nacionalismo da política externa”, as inferências e as interpretações que chegamos através da análise dos textos da categoria “Política externa”, de forma a identificar e demonstrar os elementos do discurso oficial brasileiro em relação à política externa, relacionando com as idéias desenvolvidas pelos ideólogos do Estado Novo. A divisão desse subcapítulo nos itens (a tradição da política externa brasileira; união americana; a relevância da diplomacia brasileira; e o Brasil na Guerra) ocorreu, novamente, em função das principais idéias desenvolvidas nos textos analisados.

1 UM NOVO REGIME, UMA REVISTA OFICIAL E UMA GUERRA MUNDIAL

Em 1937, inicia no Brasil um novo regime, sob o título de Estado Novo, que garantiria a Getúlio Vargas sua permanência à frente das decisões políticas brasileiras até 1945. Em 1939, o mundo assiste ao início de uma conflagração que, em pouco tempo, se tornaria mundial e se caracterizaria pela luta entre os regimes liberal-democrático e nazi-fascista. E, em 1941, uma nova revista – *Cultura Política* –, de caráter oficial, é lançada no Brasil. O que foi esse período político brasileiro, qual a importância dessa revista para sustentar e legitimar o discurso político do regime e como foi o envolvimento do país com a II Guerra Mundial são os objetivos que pretendemos explorar no presente capítulo.

1.1 ESTADO NOVO – O NOVO REGIME

O regime instaurado em 10 de novembro 1937, sob o título de Estado Novo, se propunha a ser um governo forte e nacionalista, através do reforço do poder central e da adequação das instituições à realidade brasileira, sendo capaz de intervir nas questões econômicas, políticas e sociais do Brasil em nome do bem comum. No discurso realizado à nação, no dia do golpe, através do rádio, Vargas apresentou a liberal-democracia como uma fórmula inadequada à realidade nacional e os partidos políticos como sendo representantes de interesses regionais ou particulares. As instituições do poder legislativo foram fechadas, segundo ele, por serem consideradas inoperantes, e o novo regime teria “o dever de restaurar a autoridade nacional⁴” em detrimento dos regionalismos.

Essas ideias apresentadas em 10 de novembro, porém, não haviam sido criadas por Vargas e, nem mesmo, surgiram naquele ano, mas fazem parte de uma tradição do pensamento autoritário brasileiro. Elas são frutos das obras de intelectuais que estão inseridos no que Pécaut (1990, p. 22) chama de “geração dos anos 20-40”. Essa geração assumiria como missão a política. Por isso, segundo esse autor, os intelectuais estariam dispostos a auxiliar o Estado na construção da sociedade em bases racionais, participando ou não das

⁴ Manifesto à Nação lido por Getúlio Vargas na noite de 10 de novembro de 1937 e transmitido por rádio para o país. Disponível em <http://homemculto.wordpress.com/2009/05/01/discurso-do-dr-getulio-vargas-em-10-de-novembro-de-1937-ao-implantar-o-estado-novo/>

funções públicas, mas sempre mantendo a linguagem do poder. Esse movimento de transformação dos intelectuais em atores políticos teria adquirido parâmetros globais a partir de 1915, através do desenvolvimento do nacionalismo, expresso na responsabilidade do intelectual de fabricação de uma consciência nacional, na arte modernista e no movimento católico.

Essa geração, porém, era heterogênea, sendo composta por diversas correntes de pensamentos e ideologias, como, por exemplo, o autoritarismo, o nacionalismo reacionário católico ou o nacionalismo conservador⁵. Com a instauração do Estado Novo, no entanto, o pensamento de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos – que não representam todas as correntes do pensamento autoritário que existiam no Brasil na época – torna-se hegemônico, podendo ser considerado “a vertente vencedora no embate entre as diferentes modalidades de autoritarismo” (SILVA, 2004, p. 65). O autoritarismo desses autores apresentava caráter antiliberal e nacionalista, pois eles entendiam que a centralização do poder no executivo federal e no presidente da República seria a única forma de integrar as instituições brasileiras à realidade do país e de dar ao Governo condições de intervir e regular a vida nacional, promovendo a salvação do Brasil.

Bolívar Lamounier (1977), ao estudar esses autores, considera que eles organizaram uma ideologia política nova, a qual denominou de ideologia de Estado⁶, entendida como a “construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de idéias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade deste” (LAMOUNIER, 1977, p.357). Essa construção intelectual condensaria toda reação filosófica ao iluminismo e ao utilitarismo, dando destaque, portanto, ao antiindividualismo e exorcizando as noções de “mercado político” em proveito das representações fundadas nos princípios da autoridade. Assim, este termo pretende, segundo o autor, acentuar o contraste com a outra matriz ideológica a qual se opõe: o mercado e o modelo liberal, pois seu ponto de apoio seria justamente o instinto de domesticar o mercado, ou o princípio de mercado atuante nas relações políticas.

⁵ Ver PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Ática: São Paulo, 1990.

⁶ Essa ideologia foi dividida por Lamounier em oito itens: predomínio do princípio “estatal” sobre o princípio de “mercado”; visão orgânico-corporativa da sociedade; objetivismo tecnocrático; visão autoritária do conflito social; não-organização da “sociedade civil”; não mobilização política, elitismo e voluntarismo como visão dos processos de mudança política; o Levita benevolente. Sobre o assunto ver LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977, vol. 9.

Mas esse modelo apresentado por Lamounier (1977) teria, segundo Ricardo Silva⁷ (2004), limitações. A principal delas seria a falsa dicotomia apresentada entre o princípio do estado e o princípio do mercado, ou seja, a idéia de que as ideologias referentes ao mercado não trariam uma proposta de organização estatal. Com isso, Lamounier erraria ao contrapor a ideia de autoritarismo ao “princípio de mercado” e não ao conceito de democracia, uma vez que mesmo Estados autoritários apresentam “convicção nas virtudes do mercado livre” (SILVA, 2004, p. 118). No entanto, o autor identifica que a grande contribuição desse modelo seria apresentar o pensamento desses intelectuais como um sistema ideológico que conceituava e legitimava a autoridade do Estado, fortalecendo-o.

Wanderley Guilherme dos Santos (1998), por sua vez, define estes intelectuais como autoritários instrumentais, analisando as tentativas e as dificuldades de se criar uma sociedade de mercado no Brasil e apontando a existência de duas tradições do pensamento político brasileiro. O liberalismo doutrinário – com a crença de que as reformas político-institucionais ocorreriam naturalmente e de acordo com regras legais – e o autoritarismo instrumental, que pregava a intervenção do Estado na sociedade, de forma a edificar uma sociedade liberal rapidamente. Com isso, o autoritarismo seria um instrumento temporário utilizado enquanto o país desenvolvesse as condições para ser liberal. Nesse ponto, o autor aponta a diferença desse tipo de autoritarismo, representado por Oliveira Vianna, do autoritarismo pensado por Francisco Campos e Azevedo Amaral – pois, para o último, esta não seria uma situação transitória. Assim, na visão de Santos (1998), não se poderia analisar esses intelectuais dentro de um mesmo grupo ou modelo – o que o diferencia de Lamounier (1977). A ressalva em relação a esse modelo de interpretação, segundo Silva (2004), é a de que não haveria a distinção da dimensão positiva e ideológica das ideias políticas de Oliveira Vianna.

A fim de entender como o Estado Novo era apresentado, justificado e legitimado na sua época, entendemos, porém, que o modelo desenvolvido por Lamounier (1977) – apesar das limitações apontadas por Silva (2004) – nos oferece importante subsídio de interpretação, como considerar as ideias desenvolvidas por esses intelectuais autoritários como um sistema, um conjunto de princípios que teria dado sustentação ideológica ao Estado Novo. Nesse sentido, procuramos analisar o pensamento dos “defensores nacionais das práticas autoritárias” (SILVA, 2008. p. 55): Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos.

⁷ Ricardo Silva apresenta um balanço crítico dos principais modelos de interpretação da ideologia autoritária brasileira. A saber: modelo classista; modelo do autoritarismo desmobilizador; modelo do autoritarismo instrumental e modelo da ideologia de Estado. Para mais explicações ver SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. Argos: Chapecó, 2004. Capítulo 2, p.63-118.

Além deles, analisamos também Almir de Andrade, considerado por Lúcia Lippi Oliveira (1982, p.31) “um dos principais ideólogos” do Estado Novo e editor da revista *Cultura Política* – realizando um diálogo das idéias desses autores com a historiografia sobre o Estado Novo.

1.1.1. A justificativa do Regime

De todas as ideias e conceitos desenvolvidos por esses intelectuais, interessa-nos analisar aquelas que explicam a natureza e o sentido do Estado Novo, justificando-o. Nesse sentido, referindo-se às origens do Estado Novo, esses intelectuais vêem o golpe de 1937 como complemento à revolução de 1930, organizando e realizando suas aspirações. Assim, o novo regime brasileiro seria uma continuação das tradições nacionais, e não uma ruptura com o passado do país. O Estado Novo teria emergido da necessidade de salvação nacional – preservando a soberania, a integridade e o prestígio do Brasil – e de integração das instituições políticas com a realidade brasileira. Com isso, o Regime estaria de acordo com a realidade nacional e com suas tradições, sem se filiar a quaisquer ideologias estrangeiras; esse seria um dos motivos para ser considerado, por eles, nacionalista.

Oliveira Vianna (1939, p.124) justifica a necessidade da instauração do Estado Novo, apresentando o que seria seu objetivo: “salvar a soberania da Nação, o prestígio do governo central, os interesses fundamentais da ordem pública e da integridade nacional, ameaçadas pela sublevação dos Estados em iminência de secessão”. Para Azevedo Amaral (1938), o Estado Novo não teria sido uma criação absurda, sem sentido, imposta de forma violenta ao país, mas, ao contrário, apresentaria uma estrutura identificada com o passado brasileiro, sendo a organização das aspirações que fizeram as mudanças no país em 1930. A Constituição de 1937 apresentaria coerência com a realidade brasileira, sendo fácil perceber, segundo ele, que a sua formulação teria partido da análise objetiva das condições reais do país. Para o autor, essa foi a primeira vez que o Brasil recebeu uma constituição realmente brasileira, pois seria fruto da tentativa de organizar a nação de acordo com sua realidade.

Para Francisco Campos (2002)⁸, o Estado Novo brasileiro é o resultado da necessidade de salvação nacional e do imperativo de integrar as instituições na realidade política, social e econômica do país. Esse regime teria realizado os anseios da Revolução de 30 e ao ser instituído teria sido logo aceito, pois o Brasil esperava por ele – por uma forma de governo que expressasse a verdade nacional, entendendo as solicitações da vida e do progresso brasileiro. Com isso, a nova constituição não teria sido uma criação, uma imitação ou uma experiência – como dizia, referindo-se às constituições anteriores –, mas a união dos princípios da formação brasileira, sendo o instrumento mais adequado para efetivar os desejos brasileiros de unidade e de poder. Assim, diz Campos (2002 p.279): “das profundas raízes da vontade nacional do Brasil de perseverar em ser, cada dia mais, uma nação, isto é, uma unidade territorial, política e moral, surgiu o Estado Novo, expressão dos anseios populares e criação da nossa própria história”. Por isso, o regime de então não se filiaria a nenhuma ideologia estrangeira e, portanto, seria uma legítima criação nacional – não exatamente uma ruptura com seu passado, mas um amadurecimento, uma continuação das tradições brasileiras.

Visando explicar a mudança de governo ocorrida em 1937, Almir de Andrade (1940) diz que o golpe de Estado completou a revolução de 1930, dando maior orientação na nova organização do Brasil. A revolução abalou o que dizia ser um regime de importação de ideologia, como o liberalismo, mas não soube o que colocar em seu lugar. Essa situação teria criado uma forma de “equilíbrio político que, depois da instauração do Estado forte em Novembro de 1937, poderíamos definir como sendo *um equilíbrio entre a tolerância e a força*” (p.133). Dessa forma, o autor identifica que a preocupação máxima de Vargas ao instalar o regime de 1937 seria preservar os princípios da revolução de 1930.

Para Almir de Andrade (1940), o Estado Novo seria fiel às tradições brasileiras, pois agia com tolerância, brandura, humanização, provando que era possível colocar em prática um regime brasileiro com eficiência e iniciativa, sem impedir que as ações políticas fossem realizadas com força e energia – sendo que, em sua opinião, essa capacidade de identificação do regime com a realidade e as aspirações nacionais seria a principal característica desse governo, retirando daí os critérios para as ações políticas. O autor diz, ainda, que serenidade, força, equilíbrio, concórdia, moderação, ordem, paz, justiça e realismo político seriam princípios sólidos e próprios do Brasil que estariam baseando a doutrina do regime nacional. Dessa forma, o Estado Novo não exprimiria exigências oportunistas e transitórias, mas

⁸ Versão para eBook. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/chicocampos.html>. Acesso em: 20 nov 2009.

apresentaria base sólida, estável e duradoura, pois acompanharia o ritmo da civilização, integrando-se com as mudanças políticas e sociais do mundo.

Ao definir Estado, na verdade, Andrade (1940) realiza a explicação do lugar e da função que o regime brasileiro estaria, conceitualmente, buscando ter na vida do país. Segundo ele:

O Estado, órgão supremo da vida política, se apresenta, assim, como *um instrumento de adaptação social, um meio de expressão de tudo o que é fundamentalmente social no homem*. O Estado tende, portanto, no conceito realista moderno, a colocar-se acima de interesses particularistas, de interesses de grupos, de interesses de classe, de interesses de partidos. Ele procura o que é essencialmente popular: o bem comum, os interesses gerais, uma distribuição melhor das atribuições dos homens, das suas atividades e das suas riquezas (ANDRADE, 1940. p. 153).

Ou seja, para resolver os problemas nacionais e para vencer as dificuldades, visando atingir o bem comum e a felicidade do homem, seria necessário um ambiente político propício e métodos de ação do Estado correspondentes ao verdadeiro sentido da civilização. Caberia ao Estado Novo manter a ordem para que o país se desenvolvesse, se tornasse melhor.

A historiografia sobre o período, porém, não explica a implantação do Estado Novo pela necessidade de salvar o país preservando sua integridade e prestígio, como afirmavam os ideólogos do Regime. Os historiadores justificam essa forma de governo em função da existência, na época, do repúdio ao liberalismo político e econômico, do desgaste do sistema político brasileiro ou da necessidade de acelerar a modernização do país.

Assim, por exemplo, para Gerson Moura (1980) essa nova forma de governo nascia da busca por soluções nas ideias nacionalistas e corporativas, rejeitando o liberalismo e dando grande poder ao presidente da República. Já Skidmore (1982) identifica que a instabilidade do equilíbrio de forças e da violência entre esquerda e direita teria oportunizado a implantação do Estado Novo. Lucia Lippi Oliveira (1982) diz que o aumento da autoridade do Estado teria ocorrido em razão do imperativo de impulsionar o desenvolvimento brasileiro e de controlar o desenvolvimento social no processo de sua transformação. Capellato (2007), por sua vez, afirma que o Regime, ao fazer críticas à liberal democracia, teria organizado um Estado forte, autoritário e responsável para promover o progresso do país.

Além disso, os historiadores também indicam, muitas vezes, que o Estado Novo seria uma continuação do governo implantado após 1930, principalmente pelo seu caráter autoritário, concedendo grande poder político ao presidente da República. Segundo Hilton (1987), o novo regime teria sido apenas o fortalecimento de uma corrente existente antes de 1937. Para Goulart (1990), a instituição do Estado Novo não poderia ser vista como uma ruptura, embora tenha realizado mudanças importantes a fim de caracterizar de forma mais exata suas opções ideológicas e escolher os atores políticos. Pandolfi (1997) considera o Estado Novo um regime autoritário que consolidou as propostas que estavam em pauta desde 1930. Seitenfus (2000) diz que o Estado Novo significou continuísmo em relação aos homens que faziam parte do governo, ou seja, quase todos os cargos teriam permanecido inalterados. E Capellato (2007) identifica o Estado Novo como consequência de uma política voltada para as massas, definida a partir de 1930.

O conceito de nacionalismo para os historiadores, no entanto, não serve para justificar a necessidade de implantar o novo Regime – ou seja, esse conceito não significa a integração das instituições políticas à realidade nacional, nem que o Estado Novo era fruto das necessidades brasileiras, conforme consideravam os ideólogos do regime. O nacionalismo para a historiografia é apresentado, em geral, como uma das características do regime que se expressaria através das ações do Governo na área econômica e social, bem como na relação desse com os estados. Assim, o nacionalismo estaria explícito, para Carone (1976), nas restrições das iniciativas estrangeiras, políticas e econômicas, ou seja, nas medidas nacionalizadoras que partiram de uma nova forma de tentar planejar e enfrentar os problemas existentes.

Lauehass Jr. (1986) considera que o nacionalismo se constituía no centro da proposta estado-novista, pois guiava o planejamento governamental a fim de promover um desenvolvimento total do país. Assim, o Regime teria promovido o apogeu do nacionalismo brasileiro e de Vargas, dirigido a preparação de uma “política nacionalista de longo alcance” (p.135) – que teria aumentado seu poder político – e, ao mesmo tempo, garantido uma estrutura que teria oportunizado o progresso do país. Teria ocorrido, então, uma exaltação do patriotismo, sob o pretexto de ameaças imaginárias ou reais, e teria crescido o desejo de que o país colocasse em prática uma política externa independente. Isso teria gerado uma radicalização do nacionalismo, bem como a preocupação com os seus aspectos econômicos.

Para Goulart (1990), esse conceito andava junto com a idéia autoritária, uma vez que justificava o Estado como soberano e sua ação em todo o país. Ainda,

[...] pressupunha a identificação de todos os membros da sociedade a um destino comum, originado no passado, assim como identificava como nação uma coletividade histórica, um conjunto de valores morais, que constituísse um todo orgânico, cujos objetivos se realizavam por meio do Estado [...] (GOULART, 1990, p.16).

A idéia de que o Brasil era um país atrasado e de que somente o Estado forte seria capaz de superar essa condição do país justificaria o nacionalismo, na visão da autora.

Sob o mesmo ponto de vista, Seitenfus (2000) indica que em nome do nacionalismo – considerado por ele um dos grandes aspectos do projeto de governo do Estado Novo – Vargas proclamaria o imperativo da união nacional, a fim de defender a soberania do Brasil. Essa necessidade de coesão brasileira não aceitaria a existência de núcleos mal integrados. Assim, à meta de “forjar uma nação, uma cultura e uma língua únicas” (p.97) opunham-se as colônias estrangeiras da região sul do Brasil, que desfrutavam de liberdade para manter sua cultura, até aquele momento.

Corsi (2000), por fim, explora a questão do nacionalismo no âmbito da economia, ou seja, as tentativas de desenvolver indústrias nacionais, de nacionalizar as reservas naturais brasileiras – mas indica que o nacionalismo de Vargas não era radical. Ou seja: o discurso nacionalista da época pregaria uma postura de defesa da autonomia nacional, principalmente em relação aos EUA, mas muitas vezes o nacionalismo econômico pareceria ambíguo e difícil de ser entendido, pois oscilava entre a ênfase no capital nacional e no financiamento externo.

1.1.2. O modelo político estado-novista

O Estado Novo, segundo os intelectuais da época analisados – Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral, e Almir de Andrade – seria uma democracia autoritária e intervencionista, quer dizer, um regime que atenderia às necessidades do povo e, por isso

precisava ter autoridade para intervir e coordenar todas as questões da vida nacional. Além disso, esses autores caracterizam o Regime como centralizador, pois o governo federal e o presidente da República seriam o centro de irradiação das diretrizes para a organização do país.

Sobre a estrutura constitucional do Estado Novo, Oliveira Vianna (1939) entende que o regime se orientava a partir do aumento do poder e da competência do Governo Federal, colocando a autoridade federal e os interesses nacionais acima das autoridades e interesses regionais; do aumento da relevância do Executivo Federal em detrimento dos demais poderes e por maiores atribuições e prerrogativas do presidente da República, tendo em vista que as instituições legislativas dificultavam e, até, impediam o Executivo de exercer suas atividades administrativas; além de reconhecer outras formas de expressão da opinião do povo, como as corporações econômicas, as corporações culturais, as corporações religiosas, mas principalmente as associações de classe, ampliando, assim, sua base democrática.

Em relação ao sistema de governo contido na Constituição de 1937, esse autor afirma ser uma “república democrática representativa” (VIANNA, 1939, p.121), pois o povo seria soberano, emanando dele todos os poderes políticos. A diferença do Estado Novo para os governos anteriores seria o fato do Chefe da Nação ter um poder maior em relação aos diversos órgãos do governo. Para Vianna (1939), a demonstração de que o Estado Novo não era um governo ditatorial nem antidemocrático seria fácil de ser feita, apesar de atribuir papel preponderante ao Executivo. Bastaria, para tal, segundo ele, verificar o art. 1 da Constituição, onde ficaria claro que no Brasil é do povo que emana o poder político, sendo exercido em nome dele, visando o bem-estar, a honra, a independência e a prosperidade de todo o país. Assim, além da criação de órgãos eletivos que representariam a vontade do povo, segundo Vianna (1939), haveria espaço, ainda, no Estado Novo, para o apelo direto à opinião popular quando as circunstâncias fossem sérias e graves, de forma que isso expressaria também o caráter democrático do regime, embora isso de fato não tenha ocorrido. O autor complementa:

Por outro lado, este caráter democrático, no sentido de preocupação pelos interesses do povo, também se revela nos fins, que a si mesmo traçou, ao formular os princípios que devem orientar a sua atividade na ordem econômica e na ordem cultural. É assim que cabe ao Estado assegurar às massas trabalhadoras – isto é, ao povo, nas suas expressões mais humildes e desprotegidas – bem estar, segurança, direito ao trabalho, ensino pré-vocacional e profissional, amparo na velhice e na enfermidade, direito à subsistência, etc (VIANNA, 1939. p. 164).

Dessa forma, o novo regime brasileiro seria organizado de tal maneira que conferiria ao princípio democrático um significado mais expressivo, pois procuraria a vontade popular nas profissões organizadas, tendo em vista que os interesses dessas expressariam os interesses dos diferentes segmentos da sociedade brasileira. A conclusão a que chega o autor é a de que o Brasil teria conseguido desenvolver um governo forte, com um presidente dotado de autoridade para coordenar os demais órgãos políticos e orientar política e administrativamente o país, sem negar ou se afastar do princípio democrático. Vianna, assim, dissociava a democracia do liberalismo.

Azevedo Amaral (1938), por sua vez, explica a inexistente contradição entre a adoção de um sistema democrático com princípios autoritários. Segundo ele, “somente uma forma de governo autoritário é capaz de permitir o desenvolvimento normal da democracia e das suas instituições, de modo a torná-las adequadas às soluções dos problemas cada vez mais complexos que surgem em todos os setores da vida das nações contemporâneas” (p.175). Para ele, o Estado Novo era democrático, pois teria organizado hierarquicamente a sociedade, dando igualdade de oportunidades aos cidadãos; e nacionalista, pois teria resgatado o real sentido da democracia brasileira – devolvendo, assim, o sentido nacional às instituições, de acordo com as necessidades e a realidade brasileira.

Assim, para Azevedo Amaral (1938), existia claramente a diferença entre o regime brasileiro e as formas de organização política estrangeiras. Por isso, esforça-se para demonstrar que o Estado Novo não estaria contaminado com nenhuma influência de regimes totalitários, nem de regimes liberal-democratas, sendo uma “democracia autêntica”, pois estava baseada nas expressões coletivas e sincronizada com os mais puros e elevados pensamentos democráticos. Segundo ele, os regimes totalitários entendiam os indivíduos como unidades, sem liberdade, que deveriam ser organizadas pelo Estado. Já o regime instituído no Brasil obrigaria que o cidadão pertencesse efetivamente à coletividade, embora não interferisse na sua consciência e nos seus interesses pessoais. Esse mesmo argumento serve, também, para diferenciar o cooperativismo adotado pelo Governo brasileiro daquele instituído na Itália. Assim, o regime brasileiro realizaria o equilíbrio entre liberdade de manifestação e expressão cultural, prevista na Constituição, e a intervenção, seja com a finalidade de coordenar e adequar as atividades de indivíduos e grupos sociais, seja com o objetivo de proteger e completar, através da assistência estatal, deficiências que deveriam permanecer sob responsabilidade do indivíduo.

Francisco Campos (2002), por sua vez, é claro ao dizer que a Constituição de 1937 seria profundamente democrática, mas esclarece que isso residiria no fato de atender à vontade do povo, conforme está declarado logo no seu início, embora não tenha relação direta com o sufrágio universal e com o mandato presidencial de curto período. A forma de consultar a vontade popular deveria ser estabelecida de acordo com a realidade social, pois a restrição do sufrágio universal, bem como a delegação de poderes ao executivo, atenderia à realidade do mundo da época que estabelecia como nova função positiva do Estado: a intervenção na economia e nas questões sociais.

Além de democrático, o Governo seria também autoritário, sendo do presidente da República a autoridade suprema que seria exercida em função do bem-estar, da independência e da prosperidade do povo. Ou seja, uma das funções do Estado, para Campos (2002), seria garantir que o povo desfrutaria dos bens materiais e espirituais e, para tal, seria imprescindível sua intervenção em todos os domínios que tivessem caráter público. Com isso, o governo instituído não seria despótico, “mas um poder institucional forte, como expressão da soberania nacional” (CAMPOS, 2002, p. 191).

A função democrática do Estado Novo era, para Almir de Andrade (1940), a de racionalizar todas as forças políticas e econômicas, morais e intelectuais do país e de socializá-las. Assim, o Estado interviria para evitar a desorganização oriunda do egoísmo e do individualismo, assegurando para todos as mesmas oportunidades de crescimento e a mesma proteção jurídica e administrativa. Dessa forma, a pessoa humana seria o essencial em um regime democrático, por isso, para o Estado Novo, bem-estar, cultura, alegria, felicidade da população são mais importantes que interesses puramente políticos. Com isso os valores básicos da doutrina política do Brasil seriam democráticos em sua essência, pois visariam amparar a pessoa humana, oportunizando seu progresso, aproximando o governo do povo e visando o bem-comum contra as ideias individualizantes e de partidos. Nas palavras do autor:

Em essência, a democracia é isso. É uma consagração da pessoa humana na ordem social, uma afirmação dos seus direitos e das suas necessidades, uma criação de oportunidades iguais para todos os homens se expandirem dentro dos limites impostos pelo equilíbrio social, uma dosagem sábia da liberdade de cada um sem prejuízo de ninguém e sem o sacrifício do bem comum (ANDRADE, 1940, p 189).

Azevedo Amaral (1938) faz a defesa da intervenção do Estado nas mais diversas questões sociais e econômicas, argumentando que o Estado Novo, enquanto um estado autoritário, era essencialmente nacional, ou seja, ele e o país formavam um todo inseparável. Justifica o sentido autoritário do regime pelos antecedentes históricos e pela realidade presente do Brasil. Manter o país sob um regime organizado de forma autoritária e nacional seria a única forma de desenvolver e fazer o país crescer. Assim, a intervenção estatal na economia seria explicada justamente por não haver diferença entre este e a nação; logo, o Estado se revestiria de autoridade absoluta para interferir na vida econômica e social do país.

Francisco Campos (2002) também explica e defende a necessidade de intervenção do Estado na sociedade. Segundo ele, o Estado Novo possuía, então, uma constituição popular, sendo “Povo” e “Chefe” as duas entidades do regime. Assim, o Estado seria do povo, sendo seu chefe a representação do poder, rico em espírito de proteção, de justiça e igualdade. Por isso, passariam a existir novos direitos para os indivíduos, como o acesso a serviços e bens, tendo o Estado o dever de garantir que cada cidadão possa gozar do direito de: exercer atividade criadora, trabalhar, ter um razoável padrão de vida, ter segurança em relação ao desemprego, ao acidente, à doença, à velhice, à condição de vida sã. Ficava a cargo do Estado, ainda, a administração da higiene pública e da educação, por serem considerados fatores básicos para a aquisição dos demais bens.

Para que isso fosse efetivado, seria necessária a intervenção do Estado no controle das atividades sociais (economia, política, educação), pois apenas um Estado forte poderia assegurar esses direitos aos seus cidadãos, protegendo os mais fracos. Essa mesma justificativa é dada para explicar a organização corporativa do regime – proteção do Governo aos mais fracos (CAMPOS, 2002).

Francisco Campos (2002) apresenta, ainda, a defesa da centralização e, conseqüentemente, da unidade nacional e do nacionalismo. Segundo ele, o Brasil não seria constituído por estados, mas por um todo nacional. A centralização se expressaria de duas formas, com a identificação do presidente da República como o centro da organização do Estado e da manutenção da ordem social, ou seja, ele representaria não só o poder Executivo, mas também o Legislativo. Com o fim do regime federativo, o poder central retomaria sua responsabilidade de unir as forças do país a fim de garantir uma nação integrada lutando pela sua conservação. Assim, o Governo Central tinha o dever de direcionar suas ações em concordância com a unidade e a defesa da nacionalidade.

Com o Estado Novo, teria surgido um governo efetivamente nacional, pois, segundo Campos (2002), o Chefe da Nação era o Chefe popular, o que gerava o exercício de uma autoridade pelo seu prestígio e por sua responsabilidade de dirigente. Neste contexto teria sido realizada, também, a unificação do Estado, estando esse diretamente associado à nação, a unificação do próprio país: “um só Governo, um único Chefe, um só Exército. A Nação readquiriu a consciência de si mesma; do caos das divisões e dos partidos passou para a ordem da unidade, que foi sempre a da sua vocação” (p.266). A partir disso, teria sido possível realizar, segundo o autor, sem oposições ou violência, a mudança das políticas estaduais pela política da Nação.

A centralização política e o fortalecimento da unidade nacional são vistas por Almir de Andrade (1940) como a única forma de vencer as deficiências da estrutura política brasileira. Vargas teria conservado a forma federativa no âmbito da administração regional, evitando que ela se acentuasse a ponto de dilacerar o país. O poder central teria sido revigorado, coordenando e distribuindo as forças nacionais. Isso teria atendido às reais necessidades do Brasil. Além disso, o Estado Novo estaria realizando uma sadia política de unidade nacional, e isso seria um dos seus grandes méritos, pois o país não poderia continuar fragmentado regionalmente, desperdiçando suas atividades. Foi esse processo de centralização que permitiu, no Brasil, o fortalecimento da economia e a constituição de uma coletividade. A centralização era um imperativo imposto pela própria realidade brasileira, devido a sua constituição geográfica, e o novo governo teria adotado isso em seu programa a fim de acabar com a fraqueza nacional e desenvolver a força econômica digna da concorrência mundial.

Os historiadores também apresentam a centralização e o autoritarismo como principais características do Estado Novo e, assim como os ideólogos, diferenciam o regime brasileiro dos regimes totalitários europeus. Mas é importante esclarecer que a historiografia sobre o período identifica as características desse Regime a fim de defini-lo e entendê-lo, enquanto esses ideólogos defendiam essa forma de Governo, visando, então, justificá-la e legitimá-la. Dessa forma, a historiografia identifica que o autoritarismo e a centralização do Estado Novo envolveriam a extinção dos partidos políticos; a liberdade de ação do governo federal em relação aos estados, tornando-o mais autônomo; e do presidente ou do Executivo em relação aos demais poderes; bem como a intervenção estatal nas questões econômicas e sociais.

Edgard Carone (1976), por exemplo, define o Estado Novo brasileiro como centralizador, autoritário, hierárquico e nacionalista, sem se constituir como um regime fascista. Nesse sentido, sua interpretação aproxima-se dos intelectuais do regime ao afirmar que a centralização e o autoritarismo ficariam explícitos no trato das questões econômicas a fim de coordenar e intervir na economia nacional buscando soluções aos problemas da agricultura, da indústria e das finanças; na extinção de todos os partidos políticos; bem como na grande liberdade de ação do governo federal em relação às questões estaduais, sendo, portanto, mais autônomo que os governos anteriores. Mas para o autor esse fato teria ocorrido pela primeira vez na história política brasileira, enquanto para os ideólogos essa forma de agir estaria de acordo com as tradições nacionais. O caráter hierárquico do regime apareceria na criação de um sistema de censura e propaganda onde prevaleceriam as idéias de Chefe e de Autoridade.

Desenvolvendo mais a questão da centralização sob o ponto de vista do aumento do poder federal em detrimento do poder regional, Carone (1976) identifica que Estados e Municípios estavam subordinados ao Governo Federal, e esse seria o significado de união para o Regime⁹. Dessa forma, interventores e prefeitos não teriam programa, nem vontade, sendo o indicado apenas uma pessoa de confiança do Chefe de Estado. Porém, o mesmo autor aponta para o fato que, mesmo com um regime federal mais centralizador e autoritário, as práticas coronelistas, como as relações de favor e de dependência, continuavam vigentes, sendo que a única mudança era a influência das forças federais, que poderiam atuar de forma positiva ou negativa nesse cenário. Dessa maneira, as formas de domínio oligárquico continuaram ativas, excetuando a escolha do dirigente do poder executivo, realizada pelo presidente da República. Isso fez com que o Governo Federal passasse a ter poder de decisão sobre a consolidação ou a queda de novos e velhos grupos oligárquicos.

Assim, a partir do Estado Novo, as relações entre poderes estaduais e poder federal seriam modificadas. A União teria se aparelhado melhor para elaborar, articular e dirigir o progresso do país. Intervindo na economia teria conseguido as condições para criar as primeiras indústrias de base. O projeto principal do Governo era:

⁹ Sobre a discussão em torno neutralização dos políticos locais nesse período e o fim de uma política regional ver ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

Organizar e administrar o sistema de produção (Volta Redonda, etc.) como um todo, racionalizando o seu serviço de execução (órgãos consultivos), tornando os mecanismos de realização os mais eficientes e produtivos, sem possíveis interferências de elementos estranhos e que desvirtuam o seu sentido (CARONE, 1976, p. 162).

Mas a realização disso não estaria baseada em diretrizes de uma doutrina ideológica, sendo apenas uma opção política, no sentido administrativo.

Chacon (1977) também qualifica o Estado Novo como um regime personalista de Vargas, pois os dispositivos constitucionais não foram colocados em prática, como o plebiscito para validar a Carta, a organização corporativa do Conselho Econômico Nacional ou os demais setores do poder legislativo. Considera também o regime autoritário, centralizador e com alusões ao corporativismo sem ser totalitário. Mas ressalta que o Estado Novo apresenta maior complexidade quando se observa os problemas entre a “Tecnoburocracia Patrimonial” e o “Estatismo” (p.40), o que leva Chacon (1977) a considerá-lo “modernizante” e “organizante” (p.84), onde as classes inferiores são adaptadas ao novo contexto ao invés de terem seus interesses adotados. O autor conclui que essa forma de governo teria sido “o produto orgânico duma preparação histórica” (CHACON, 1977, p.58), mesmo apresentando contradições internas, o que para o autor era inevitável.

Em relação ao corporativismo brasileiro durante essa época, Chacon (1977) esclarece que ele nunca teria sido implantado de forma clara e objetiva, ficando pela metade em função do despreparo do país para implantar tal modelo e das circunstâncias do período. Assim, o corporativismo brasileiro ficou restrito às bases, sem correspondência na cúpula, segundo esse autor, por um receio de Vargas em enfrentar possíveis lideranças adversas. O nacionalismo brasileiro seria politicamente conservador, progressista em termos sociais e modernizante no aspecto tecnoburocrático, de forma que para Chacon (1977) o Estado Novo avançou na forma de estruturar o Estado Brasileiro.

A centralização do governo como uma reação ao federalismo imposto pela Constituição de 1891 aparece, para Skidmore (1982), no aumento do poder federal em detrimento do estadual e nas ações na educação; na supervisão da produção e exportação do café e de outros produtos agrícolas; na previdência social e nos sindicatos trabalhistas; e com a criação de indústrias estatais e de economia mista, e do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Esse fortalecimento do executivo federal teria ajudado a fundar um

regime realmente nacional, o que, nesse sentido, aproxima esse autor da visão dos ideólogos do regime. Assim, a estrutura administrativa do Estado Novo estaria organizada para atender a dois objetivos: governar de forma efetiva transformando o Brasil rapidamente e conceder poder pessoal à Vargas.

Skidmore (1982) identifica que Vargas teria conseguido neutralizar os políticos locais que antes interferiam na política nacional e teve seu regime sustentado pelas Forças Armadas. O novo regime perseguiria objetivos como bem-estar social e nacionalismo econômico, negligenciado pelo constitucionalismo dos governos anteriores, com uma ação antidemocrática e autoritária. Com essas modificações, segundo o autor, as relações entre o poder federal e estadual teriam sido alteradas de forma que o Brasil teve um governo federal muito mais próximo de ser realmente nacional.

Vargas, então, não teria seguido o exemplo do fascismo europeu, de acordo com Skidmore (1982), pois não criou ou organizou nenhum partido ou movimento político para sustentar seu regime. Isso faz com que o autor identificasse essa nova forma de governo como uma “criação altamente pessoal” (p.54) de Getúlio Vargas, uma vez que ele visava coordenar as mudanças sociais e o crescimento econômico brasileiro tirando proveito político disso.

Para Lauehass Jr. (1986), o Regime pode ser considerado autoritário, personalista e nacionalista, tendo sido instituído a fim de combater os problemas políticos e econômicos pelos quais o Brasil passava. O autor, de forma semelhante ao que dizem os ideólogos do Regime, afirma que o governo federal teria centralizado o poder político reduzindo os estados a unidades administrativas, o que teria permitido que as mudanças nacionalistas ocorressem com sucesso. Além disso, segundo Lauehass Jr. (1986), advogava-se a união nacional através de afirmação que o Brasil seria um todo, sendo que os estados tinham o mesmo peso e significação para o governo central e se estimulava o patriotismo tanto em relação aos imigrantes não-assimilados, quanto à participação do Brasil na II Guerra Mundial. Mas diferentemente dos autores da época do Estado Novo, Lauehass Jr. (1986) destaca o significado simbólico da Constituição de 1937, pois as medidas apresentadas não foram colocadas em prática, uma vez que Vargas governou por decretos.

Hilton (1987), por sua vez, distancia-se das ideias de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Almir de Andrade, ao identificar o Estado Novo como uma ditadura que montou uma máquina de repressão sem precedentes na história do país. Esse

governo teria tornado-se cada vez mais ativo, intervindo na organização social e econômica, de forma que o nacionalismo econômico recebeu impulso forte à medida que Vargas “promovia a industrialização intensa” (HILTON, 1987, p.9).

Propondo outra forma de estudar o período, a obra *História Geral da Civilização Brasileira*, no capítulo “O Estado Novo: estrutura de poder. Relações de classes”, apresenta uma percepção mais abrangente, que engloba as heterogeneidades e as complexidades do Estado com esferas de decisões diferenciadas. Assim, tenta fugir da forma comum de se caracterizar o Estado Novo brasileiro, através de uma visão unilateral que percebe apenas o controle do Estado sobre a sociedade e que apresenta os grupos sociais de forma passiva, sem considerar sua posição de subordinação ou de dominação,

Nesse capítulo são apresentadas, então, duas formas de estudar o período do Estado Novo, principalmente sob o ponto de vista da centralização e do fortalecimento do executivo federal: uma aborda a questão somente a partir do Estado e de suas ações para a sociedade, sendo que muitas dessas análises acabam repetindo ou ratificando o discurso dos ideólogos do período; e a outra, proposta neste artigo, pretende partir da sociedade, através dos grupos organizados, para verificar o quanto esses exerciam pressões sobre o governo – relativizando o caráter autônomo e homogêneo do Estado Novo e destacando a inter-relação entre Estado e sociedade.

Assim, a criação de um Estado forte viria de condições favoráveis nas quais setores diversos se mostravam incapazes de controlar a máquina política. Esse processo centralizador e de fortificação do governo central poderia ser visto como o ápice de uma crise de poder, onde o Estado Novo aparece como uma alternativa para incorporar ao Estado os conflitos e os interesses, ao invés de se realizar a divisão do Estado entre os setores dominantes.

Ao estudar a Constituição de 1937, a historiografia apresenta suas características e sua proximidade com as cartas dos regimes totalitários europeus, ou seja, diferem do discurso dos ideólogos para quem a Constituição de 1937 era fruto da observação das demandas e da realidade nacional. Os historiadores apontam, ainda, as diferenças entre esses regimes e o Governo brasileiro.

A Constituição de 1937, para Carone (1976), por exemplo, foi baseada nas Constituições de países onde imperavam regimes de força, sendo que as incorporações feitas na Carta brasileira diriam respeito às questões coercitivas e de limitação da liberdade e ao seu

conteúdo social e institucional, abrindo a possibilidade de se realizar experiências fascistas. Mas o autor conclui que Vargas pretendia realizar um governo autoritário e pessoal.

Seitenfus (2000) apresenta seis características da Carta estado-novista: ela permanece durante o Estado Novo de forma ilegal, pois o referendo que deveria aprová-la não ocorreu e Vargas governou através de Decreto-lei; o poder era exercido por um “chefe de Estado carismático” (p.92); no âmbito dos estados ocorre a indicação de interventores federais e a restrição da liberdade administrativa; o legislativo é suprimido; a economia nacional deveria ser organizada nos moldes corporativos pelo recém-criado Conselho de Economia Nacional; e o Estado assume a função de protetor do trabalhador, que tinha o direito a se sindicalizar, desde que esse órgão fosse reconhecido pelo Governo.

A partir disso, Seitenfus (2000) aponta a semelhança entre a Constituição brasileira e a Carta Italiana, especialmente em relação ao setor sindical, e a ideia de um Estado protetor, observando que a Constituição do Estado Novo foi uma compilação realizada por Francisco Campos da Carta Del Lavoro. Porém o autor ressalta que, apesar das inspirações fascistas na Carta do Regime brasileiro, Vargas, naquele momento, não estava visando uma aproximação ou uma identificação com esses países, mas em uma oportunidade de se manter no poder.

A Constituição de 1937, segundo Levine (2001), concedia todo o poder ao presidente da República, sendo influenciada pelas Constituições fascistas italiana e polonesa. Mas o autor concorda que o regime brasileiro nunca se tornou um fascismo militar, pois foi administrado por burocratas, e não por oficiais. Do fascismo, o Governo brasileiro teria incorporado a prática de se colocar como mediador entre interesses que estavam em conflito na sociedade civil. Assim, a harmonia apresentada era forçada. Por exemplo, o movimento trabalhista estaria sem autonomia, totalmente atrelado ao Governo, organizados em sindicatos, como os empresários, e negociariam de forma amistosa seus impasses, sem precisar fazer greves.

Através do estudo de aspectos da Constituição brasileira de 1937, Paulo Sérgio da Silva (2008) identifica o caráter centralizador e de reforço da autoridade do presidente da República. Na Carta ficava estabelecido a ele poderes praticamente ilimitados, que envolviam questões políticas, sociais e o destino do país. Com isso, o poder Executivo foi definido como a autoridade máxima do Estado, que deveria expandir para a máquina administrativa o princípio de concentração, a fim de torná-la “organizada, eficiente e econômica” (p.147).

Assim, de acordo com a Carta brasileira, o presidente da República estava em contato direto com o povo e fora investido de duros encargos a fim de garantir o apoio desse, pois exercia todo o seu poder em função do povo – daí seu caráter democrático e popular. Além disso, a Constituição transpareceria o caráter intervencionista do Estado e colocaria o interesse nacional acima dos interesses individuais.

No novo regime haveria um único centro de vontade, o Executivo Federal; havia poderes em um PODER: o presidente da República, chefe primaz do governo. Ao Legislativo e Judiciário restaram as insignificantes migalhas que escaparam à gana do Executivo federal, postando-se como figuras fantasmagóricas, meramente alusivas, empalidecidas diante do brilho estonteante do Executivo federal, cujo epicentro era a Presidência (SILVA, 2008, p.188).

Segundo o autor, as reorganizações do Estado brasileiro e das instituições militares se confundiram e a nova forma de ser dessas estava intimamente relacionada com as funções do governo. Cabiam às Forças Armadas a manutenção da ordem e o auxílio para a realização da centralização político e integração nacional, coordenadas pelo Executivo federal. Em termos constitucionais, essas instituições tornaram-se nacionais e permanentes, tendo como base a disciplina, a hierarquia e a fidelidade à autoridade do presidente de República.

Silva (2008) acrescenta que no regime brasileiro e no fascismo o Estado representava a “missão histórica da nação”; os direitos individuais eram reconhecidos, mas não podiam entrar em choque com os interesses do Estado; ambas viam na elite “a personificação do gênio do povo”; e previam a implantação de um sistema corporativo que assegurava a cooperação entre capital e trabalho; ambas eram antiliberais e negavam a necessidade de um parlamento. Como diferença, Silva (2008) destaca que não havia partido sustentando o Regime brasileiro e que a sua ascensão ao poder não foi o resultado de um ato revolucionário. Além disso, o Estado Novo não promovia a mobilização e organização das massas em milícias e buscou sua corporificação jurídica através de uma Constituição, fato ausente no fascismo e no nazismo. Dito isso, o autor conclui que o Estado Novo não pode ser considerado uma reprodução fiel do fascismo italiano, apesar de algumas semelhanças, principalmente no quesito liberdade individual.

Podemos perceber, assim, que existem proximidades e diferenças na forma de apresentar e caracterizar o Estado Novo entre a historiografia e os ideólogos, embora diverjam

nas explicações sobre elas, bem como no entendimento sobre o período. Os intelectuais da época – Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Almir de Andrade – as defendem, pois acreditavam que somente um regime como esse poderia fazer o Brasil crescer, se desenvolver e ocupar um lugar de destaque no cenário mundial. A historiografia, por sua vez, não defende esses valores, apenas constata sua aplicação no Estado Novo e os caracteriza, visando entender e definir esse período da história política brasileira.

No entanto, os intelectuais apresentados não fazem, em suas obras, referência direta ao envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, tendo em vista que, em sua maioria, elas foram produzidas antes. As ideias dos ideólogos do regime sobre isso podem ser encontradas no discurso presente na revista *Cultura Política*. Uma publicação de cunho oficial que teria como objetivo divulgar e aperfeiçoar constantemente a ideologia do regime (LAUEHASS JR., 1986), ou seja, adaptar os conceitos apresentados anteriormente às necessidades do momento, tendo em vista o fato de o Estado Novo ser um regime dinâmico, sendo o discurso sobre o envolvimento do Brasil na conflagração mundial um exemplo disso.

1.2 *CULTURA POLÍTICA* E O DISCURSO SOBRE A GUERRA

A revista *Cultura Política* foi editada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), na seção Imprensa, de acordo com a proposta desse departamento de editar materiais que transmitissem as ideias e os valores do Estado Novo. Publicada mensalmente, entre os anos de 1941 e 1945, era vendida nas bancas de revistas do Rio de Janeiro e de São Paulo (VELLOSO, 1982), estando disponível também para assinatura, conforme informação contida na folha de rosto da revista. Durante todo seu período de existência, Almir de Andrade foi quem a dirigiu, tendo sido escolhido diretamente por Vargas para essa atribuição.

A publicação já foi fonte de alguns trabalhos significativos sobre o período do Estado Novo no Brasil. Ângela de Castro Gomes (1982) utiliza os textos da revista com a finalidade de entender o significado dos termos “revolucionário” e “democrático” atribuídos ao projeto político do Estado Novo; bem como compreender o que era democracia para esse regime. A mesma autora volta a utilizar essa fonte para constituir o livro “Historias e historiadores”, onde direciona seu foco na análise da seção “Brasil social, intelectual e artístico”, visando

discutir a política cultural desse período e entender qual história do Brasil estava sendo escrita na revista e que lugar a história ocupava no discurso do regime.

Mônica Pimenta Velloso (1982) realiza a análise e a comparação da revista *Cultura Política* com a publicação *Ciência Política*, a fim de estabelecer a diferenciação das tarefas no campo ideológico. A pesquisa selecionou como temas principais para a análise a recuperação do passado, a construção do mito Vargas, a relação entre consenso e força na nova ordem e a nova concepção de política. Raul Antelo (1984), por sua vez, prioriza a seção “Brasil social, intelectual e artístico” em sua análise, a fim de examinar o panorama político sob o ponto de vista da crítica literária.

Silvana Goulart (1990), ao analisar as características do período entre 1930 e 1945, quando o Estado assumiu o monopólio dos meios de comunicação, e verificando os processos, as conjunturas e os atores, utiliza a revista *Cultura Política* como parte da pesquisa que visa estudar o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e seu correspondente estadual (DEIP), tomando como exemplo as atividades desse órgão em São Paulo. Para tal, a autora utiliza os editoriais da revista, textos e discursos assinados por Vargas e os sub-editoriais da seção “Brasil social intelectual e artístico”. Por fim, Adriano Nervo Codato e Walter Guandalini Jr. (2003) selecionaram 124 artigos de seções diversas da revista, objetivando identificar os principais argumentos do pensamento político autoritário e traçar o perfil do corpo de colaboradores, estabelecendo a relação entre autores e ideias.

Nota-se, com essa breve apresentação, que esses trabalhos, em linhas gerais, utilizam *Cultura Política* a fim de identificar, entender e analisar a estrutura político-ideológica do regime e o pensamento, o discurso que atribuía conceitos e características ao Estado Novo. No presente trabalho, no entanto, utilizamos os textos dessa publicação que falam sobre o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, utilizando-se dessa conflagração e da participação do Brasil nela para definir, explicar ou justificar a política externa e interna do governo e o que ele esperava da sociedade. Entendemos que essa revista apresenta um caráter dinâmico de atualização e complementação do pensamento intelectual, de acordo com o momento político e as necessidades do Regime, sendo o discurso sobre o envolvimento do Brasil no conflito mundial um exemplo disso.

1.2.1 Princípios, definições e funções

Em março de 1941, o editorial de abertura da revista *Cultura Política*, assinado por Almir de Andrade, apresenta as diretrizes que a publicação deveria seguir. A revista teria o objetivo de definir e esclarecer os novos rumos que o Brasil estava tomando política e socialmente. Segundo seu diretor, ela seria “um espelho do Brasil¹⁰”, pois refletiria tudo o que os brasileiros eram e pensavam em todas as áreas (política, economia, técnica, artes, letras e ciências), através de textos que viriam de todas as gerações e de todas as cidades do país.

Almir de Andrade afirma que o Brasil estava procurando soluções realistas e humanas para os problemas que atingiam o mundo, principalmente em relação à democracia moderna. A crise social e econômica estaria arrastando a humanidade para uma nova era, com novas formas de organização da vida. O ideal democrático deveria, então, aproximar o governo do povo, de forma que o primeiro pudesse realizar seus fins políticos, mas também garantir a cultura, a alegria e o bem-estar de todos.

O Brasil teria vencido as dúvidas e os medos, traçando o rumo que seria seguido diante das questões futuras. Esse caminho seria o do nacionalismo e da união nacional. Isso fica explícito quando Almir de Andrade afirma que o país estava voltado para dentro de si a fim de se sentir e se compreender melhor, sendo possível criar, produzir e aperfeiçoar as realizações em todas as áreas, e quando diz que havia entre os brasileiros um sentimento forte de unidade que os aproximava. Dessa forma, unido, com seus cidadãos esquecendo as desavenças e as diferenças de opinião, o Brasil estaria enfrentando a crise mundial.

Assim, segundo seu diretor, a revista *Cultura Política* teria como meta apresentar e explicar as nuances dessa escolha, do rumo tomado pelo Brasil para enfrentar as situações que teriam sido geradas pela crise mundial, frutos de um processo natural de evolução social, conforme explica Andrade nesse editorial.

No editorial de abril de 1941, ou seja, o texto que introduz o segundo número da revista, Almir de Andrade, segue definindo os objetivos de *Cultura Política*. Nesse texto, o autor explica o traço de união que existiria entre a cultura e a política. Segundo ele, “a cultura põe a política em contato com a vida, com as mais genuínas fontes da inspiração popular. A

¹⁰ ANDRADE, Almir. A evolução política e social do Brasil. In: **Cultura Política**, 1941, nº 1 p.8.

política empresta à cultura uma organização, um conteúdo socialmente útil, um sentido superior de articulação para o bem comum¹¹”. Com isso, a publicação sob sua direção deveria despertar, fortalecer e ampliar a consciência política que deveria ter todo o esforço cultural. A ideia de que a revista deveria “espelhar o Brasil sob todas as suas faces¹²” é reforçada pelo autor, que atribui a isso a função de demonstrar o quanto a consciência nacional em torno dessa ligação entre política e cultura estaria surgindo como o resultado da evolução da mentalidade social brasileira.

Dessa forma, o Brasil não veria mais a política como um lugar de discussões estéreis, onde as facções se enfrentavam, mas como expressão da organização da cultura popular “em toda sua pujança, espontaneidade e realismo”. Segundo Almir de Andrade, essa nova visão da política seria um dos aspectos mais importantes das mudanças sociais ocorridas no Brasil – e isso seria apresentado pela revista.

A historiografia apresenta *Cultura Política* como uma das principais fontes responsáveis pela produção do discurso ideológico do regime, ou do discurso oficial. Por isso é considerada órgão oficial do Estado Novo e voz oficial da sua proposta. Assim, um dos seus principais objetivos, apontados por quem já a estudou, era legitimar o regime e criar nos leitores uma consciência nacional e política.

Velloso (1982) define *Cultura Política* como uma verdadeira central de informações voltada para a questão da organização e da legitimação do Estado Novo, produzindo o discurso oficial. Através das características da revista, a autora conclui que o projeto ideológico do Estado Novo era eficiente e tinha alto grau de elaboração na montagem estratégica discursiva. Para essa autora, a revista apresenta um discurso característico por ter grande argumentação teórica, “permeado de concepções filosóficas sobre a natureza do Estado e da nação, do lugar do indivíduo na ordem política, do exercício da autoridade, etc” (VELLOSO, 1982, p.80).

Endossando o ponto de vista apresentado, Gomes (1982, p.111) considera que a revista foi “uma das principais fontes de produção da ideologia do regime” e que o material divulgado neste periódico pode ser visto como um dos exemplos mais bem acabados da proposta política do Estado. Conclui que os artigos publicados formavam um conjunto que

¹¹ ANDRADE, Almir. Política e Cultura. In: **Cultura Política**, 1941, nº 2 p.7.

¹² Idem.

poderia ser analisado partindo de sua “temática orientadora central”, embora fosse preciso guardar certo distanciamento das especificidades de cada autor.

A finalidade de *Cultura Política*, para Lauehass Jr. (1986), seria a de aperfeiçoar constantemente a ideologia do regime e promover um maior conhecimento da totalidade da cultura popular e seu relacionamento com as diversas políticas e programas do novo regime. Disseminando de forma rotineira informações específicas sobre o governo, fazia a sua propaganda, mas também procurava definir e esclarecer os rumos fundamentais da Nação, despertar a consciência política dos brasileiros de todas as partes do país e canalizar as suas energias para o bem comum.

Goulart (1990) ressalta que a publicação foi a de maior fôlego, a mais completa e a mais importante do gênero, reunindo, inclusive, a nata da intelectualidade oficial. Segundo ela, o objetivo da revista era fazer a propaganda doutrinária do regime, criando em seus leitores uma consciência política e nacional, sendo o principal instrumento do DIP – e seu porta-voz. Ou seja, uma publicação oficial que veiculava o pensamento autoritário, divulgava e explicava ao seu público as mudanças trazidas pelo regime e, por isso, o justificava e o legitimava (Goulart, 1990). Assim, a revista teria sido a voz oficial da proposta estado-novista com um discurso direcionado diretamente para a propaganda do regime (GOMES, 1999).

Codato e Guandalini (2003), por sua vez, entendem que a revista desenvolvia função ativa de sistematização do discurso oficial, fundamentando suas ideias em autores clássicos do pensamento político e em representantes do pensamento autoritário do Brasil.

O corpo de colaboradores da revista era formado por “grandes intelectuais”, de acordo com a pesquisa realizada por Velloso (1982), ou seja, por aqueles que eram capazes de produzir as bases do discurso do Estado Novo.

Em síntese, a *Cultura Política* congrega os “grandes intelectuais” responsáveis pela criação de uma determinada concepção de mundo, informadora do discurso autoritário. A importância desses intelectuais é notória no conjunto do projeto ideológico estado-novista, dado que os seus discursos servirão como paradigma para toda uma camada de “intelectuais médios”, que se prontificarão a difundi-lo para o conjunto da sociedade (VELLOSO, 1982, p.81).

A autora considera que *Cultura Política* refletia a complexidade da incorporação dos intelectuais, devido à diversidade do seu quadro de colaboradores. A partir disso, Bastos (2003) entende que existem dois grupos de colaboradores: aqueles que assinam os artigos que explicam e justificam o projeto estado-novista, que comentam as palavras do presidente e divulgam as ações do regime e aqueles que escrevem sobre assuntos secundários (literatura, folclore, situação regional, entre outros). Segundo esse autor, os escritores desse segundo grupo colaboravam para legitimar o regime de forma indireta ou sem consciência do fato.

Já a partir de 1942, quando a entrada do Brasil no conflito mundial parecia próxima, segundo Lauehass Jr. (1986), pode-se identificar uma modificação no periódico, conferindo a assuntos militares e de defesa nacional um maior espaço na revista, que passaria a ter um formato menos rígido. Além disso, este autor também observou que, após a entrada oficial do país na Guerra, houve a publicação de uma variedade maior de assuntos sobre todas as questões nacionais que, segundo ele, visavam demonstrar o quanto Vargas se preocupava com todos os aspectos da vida do país.

A esse respeito, Gomes (1999) esclarece que a revista teria passado por duas fases marcadas por maneiras diferentes de organizar as seções e por objetivos diversos. A primeira, constituída do início da publicação até maio de 1942, apresenta seis seções fixas e teria como finalidade as questões expostas anteriormente. A segunda, iniciada em maio e intensificada quando o major Coelho dos Reis assume o DIP e, logo em seguida, o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália, apresenta um aumento no número de seções, que deixam de ser fixas, e recebe maior número de colaborações dos militares e de técnicos. Segundo essa autora, o objetivo principal de *Cultura Política* nesse momento seria o de conscientização e de mobilização da sociedade brasileira para a II Guerra Mundial, pois “sem deixar de ser um ‘espelho do Brasil’ passa a implementar uma diretriz que visava basicamente ao desenvolvimento e à difusão de uma ‘cultura militar’, voltada para a ‘segurança da pátria’ e destinada a garantir a ‘defesa nacional’” (GOMES, 1999 p. 130).

Entendemos, porém, que a divisão da revista em duas fases ocorre apenas em relação à sua organização estrutural em seções. A mudança de objetivos, no nosso entendimento, não teria ocorrido, uma vez que lemos nesses textos sobre o envolvimento do Brasil no conflito mundial a atualização dos conceitos que fundamentavam e explicavam o Estado Novo. O que observamos, na verdade, é a adoção de uma nova estratégia para apresentar os valores e as ideias do regime, adequada ao contexto e às necessidades do esforço de guerra no Brasil.

Entendendo, assim, a revista como um meio dinâmico de atualização e complementação do pensamento intelectual, de acordo com as necessidades de cada momento, o discurso contido nos textos sobre a guerra e sobre a segurança nacional, por exemplo, continuaria tendo o objetivo de realizar a propaganda do regime, explicando e justificando suas ações.

Corroborando com essa percepção, em 1945, três números de *Cultura Política* apresentam uma versão mais popular e de maior tiragem (Bastos, 2003), alterando tanto seu tamanho, com dimensões de largura e comprimento menores, quanto seu volume, passando a ter em torno de cem páginas. A diagramação também é alterada e lembra a publicação estadunidense *Seleções do Reader's Digest*, com o objetivo de atingir um público maior. Para tal, sua distribuição se tornou responsabilidade de Fernando Chinaglia, que também cuidava da revista estadunidense (Antelo, 1984). Inaugurando a nova fase, o editorial intitulado “Cultura Política em sua nova fase¹³” retoma os objetivos e a finalidade da revista apresentados no primeiro editorial da publicação e faz um balanço dos assuntos abordados e do número de colaboradores que ela apresentou em quatro anos de existência – o que, a nosso ver, deixa claro que, em 1945, a publicação mudava seu formato, mas queria manter os mesmos objetivos de quando foi criada.

Segundo esse artigo, a revista havia, nos seus 50 primeiros números, cumprindo com sua finalidade e atingido considerável sucesso, pois os textos nela publicados serviram de fontes de referência e de consulta para os estudiosos do Brasil e do exterior. Além disso, muitas vezes, artigos e reportagens foram reproduzidos em separatas, citados e comentados em revistas e livros dos países hispano-americanos e, sobretudo, dos Estados Unidos, de forma que a publicação era “conhecida, lida e procurada em mais de uma centena de bibliotecas e de universidade americanas” (p.6).

Na sequência, o editorial justifica as mudanças realizadas: ser mais acessível ao grande público, pois teria possibilidades materiais de maior tiragem e de melhor difusão. Seu formato era “menor e mais leve”, “mais portátil, menos pesado, de papel mais fino” (p.6), embora mantivesse essencialmente o mesmo conteúdo abordado em seus outros números. Assim, em sua primeira fase, a revista visou se difundir e firmar sua reputação definitivamente entre os meios intelectuais. Mas pelo tamanho e pela técnica de confecção, não era possível realizar a “extensa educação popular e divulgação em massa”. Com essa nova versão, a revista poderia, então, alcançar maior divulgação, se transformando em útil

¹³ “Cultura Política” em sua nova fase. *Cultura Política*, agosto, 1945. nº 51.

instrumento de “cultura popular”. Porém, por fim, o editorial ressalta que a coerência sempre havia guiado a revista e continuaria assim, sendo que o programa traçado para essa nova fase era o mesmo do primeiro número da revista, pois “o programa de ontem é o programa da hoje” (p.7). Por isso, o editorial da revista nº 1 é reproduzido na íntegra.

A partir disso, podemos considerar que, se em 1945, com o Estado Novo perto de seu fim, Almir de Andrade retoma os objetivos e os propósitos da revista, apresentados em seu primeiro número – visando deixar claro que as mudanças apresentadas eram apenas estruturais e não de conteúdo – fica mais evidente que em 1942 a revista modificava a sua forma de organização em seções, mas seguia sua proposta de realizar a propaganda do regime, sendo que os assuntos referentes à guerra ou a questões militares colocam-se, em muitos casos, a serviço desse objetivo.

1.2.2 O discurso sobre a guerra

Conforme dito anteriormente, desde 1941, a revista *Cultura Política* publica artigos referentes ao envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial, sendo possível encontrar vários artigos sobre as Forças Armadas e sobre a política externa brasileira. Mas a partir de 1942, após o Brasil romper relações diplomáticas e comerciais com o Eixo, e, principalmente, após declarar o estado de beligerância com a Alemanha e a Itália, aumentam o número de artigos sobre as Forças Armadas, sobre a defesa nacional, sobre a necessidade de mobilização total, sobre a política externa brasileira e sobre a guerra propriamente dita. Embora a apresentação da análise desse material ocorra nos próximos capítulos, iremos enunciar aqui os principais pontos do discurso da revista sobre a participação do Brasil na Guerra, realizando um diálogo com a historiografia sobre o tema.

De um modo geral, podemos dividir o envolvimento do Brasil na II Guerra Mundial em dois momentos: a neutralidade, quando o governo apoiava a política estadunidense de união americana para a defesa comum, mas mantinha comércio com a Alemanha, barganhando entre esse país e os Estados Unidos para a aquisição de material militar e para a construção da siderurgia pesada no Brasil; e a participação do Brasil nesse conflito ocorrido com o rompimento das relações com o Eixo e com a declaração de Guerra, ou seja, com o alinhamento oficial com os Estados Unidos e com os Aliados. Essa fase é caracterizada pelo

envio de matérias-primas fundamentais para o esforço de guerra aliado; pela presença de estadunidenses no Nordeste brasileiro utilizando a área para a defesa continental e como trampolim para as operações na África e na Europa; e, por fim, pelo envio da FEB para lutar na Itália.

Sobre o período em que o Brasil se mantém neutro no conflito, *Cultura Política* apresenta o país completamente alinhado com os Estados Unidos e com a política de união continental. Em seus textos, os articulistas se esforçam em justificar a ação da diplomacia do Brasil sempre ao lado dos EUA, através do argumento da existência de uma tradicional amizade entre ambos e de uma tradicional diplomacia brasileira que sempre esteve voltada para conseguir concretizar a união de todos os países americanos. Assim, a dúvida, o jogo duplo, que Vargas teria exercido com a Alemanha e com os Estados Unidos, nada disso existia para a revista que apresenta o Brasil sempre apoiando as políticas estadunidenses e cumprindo com os acordos das Conferências Pan-americanas.

Além disso, os artigos apresentam outra questão relevante: a defesa da soberania nacional. Essa se expressa através do discurso sobre a não-intervenção de um Estado nos assuntos internos do outro; dos argumentos de respeito dos países à organização política de cada nação, ou seja, um estado deveria poder ter o sistema que melhor se adaptasse às suas necessidades e os demais deveriam o reconhecer e o aceitar; e através do um esforço em diferenciar a política interna brasileira da política externa desenvolvida pelo governo Vargas.

A esse respeito, o artigo de Almir de Andrade, “A soberania internacional do Brasil¹⁴” é significativo, pois o discurso apresentado se propõe a explicar que o regime de governo brasileiro seria fruto das condições sociais do país e das tradições nacionais e que, portanto, não interferiria na política externa, oriunda da tradicional diplomacia brasileira. Sendo assim, o Brasil teria o direito soberano de ter qualquer regime de governo e continuar sua política de solidariedade com as Américas. Aliás, segundo o autor, ao longo da história brasileira, as mudanças internas nunca teriam afetado as atitudes da política externa.

¹⁴ ANDRADE, Almir. A soberania internacional do Brasil. In: **Cultura Política**, maio, 1941, nº 3, p.5 - 8.

Por si mesmo, o regime de 10 de novembro de 1937 não alterou a linha tradicional da diplomacia brasileira da Primeira República, assim como a revolução de 15 de novembro de 1889 não alterou a linha diplomática da política imperial. A mudança de regime político interno não influe, por si mesmo, na orientação da política externa: eis um princípio essencial, que sempre esteve explícito ou implicitamente contido na conduta do Brasil, há mais de um século (p. 7).

Assim, devido ao cenário de guerra no mundo e de polarização ideológica, vemos que existia a preocupação da revista em reforçar as ideias dos ideólogos do regime, principalmente as que se referem ao caráter nacional das instituições brasileiras, a fim de justificar a postura do Regime, internacionalmente. Ou seja, a situação interna do Brasil estaria inserida na lógica da necessidade e da realidade nacional – logo, era próprio para as condições e demandas brasileiras. A política externa, por sua vez, estaria sendo desenvolvida de forma coerente com uma tradição brasileira, portanto, não estaria relacionada com a política interna, não sendo, também, contraditória a ela.

A historiografia, no entanto, caracteriza a fase da neutralidade brasileira pela presença das negociações do apoio do Brasil no conflito mundial, sendo esse processo complexo por envolver questões políticas e econômicas. Ou seja, esse teria sido o momento do encontro dos planos econômicos do Brasil, visando maior autonomia e desenvolvimento nesta área; com as ambições hegemônicas dos Estados Unidos no continente americano; e com os interesses comerciais e ideológicos da Alemanha. Equipamentos militares, recursos financeiros e técnicos para erguer a grande siderurgia no Brasil eram as principais exigências do governo brasileiro. O interesse da Alemanha e dos Estados Unidos pelo Brasil teria sido usado com habilidade pelos estadistas do país, a fim de garantir esses recursos fundamentais para o desenvolvimento e o crescimento do mesmo.

Mas apesar das diferentes formas de analisar a questão, ou das diferentes fontes utilizadas para tal, a maioria dos autores concorda que a autonomia brasileira na sua política externa, principalmente para escolher seus aliados na Guerra, era relativa, de forma que mesmo antes da declaração oficial, em 1942, o Brasil já demonstrava apoio ao Estados Unidos, fosse nos encontros pan-americanos, fosse com a assinatura, em 1941, de acordos para o fornecimento de produtos estratégicos, ou com o trânsito de aeronaves estadunidenses nos aeroportos de Belém de e Natal. Dessa forma, a opção por um alinhamento com a Alemanha é apresentada mais como uma ameaça colocada aos EUA, como forma de

aumentar o poder do Brasil na conquistas de suas exigências, do que como uma possibilidade real.

Sobre a neutralidade brasileira em 1941, Edgard Carone (1976) diz que era apenas um desejo do governo brasileiro, bem como de outros países sul-americanos, pois cada vez mais estavam presos a Washington por ser este o único mercado estável que se apresentava, embora a pressão para a colaboração com os EUA ocorresse em termos culturais e militares. O autor identifica, nesse mesmo ano, um acordo firmado que regulava as atividades da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Oficiais de Estado Maior, onde o Brasil se comprometia a ajudar a defesa do Continente construindo bases aéreas e navais, permitindo o uso delas por outros países americanos e organizando a defesa da sua costa. Em contrapartida, os Estados Unidos prometiam colocar suas tropas na defesa do Brasil e auxiliar este com armamentos.

Com isso, esse autor entende que, já em 1941, Brasil e Estados Unidos negociavam os termos da colaboração mútua. Mas afirma que o impasse e o efetivo alinhamento brasileiro com os Estados Unidos ocorrem quando esse país foi atacado pelo Japão e declara guerra, pois imediatamente o Brasil teria manifestado sua solidariedade ao governo estadunidense. Sendo assim, a Terceira Reunião de Consulta aos Ministros das Relações Exteriores Americanos apenas concretizaria o rompimento do Brasil com o Eixo.

Roberto Gambini (1977) diz que as opções que o Estado Novo tinha no duplo jogo da sua política externa eram apenas aparentes, pois mesmo mantendo relações com a Alemanha sem disfarçar, o Brasil estaria inserido no contexto continental que paulatinamente o forçava para a união americana; além disso, o país honraria os postulados da Política da Boa Vizinhança. Para esse autor, as manobras da política externa de Vargas consistiam em vender e comprar do país europeu, mas aderir à implantação da política de solidariedade continental realizada pelos Estados Unidos que teriam conhecimento da importância estratégica do Brasil na conflagração mundial.

Esse autor conclui que o longo período de hesitação do governo de Vargas em assumir um compromisso definitivo com qualquer um dos lados pode ser interpretado como uma forma de evitar uma aliança que não poderia ser anulada ainda quando o destino do conflito era incerto. Quando a possibilidade de vitória aliada ficou clara, aceitar o estado de

beligerância seria uma consequência ou o desenvolvimento natural – dada a relação de dependência existente.

Gerson Moura (1980), no entanto, não diz explicitamente que o Brasil já colaborava com os EUA antes de 42. Na sua análise, esclarece que o Brasil estava buscando vantagens com esse país e se aproximava cada vez mais dele, mas enquanto não recebia nada de concreto também não concedia o que os EUA queriam. Assim, o governo brasileiro tentaria otimizar seus ganhos ao explorar a disputa entre Alemanha e os Estados Unidos, embora houvesse limites a isso, tendo em vista a situação de dependência da economia nacional. Mesmo assim, sob o ponto de vista do autor, o governo de Vargas soube obter os benefícios que a situação oportunizava, ao se manter entre os dois rivais.

O autor não concorda com Gambini (1977) quanto às limitações da política externa brasileira no período, que apresentaria possibilidade de ganhos apenas por causa de uma crise nas economias centrais. Moura (1980) demonstra em sua pesquisa que, mesmo havendo crises, a possibilidade de tirar proveitos disso dependeria de uma política de Estado. Além disso, entende que seu estudo mostra que o alinhamento é um processo de negociação longo que implica em haver alguma força em ambos os lados, e não um imperativo geográfico ou econômico. Por isso, o autor alerta que para entender o alinhamento brasileiro seria preciso reconhecer todas as limitações e as responsabilidades, para que a análise sobre a política externa brasileira não caia em determinismos.

Stanley Hilton (1987) segue a mesma ideia de Carone (1976) e Gambini (1977), pois defende que o Brasil se manteve fiel aos preceitos do pan-americanismo e à sua amizade com os Estados Unidos, mesmo com a aparente solidariedade do governo brasileiro com o Eixo. Concorda, ainda, que foi no período anterior a 1942 que foram estabelecidas as bases da colaboração econômica e militar desses dois países.

A percepção da importância do Brasil para a Alemanha e para os Estados Unidos teria feito com que Vargas se esforçasse por conseguir vantagens dos dois lados, mas no final de 1940 o governo brasileiro estaria convencido de que seria mais vantajoso estar ao lado do país americano, uma vez que ele poderia proteger a nação e dar maior segurança para o comércio externo brasileiro. Apesar dessa constatação, o Brasil agiria de forma lenta e com cuidado, levando em conta a opinião civil e militar. Segundo McCann (1992), isso ocorria mais em função de pressões internas do que por ameaças do Eixo, tendo sido essas pressões

que teriam mantido as relações entre Brasil e Estados Unidos – incertas até 1942 –, embora não fossem suficientes para reverter a cooperação iniciada em 1940.

Por isso, McCann (1995) afirma que durante a guerra o Brasil elevou ao máximo a tendência de sua política externa de se aproximar de forma inflexível dos Estados Unidos, disposição essa que teria iniciado com o ministério de Rio Branco (1902 – 1912). Assim, apesar da campanha alemã, que visou ligar o Brasil ao Terceiro Reich, a aliança com o país norte-americano foi fortalecida e renovada.

Ricardo Seitenfus (2000) apresenta a trajetória das aproximações e dos distanciamentos realizados pelo governo brasileiro desde 1930, dos Estados Unidos e da Alemanha, até o definitivo alinhamento brasileiro com o país americano em 1942. Segundo ele, um dos principais pontos do programa da Vargas era a implantação do complexo siderúrgico, e isso teria condicionado a atitude brasileira em relação aos Estados Unidos e à Alemanha durante a II Guerra Mundial. Antes do conflito mundial, a diplomacia brasileira não teria explorado de forma sistemática as rivalidades internacionais, com o intuito de conseguir realizar a política de desenvolvimento nacional, principalmente em relação à grande siderurgia e ao fornecimento de equipamentos militares. Assim, com o início da conflagração, o Brasil teria aumentado seu fraco poder de negociação para essas questões.

Seitenfus (2000) discorre, ainda, sobre as duas linhas de atuação da política externa brasileira para conseguir vantagens para o desenvolvimento do Brasil. Apresenta o papel relevante da diplomacia brasileira nos encontros pan-americanos ao longo da década de 30 e 40, no sentido de exercer uma política de mediação entre a América espanhola e os Estados Unidos e, conseqüentemente, de apoiar a política estadunidense de união continental para a defesa comum. Explicita, contudo, que o governo brasileiro exigia em contrapartida um tratamento diferenciado em relação às demais nações americanas, que deveria ir “muito além dos compromissos previstos pelas conferências pan-americanas e das intenções dos Estados Unidos” (p.204). E mostra de que forma ocorriam as relações do Brasil com a Alemanha, nesse período, que fez com que os estadunidenses acreditassem, pelo menos até 1942, que o país poderia alinhar-se com qualquer um dos lados.

Mas o autor conclui que a partir de 1938 a política externa brasileira segue princípios que a orientaram para um entendimento, visto como necessário, com os Estados Unidos.

Antes de março de 1938, a posição brasileira é bem menos explícita. A existência de vínculos econômicos, políticos, policiais e ideológicos com as potências do Eixo, até início de 1938, constitui uma ameaça para a democracia e para a solidariedade pan-americana. A inflexão se origina no ingresso de Oswaldo Aranha no governo, à frente do Itamaraty, e na campanha nacionalista no sul (p.324).

Assim, o jogo duplo realizado por Vargas deveria ser compreendido como parte da tentativa brasileira de aumentar sua capacidade de negociação com os Estados Unidos. A constatação fundamental a que o autor chega a partir do conjunto de sua pesquisa é de que o Brasil não teve grande autonomia nas suas relações exteriores, de forma que não pôde “levantar a voz” (p.327), sendo forçado a compor e sofrer, ao invés de fazer sua política externa.

Corsi (2000) identifica que o processo de alinhamento do Brasil com os Estados Unidos iniciou em 1939 e terminou em 1942, embora esse período, para o autor, não tenha sido tranquilo, tendo em vista que Vargas havia deixado espaço para uma rápida guinada na sua política externa. Dessa forma, para esse autor, Getúlio Vargas só assumiria compromissos definitivos quando teve apenas uma possibilidade e, mesmo assim, somente depois de obter as vantagens materiais e políticas que almejava. Assim, a guerra teria acabado com a possibilidade de se desenvolver uma política externa independente, pois o aumento da aproximação com a Alemanha havia ficado prejudicado, tornando o país mais vulnerável às pressões estadunidenses.

Robert Levine (2001) entende que essa indecisão de Vargas de se alinhar abertamente com os Estados Unidos ocorreu pelo receio que o então presidente tinha de acabar com as chances de independência econômica brasileira no pós-guerra. Dessa forma, teria sido a inevitabilidade da diminuição da soberania brasileira que o teria deixado “com um sorriso sardônico diante da troca feita” (p.101), e não qualquer admiração pelas doutrinas totalitárias do Eixo. Mas esse autor não questiona se a possibilidade de um alinhamento brasileiro com a Alemanha era real, ele se detém em apresentar as negociações para a obtenção de armamentos, demonstrando que caso o governo brasileiro não conseguisse isso com os Estados Unidos, obteria com a Alemanha – e disso resultaria um alinhamento aberto com esse país.

Essa idéia de que o governo brasileiro tinha uma autonomia relativa para escolher seus parceiros no plano internacional é estudada por Alves (2002). Esse autor se diferencia

dos demais ao pretender despersonalizar as decisões tomadas no período e realizar uma análise sob o ponto de vista estruturalista dos acontecimentos. Ou seja, parte dos fatos internacionais da II Guerra Mundial para explicar o envolvimento do Brasil nela, relativizando, assim, o poder de escolha do governo brasileiro em relação ao seu apoio no conflito mundial. Para ele, em função da guerra, a capacidade de ação dos estados periféricos se torna mais restrita, porém, seria possível negociar seus alinhamentos ao “poder regional preponderante” (p.41), antes que esse possa exigí-lo – sendo, então, esse o espaço disponível para a habilidade e a maestria política das lideranças desses países periféricos.

Com isso, o autor retira parte da responsabilidade dos políticos brasileiros em relação aos ganhos conseguidos pelo Brasil durante o período, e as coloca sobre o contexto histórico e político existente:

Uma política exterior norte-americana especialmente sagaz, preocupada em formar as bases para a futura projeção de poder do país em direção aos *fronts* de combate no Velho Mundo, através da negociação com os governos dos países periféricos da América Latina, concedendo-lhes iguais *status* político (princípio da igualdade entre os Estados soberanos) como forma de trazê-los pacificamente para seu bloco de poder. Esse panorama geral era fértil para a consagração de ganhos por parte dos parceiros da América Latina subordinado aos EUA (p.137).

Dessa forma, para Alves (2002), no período em que o Brasil ainda não havia oficializado seu apoio a nenhum dos lados na Guerra, continuava sua aproximação dos Estados Unidos, mas informalmente incrementava seu comércio com a Alemanha. Queria desenvolver relações comerciais com a Europa, mas não relações políticas. Por isso, alinhava-se com os Estados Unidos através das declarações de apoio aos princípios de união continental e de livre comércio; e da manutenção de uma postura condescendente nas Conferências Pan-Americanas em relação à política estadunidense. Alves (2002) afirma que o comércio do Brasil com o país nazista poderia ser mantido desde que não causasse problemas políticos com os EUA, pois esse país passava a ideia de aceitar essa situação.

A Terceira Reunião dos Chanceleres, realizada no Rio de Janeiro, é, no entanto, sob nosso ponto de vista, o ponto final dessa primeira fase sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, uma vez que a partir dela ocorre definitivamente e de forma oficial o fim das incertezas e o alinhamento do país com os países que lutavam contra o Eixo – e não quando o Brasil se declara solidário ao país de Roosevelt, conforme sugere Carone (1976).

Segundo McCann (1992), a declaração oficial do apoio aos Estados Unidos e o consequente rompimento das relações comerciais e diplomáticas com os países do Eixo só foram autorizados no final da III Reunião, mediante a promessa de o país norte-americano fornecer armas e equipamentos às forças armadas brasileiras, o que ocorreu “literalmente no último momento” (p. 208). Segundo esse autor, após a decisão de romper com o Eixo, a permanência de Vargas no poder estava na dependência de provar que a aliança com os EUA traria bons frutos para o Brasil – fornecimento de assistência militar e econômica, ou seja, segurança e desenvolvimento.

Com a ruptura das relações comerciais e diplomáticas com os países do Eixo, o Brasil passa a colaborar oficialmente no esforço de guerra dos Estados Unidos e, conseqüentemente, dos Aliados. O país participa então da guerra, primeiro como uma neutralidade questionável e posteriormente declarando o estado de guerra contra Itália e Alemanha.

A participação do Brasil na Guerra, abordada em *Cultura Política*, versa sobre a eficiente colaboração do Brasil com os Estados Unidos e com os Aliados no fornecimento de matérias-primas, no patrulhamento do Atlântico Sul por mar e pelo ar, na relevância das bases do Nordeste brasileiro nas ações dos Aliados na luta contra o nazismo e no envio de tropas brasileiras para lutar na Europa. Isso faz com que se desenvolva uma conclusão recorrente nos textos: essa participação do Brasil no conflito mundial era muito importante. Além disso, lemos as justificativas para todo esse envolvimento. O Brasil é apresentado como o herdeiro de uma tradição pacífica, que se envolveria em guerras apenas para se defender. Assim, além de estar cumprindo com sua tradição de solidariedade continental, estaria no conflito para defender sua soberania, ofendida com os ataques a seus navios.

A partir dessas ideias, os artigos justificam, por exemplo, a necessidade de mobilização da economia nacional, transformando-a em economia de guerra. Nesse ponto verificamos a atualização do pensamento dos ideólogos do regime, pois se em uma situação de paz o ideal para o país era um regime centralizado e com autoridade para intervir na vida econômica e social, em tempo de guerra total, onde todas as forças da nação estariam a serviço de um bom desempenho militar, isso passaria a ser um imperativo, uma necessidade. O Estado Novo, então, por ser um governo com essas características, teria tomado todas as providências legais para realizar a segurança nacional. Intervindo e transformando a economia nacional de paz em economia de guerra, teria tomado medidas para defender o povo das

consequências desse conflito, sem interromper os incentivos para o desenvolvimento industrial brasileiro. Teria, ainda, reorganizado, disciplinado, reintegrado as Forças Armadas na sua finalidade, não poupando sacrifícios para assegurar o aparelhamento dessas instituições.

Como o Regime estaria cuidando para que a nação continuasse em ordem, mesmo estando em guerra, toda a população deveria colaborar com o governo. Da mesma forma, justifica-se a necessidade de mobilização da população, principalmente dos trabalhadores, transformados em soldados de retaguarda. Assim, segundo a revista, deveria-se desenvolver nos brasileiros o sentimento de patriotismo e de união que envolveria o amor à pátria e o senso de sacrifício por ela, de forma que todos deveriam se sentir brasileiros, unidos por uma só bandeira, por um só hino e por uma só língua.

Em relação ao envio de soldados brasileiros para a Europa, as ações da Força Expedicionária Brasileira, segundo *Cultura Política*, demonstravam a grandeza e a amplitude do Regime, pois além da elevação do nome do Brasil através da bravura e da determinação da juventude das forças armadas, havia sido no Regime que eles forjaram suas convicções de homens livres.

Para a historiografia consultada, a participação brasileira na guerra através do fornecimento de matérias-primas e da instalação de bases militares no Nordeste brasileiro começou a entrar em prática, ou se intensificou, logo após a III Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores em 1942. Os autores consultados explicam que em 1941 o Brasil já havia assinado acordos com os Estados Unidos a fim de obter crédito para comprar equipamentos militares, para construir a fábrica de motores de avião e para exportar para esse país minerais estratégicos. Bem como, o governo brasileiro havia dado permissão à *Panair do Brasil* para construir pistas de pouso e instalações anexas no Nordeste, que poderiam ser utilizadas como bases aéreas; para a esquadra estadunidense do Atlântico Sul utilizar os portos de Recife e Salvador; e para os aviões rumo à África fazerem escala no Brasil.

Por isso, para Corsi (2000), muito dos acordos firmados em 1942 sobre a venda de material estratégico não passou de ratificação dos que haviam sido estabelecidos em 1941, “[...] porém o contexto era outro. Em 1941 as necessidades desses produtos por parte dos EUA eram relativamente pequenas. Em 1942, a situação era bastante diversa, pois a entrada dos EUA na guerra acarretara um grande aumento das suas necessidades de um conjunto de

matérias-primas” (p.204). Assim, esses contratos resultaram em um contínuo aprofundamento na participação do país no esforço de guerra aliado.

Outro ponto comum nos estudos desses autores é a relação direta entre a assinatura dos acordos que previam créditos para o Brasil obter armamento e seu envio imediato com a permissão para o aumento das atividades militares no Nordeste brasileiro pelos Estados Unidos, bem como para que tropas estadunidenses se instalassem lá. McCann (1992), que apresenta detalhadamente a visita de Souza Costa, então ministro da fazenda, aos EUA após a III Reunião dos Chanceleres a fim de fechar os acordos entre os dois países, entende que o que foi firmado na capital estadunidense assegurou a “cooperação brasileira, a continuidade de Vargas no poder e ataram o Brasil à economia norte-americana pela década que se seguiu” (p.215). Porém, adverte a autor, que isso não deve ser visto como uma ação altruísta, pois deu a cada uma das partes o que desejavam: “segurança imediata, psicológica e fisicamente” (p.215).

Seitenfus (2000) afirma que quando os Estados Unidos se comprometeram a fornecer armas e munições de guerra para o Brasil esse permitiu formalmente a instalação de três destacamentos de soldados estadunidenses no nordeste brasileiro. Por isso, para Corsi (2000), os acordos firmados entre o governo de Vargas e de Roosevelt permitiram que os Estados Unidos realizassem seus objetivos técnicos e estratégicos.

Ao mesmo tempo em que se chegava a um acordo satisfatório acerca do fornecimento de armamentos, o governo Roosevelt solicitava a permissão para o desembarque de tropas norte-americanas em território brasileiro. Em 28 de fevereiro, o embaixador Jefferson Caffery, em vista da necessidade de incrementar o tráfego aéreo no Norte e Nordeste brasileiro, escrevia a Vargas solicitando o estacionamento de 750 soldados (técnicos em aviação, em comunicação, em meteorologia etc) nas bases de Belém, Natal e Recife, assim como a construção de alojamentos e depósitos de combustíveis. Também pedia a autorização para aumentar a pista do aeródromo de Fernando de Noronha. Esses pedidos foram prontamente atendidos pelo governo Vargas, sem que isso fosse considerado um recuo em suas posições nacionalistas (CORSI, 2000, p.200).

Assim, Seitenfus (2000), afirma que após a Conferência do Rio de Janeiro, Brasil e Estados Unidos estabeleceram sólidos vínculos e viveram um dos momentos mais ricos da relação de cooperação entre os dois países. Pois, além do auxílio no setor militar, teria ocorrido, também, a luta contra o Eixo na América, com prisões e ações contra agentes desses

países que estavam no Brasil e, na área econômica, com a concessão de crédito para desenvolver a produção brasileira de materiais básicos e estratégicos, priorizando a borracha. Além do auxílio para modernizar a ferrovia do porto de Vitória até a região de Itabira e do comprometimento dos Estados Unidos em comprar a produção brasileira de borracha, ferro, níquel, tungstênio, cobalto, café, cacau, rícino e serapilheira.

Por isso, Corsi (2000) afirma que o fornecimento de certas matérias-primas brasileiras, durante o período da Guerra, se tornou essencial ao esforço bélico estadunidense. Alves (2002), indo um pouco além, afirma que o comprometimento do Brasil com esse esforço era muito grande, pois o país estava dando apoio político, fornecendo grande quantidade de variados produtos fundamentais para a indústria e mobilização militar estadunidense e, o mais importante, o país servia de elo imprescindível para fornecer material bélico aos aliados que lutavam na Europa, na África e na Ásia.

Diferentemente dos demais autores, Alves (2002) apresenta uma explicação para os ganhos que o Brasil teve assinando esses tratados com os Estados Unidos e, com isso, atrelando-se ao esforço de guerra estadunidense. Segundo ele, as vantagens como o compromisso de construir a siderurgia em Volta Redonda e o aumento das facilidades nos empréstimo e arrendamentos foram um prêmio, uma recompensa pelo alinhamento e pela colaboração do Brasil com os EUA.

Dentro desse contexto, tanto o governo Vargas quanto o governo Roosevelt estariam tornando a neutralidade brasileira uma farsa (MCCANN, 1992), e colocando o Brasil em uma situação de quase beligerância em relação à Itália e à Alemanha (ALVEZ, 2002).

Nota-se que os textos da revista *Cultura Política* que abordam a participação do Brasil na guerra, conforme indicamos anteriormente, apresentam o auxílio brasileiro aos Estados Unidos, bem como a ajuda que o país estava recebendo dos estadunidenses. Assim, todas as forças brasileiras (econômica, militar e política) estariam estreitamente em colaboração com os aliados, especialmente com os EUA. A diferença em relação à historiografia apresentada é que o discurso dessa publicação afirma que Brasil e EUA estavam se auxiliando por serem irmãos que tinham uma tarefa comum a executar, ou seja, não haveria outro interesse em jogo a não ser o de prestar uma ajuda fraternal que seria dada a qualquer outro país americano caso fosse preciso, de acordo com as tradições nacionais.

Para McCann (1992), foi essa falsa neutralidade que fez com que o governo Alemão começasse a torpedear navios brasileiros. Para os alemães, a cooperação do Brasil com os Estados Unidos e a movimentação das forças armadas brasileiras indicavam que esse país não era mais neutro, que estava em estado de guerra, e declararia isso de maneira formal contra a Alemanha quando estivesse pronto. Seitenfus (2000) também vê esses atos de agressão ao Brasil como represália pela atitude brasileira de auxílio aos Estados Unidos, sendo uma tentativa de inibir essa cooperação e tornar o Brasil realmente neutro no conflito. Mas como as ações mútuas entre os dois países americanos continuaram, os ataques também prosseguiram – e isso teria obrigado o Brasil a participar efetivamente e oficialmente da guerra.

Vagner Camilo Alvez (2002), porém, seguindo sua proposta de explicar o envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial a partir das conjunturas externas, apresenta outra justificativa para os afundamentos de navios realizados pelos alemães e italianos. Para ele, existe uma relação direta entre esses ataques e a mudança alemã de estratégia de guerra, ocorrida principalmente em função da falta de capacidade das forças armadas germânicas conseguirem a vitória de forma rápida contra os soviéticos em 1941. O objetivo dos germânicos seria atacar o comércio dos Aliados – e até a metade de 1942 obtinham êxito em seus intentos. Na medida em que os Estados Unidos foram ficando mais preparados e conseguiam se proteger e atacar os submarinos, esses foram procurando presas mais fáceis em mares mais ao sul do continente. Assim, os desrespeitos ao estado de não-beligerância dos países americanos ocorriam em função do objetivo alemão de diminuir as linhas de comunicação e de suprimentos dos aliados e de desviar recursos dos Estados Unidos para essas regiões. O autor soma a isso o fato dessas nações terem rompido suas relações com o Eixo – com a exceção da Argentina e do Chile.

Os autores consultados concordam, no entanto, que foram esses atos de agressão que fizeram com que o governo brasileiro reconhecesse, em 22 de agosto, o estado de beligerância existente entre o Brasil e os países agressores. McCann (1992) apresenta a indecisão do governo quanto à atitude que deveria ser tomada, destacando que uns queriam a execução de alguns alemães, outros um protesto e, mesmo dentre esses, havia a dúvida se era melhor declarar guerra ou reconhecer o estado de beligerância. Esse autor entende que o Brasil há muito tempo havia deixado sua posição de neutralidade na guerra para auxiliar os Estados Unidos, mas que, provavelmente, se o Brasil não tivesse sofrido os ataques aos seus navios,

não teria ocorrido um ostensivo alinhamento com os aliados, nem a mobilização brasileira, muito menos o envio de tropas para a Europa.

Seitenfus (2000) comenta que a decisão de entrar oficialmente na guerra gerou uma crise interna no governo entre os simpatizantes das políticas dos países do Eixo e aqueles de tendências democráticas, mas que Vargas manteve certa distância dos acontecimentos até o momento em que o navio *Baependi* foi destruído, gerando 548 mortes. Em outros termos, o autor concorda com McCann (1992) ao afirmar que o Brasil entrou na conflagração mundial em função das agressões sofridas – e não como decorrência da política de solidariedade continental.

McCann (1992) e Seitenfus (2000) registram, ainda, que teriam ocorrido manifestações em todo o país pedindo vingança pelos afundamentos sofridos. Nesse ponto, os autores apresentam uma versão da história muito próxima do que a Revista *Cultura Política* apresentava. Segundo a publicação, os ataques aos navios brasileiros teriam gerado ondas de revolta popular em todo o Brasil, unindo o povo em um sentimento patriótico e de ardor cívico, que pedia a declaração de guerra. Porém, para a revista, o governo teria sancionado a vontade do povo, ou seja, teria aceito a guerra imposta pela Alemanha e pela Itália, pois essa era a vontade dos brasileiros.

A voz destoante sobre isso é de Cytrynowicz (2000, p. 32). Para o autor, não houve “comoção nacional ou fervor patriótico”, mas manifestações no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Salvador de pequenos grupos, especialmente de estudantes, que o discurso oficial do governo teria transformado em “comoção nacional” e a historiografia teria reproduzido. Assim, essas manifestações teriam servido “a uma certa mobilização controlada pelo governo que incorporou reivindicações de democracia ao ideário de luta antinazista”.

A eliminação da última barreira para a total participação do Brasil no conflito a favor da causa aliada, assim entende Hilton (1987), foi o significado da declaração do estado de beligerância pelo governo brasileiro. O autor destaca ainda que a partir disso a colaboração entre o Brasil e os Estados Unidos atingiu o mais alto grau alcançado no século.

Esse passo de entrar oficialmente na guerra oportunizou ao Brasil ampliar sua participação nesse conflito, formando e enviando um corpo expedicionário para lutar na Europa. A questão da criação da FEB é interpretada por Gambini (1977) como a última exigência realizada pelos militares brasileiros, a fim de estabelecer a cooperação com os

Estados Unidos, sem restrições. Esse autor deixa claro que a idéia de formar um corpo expedicionário foi do Brasil e não estava no planejamento de defesa da Continente dos estadunidenses. As consequências desse processo de participação direta do Brasil no conflito mundial através do envio de tropas, transformação dessas em força política após a rendição alemã, ou seja, a vitória aliada, segundo Gambini (1977), foi justamente o fortalecimento considerável das forças armadas brasileiras em termos políticos e militares.

Para McCann (1992), o governo brasileiro, ao propor e formar a Força Expedicionária Brasileira (FEB), quis mostrar que o país era forte e unido – logo, teria um papel de destaque no pós-guerra. Essa demonstração para o mundo evitaria a divisão do país, como havia acontecido com a China e com a África. Segundo esse autor, para Vargas o objetivo da participação ativa do país na guerra seria ganhar tempo para remodelar seu governo com orientação populista, enquanto o povo estava entretido com os fatos militares. Para os simpatizantes da democracia, conforme indica McCann (1992), significaria um comprometimento do governo em restaurar a democracia. As forças armadas, por sua vez, viriam uma oportunidade de se modernizar e de fortalecer sua ação na sociedade brasileira e diante das forças armadas vizinhas. Por fim, para alguns oficiais, seria o momento de apagar a imagem pró-nazista mantida anteriormente. O discurso para a população consistia, de acordo com McCann (1992), em afirmar que as tropas brasileiras iriam resgatar a honra nacional, atacada em função das agressões aos navios brasileiros – além de servir para colocar o país na “grande cruzada da salvação da civilização” (p.280).

Corsi (2000) engrossa os motivos brasileiros para criar a FEB ao afirmar que os objetivos eram conseguir um espaço próprio para o Brasil dentro do alinhamento com os Estados Unidos e auxiliar o regime a sustentar a bandeira da unidade nacional. Além disso, ratifica os argumentos dos outros autores ao dizer que se visava obter mais armas, fortalecer as Forças Armadas e conseguir projeção internacional ao Brasil.

Cytrynowicz (2000) conclui que a criação e o envio da FEB para a frente de batalha italiana, em função de uma necessidade interna da política do Brasil, visou fortalecer a base de apoio ao Estado Novo e das Forças Armadas e projetar o país nas discussões do pós-guerra. Dessa forma, para esse autor, a motivação para a formação desse corpo expedicionário não estava atrelada a uma decisão ideológica ou política de luta contra Alemanha nazista (como foi apresentado em 1942, 1943 ou 1944) e ratificada como história oficial da participação militar do país.

O terceiro e último ponto que abordamos sobre a participação do Brasil na II Guerra Mundial versa sobre as consequências dessa participação para o Brasil, mas também no Brasil – quer dizer: os reflexos na sociedade, bem como a relação disso com o fim do Estado Novo.

Segundo *Cultura Política*, a guerra teria trazido o mínimo de consequências para o Brasil, pois o Governo teria desenvolvido todos os esforços para minorá-las e para manter o país dentro da normalidade. Os textos afirmam que, apesar das exigências da guerra, o governo não descuidava das necessidades nacionais e dos grandes empreendimentos que dariam ao país uma nova estrutura econômica. Para a revista, a situação interna brasileira era de relativa tranquilidade e prosperidade graças ao governo autoritário, centralizado e forte, capaz de intervir na vida nacional e garantir a paz social, mesmo em uma situação de guerra.

Mas apesar desse cenário positivo, não haveria condições para resolver – naquele momento – os problemas internos de estrutura definitiva do Estado. O Brasil não poderia desperdiçar suas forças em tarefas secundárias, porque o objetivo supremo seria ajudar a ganhar a guerra e colocar o país em posição de colaborar com as nações vitoriosas, para que a paz se estabelecesse. Então, outra consequência da guerra – que essa publicação oficial apresenta – era a necessidade de união nacional. O povo brasileiro precisaria ficar unido, vigilante, mobilizado e forte a fim de dar condições para que o governo continuasse agindo com sabedoria nas horas graves e, posteriormente, para que os soldados brasileiros combatessem com mais bravura, sabendo que seu país estaria em paz e unido.

Identificamos, ainda, que a revista reproduz a ideia de que com o fim da guerra ocorreriam mudanças políticas internas no país. Mas os textos defendem que não seria o retorno ao liberalismo e que o Estado Novo incorporava a forma de governo mais próxima da ordem de amanhã – sendo que, com ele, o Brasil estaria conseguindo manter o ritmo do seu progresso e acelerá-lo em muitos setores. Além disso, o período pós-guerra iria impor uma mobilização de paz, que não seria inferior à da guerra, onde se fazia necessária a participação da população e das Forças Armadas brasileiras. Ou seja: ao se aproximar o fim da guerra, a revista passa a apresentar as qualidades do Regime, a fim de persuadir o leitor de que ele seria o regime de governo mais adequado para o Brasil, bem como segue usando as necessidades internacionais, como a reconstrução do mundo após a guerra, como algo que exigiria a união de todos e que não deixaria tempo para as questões internas e pequenas referentes à política nacional.

Uma interpretação muito difundida, na historiografia, sobre as consequências trazidas ao Brasil pelo seu envolvimento na II Guerra Mundial diz que, em termos políticos, a guerra teria ajudado a derrubar Vargas e, em termos econômicos, teria oportunizado o desenvolvimento do Brasil com a cooperação dos EUA. Mas talvez essa conclusão seja um tanto superficial e simplificada, pois não levaria em consideração as complexidades do momento. Por exemplo: para McCann (1992), o envolvimento do Brasil nesse conflito teria, em um determinado momento, unido a oposição ao Governo, a fim de fortalecê-lo e o país, dando mais flexibilidade e autoridade para Vargas agir. Cytrynowicz (2000) identifica, ainda, que as ações do governo brasileiro internamente tinham por objetivo o enquadramento de acordo com os ideais de ordem do Estado Novo. Assim,

os anos de Estado Novo e de guerra, entre 1937 e 1945 – culminando em 1944 quando a FEB foi enviada à Itália –, significaram inclusão controlada e mobilização negociada com as classes médias e altas e violenta intervenção e mobilização militar sobre a população pobre, operários e imigrantes (CYTRYNOWICZ, 2000, p.35).

Além de apresentar essa discussão, queremos, também, verificar como a historiografia aborda as consequências da Guerra para a população brasileira.

Para Carone (1976), durante o período da Guerra, as classes produtoras brasileiras iniciaram uma fase de enriquecimento crescente, o que fez o governo decretar a Lei sobre lucros extraordinários. Além disso, a Guerra teria influenciado crises na agricultura brasileira e o aumento da intervenção do governo nesse setor, a fim de encontrar soluções através de acordos com os Estados Unidos, de forma que o governo teria começado a intervir mais na economia de uma maneira geral. Gambini (1977) entende que a situação de Guerra aumentou o poder de barganha do governo brasileiro, e acrescenta que o conflito estimulou o processo de industrialização substitutiva, devido ao aumento dos preços das importações.

Skidmore (1982) concorda com a interpretação de Carone (1976), pois também afirma que a Guerra teria oportunizado a aceleração da intervenção do governo federal na economia, dando nova importância ao programa do governo Vargas e de empresas financiadas pelo Estado devido ao esforço de mobilização econômica. Assim, o esforço de guerra teria sido utilizado por Vargas para elaborar a industrialização brasileira.

Essas ideias vão ao encontro do discurso publicado em *Cultura Política*. Os artigos afirmam que intervindo e transformando a economia nacional de paz em economia de guerra, o Estado Novo teria tomado medidas para defender o povo das consequências desse conflito, sem interromper os incentivos para o desenvolvimento industrial brasileiro. Mas segundo McCann (1992), o Brasil teve a chance de reduzir sua dependência econômica, pois a Guerra teria dado a oportunidade para o país desenvolvê-la e de construir uma infraestrutura capaz de apoiar o desenvolvimento econômico. Isso, porém, não teria acontecido, devido à ineficiência do governo brasileiro combinada com a política estadunidense, de forma que com o fim da Guerra o Brasil não havia conseguido sua independência econômica, nem seu desenvolvimento em grande escala; teria se tornado mais dependente dos EUA.

Cezar Honorato e Geraldo Beauclair (1995) alertam para a recorrência do argumento de que o conflito mundial teria sido extremamente benéfico para a economia nacional, cabendo a Eurico Gaspar Dutra, como presidente da República, a responsabilidade de ter colocado em prática uma política equivocada de liberalização de importações – o que teria acabado rapidamente com as reservas cambiais e dificultado a manutenção da indústria nacional. Para os autores, o período da Guerra gerou um superávit e uma acumulação de saldo no exterior, mas isso representava importações adiadas pelo conflito, o que gerou desgaste nos equipamentos industriais brasileiros. Concluem que durante a guerra houve, na verdade, ajuda artificial ao sistema agroexportador, e não um projeto industrializante do governo, pois as indústrias não dependiam de barreiras cambiais em função das dificuldades de importação do momento. Assim, “se é certo que ao término do conflito o Brasil detinha uma reserva cambial invejável, também o é que a base produtiva nacional estava sucateada e existia uma demanda reprimida por produtos importados surgida com as próprias dificuldades da guerra” (HONORATO; BEAUCLAIR, 1995, p.279).

Roney Cytrynowicz (2000) desenvolve os mesmos argumentos de Honorato e Beauclair (1995) sobre os problemas da indústria brasileira. Considera que um dos setores da economia que mais cresceu durante os anos de guerra e que mais aumentou as exportações foi o da indústria têxtil, mas o setor não investia em novas máquinas, desperdiçava materiais e combustível. Os empresários enganavam os compradores – fabricando produto de qualidade inferior à negociada e pagavam pouco aos seus funcionários – que apresentavam baixa produtividade e tinham longas jornadas de trabalho. “Apesar disso, lucros extraordinários foram conseguidos durante a guerra, gerados em uma conjuntura favorável no mercado internacional e garantidos pela intervenção militar na produção, pela suspensão dos direitos

trabalhistas, pelos preços altos e pelo desabastecimento do mercado interno” (CYTRYNOWICZ, 2000, p.29).

Em relação ao reflexo da Guerra na população brasileira, McCann (1992) identifica que grande parte da vida do país continuava igual a antes da entrada do Brasil na guerra. Segundo o autor, no Rio de Janeiro havia reclamações pelo racionamento de gasolina em função de sua escassez, pois obrigava as pessoas a utilizar os precários bondes para se locomover na cidade. Além disso, *black-outs*, centenas de prisões de suspeitos de serem agentes do Eixo e “desfile de gaiolas com galinhas tingidas de verde com o sigma integralista em praças públicas” (p. 239) que em pouco tempo se tornaram rotineiros.

O trabalho de Cytrynowicz (2000) nos fornece importantes esclarecimentos sobre as consequências na sociedade e o uso político ou não da mesma pelo regime de Vargas. Segundo ele, os impactos da participação do país no conflito mundial foram mínimos. Não houve uma experiência coletiva que marcasse a todos. Por exemplo, não houve escassez em São Paulo suficiente para provocar a fome, sendo que as lembranças desse momento são de suspensão das reservas cotidianas, mas não há a presença da fome, do medo, da devastação. O que de fato teria ocorrido foi a discussão de questões sobre conflito urbanos, devido à desatenção e a falta de investimento no transporte público, como se isso fosse efeito direto da guerra mundial. Sendo assim, o *front* interno em 1944 poderia ser resumido como a discussão de problemas da sociedade brasileira como se fossem questões surgidas com a participação do Brasil nesse conflito.

Além disso, o autor conclui que a guerra serviu como álibi para muitas medidas do Governo, sendo a mobilização da população uma forma de inserir o Brasil no conflito mundial. Tratados como soldados do front interno, os trabalhadores e os imigrantes foram realmente mobilizados para uma guerra, sendo esses últimos tratados, muitas vezes, como inimigos da pátria. Mas esses apelos do Regime para a mobilização, que objetivavam um “violento enquadramento segundo os ideais de ordem do Estado Novo” (CYTRYNOWICZ, 2000, p.35), não teriam sido aderidos pela população, mesmo tendo criado a ilusão de que era preciso haver, na frente interna, a solidariedade coletiva, em função das necessidades comuns. De qualquer maneira, o Estado interveio de forma mais ampla em todos os âmbitos da vida social, devido à existência dessa frente interna.

Nesse ponto, as constatações dos historiadores diferem bastante do discurso da revista oficial. Afirma-se, em *Cultura Política*, conforme mostramos anteriormente, que existia a compreensão de que o Brasil precisava se unir, esquecer as divergências e os particularismos, para só cuidar dos objetivos supremos da defesa da pátria – por isso, a população teria se envolvido ativamente na mobilização para o esforço de guerra brasileiro. Em relação à mobilização dos trabalhadores, segundo a revista, eles realmente formariam um exército de reserva mobilizado que deveria ficar em alerta e colaborar com a ação das autoridades policiais contra os espões, sabotadores e quinta-colunas, sem ter receio ou temores do futuro. Segundo os artigos de *Cultura Política*, o Estado Novo teria o direito de pedir o sacrifício e o empenho do trabalhador no momento de mobilização, pois teria lhe dado vantagens trabalhistas e atendido às suas aspirações.

Outro resultado obtido do envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial teria sido o fim do governo de Vargas e do Estado Novo. Edgard Carone (1976) apresenta e discute a relação da participação do Brasil na Guerra com o fim do Regime de Vargas através de explicações que buscam explorar a complexidade do momento, não reduzindo a situação a uma relação simples de causalidade em que o Estado Novo (ditadura), ao lutar contra regimes autoritários a favor da democracia, teria queda certa e automática. Segundo ele, a consequência política da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial foi um processo de modificação paulatina da situação da política interna, intensificada em 1945.

Para esse autor, os grupos de oposição ao Regime aproveitaram a ocasião, reforçando a necessidade do Brasil de se envolver oficialmente na Guerra, uma vez que ao ficar ao lado dos países democráticos ocorreria um enfraquecimento dos “grupos totalitários do Estado Novo” (CARONE, 1976. p.4) – o que leva o autor a identificar grande inter-relação entre os acontecimentos externos e internos ao Brasil, de maneira que quando os países do Eixo recuavam militarmente, o Regime brasileiro perderia força.

O autor explica que no início do processo, em 1942, todos se preocuparam com a questão da necessidade da “União Nacional”, o que gerou certo apoio ao governo de Vargas:

os comunistas exilados retornam ao país [...] Por sua vez, membros das oligarquias, espontaneamente, colaboram com o governo [...] Os estudantes defendem política uníssona contra o eixo. Os operários lançam o Manifesto e aceitam o decreto do aumento das horas de trabalho. A Igreja divulga a Circular (CARONE, 1976. p. 298)

O governo agiria devagar, cedendo às pressões sem querer mudar a essência do Regime. Com o tempo, no entanto, as oposições ao Estado Novo se dividiriam entre quem queria a “União Nacional” com Getúlio e sem Getúlio. Ou seja, o primeiro grupo entendia que o esforço de guerra deveria vir acompanhado da união em torno de Vargas, a fim de garantir que ele agisse a favor dos aliados. Assim, não se fazia nenhuma crítica ao Regime, mas esperava-se que a derrota do Eixo traria automaticamente a democracia. O outro grupo aceitava que era preciso haver união nacional para as necessidades de guerra brasileira, mas realizava críticas ao Governo, sendo que muitos desejavam tirar Getúlio do poder.

Carone (1976) explica, por fim, que a Guerra acelerou a participação do movimento estudantil no papel de oposição ao Governo, e que isso gerou maior divisão interna no Regime e a crise ministerial de julho de 1942. Além disso, a participação do Brasil na Guerra teria aumentado a falta de popularidade do Governo, bem como o aumento de dissidentes do Regime, que se aliaram à oposição, fortalecendo-a.

Chacon (1977, p.97), porém, diz que o fim do Estado Novo foi um “subproduto” do conflito mundial, sendo que o movimento de queda do regime teria ocorrido de fora para dentro, ou seja, mais por questões externas que internas ao Brasil, embora o autor ressalte que não subestima o valor da resistência interna. Skidmore (1982) analisa que Vargas, a partir de 1943, tinha consciência de que a ditadura por ele implantada não sobreviveria à guerra. Com a derrota do Eixo, no qual o exército brasileiro estava contribuindo, necessariamente seu governo seria atingindo. Segundo esse autor, Vargas teria recebido um relatório com as críticas correntes ao Estado Novo entre os brasileiros que lutavam na Itália. “Os brasileiros tinham-se dado conta da anomalia de lutar pela democracia no exterior, enquanto persistia uma ditadura em seu próprio país” (SKIDMORE, 1982, p.72).

Para Hilton (1987), a participação do Brasil no conflito mundial fortaleceu a posição internacional brasileira, mas gerou pressões contra a continuidade da ditadura, de forma que em 1944 era cada vez mais nítida a “anomalia” entre o regime brasileiro e sua condição de aliado da democracia. Isso, somado ao crescente descontentamento e a forte pressão do exército, teria levado Vargas a iniciar o processo de abertura.

A relação de que a ação da FEB na Europa estaria definindo o destino do Estado Novo é apresentada por McCann (1992) como o discurso da imprensa da época. Assim, ele aponta que os jornais começaram a explorar a FEB como uma garantia do retorno ao regime

democrático constitucional no pós-guerra, pois anunciavam as vitórias dessa como demonstração da luta da liberdade contra o totalitarismo. Além disso, o autor destaca que essa ideia – ou seja, a FEB como garantia do fim do regime ditatorial de Vargas – era compartilhada por muitos.

Mas é importante destacar que o autor apresenta essa relação como um discurso da época, e não como um fato motivador efetivo da queda do Regime. A partir da leitura da pesquisa desse autor, podemos concluir que para ele o fim do Estado Novo estava atrelado às novas condições de vitória das democracias, independentemente da participação brasileira nesse esforço e das conjunturas internas do Brasil, pois identifica que desde 1943 as vozes opositoras começaram a se fazer ouvidas.

No livro “História da Civilização Brasileira” (1997), o capítulo IV – sob o título “Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas” – também aponta o ano de 1942 como o começo da queda do Estado Novo e ratifica as ideias apresentadas anteriormente. A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial teria criado uma contradição em lutar pela liberdade enquanto mantinha-se uma situação de opressão, de forma que a partir do envio da FEB para as frentes de batalha as oposições ganharam mais força. Segundo este artigo, não haveria como entender o declínio do governo de Vargas, a mudança de atitude das Forças Armadas e o aumento do poder das oposições – sem levar em consideração o contexto internacional da guerra, entendendo esse como uma peça fundamental.

Seitenfus (2000) identifica que desde a entrada do país no conflito a situação havia ficado desconfortável para Vargas, tendo em vista seu papel de presidente-ditador, pois o Brasil estava oficialmente contra o Eixo e a favor da liberdade e da democracia, mas Getúlio mantinha “o país sob um regime ditatorial, cópia empalidecida das ditaduras européias. Tal paradoxo será fatal para Getúlio Vargas, destituído pelos militares em outubro de 1945” (SEITENFUS, 2000, p. 317).

Corsi (2000) aponta que a complexa crise do Estado Novo já estava presente desde que o Brasil consolidou seu alinhamento com os Estados Unidos, mas ela teria se delineado claramente em 1944, sendo o embate entre ditaduras e democracias apenas um dos seus pontos. Mas que, quando o fim da guerra se aproximou, essa luta passou a dominar o cenário mundial e acabou refletindo internamente no Brasil que, sendo uma ditadura, havia se alinhado com as democracias. De uma forma mais simplificada, Levine (2001) entende que o

envio de tropas para a Europa selou o destino do Estado Novo autoritário, pois levou o regime a falar em democracia e a construir sua base de apoio nos trabalhadores da indústria e na classe média urbana.

Para nós, o governo não “caiu em contradição”, como se não tivesse consciência de tal ambiguidade. Ao contrário, sempre teve clareza a esse respeito, tanto que, na revista *Cultura Política*, manifestou sempre a preocupação em demonstrar a suposta coerência de seu discurso-prática, diferenciando a política interna da política externa, ressaltando a coerência de ambas com as tradições e o caráter de independência do Brasil. Assim, não concordamos com as interpretações que apresentam uma relação direta, simples e causal do fim do Estado Novo com o fim da guerra ou com a participação da FEB nela. Concordamos, principalmente, com Carone (1976), pois, assim como ele, entendemos que o fim do regime de Vargas não teria sido uma consequência direta da guerra, muito menos do envio de tropas para frente de batalha, mas um complexo agrupamento de fatores no qual esses estariam inseridos.

2 O DISCURSO OFICIAL SOBRE A POLÍTICA INTERNA DURANTE A GUERRA

Cultura Política, como revista oficial que divulgava o discurso do Regime, mas que também o atualizava de acordo com cada contexto, publicou diversos textos sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Desde o início dessa publicação, havia uma preocupação em demonstrar que o Estado Novo era coerente com as tradições brasileiras tanto na sua política interna quanto na sua política externa. No presente capítulo, analisaremos o discurso publicado em *Cultura Política* sobre a política interna do Governo, nos textos que abordam o envolvimento do Brasil no conflito mundial.

2.1 CENTRALIZAR E INTERVIR: A POLÍTICA INTERNA DURANTE A GUERRA

Conforme discutimos no capítulo anterior, Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Almir de Andrade designavam o Estado Novo como um governo autoritário – por ser centralizador e intervencionista –, nacionalista e democrático – por agir de acordo com a tradição nacional e adaptar as instituições à realidade brasileira. De acordo com Azevedo Amaral (1938), por exemplo, o Estado Novo seria identificado com o passado brasileiro, sua Constituição seria coerente com a realidade brasileira e seu caráter democrático estaria expresso na forma de organizar a sociedade, dando oportunidades iguais aos cidadãos. Para Francisco Campos (2002), esse Governo expressaria a verdade nacional e atenderia as demandas brasileiras, de forma que a intervenção do Estado, controlando as atividades nacionais, seria fundamental para assegurar os direitos dos cidadãos; e a centralização, tendo o presidente da República como o centro da organização do Estado e da manutenção da ordem social, garantiria a unidade e a defesa da nacionalidade.

Tais características do Estado Novo, entretanto, podem também ser consideradas os principais elementos que compõem o discurso, publicado em *Cultura Política*, sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Nesse sentido, podemos perceber que o Governo procurou, através dessa publicação, divulgar a ideologia do Regime, mas também, atualizar e adaptar esses princípios às condições trazidas, pelo contexto de Guerra, ao Estado

Novo, conforme demonstraremos. Com isso, sob nosso ponto de vista, através da apresentação da política interna e externa do Regime ao longo da Guerra e das questões militares, a revista *Cultura Política* visaria defender o Estado Novo, ratificando a importância de um governo autoritário e nacionalista que faria o país crescer e ter condições de realizar a defesa de sua soberania.

Em relação à política interna, a centralização e a intervenção do governo na vida nacional podem ser consideradas os principais elementos desenvolvidos nos textos analisados. Isso se desenvolve, principalmente, através da apresentação do imperativo da união dos brasileiros – a fim de que todos colaborassem com o esforço de guerra desenvolvido pelo governo – e da necessidade de mobilização total da população em geral, dos trabalhadores, em particular, e dos órgãos do governo como, por exemplo, os ministérios e a polícia civil. Segundo os textos, união e mobilização significavam que a sociedade deveria se organizar de acordo com as diretrizes apresentadas pelo governo federal, a fim de que as energias nacionais fossem direcionadas para vencer a guerra. Dessa forma, o Estado Novo guiaria o país, formando uma mentalidade nacional e guerreira.

Mas centralizar e intervir são, também, as bases – implícitas ou explícitas – dos outros assuntos apresentados em relação à política interna do Estado Novo durante o conflito mundial, como a necessidade de produzir mais e desenvolver a indústria nacional; as ações de adaptação do país às circunstâncias da guerra, que o Estado Novo teria desenvolvido; as qualidades desse regime e de Vargas; e a situação brasileira no pós-guerra. Quando são apresentadas as qualidades atribuídas ao Estado Novo ocorreria, ainda, a expressão do seu caráter nacionalista e democrático. Por fim, quando os textos apresentam a explicação sobre o envolvimento do Brasil na Guerra e sobre sua política continental, parecem justificar os assuntos anteriores, ou seja, a necessidade das ações centralizadas e da intervenção do Estado na vida nacional – e o quanto as atitudes do Regime seriam nacionalistas por estarem de acordo com as tradições brasileiras, tanto em relação à aceitação do estado de beligerância quanto na escolha de seus aliados.

Essas idéias e argumentos, desenvolvidos em função da política interna do Estado Novo durante o estado de beligerância brasileiro, serão apresentados e analisados no presente capítulo, e estão presentes em 55 textos publicados em *Cultura Política*, representando

47,41% do total do material selecionado¹⁵. Referem-se às ações do Governo para o esforço de guerra; à preparação do Brasil para a guerra; à situação interna do Brasil na guerra; às ações do Governo para o progresso do país e à situação do Brasil no pós-guerra. Os 16 textos (29,09%) sobre as ações do Governo para o esforço de guerra apresentam as ações propriamente ditas que o governo teria realizado para o esforço de guerra nacional, incluindo nisso a mobilização militar, econômica e social – bem como a justificativa para essas ações, explicando por que o país estava em guerra e qual a relevância desse para o conflito, colaborando com os aliados.

A preparação que o Brasil deveria realizar para a guerra é apresentada em 15 textos (27,27%) que apontam caminhos, alternativas e opções de planejamentos que deveriam ser tomados para preparar o país para as necessidades do conflito, ou seja, apontam o que consideram a melhor maneira para realizar a organização nacional em função da Guerra. Em 13 textos (23,63%) lemos sobre a situação interna do Brasil diante da Segunda Guerra Mundial. Em sete textos (12,72%), sobre as ações do Governo para o progresso do país – quer dizer, a partir do contexto da guerra esse material explica as mudanças realizadas pelo Estado Novo no país. Por fim, quatro textos (7,27%) apresentam como assunto principal a situação do Brasil no pós-guerra, onde fazem a defesa de qual deveria ser a atitude brasileira para conseguir se tornar uma nação grande e forte internacionalmente no mundo do pós-guerra e qual seria o papel do Estado Nacional após o fim desse conflito.

2.1.1 A união e a mobilização nacional

A revista *Cultura Política*, ao abordar as questões internas do Brasil envolvendo a guerra, estaria visando, principalmente, despertar na população a responsabilidade de colaborar com as ações do Regime, a fim de se obter êxito no conflito e no auxílio aos aliados, tendo em vista que a necessidade de mobilização nacional, bem como a maneira como isso estaria ocorrendo, aparece em 70,90% dos textos analisados (ver apêndice E). Mas não bastaria que o país se mobilizasse. Seria preciso, ainda, que se consolidasse a união dos

¹⁵ Dos textos selecionados, 16 são discursos e 39 são artigos – dos quais 22 são assinados e 17 não são. Considerando discursos e artigos assinados, 11 autores são civis, nesta categoria, incluindo Getúlio Vargas e Almir de Andrade; e 12 são militares, sendo um major, quatro coronéis, um tenente-coronel, quatro Capitães da marinha e dois do Exército. Foram selecionados quatro textos de 1941, 17 de 1942, 21 de 1943, 11 de 1944 e dois publicados em 1945.

brasileiros, ou seja, em função da guerra a população deveria permanecer unida, esquecendo possíveis divergências e descontentamentos com o governo. Assim, a guerra deveria ser a única preocupação do Brasil, não havendo espaços para discussões, que seriam retomadas com o fim do conflito.

Quando a revista aborda a união e a mobilização nacional, apresenta como idéias principais a necessidade de se criar uma consciência nacional, uma união, um todo orgânico no país, a fim de que todos focassem suas energias em vencer a guerra, destacando também o quanto isso já estaria ocorrendo; a importância de haver a conjugação de esforços entre os meios civis e militares; a participação dos trabalhadores no esforço de guerra e a atividade da administração pública federal apresentada como eficiente.

A justificativa para a realização da mobilização e da união nacional está baseada na idéia de que a guerra moderna era total, de acordo com 20% dos textos analisados. Ou seja,

todos os esforços vitais do país devem ser postos a serviço do esforço de guerra. Não subsiste mais, na guerra de hoje, a velha concepção obsoleta de “vanguarda” e “retaguarda”. Porque todo o país é um único e imenso *front*, de vez que todos os seus flancos estão igualmente expostos, e os perigos da guerra [...] não poupam, não excluem, não respeitam ninguém.¹⁶

Assim, o conflito atingiria a todos. Por isso, toda a nação participaria dela – fosse à frente de batalha, fosse na retaguarda – de forma que homens, mulheres, velhos e crianças, cada um teria seu campo de ação. Nas palavras do Capitão do Exército Nacional, Liberato da Cunha Fiedrich:

nessa luta homérica, sem dó nem piedade, a que a pátria toda é conduzida pela provocação e pelo ódio regado de muita barbárie, só não tomam parte os incapazes, as crianças pequeninas e os valetudinários. Tão necessária é a colaboração dum operário cego como precioso o auxílio do capitalista, como sublimes a dedicação incansável da enfermeira e o sacrifício de nossa juventude ao enfrentar os fanatizados hitleristas no mar, em terra ou no ar.¹⁷

¹⁶ JUNIOR, Peregrino. Seleção e preparação do material humano para a guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 248.

¹⁷ FIEDRICH, Liberato da Cunha. O Exército e a guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 207.

A revista *Cultura Política* apresenta, então, através desses textos, as diretrizes de como a sociedade deveria se organizar para colaborar com o Regime, e explicita que a mobilização da sociedade para a guerra ocorreria a partir do Governo federal, por isso apresenta o decreto-lei de mobilização geral como o ponto de partida de todas as atividades, a partir do qual a nação teria passado a pensar exclusivamente na guerra. Assim, o Estado Novo dirigiria a educação, em todos os seus aspectos, e a organização da sociedade de maneira a guiar o povo na formação de uma mentalidade guerreira e nacional.

A apresentação da necessidade de se criar a consciência nacional e de desenvolver uma união ocorre de duas formas nos textos analisados: ou se indica uma maneira de promover a união e a mobilização nacional, dizendo como fazer e explicando as atitudes a serem tomadas e as que não deveriam ser, ou se argumenta que a união e a mobilização estariam acontecendo no Brasil a partir da instauração do Estado Novo, porque o povo e o governo estariam cumprindo suas tarefas.

No primeiro caso, defende-se que através de uma educação dirigida pelo Estado dever-se-ia formar a consciência nacional, a unidade moral interna, o senso cívico e a mentalidade de guerra, promovendo o conhecimento das tradições e da realidade brasileira, pois essa seria a única maneira para enfrentar uma guerra cujo objetivo seria atingir a moral coletiva – sendo, portanto, fundamental a realização disso para manter a independência nacional e obter êxito no conflito mundial. Considerando *Cultura Política* uma publicação oficial que divulgava os princípios do Regime, pode-se dizer que ao apresentar essas idéias a publicação estaria demonstrando e justificando o caráter intervencionista e centralizador do Estado Novo. Ou seja, através desses textos transparece a característica do governo de intervir na vida nacional, indicando qual seria a atitude ideal da população e qual seria o papel de cada um, e de centralizar no governo federal a resolução de medidas que deveriam ser tomadas em todo o país – como, por exemplo, a forma como deveria ser realizado o ensino nacional.

Essas questões estão presentes em todos os textos que apresentam como deveria ocorrer a preparação do Brasil para a guerra (ver apêndice D). Segundo eles, por exemplo, para realizar essa mobilização, seria preciso que houvesse união espiritual do povo e uma verdadeira consciência nacional. Pensadores, políticos e militares saberiam que na guerra total só resistiriam os povos que constituíssem um todo orgânico, com a consciência de uma tradição e de um destino – uma só língua, homogeneidade física e psicológica. Nas situações contrárias, os países não teriam condições favoráveis para enfrentar uma luta que começaria

antes da guerra e que visaria atingir a coletividade em geral, e cada indivíduo em particular, em suas concepções de vida, em sua atitude política, em seu sentimento nacional e suas afinidades morais. Por isso, o Coronel do Estado Maior do Exército, Onofre Muniz Gomes de Lima, afirma que “a mobilização psicológica deve ser compreendida como a formação da mentalidade cívica, com fundamento no conhecimento das tradições do povo e das possibilidades e conveniências nacionais”¹⁸. A guerra que acontecia, dizia ele, demonstraria a verdade sobre essas idéias, pois os países sem unidade moral interna teriam sucumbido antes mesmo da luta armada.

As populações das cidades deveriam, portanto, se preparar para as surpresas da guerra, se armando com as mesmas qualidades excepcionais de resistência, de coragem e de serenidade que os soldados. Assim, para tratar a segurança no seu real valor, dever-se-ia realizar primeiro a preparação moral do povo – tendo em vista que o objetivo final das guerras teria passado a ser, segundo os textos, o enfraquecimento ou a destruição das forças morais do povo. Mesmo do ponto de vista da guerra militar, o valor dessas forças superaria todos os outros meios. Assim, a população deveria estar preparada para saber se defender contra os ataques aéreos, mas também ter senso cívico e vontade de vencer, ter disciplina e resistência para acatar as medidas de ordem coletivas, suportar as privações e atender a mobilização industrial.

Segundo o Tenente-Coronel do Exército, Correia Lima, por exemplo, a preparação moral do povo, que deveria ser feita em todos os setores da atividade do país, era fundamental para que se mantivesse a independência nacional e para que se alcançassem os objetivos de combate. O autor afirma

É necessário que uma nação esteja sempre apta para a guerra, se quiser estar sempre em condições de manter sua integridade territorial e sua soberania política. Para isso é indispensável: preparar seu povo moral e psiquicamente e organizar suas forças econômicas; criar e desenvolver a mentalidade guerreira através de uma educação cívica e viril adequada; plasmar o caráter da juventude de modo a incutir-lhe confiança e orgulho nos destinos da nacionalidade e em suas tradições heróicas.¹⁹

¹⁸ LIMA, Onofre Muniz Gomes de. Mobilização Nacional. In: **Cultura Política**, outubro, 1942, nº 20, p. 108.

¹⁹ LIMA, Correia. Mobilização moral e psíquica. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1945, nº 49, p. 71.

O Major do Exército Nacional, F. Silveira do Prado, descreve, então, os três principais pontos para planejar a defesa da população civil:

1º - O da preparação moral, que se funda na necessidade de preservar a Nação contra os vícios dissociadores de sua unidade pátria, contra os perigos vindos do exterior ou surgindo das lutas internas. E, daí, a necessidade de criar-se, na mocidade, o senso cívico e a vontade de vencer;

2º - Preparação intelectual, em que se trata de inculcar nas massas a disciplina e a resistência necessária a se conformar com as medidas de ordem coletiva e de suportar as privações, conseqüentes à redução ou à falta dos próprios alimentos, sem se deixar abater;

3º - Preparação material, que interessa aos reaprovisionamentos de toda natureza e em cuja base se encontra o preparo da mobilização industrial. Aliás, o problema do material, para nós tão angustiante, é fundamental em todas as cogitações militares.²⁰

Dessa forma, para realizar a formação moral e cívica dos brasileiros – única maneira de se obter êxito na guerra –, a educação do povo, constituída na preparação moral e intelectual, seria fundamental e, por isso, o Estado deveria ter o interesse de dirigir a educação sob todos seus aspectos, desde o doméstico, até o espiritual. As atividades sociais também deveriam ser nacionalizadas, a fim de se formarem uma mentalidade guerreira, para garantir a paz e a liberdade política. Só assim uma pátria seria realmente soberana e possuidora de unidade nacional. O Ensino, em todos os seus graus e especialidades, segundo os textos selecionados, deveria ser nacional e estatal e os sacerdotes de qualquer credo, os professores e as escolas deveriam ser necessariamente brasileiros. Essa ação educativa (da mãe, do professor, do chefe militar, do diretor espiritual) deveria ser constante, permanente e orientada para se obter uma moral guerreira que asseguraria, paradoxalmente, a paz, sendo fiadora da sobrevivência nacional como soberania política.

O discurso “A guerra e o dever do jurista”, proferido na solenidade de abertura das aulas da Faculdade Nacional de Direito em 1942 e reproduzido por *Cultura Política*, é um exemplo disso, pois nele o Professor Catedrático de Direito Penal Demóstenes Madureira de Pinho visava desenvolver essa moral guerreira, orientando os universitários sobre qual seria o papel dos estudantes e dos profissionais da justiça no momento de guerra. Segundo ele, o jurista deveria apoiar a guerra como forma de estabelecer a paz, sendo o pioneiro, a vanguarda, encontrando fórmulas, princípios e leis que antecipassem a defesa real do

²⁰ PRADO, F. Silveira do Prado. Pela Defesa de nossa população civil. In: **Cultura Política**, maio, 1942, nº 15 p. 226.

patrimônio moral e material da nação e auxiliar na manutenção e na disseminação por todo o país da fé inabalável nos destinos do Brasil, da confiança absoluta no governo, do entusiasmo em realizar seus deveres. Por isso, Demóstenes Madureira de Pinho afirmou que

o Governo da Nação, a quem incumbe o dever de conduzir e deliberar, conta por certo com a dedicação unânime dos brasileiros e de quantos homens dignos aqui encontram agasalho e sustento. De nada valem, nesse momento, as divergências que mantivemos, as lutas que sustentamos, as campanhas que lidamos. Nesta hora, o que conta é o Brasil, o que vale é a soberania e a dignidade da Nação, encarnadas no prestígio de sua autoridade e na obediência, no apoio absoluto e sem reservas que dermos ao seu Governo. É a confiança que fazemos todos os brasileiros sinceros na direção dos nossos destinos; é a solidariedade integral à política internacional do Brasil; é, em suma, o apoio e a colaboração que dermos às diretivas dos nossos dirigentes; é tudo que dará ao país, a possibilidade de sobreviver a todas as crises, de vencer todos os obstáculos, de alcançar a vitória definitiva dos nossos ideais, pelo fervor com que nos abracarmos ao seu serviço pela sinceridade com que atendermos aos apelos da Nação, na voz do seu Chefe, e assim teremos cumprido com honra o nosso dever de leais servidores da Pátria.²¹

Ou seja, o então professor clamava para que houvesse o apoio ao governo sem reservas e acima das divergências e das lutas mantidas anteriormente, pois nada valeria mais, naquele momento, do que o Brasil, sua soberania e sua dignidade. Só assim o país teria a possibilidade de sobreviver a todas as crises, a vencer os obstáculos e a alcançar a vitória de seus ideais.

Em função das exigências da guerra, a revista *Cultura Política* explica, ainda, que não haveria tempo nem condições para se pensar nos problemas internos do Brasil, nem questionar as medidas do governo – ao contrário, todos deveriam apoiar o Regime, sem reservas. A partir disso, podemos considerar que essa revista poderia visar convencer seus leitores de que realmente existiria um perigo eminente, um inimigo externo a ser vencido a fim de desviar a atenção e as energias desses das questões internas do Brasil. Fica evidente, assim, que essa publicação estava ditando a forma como a população deveria ou não se comportar.

Isso fica também explícito, nos textos que apresentam as ações do Governo para o esforço de guerras, quando afirmam que o essencial daquele momento seria criar a mentalidade de guerra, transformando os brasileiros em soldados para fazer a guerra, pois

²¹ PINHO, Demóstenes Madureira de. A guerra e o dever do jurista. In: **Cultura Política**, julho, 1942, nº 17, p.267.

esses teriam um primeiro, grande e único dever: vencer o inimigo. Todo o país teria diante de si, em todas as atividades, os deveres e a disciplina voltados para um comportamento de guerra. Por isso, no texto “Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943)²²” lemos que:

nenhum filho do Brasil faltará ao seu dever nesta hora sombria que exige a união de todos na defesa das nossas tradições e dos nossos direitos. Só assim seremos dignos de grande Pátria Brasileira que, honrada e respeitada, recebemos dos nossos maiores e que, honrada, respeitada e gloriosa, havemos de transmitir aos nossos descendentes.

A hora, então, seria de fadigas e de sacrifícios, de desprendimento e de ardor patriótico por parte do governo e dos trabalhadores. Por isso, não seria possível se preocupar com reformas e mudanças internas, seria preciso vencer a guerra, consolidar a independência política e completar a economia nacional. Segundo o texto “Brasil na guerra²³”:

A Mobilização Econômica e a sua Coordenação, a Legião Brasileira de Assistência, todas as organizações e serviços internos que a guerra impõe, estão trabalhando para sempre melhor servir à coletividade e melhor atender a todas as necessidades; são provas da nossa compreensão, disciplina e trabalho, espírito de luta e de sacrifício, de renúncia e dedicação, é o que o Brasil espera da maior e melhor parte dos seus filhos.

Ou seja, a revista *Cultura Política* explica, nesses textos, conforme indicamos antes, qual deveria ser a atitude dos brasileiros diante da situação de guerra e quais eram indesejadas pelo Regime. Em 84,61% dos textos que abordam a situação interna do Brasil na guerra, isso é ratificado. Segundos eles, o momento exigiria união vigilante com indestrutível confiança uns nos outros e repulsa às propagandas e boatos oriundos de fontes suspeitas. Por isso, nem os dissídios classistas, nem os choques de natureza política fariam o Brasil perder tempo. No discurso realizado no estádio do Vasco da Gama em comemoração ao dia da independência brasileira de 1943, Vargas explicou essa situação:

²² Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943). In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p 29.

²³ Brasil na guerra In: **Cultura Política**, outubro, 1943, nº 33, p 190.

Dispondo de uma frente interna sólida, cumpre-nos somente não desperdiçar forças em tarefas secundárias, porque o objetivo supremo é ajudar a ganhar a guerra e colocar o Brasil em posição de colaborar com as nações vitoriosas no restabelecimento da paz.

Não há, nem pode haver para nós, nas circunstâncias atuais, preocupação de maior relevância [...] qualquer desvio de atenção, quaisquer discussões com outros objetivos são condenáveis e nocivos²⁴.

Assim, o Brasil deveria se focar na realização de seu objetivo e não poderia desperdiçar energia em tarefas consideradas secundárias. Não haveria, então, condições para resolver os problemas internos de estrutura definitiva do Estado e nem preocupação mais importante do que vencer a guerra e preparar o Brasil para fortalecer a sua independência política e completar a sua independência econômica.

A união nacional seria, portanto, um imperativo e a palavra de ordem brasileira. Segundo os textos, como a situação da época era difícil, não haveria lugar para as salvação individuais, para privilégios de poucos, para vantagens de grupos ou facções, de forma que os interesses da coletividade deveriam se sobrepor aos interesses individuais. Os inimigos da pátria seriam tratados com severidade, conforme explica Vargas:

Onde houver perseguições, propósitos de vingança, desonestidades e explorações, far-se-á sentir a ação reparadora do poder público. E, asseguro-vos que não deixarão de ser tomadas as medidas de justa punição contra os culpados e providências de amparo a possíveis vítimas, desde que cheguem ao meu conhecimento abusos e transgressões²⁵.

Assim, nenhum invasor chegaria ao Brasil sem receber o justo castigo. Internamente seriam tratados com rigor todos que pela intriga e pela calúnia pretendessem enfraquecer ou dividir os brasileiros.

A necessidade de manter essa mobilização, como dissemos anteriormente, se baseia na idéia de guerra total, ou seja, de não haver fronteiras entre a linha de frente e a população civil. Assim, seria preciso que cada um soubesse cumprir com o seu dever, esquecendo dissensões subalternas, mantendo-se em estreita união e não poupando esforços para defender a honra e a integralidade da Pátria, acelerando a preparação militar e desenvolvendo nos

²⁴ VARGAS, Getúlio. O discurso de 7 de setembro. In: **Cultura Política**, outubro, 1943, nº 33, p. 24.

²⁵ VARGAS, Getúlio. Discurso de 1º de maio. . In: **Cultura Política**, junho, 1943, nº 28, p. 12.

brasileiros a mentalidade de guerra, elevando cada coração acima dos interesses transitórios, desprezando intrigas e mesquinhas. As mulheres (mães, esposas e filhas) deveriam continuar consagradas à assistência afetiva dos entes queridos; os jovens deveriam aprimorar a inteligência e o caráter para poderem oferecer o máximo de seu esforço à pátria; os homens deveriam superar as dificuldades sem temê-las, se tornando cada vez mais produtivos, estivessem eles na fábrica, no campo ou no escritório. Getúlio Vargas, ao visitar Belo Horizonte, ratificou essa idéia. Segundo ele:

O operário na fábrica, dando o máximo do seu esforço, o lavrador do campo, arando a terra e produzindo de sol a sol, o criador, apurando e aumentando o rebanho, devem atender às necessidades do país e, mais após a guerra, a dos povos flagelados pela luta, na penúria, e que contam com as sobras das nossas necessidades. Temos que matar a fome dos que sofrem com a guerra. Iremos levar às regiões devastadas pela luta o produto do nosso esforço²⁶.

O povo, então, deveria manter o espírito em alerta, disciplinado, coeso, laborioso, confiante e com o patriotismo exaltado, a fim de estar preparado para qualquer esforço que a guerra exigisse dos brasileiros. Apenas assim, o Brasil estaria em condições de mobilizar a qualquer momento seus recursos materiais e seus valores morais para sua defesa, ou para honrar os compromissos do Brasil na cooperação panamericana.

Quando a revista *Cultura Política*, então, apresenta a maneira de promover a união e a mobilização nacional, apontando as atitudes a serem tomadas ou não, ela desenvolve a ideia da necessidade do governo dirigir a educação do povo a fim de despertar o senso cívico e patriótico, e, além disso, que o povo deveria se unir, apoiar o governo, sendo que cada indivíduo deveria fazer seu papel na sociedade e no esforço de guerra, de forma que não haveria tempo para se pensar em outros problemas a não ser o de vencer a guerra. Essas ideias, conforme mostramos acima, indicariam as características do Estado Novo de centralizar no governo federal as tomadas de decisões e de intervir na organização da sociedade brasileira.

Essas características do Regime, porém, não foram criadas pelos articulistas dessa revista. Conforme discutimos no capítulo anterior, elas foram desenvolvidas, em sua maioria, ao longo das décadas de 1920 e 1930, por intelectuais como Oliveira Vianna, Azevedo

²⁶ VARGAS, Getúlio. Discurso em Belo Horizonte. In: *Cultura Política*, agosto, 1944, nº 43, p. 10.

Amaral, Francisco Campos e Almir de Andrade, e explicaram e justificaram o Estado Novo. Segundo Oliveira Vianna (1939), por exemplo, o Estado Novo teria sido instaurado, pois apenas um governo centralizado e forte seria capaz de preservar a soberania nacional, resguardando a integridade do país e a ordem interna. Podemos considerar, então, que a revista *Cultura Política*, ao apresentar as ideias acima referidas, estaria dando continuidade ao discurso desses intelectuais, mesmo em um contexto de guerra, uma vez que, semelhante a eles, estaria legitimando o Regime e suas ações através da necessidade do governo forte, centralizado e interventor para promover a defesa da soberania brasileira e da ordem interna.

Mas além de explicar como promover a união e a mobilização nacional, os textos argumentam que essas ações já estariam acontecendo no Brasil, conforme indicamos acima. Nesse caso, segundo os textos, a população estaria atendendo aos chamados de mobilização do governo, envolvendo-se ativamente nas ações promovidas pelo mesmo. Sendo assim, a população brasileira teria bem definida a sua consciência nacional e esta estaria atenta para preservar os ideais brasileiros e para realizar, como estaria fazendo, a mobilização total do país. O povo, portanto, teria adquirido nova mentalidade e o governo cuidaria de todos os aspectos do país.

Assim, segundo *Cultura Política*, existiria a compreensão da população sobre a necessidade do Brasil se unir, esquecer as divergências e os particularismos, para só cuidar dos objetivos supremos da defesa da pátria. Por isso, a população teria se envolvido ativamente na mobilização para o esforço de guerra brasileiro, realizando doação de objetos de metal, de valores em dinheiro para a defesa nacional, participando dos cursos de defesa passiva e nas ações da LBA. Essa compreensão explicaria também porque todas as resoluções sobre mobilização teriam sido recebidas com a maior boa vontade e produziram as melhores impressões, ficando demonstrado que existia o espírito de compreensão e colaboração entre todas as classes para solucionar os graves problemas do momento.

Os textos que apresentam a situação interna do Brasil na guerra explicam, então, que haveria no Brasil uma consciência nacional definida e vigilante, a mobilização total das forças morais e materiais e a generalizada e firme compreensão de que o Brasil precisava se unir, esquecer as divergências e os particularismos, para só cuidar dos objetivos supremos da defesa da pátria, a fim de sustentar, através de todos os meios, os ideais brasileiros. De acordo com o artigo “Três discursos do Presidente”:

As forças que significam trabalho, produção e progresso, libertas de influencias políticas dos objetivos particulares que forjaram as galas de outras épocas, aí estão integradas, com as suas funções e responsabilidades definidas, no organismo do Estado e colaboram com o Governo na marcha dos negócios públicos.

São as forças que criam e “fazem o quanto podem para auxiliar o esforço do Brasil e dos seus aliados, produzindo materiais e transportando-os às usinas e às frentes de combate”.

Apoiadas nelas, o Presidente sente-se robustecido e suficientemente forte para dirigir-se à Nação e esclarecê-la acerca da conduta que traçou²⁷.

Assim, o Brasil viveria em uma atmosfera saturada de sadio patriotismo. O povo apresentaria nova mentalidade e o governo realizaria e se preocuparia com tudo o que o país precisava para crescer. Por isso, Getúlio Vargas afirmou que se assistia no Brasil “[...] à mobilização das forças morais e materiais da Nação, marchando decididamente para sustentar, por todos os meios, os nossos ideais de povo cristão, que ama o progresso e cultua as tradições herdadas²⁸”.

Essas ideias parecem querer mobilizar os leitores da revista a fazerem o que, supostamente, muitos já estariam fazendo: aderindo às campanhas do governo. Dessa forma, poderíamos considerar essa outra estratégia para dizer como cada um deveria se comportar na visão do Regime, demonstrando novamente seu caráter interventor e centralizador. Mas outra questão nos chama a atenção na apresentação desses assuntos. Por que haveria a necessidade de pedir a união nacional ou de mostrar que ela existia em função da guerra se o Estado Novo teria promovido isso desde 1937? Conforme indica, por exemplo, Francisco Campos (2002), desde a instauração do Estado Novo teria ocorrido no país a unificação do Estado e do país, pois haveria apenas um governo, um líder e um exército, sendo que a nação teria adquirido consciência de si mesma.

Nesse caso, poderíamos considerar que a revista *Cultura Política* não apenas estaria continuando ou atualizando o discurso dos intelectuais, mas indicando uma situação que ainda não estaria bem resolvida, mas que em função da uma Guerra poderia ser solucionada caso a população fizesse sua parte. Ou seja, essa publicação estaria utilizando o advento da Guerra e do envolvimento do Brasil nela para tentar promover a união nacional, garantindo, com isso, mais apoio da população ao Governo. Assim, a apresentação de um inimigo externo e comum a todos os brasileiros, a argumentação de que esse só seria vencido com a participação de toda a população e de que, por isso, não haveria espaço para se pensar nos descontentamentos

²⁷ Três discursos do Presidente. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1944, nº 37, p. 22.

²⁸ VARGAS, GETÚLIO. O discurso de 10 de novembro. In: **Cultura Política**, dezembro, 1941, nº 10, p.8.

políticos internos, ou nos interesses individuais, pode ser visto como uma forma de tentar promover a união nacional, desmobilizando uma possível oposição ao Regime. No capítulo anterior vimos que, segundo Carone (1976), os grupos de oposição se preocupavam com a questão da união nacional em função do envolvimento brasileiro na Segunda Guerra Mundial, mas que esses se dividiam entre os que queriam que isso ocorresse através da liderança de Vargas e, por isso, não faziam mais críticas ao Estado Novo, e aqueles que entendiam a importância de se promover a união nacional no contexto de guerra, mas realizavam críticas ao Governo.

O que nos leva a considerar que a revista *Cultura Política* estaria demonstrando não só a importância dessa união no contexto de guerra, mas o quanto o Regime de Getúlio Vargas era o ideal para promovê-la. Isso ficaria explícito ao demonstrar, através das ideias apresentadas acima, que apenas com um governo com as características de centralizar e intervir poderia organizar o país para defender sua soberania, preservando a ordem interna.

Nesse sentido, além da preparação da população criando uma mentalidade guerreira, unindo e mobilizando o povo, a revista *Cultura Política* explica outras ações que deveriam ser tomadas no esforço de guerra interno como a necessidade de desenvolver a conjugação de esforços entre os meios civis e militares, a fim de garantir a eficiência da defesa do território nacional – posteriormente, o êxito dos soldados brasileiros enviados para frente de batalha e para a consolidação dos progressos brasileiros no pós-guerra. Os textos da revista, então, ratificam os motivos e os resultados que se obteriam da união e da mobilização nacional.

Segundo os textos sobre a preparação do Brasil para a guerra, somente com união nas ações em todos os setores da nação (social, político e militar) os bons resultados seriam garantidos, de forma que a cooperação de cada pessoa, para a soma total de esforços de guerra, seria de uma importância considerável. Conforme explica o então professor catedrático de biologia da Universidade do Brasil Peregrino Júnior:

O problema, portanto, de preparar as populações civis para a guerra é tão importante, na hora atual, e tão urgente, como o da preparação militar. Porque as populações civis das cidades são hoje verdadeiros exércitos no ‘front’. E do seu comportamento – sereno, corajoso e disciplinado – depende em grande parte a vitória das armas e a decisão da guerra²⁹.

²⁹ JUNIOR, Peregrino. Seleção e preparação do material humano para a guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 245-246.

Todas as ações de mobilização e de união, assim, deveriam ser tomadas para que se realizasse a defesa do território nacional de forma eficiente. Essa, segundo os textos de *Cultura Política*, teria se tornado um problema de relevância a ser solucionado e, por isso, deveria se fundamentar em planos elaborados de forma madura e prévia que previssem a correlação das três forças armadas com a colaboração dos órgãos civis e da população.

Dessa forma, a Revista enfatiza a justificativa para se desenvolver a união e a mobilização do país, apresentando a guerra e seus perigos como uma ameaça real e próxima. Segundo os textos analisados, as graves consequências assumidas ao romper relações com o Eixo, somadas à atitude de represália, tornariam possível um ataque aéreo ou naval desses países ao Brasil, o que impunha a organização da segurança e a proteção das cidades, seus habitantes, portos e bases. Assim, a defesa ativa, apresentada como o meio mais eficaz para rechaçar um ataque aéreo ou aeronaval, exigiria completo esforço harmônico e coordenado entre as unidades navais, aéreas e terrestres, com entendimento mútuo e doutrinação prévio, além da necessidade de estabelecer comandos civis tão importantes no esforço de guerra quanto os comandos militares, pois seria a organização civil que evitaria o colapso militar e conduziria à vitória.

Os homens deveriam, então, ser selecionados por critérios rigorosamente funcionais para que fossem encaminhados para os postos onde melhor pudessem servir, de acordo com suas aptidões para produzir o maior rendimento. Por exemplo, os técnicos não deveriam ir para frente de batalha, pois seus cargos ficariam vagos e seriam ocupados por pessoas sem a mesma competência ou capacidade. Além disso, “um bom técnico poderia ser um mau soldado, e um bom soldado poderia vir a ser um mau técnico³⁰”. A partir disso, segundo os textos analisados, os pescadores deveriam ser mobilizados para comporem a reserva das guarnições navais, como explica o Capitão de Mar e Guerra, da Marinha de Guerra Nacional, Frederico Vilar³¹:

³⁰ Idem, p. 249.

³¹ VILLAR, Frederico. Os pescadores e a defesa nacional. In: **Cultura Política**, dezembro, 1942, nº 22, p. 88.

a idéia do aproveitamento dos pescadores, suas colônias, feitorias e arcos de pesca na defesa nacional do País, é baseada no conhecimento especializado e nas qualidades extraordinárias que os caracterizam no exercício da sua árdua profissão. É todo um aparelhamento de homens e material extensamente distribuído pelo litoral do Brasil e que pode facilmente ser articulado na engrenagem geral dos instrumentos de sua defesa – sem nada lhe haver custado na paz – e podendo ser de considerável utilidade na guerra.

A ideia de que os pescadores deveriam ser utilizados para a defesa nacional é justificada através da apresentação da história do envolvimento dos pescadores nas lutas em defesa do Brasil, antes da independência mostrando-os como herdeiros da bravura indígena dos povos litorâneos e, também, da apresentação da opinião dos ingleses sobre o uso desse pessoal na defesa nacional, concluindo, então, que eles deveriam ser mobilizados e treinados pela marinha.

O Brasil precisava estar mobilizado e unido, também, para assegurar o êxito dos soldados brasileiros para frente de batalha, segundo os textos analisados. Assim, não seria possível ficar detido em questões consideradas secundárias, como reivindicações particulares, tendo em vista que da união dependeria o êxito do Brasil na luta, e o progresso do país no futuro. O Brasil só seria, então, uma nação forte, grande e digna se os brasileiros soubessem manter a coesão interna e a solidariedade total e permanente.

Essa atitude seria fundamental para que se vencessem as contingências e as preocupações egoístas, tendo em vista que o Brasil empenharia a vida de seus jovens soldados nos campos de batalha ao lado dos combatentes aliados. Segundo Getúlio Vargas³²:

Temos mantido exemplar coesão e a hora é de unirmo-nos ainda mais, sobrepondo-nos às contingências transitórias e às preocupações egoísticas. Quando está em jogo o destino nacional, o futuro da Pátria, não podemos deter-nos em agitações estereis e compromissos formais. Qualquer ato ou palavra que lance dúvidas sobre os nossos objetivos maiores – é disfarce de quinta-colunismo. O que urge é a vitória na guerra, e esta é a tarefa máxima.

Por isso, segundo os textos analisados, haveria acréscimo de responsabilidades impostas ao Brasil, seria preciso aceitar as restrições maiores nas comodidades normais da existência e exigiria disposições corajosas para enfrentar novos sacrifícios.

³² VARGAS, Getúlio. Discurso na A.I.B. in: **Cultura Política**, maio, 1944, nº 40, p.11.

Além disso, os textos que versam sobre a situação do Brasil no pós-guerra defendem que seria fundamental para consolidar a grandeza do Brasil a manutenção da mobilização e da união após o conflito mundial. Assim, o país teria todos os meios para realizar a mobilização necessária para enfrentar o pós-guerra, mas seria preciso manter a união, a disciplina, a concórdia pública, evitando os desgastes em críticas e em controvérsias inúteis. Então, o Brasil deveria se unir em torno das soluções para os grandes problemas nacionais.

Esses elementos, além de demonstrarem as características intervencionistas e centralizadoras do governo, ao indicar como deveria ser a postura da população naquele momento e após a guerra, conforme explicamos acima, expressam outra estratégia para persuadir o leitor da importância de se realizar a mobilização e a união: apresentar os perigos da guerra e a função de cada um nela. Assim, divide a responsabilidade do êxito do esforço de guerra, da participação efetiva do Brasil na luta armada e das condições do país no pós-guerra com toda a população brasileira, utilizando, mais uma vez, o conflito mundial para assegurar maior apoio ao Regime e às suas ações.

Mas, da mesma forma que se explica como a sociedade deveria estar preparada e organizada para os esforços de guerra, os textos de *Cultura Política* apresentam como essa sociedade já estaria respondendo aos apelos do Governo. Mais uma vez, então, podemos considerar essa forma de apresentar a situação interna brasileira como uma estratégia para persuadir o leitor da revista *Cultura Política* da forma como ele deveria agir para ser um bom cidadão, patriota e colaborar com o Governo. Ao dizer que todos ou muitos estariam respondendo aos apelos do governo, poderia ocorrer o incentivo para que realmente houvesse essa mobilização que, conforme apontamos no capítulo anterior, segundo Cytronowicz (2000), não teria ocorrido de fato, pois a população não teria aderido, apesar dos esforços do governo de criar uma ilusão da necessidade de criar a frente interna em razão das necessidades do país na guerra.

Esse esforço do Regime ficou expresso nas páginas de *Cultura Política* e pode ser percebido quando se afirma, por exemplo, que o brasileiro era bravo, altivo e cioso da sua honra, correspondendo de modo eficiente aos apelos das armas; ou que em toda parte – nos quartéis, nas fábricas, nas cidades e nos campos – o trabalho e a preparação bélica obedeceriam ao mesmo ritmo acelerado; que as forças de terra, do mar e do ar, estariam se apresentando para a luta e já revidariam os golpes traiçoeiros do inimigo com denodo e vigor; e que a gente moça do Brasil estaria apresentando excelente ânimo combativo. Ou, ainda, ao

afirmarem que as manifestações de exaltação patriótica estariam se concretizando na “massa excepcional de voluntários” que teriam se alistado para compor a Força Expedicionária Brasileira (FEB). E que a notícia dada por Vargas, de que o Brasil participaria efetivamente da guerra enviando soldados para as frentes de batalha, teria sido “recebida com satisfação e ânimo forte” pelo povo, pois segundo o artigo “Três discursos do Presidente”:

Nós, brasileiros, que estamos vivendo uma das crises mais decisivas da história da Humanidade, nunca alimentamos a ilusão de que o conflito atual se resolveria sem a participação integral dos que nele ingressaram. Sempre tivemos a certeza nítida de que não poderíamos fugir aos imperativos da luta, para a qual, aliás, nos vimos preparando intensamente desde os primeiros momentos. Por isso, a notícia divulgada pelos próprios lábios do Presidente foi recebida com satisfação e ânimo forte³³.

De acordo os textos analisados, portanto, o brasileiro seria guerreiro, varonil e saberia lutar sem ser provocador e conquistador, seria guerreiro por patriotismo, e o Corpo Expedicionário seria a continuidade dessa tradição. Além disso, o texto “Dois anos de Guerra” enfatiza que a Força Expedicionária seria composta por elementos da elite nacional e que seriam “tipos humanos de um padrão normal, quase atlético, de corpos perfeitos, prontos e fisicamente capazes de resistir às mais árduas provas [...]”³⁴ e que reunia “filhos de todos os Estados, irmanados pelo mesmo sentimento e pelo mesmo pensamento: amar o Brasil e defendê-lo contra o nazi-fascismo”³⁵. Essa seria, de acordo com o artigo, a verdadeira imagem da unidade de sentimento e de ação do Brasil.

Sobre essa questão da FEB ser formada por homens de todos os estados do país e isso representar a união do país em sentimentos e em ações, podemos considerar que o discurso oficial publicado em *Cultura Política* visava demonstrar que, apesar da união nacional ainda não estar completamente realizada, conforme discutimos antes, o Estado Novo estaria se esforçando para concretizá-la e a organização da FEB seria um reflexo disso. Logo, essa forma de governo estaria conseguindo colocar em prática o que antes foi apontado, nessa mesma publicação, que deveria ser feito para tornar o país forte e grandioso.

³³ Três discursos do Presidente. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1944, nº 37, p. 26.

³⁴ Dois anos de guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1944). In: **Cultura Política**, agosto, 1944, nº 43, p. 30.

³⁵ Idem.

Ainda intervindo na vida nacional e ditando a forma como a sociedade deveria ser organizada e se comportar para colaborar com os esforços de guerra do Brasil, os textos analisados explicam a função do trabalhador e do empregador nesse contexto. Nesse sentido, afirmam que o empregador deveria amparar em parte seu empregado convocado, pois indiretamente este defenderia seu patrimônio, dependente da segurança nacional. E que os operários e funcionários civis das indústrias bélicas do país teriam sido mobilizados para fins militares. Da mesma forma que se justificava a preparação moral e cívica da população em geral e sua colaboração com as forças militares como fundamentais para o esforço de guerra, essa medida para os trabalhadores também se baseia no argumento de era preciso o máximo de rendimento durante a guerra, sendo a mobilização deles fundamentais para o êxito das ações militares, que dependeriam cada vez mais da boa organização dos serviços da retaguarda e da mobilização total dos recursos dos beligerantes.

Isso justificaria as ações do governo, suspendendo muitos dos direitos trabalhistas. Mas segundo a revista *Cultura Política*, essa notícia teria sido recebida com alegria pelos operários brasileiros, pois eles poderiam dar seu esforço em favor da Pátria. O texto “Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943)” justifica essa medida: “quando os brasileiros são obrigados a deixar os seus lares para pegar em armas, formando as novas unidades que hão de garantir a soberania do Brasil frente ao inimigo, é natural que todos concorram para tornar-lhes mais suave o tributo”³⁶ e renunciem algumas regalias em prol da nação.

Os textos que apresentam a situação interna do Brasil na guerra desenvolvem a ideia de que os trabalhadores formavam um exército de reserva mobilizado, onde o trabalho de cada setor deveria ser intensificado no objetivo comum. Getúlio Vargas, no discurso de 1º de maio de 1943, apresenta as diretrizes para esse setor:

Hoje, mais do que nunca, a ociosidade deve ser considerada crime contra o interesse coletivo. Não se pode tolerar a desocupação quando há tantas tarefas urgentes a realizar. Operários nas máquinas, marinheiros nos aviões, ferroviários, motoristas, funcionários, diretores de indústrias, almirantes nos mares ou generais nos postos de comando – todos estão sob o mesmo imperativo: fazer bem e rapidamente a parte que lhes toca³⁷.

³⁶ Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943). In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p 37.

³⁷ VARGAS, Getúlio. Discurso de 1º de maio. . In: *Cultura Política*, junho, 1943, nº 28, p. 12-13

Os trabalhadores, segundo Vargas, deveriam, ainda, ficar em alerta e colaborar com a ação das autoridades policiais contra os espíões, sabotadores e quinta-colunas sem ter receio ou temores do futuro. O Estado Novo teria o direito de pedir sacrifício e empenho a eles, pois teria lhes dado vantagens trabalhistas e atendido às suas justas aspirações ao se colocar como juiz das relações trabalhistas distribuindo equitativamente vantagens e evitando os choques. Por isso, Vargas encerra seu discurso da seguinte forma:

TRABALHADORES DO BRASIL – Estamos em guerra. Isto quer dizer: empenhados numa luta decisiva para os destinos da Pátria. Quem não estiver conosco está contra nós. Com os homens de trabalho e com todas as forças vivas da nacionalidade sei que posso contar.
Não vacilar, não transigir; não recuar; para frente; são as vozes de comando da Nação brasileira a todos os seus filhos³⁸.

Assim, o Governo determinaria qual a postura que os trabalhadores deveriam assumir para colaborar com os esforços, realizados pelo Estado Novo, na defesa do país e na mobilização de guerra. Mas nota-se que, enquanto a mobilização da população em geral foi justificada pelas necessidades de uma guerra total, a organização e as atitudes referidas pelo Governo aos trabalhadores deveriam ser cumpridas, devido a tudo o que o Regime teria feito à classe, como a criação da legislação trabalhista e da Justiça do Trabalho. Assim, o Regime parece se colocar em uma posição de alguém que teria feito um grande favor e que, no momento oportuno, pede a retribuição disso – no caso, o apoio dos trabalhadores, que seriam, por isso, obrigados a realizá-lo³⁹.

Poderíamos verificar, por fim, outra questão que nos remete à ideia da necessidade de um governo centralizado e intervencionista para realizar a mobilização nacional para o esforço de guerra. No contexto da Guerra, segundo os textos de *Cultura Política*, um governo assim teria condições de orientar toda a nação para realizar uma mobilização que gerasse uma defesa efetiva. Por isso, em um texto lemos o papel de cada ministério no esforço de guerra nacional.

³⁸ VARGAS, Getúlio. Discurso de 1º de maio. . In: **Cultura Política**, junho, 1943, nº 28, p. 13.

³⁹ Sobre a relação do Estado Novo com os trabalhadores ver GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005; e Paranhos, Adalberto. **O Roubo Da Fala: Origens Da Ideologia Do Trabalhismo No Brasil**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999.

Segundo esse texto, apesar das Forças Armadas continuarem a ser o ponto central de qualquer guerra, as forças de uma nação se condensariam nos ministérios e a cada um desses órgãos seria atribuída uma função especial. Os esforços dos ministérios deveriam estar harmonizados uns com os outros. Eles devem convergir suas forças para uma resultante única, a fim de produzir um maior esforço de guerra, pois “colocados todos no mesmo plano e adaptados a direções convergentes, vão compor suas forças numa resultante única, para produção de um maior esforço de guerra. Sem isso, a máquina militar não desliza sem atritos, não ganha em capacidade de ação e não produz resultados apreciáveis⁴⁰”. Os ministérios civis dariam, então, o suporte de retaguarda para as ações militares e, assim, quando a guerra chegasse ao país tudo estaria no seu lugar: os soldados, as armas, os víveres e as munições, o ânimo das massas elevado, resistente e produtivo, os meios de transporte e comunicação em pleno funcionamento.

O texto de *Cultura Política* defende, então, que a organização e o planejamento dos ministérios civis iriam dar as diretrizes para toda a sociedade nacional se organizar e se comportar ao longo do esforço de guerra brasileiro, de forma a contribuir para que as Forças Armadas tivessem êxito em suas missões. Ou seja, seria imperativo ter um poder central, organizado em seus ministérios, para ditar as regras que deveriam ser seguidas em todos os setores sociais a fim de que todos contribuíssem com as Forças Armadas.

Por outro lado, a fim de demonstrar o quanto as repartições públicas do Brasil no Estado Nacional eram ativas, organizadas e estavam mobilizadas para a guerra, são apresentados dois exemplos: a Secretaria Geral de Educação e Cultura, do Distrito Federal, e a Polícia do Rio de Janeiro. A primeira agiria para orientar e mobilizar a comunidade escolar (pais, alunos e professores) para as necessidades e para o esforço de guerra brasileiro. Com essas ações não se estaria somente prestando serviços relevantes ao Brasil, em um momento difícil, mas forjando a mentalidade cívica da infância carioca. E, por isso, o texto “A mobilização dos escolares do Distrito Federal”⁴¹ afirma que “os obstáculos e as dificuldades resultantes do drama de sangue e de dor que alanceia o mundo não abateram o ânimo e a decisão dos nossos professores, na sua luta, sem desfalecimento, pela educação e pelo Brasil”.

O trabalho árduo e paciente da polícia seria feito em segredo, pois somente assim as investigações encontrariam bons resultados. No momento em que as agitações populares

⁴⁰ CIDADE, F. de Paula. Os problemas da defesa nacional nos ministérios civis. In: *Cultura Política*, junho, 1942, nº 16, p. 219.

⁴¹ A mobilização dos escolares do Distrito Federal. In: *Cultura Política*, agosto, 1943, nº 31 p. 265.

contra a quinta-coluna se intensificaram no Brasil, e especialmente no RJ, a polícia teria se reorganizado e acalmado a situação, tomando medidas enérgicas contra a espionagem inimiga, contra a vadiagem, contra os crimes de economia popular e contra os focos de delinquência. Com a declaração de guerra, a polícia teria empenhado o máximo das suas energias na luta contra os inimigos da pátria. Por isso, o texto “Mobilização da polícia num ano de guerra”⁴² conclui que “os dados aqui coligidos, dizem eles, porém, do ardor, do espírito de sacrifício, da capacidade de trabalho e, sobretudo, do patriotismo dos servidores da corporação”.

Assim, segundo os textos que versam sobre as ações do Governo para o progresso do país, o Governo teria preparado a nação para que fosse possível realizar a mobilização defensiva e de esforço de guerra. A compreensão do povo de que as responsabilidades do Brasil abrangeriam a totalidade dos brasileiros – e particularmente os que tinham funções de comando – teria facilitado a grande tarefa de reduzir os sacrifícios e de se fortalecer ao longo do conflito. O governo teria, então, procurado conduzir as atividades do parque industrial e tomar medidas de mobilização geral e a elas teriam antecedido as de caráter preparatório: reorganização dos quadros, reaparelhamento de fábricas, ensino técnico, especializado, educação cívica da juventude, construção de quartéis, reformas de serviços sanitários, de comunicações e de intendência e aquisição de material moderno para a formação de combatentes auxiliares. O que demonstraria que o Governo estaria fazendo a sua parte no esforço de guerra nacional e, portanto, que seria melhor para o país ser dirigido por um Regime como esse, centralizado e forte para intervir na vida nacional e organizar o país de acordo com as suas necessidades e as necessidades do momento.

Com isso, acreditamos ter ficado evidente que ao ser abordada a questão da união e da mobilização nacional, nos diversos aspectos apresentados, os textos da Revista *Cultura Política* estariam, na verdade, demonstrando a necessidade de um governo centralizado e intervencionista para impulsionar a organização nacional para o esforço de guerra, e o quanto o Estado Novo teria essas características e estaria sendo capaz de realizar isso. Vale retomar, ainda, que essas idéias fariam parte da continuação de um discurso desenvolvido pelos ideólogos do Regime, que já defendiam um governo assim para preservar a soberania nacional e a ordem interna.

⁴² Mobilização da polícia num ano de guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31 p.281.

2.1.2 Produção, industrialização e mobilização econômica

O discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Guerra, publicado em *Cultura Política*, ressalta o imperativo da produção nacional e, conseqüentemente, da industrialização como principal forma do país participar do esforço de guerra aliado e de realizar sua independência econômica, se tornando rico e poderoso militarmente. Essa questão pode ser considerada de relevância no discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial publicado nessa revista, tendo em vista que, de acordo com nossa pesquisa, é o terceiro assunto mais frequente, estando presente em 32,72% (ver apêndice E) dos textos analisados. Além disso, ressalta-se a importância de realizar a mobilização da economia nacional, através da intervenção do Estado, a fim de coordená-la para colocar todos os recursos econômicos do país à disposição dos esforços de guerra.

Quando a revista *Cultura Política* aborda as questões da produção, da industrialização e da mobilização ela utiliza três pontos para sustentar sua argumentação e demonstrar a eficiência do Estado Novo: explica o que deveria ser feito, o que já estaria sendo realizado pelo Governo e apresenta a situação interna do Brasil diante das medidas estatais. Em relação ao primeiro ponto, aborda a necessidade de adaptar a economia nacional às necessidades do conflito, de intervir e coordenar a economia de guerra e de organizar, desde os tempos de paz, a mobilização econômica. Ao ressaltar o que o Estado Novo já teria feito, apresenta a transformação da economia nacional em economia de guerra através da intervenção deste na produção e na distribuição dos bens de consumo, a criação de novas indústrias – como as de base – e estimulado o surgimento de diversas outras, como as da construção naval, e outras ações para deixar o país mais rico e forte. Sobre o cenário interno, desenvolve-se a ideia de que o Brasil passava por um momento de desafogo e confiança em sua frente interna, apesar da Guerra, tendo em vista que o crescimento econômico seria evidente.

A guerra econômica integral é a justificativa apresentada para essas medidas, ou seja, a guerra moderna exigiria que o país fosse industrializado para ter condições de ser forte militarmente sem depender de outros países. Tendo em vista que os equipamentos bélicos seriam caros, somente um país com autonomia industrial poderia sustentar os encargos do conflito. Por isso, dinheiro e produção são apresentados como as primeiras condições para a vitória.

Considerando *Cultura Política* uma publicação oficial que divulgava os princípios do Estado Novo, podemos entender que ao discutir a questão da produção, da industrialização e da mobilização econômica no contexto de Guerra a revista estaria defendendo e justificando a centralização da economia nacional e a intervenção do Estado nela, pois os textos, ao explicarem o que deveria ser feito, apresentam a necessidade dessas ações para o equilíbrio e o crescimento nacional na área econômica. Os textos que apresentam como deveria ser a preparação do Brasil para a guerra, por exemplo, explicam que a mobilização da economia implicaria na transformação planejada da economia nacional em economia de guerra, o que segundo o Coronel do Exército Nacional T. A. Araripe seria a “[...] adaptação da Economia nacional às necessidades do consumo de guerra [...]”⁴³ e que englobaria “[...] um mundo de fatores de que nenhum país pode livrar-se, por mais arraigado que esteja aos princípios liberais, por maior que seja seu poder marítimo e por mais considerável que seja no tempo de paz sua capacidade industrial e financeira”. O potencial econômico das nações, então, seria fundamental para a guerra – antes, durante e depois dela –, pois estariam envolvidos na luta, contribuindo para a guerra econômica, que começaria muito antes da guerra militar.

Por isso, para a guerra econômica integral, seriam mobilizados todos os recursos econômicos da nação de forma a constituir seu potencial econômico total, havendo a necessidade de transformar e reorganizar as antigas economias liberais. Segundo T. A. Araripe, nessa situação

desaparecem o princípio utilitário como norma única das relações econômicas e as necessidades individuais como fim essencial da vida produtora, para consagrarem-se todas as forças produtoras da nacionalidade a cobrir – mesmo com sacrifício individual e coletivo – as necessidades supremas e coletivas da guerra⁴⁴.

Dessa forma, a economia nacional deveria ser adaptada às necessidades de consumo de guerra: ordenação de todas as forças econômicas e financeiras nacionais para a máxima produção e aquisição dos elementos materiais necessários para as forças armadas e para a vida do país. Assim, o Estado deveria intervir e coordenar a economia de guerra, para priorizar os esforços bélicos, o bem comum e a defesa nacional. O governo precisaria, então, criar órgãos

⁴³ ARARIPE, T. A. Preparação moral e econômica da guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1942, nº 18 p. 229.

⁴⁴ Idem, p. 229.

de fixação e controle de preços de venda, a fim de evitar a inflação que seria o maior dos obstáculos à execução de um plano de mobilização econômica. Ainda segundo T. A. Araripe:

É bem verdade que não é mais o jogo da oferta, da procura e do preço que orienta a produção. “É o Estado, principal consumidor, que eleva a produção ao nível das necessidades” – que limita os lucros – que reparte a mão de obra e distribui a matéria prima – que determina as importações e exportações – que emite e fixa o valor da moeda – que alimenta a população, provê a saúde pública⁴⁵.

Além disso, a mobilização econômica deveria ocorrer desde os tempos de paz e consistiria na cooperação entre capital e trabalho. Conforme apresentamos no item 2.1.1, os empregadores deveriam amparar em parte os trabalhadores convocados e suas famílias e o governo deveria coordenar a mobilização da população em geral e dos trabalhadores, em particular, a fim de organizá-los de acordo com suas capacidades, de forma que a mobilização militar não prejudicasse as produções do país. Segundo o Coronel do Estado Maior do Exército Onofre Muniz Gomes de Lima:

Os indivíduos abrangidos pela conscrição civil para o trabalho devem ser empregados, sempre que possível e a critério do Governo, em atividades do seu ofício ou profissão, ou correlatas mais próximas, de modo que a mão de obra de artífices e especializados, diminuída pelo afastamento de obreiros ou trabalhadores convocados pelas forças militares, seja completada ou mesmo ampliada, conforme as necessidades⁴⁶.

A legislação, ainda, deveria amparar e orientar o funcionário e o simples trabalhador convocado e as reservas deveriam, então, estar prontas quando começasse o conflito, e os trabalhadores das fábricas teriam função essencial de soldados.

A defesa e a justificativa da centralização da economia nacional e da intervenção do Estado nela também ficam explícitas quando os textos apresentam o que o Governo já estaria fazendo no setor. Segundo eles, a situação interna brasileira era promissora e otimista. O que demonstraria, então, que um Regime forte e centralizado, capaz de intervir e organizar a economia nacional, estaria promovendo o crescimento do Brasil. Entendemos, assim, que os

⁴⁵ Idem, p. 230.

⁴⁶ LIMA, Onofre Muniz Gomes de. Mobilização Nacional. In: **Cultura Política**, outubro, 1942 nº 20, p. 108-109.

textos que abordam esses assuntos visariam demonstrar o quanto o Estado Novo agiria para resolver os problemas nacionais, por isso, essa forma de governo, de acordo com *Cultura Política*, estaria sabendo dirigir o país de uma forma satisfatória mesmo em tempos de guerra.

Nesse sentido, os textos que apresentam as ações do Governo para o progresso do país afirmam que o governo brasileiro interveio e transformou a economia nacional de paz em economia de guerra. Dessa forma, o governo teria tomado medidas para defender o povo das consequências desse conflito, sem interromper os incentivos para o desenvolvimento industrial brasileiro, como afirma o artigo “A situação econômica do Brasil no quinto ano de guerra”⁴⁷:

As medidas e providências do Governo foram-se seguindo, enfrentando as dificuldades que surgiram, e em 1943 chegamos a uma etapa avançada na transformação da economia de paz para a economia de guerra. Realizamos uma série de providências para a mobilização dos recursos materiais, equilíbrio da economia nacional, a fim de evitar crises regionais mais desastrosas; fizemos a distribuição das atividades produtivas, controle da produção, fixação de preços, defesa da economia popular e luta contra a carestia e a inflação; enfim o equilíbrio econômico e financeiro em todo o país, a fim de serem diminuídas as consequências da guerra sobre as mais amplas camadas da populares e, ao mesmo tempo, prosseguir no nosso aparelhamento de produção industrial e agrícola e renovação da nossa capacidade produtiva.

Assim, o panorama da frente interna brasileira seria de desafogo e de confiança. Com isso, apesar da guerra, o Brasil estaria conseguindo abastecer a população e levar aos lugares as utilidades fundamentais, sem deixar de realizar as obras para o desenvolvimento brasileiro. A produção geral teria se multiplicado, a circulação de valores seria abundante e as atividades produtivas absorveriam a mão de obra existente, dando oportunidade a inversões dos fartos lucros apurados.

O Estado interveio, então, segundo os textos, para produzir e distribuir melhor os bens de consumo e para dirigir a atividade da produção no sentido do realmente necessário para o momento, diante das necessidades criadas direta e indiretamente pela Guerra, de forma a evitar um desgaste de produção e de aparelhamento. Assim, o governo teria orientado a produção para que não faltassem aos brasileiros os elementos essenciais da vida. Por isso, Vargas afirmou em seu discurso na Associação Brasileira de Imprensa:

⁴⁷ A situação econômica do Brasil no quinto ano de guerra. In: *Cultura Política*, setembro, 1944, nº 44, p.72.

Apesar da guerra e das suas imediatas conseqüências, de natureza semelhante em todos os países, mais ricos ou mais pobres, temos conseguido, mesmo com o material ferroviário desgastado de que dispúnhamos e sem combustível suficiente, abastecer as populações e levar aos lugares próprios as utilidades imprescindíveis, sem por outro lado, paralisar ou diminuir o ritmo de trabalho nas obras capitais do nosso desenvolvimento material⁴⁸.

Mas segundo os textos, o Regime teria ido além, pois teria criado diretamente, em plena guerra, com o auxílio dos aliados americanos, novas indústrias básicas, imprescindíveis para os interesses econômicos do Brasil, e estimulado o surgimento de novas indústrias, a fim de complementar a diversificação do parque industrial brasileiro para a guerra e para a paz. Os significativos sinais do crescimento da estrutura econômica brasileira seriam, assim, evidentes. Os brasileiros estariam mais fortes, mais confiantes no seu futuro, mais produtivos, mais unificados economicamente, e tudo isso graças ao esforço de cada um e da orientação econômica e financeira do Governo.

Sobre a exigência da guerra de industrializar o país, tendo em vista que sem o desenvolvimento fabril não se chegaria ao apogeu político-militar, os textos publicados em *Cultura Política* explicam que armas e munições seriam caras, de forma que somente um país rico poderia sustentar os encargos da guerra e apenas através da industrialização o país se tornaria rico. A primeira etapa para se ter grandeza militar seria fabricar máquinas, produzir tudo o que se pudesse vender, conquistar mercados externos, conseguir saldos e balança comercial favorável. Segundo o Coronel do Exército Nacional F. de Paula Cidade⁴⁹:

Lá chegaremos em breve, quando nossas usinas produzirem todas as máquinas de que necessitamos, entre as quais as armas estão incluídas. As despesas então serão suportáveis, as compras serão feitas em moeda nacional, os lucros ficarão no país, a produção de certas armas e munições poderá ser elevada de acordo com as necessidades de cada hora, o crédito baseado nos recursos internos ficará sendo mais acessível em todas as emergências. Teremos assim atingido as verdadeiras bases do poder militar, para as quais desde já marchamos com firmeza.

O Estado Nacional, então, estaria dando os primeiros passos para tornar o Brasil forte e rico. Dessa forma, o panorama econômico seria promissor graças ao Governo que estaria incentivando a fabricação de ferro e, depois, de máquinas; a indústria nacional; teria criado

⁴⁸ VARGAS, Getúlio. Discurso na A.I.B. In: **Cultura Política**, maio, 1944, nº 40, p.10.

⁴⁹ CIDADE, F. de Paula. As verdadeiras bases do poder militar. In: **Cultura Política**, setembro, 1942, nº 19, p.119.

órgãos de coordenação dessas diversas atividades de produção e retirado as indústrias das malhas das economias regionais que as embaraçavam, e as teria transportado para o plano econômico nacional.

Assim, F. de Paula Cidade reforça a importância da centralização nacional no Executivo Federal e no presidente da República. Segundo ele, todas as realizações do Estado Novo, principalmente no setor econômico, só estariam sendo possíveis devido ao fechamento das instituições legislativas, tendo em vista que, na sua visão, essas entravariam as medidas para a defesa nacional. Como exemplo disso, cita o fato da siderurgia e a produção de trigo só se tornarem viáveis após o fechamento do legislativo. Além disso, o autor explica que os governos anteriores ao Estado Novo não teriam entusiasmo por assuntos referentes à defesa nacional, e por desenvolver um plano que a fortificasse. Com o Estado Novo, portanto, estaria sendo realizada uma organização que muito facilitaria a economia de Guerra, pois o executivo seria vigoroso, com uma administração eficiente e uma ação intervencionista.

É interessante destacar que as ideias apresentadas por esse autor nos remetem àquelas desenvolvidas, por exemplo, por Oliveira Vianna (1939) em relação à centralização e à intervenção estatal. Segundo Vianna (1939), conforme vimos no capítulo anterior, o fortalecimento do executivo federal era um imperativo para o progresso do país, pois as instituições legislativas dificultavam e, muitas vezes, impediam que o executivo exercesse suas atividades administrativas. Além disso, o governo federal deveria ser fortificado, também, para salvar a integridade nacional, que estaria ameaçada pelo crescente poder dos Estados. Vianna explica, ainda, que o regime brasileiro teria condições de organizar e coordenar as questões nacionais, pois seria forte e com autoridade para intervir. Essa similaridade apresentada entre as ideias do colaborador de Cultura Política e o ideólogo do Regime pode demonstrar que os articulistas da revista se apropriavam do discurso dos intelectuais autoritários que haviam dado a sustentação teórico-ideológica do Regime, divulgando-as e demonstrando-as através da apresentação das ações que o Governo estaria tomando, conforme o exemplo citado acima, com o mesmo objetivo de defender a estrutura política do Estado Novo, justificando a sua forma de ser através da necessidade de um Governo centralizador, forte e intervencionista, para promover o crescimento e a defesa nacional, tendo em vista que os governos anteriores não teriam tido a competência de realizar isso.

Nesse sentido, 46,15% dos textos que apresentam a situação interna do Brasil na guerra (ver apêndice D) defendem a crescente intervenção do Estado na economia nacional e explicam que “a própria estrutura ideológica do Estado Nacional, afastando de vez a mentalidade criada pela economia liberal, estabeleceu as bases e gerou o ambiente que permitem a necessária intervenção do Estado em benefício da segurança coletiva⁵⁰”. Por isso, o Brasil, segundo eles, gozaria de tranquilidade para trabalhar e produzir sendo que os empreendimentos mais vultosos não teriam sido interrompidos apesar das dificuldades mundiais. Assim, o Estado, ao intervir na economia, incentivaria o crescimento do setor econômico cooperando com as iniciativas particulares e afastando o jogo desordenado dos interesses particulares. Por tudo isso, Vargas afirma que o Brasil viveria uma “sólida situação econômica” e essa seria “o quadro progressista e dinâmico do Brasil de hoje, fruto magnífico da índole lutadora, do espírito empreendedor do nosso povo [...]”⁵¹, ou seja, a intervenção do Governo na economia nacional teria oportunizado que o Brasil organizasse sua economia e direcionasse a energia dos brasileiros – trabalhadores e empresários – a fim de cooperar com esse intento.

Seguindo a apresentação das ações do Estado Novo em relação aos incentivos à produção, à industrialização e à promoção da mobilização econômica, que exemplificam, então, o quanto essa forma de governo centralizada e intervencionista estaria agindo de maneira satisfatória para fazer o país se desenvolver economicamente, 43,75% dos textos que abordam as ações do Governo para o esforço de guerra explicam que o Estado Novo estaria trabalhando para reverter a situação de pobreza do Brasil, a fim de colocá-lo em condições de enfrentar a Guerra. Segundo esses textos, essa exigiria muito dinheiro e muita produção, sendo que isso representaria a primeira condição da vitória. O artigo “Brasil na Guerra”, por exemplo, diz que “o Presidente soube definir o fundamental para o Brasil, para esta guerra, antes que ela viesse a nosso encontro: a produção. Teve espírito para conceber esta tarefa, e também a ciência de prepará-la, e a capacidade de ação para levá-la à realização⁵²”. Segundo esse artigo, o Brasil, então, internamente estaria progredindo, pois

⁵⁰ Nossa primeira batalha. . In: **Cultura Política**, julho, 1942, nº 16, p. 216.

⁵¹ VARGAS, Getúlio. O Brasil e o momento político atual. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1942, nº 12, p. 84.

⁵² Brasil na Guerra. In: **Cultura Política**, outubro, 1943 nº 33, p. 182.

todo um exército de dezenas de milhares de brasileiros foi organizado, e estão empenhados nesta luta grandiosa na planície amazônica. E assim nos sectores dos minérios, da pecuária, da agricultura, da indústria, estamos organizando as tarefas diretamente ligadas às necessidades de guerra. Produzimos mais material bélico para nós, demonstrando nossa capacidade técnica⁵³.

É interessante destacar que a necessidade brasileira de produzir borracha é apresentada como uma batalha, pois haveria um clima de guerra no Amazonas, uma verdadeira frente de batalha e os trabalhadores eram considerados soldados mobilizados e sujeitos à disciplina militar. Nesse ponto, assim como em relação à mobilização dos trabalhadores em geral (discutida no item 2.1.1), os textos explicam que Vargas poderia pedir esse sacrifício dos trabalhadores da borracha, tendo em vista todos os benefícios que o governo teria lhes dado, principalmente em termos de assistência. Nas palavras de Vargas: “a minha reconhecida simpatia por vós, trabalhadores, o emprego do meu governo em assegurar-vos melhores condições de vida, dão-me o direito de vos dirigir esse apelo, seguro dos resultados, pois conheço o vosso valor e a vossa tenacidade, quando se trata de servir e engrandecer a Pátria⁵⁴”.

Além disso, de acordo com os textos de *Cultura Política*, as indústrias particulares teriam se desenvolvido de forma sem precedentes, com o auxílio do Governo, e muitas teriam sido transformadas para as necessidades de guerra e para os supremos interesses da defesa do Brasil, principalmente para fazer ressurgir a indústria naval em madeira brasileira. Assim, com a ajuda dos EUA, o Brasil estaria completando o seu parque industrial e agrícola, bem como militar, naval e aeronáutico. Cada vez mais o Brasil produziria para ele e para seus aliados, para os meios civis e militares, para os fins sanitários e de defesa da população. Dois exemplos disso, apresentados em *Cultura Política*, seriam o novo Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro – uma iniciativa apresentada como de relevo na administração brasileira e um marco de progresso na história da renovação do Brasil – e a Fábrica Nacional de Motores, descrita como um dos mais arrojados empreendimentos do esforço de guerra brasileiro.

Assim, 57,14% dos textos que versam sobre as ações do Governo para o progresso do país explicam que com os incentivos do Regime o país estaria produzindo mais e melhor nas cidades e nos campos, dando prosseguimento à batalha da produção e fazendo valer a ordem de Vargas. O Estado Novo teria mobilizando as condições materiais para objetivos

⁵³ Brasil na Guerra. In: **Cultura Política**, outubro, 1943 nº 33, p. 183.

⁵⁴ A campanha da borracha. In: **Cultura Política**, julho, 1943, nº 29, p. 191.

claros e planejados, de forma que em todo o Brasil se veria forças produtivas agindo. Tudo isso seria elemento do bem-estar e instrumento para a solução dos problemas sociais, culturais, sanitários, etc. do Brasil. Isso geraria, também, aumento das reservas de ouro brasileiro no interior e no exterior, que significaria garantia para a moeda nacional e reserva para as compras necessárias para renovar o parque industrial e as redes de transporte.

Os textos publicados em *Cultura Política* afirmam, então, que a Guerra teria aberto novas perspectivas para a indústria nacional, pois teria cortado a importação de muitos produtos e necessitaria da exportação de outros tantos. Com isso, haveria consumo para toda a produção brasileira, mas a completa libertação econômica do país só ocorreria se os empresários soubessem aproveitar a boa fase com os olhos voltados para a paz, quando a situação normalizada exigiria qualidade das empresas nacionais.

Mas segundo esses textos, para que o povo brasileiro não faltasse aos homens das classes armadas, seria importante continuar com o empenho redobrado na mobilização dos recursos econômicos, de forma a produzir mais e melhor nas fábricas, nos campos, nas hortas e nos pomares. Vargas afirma:

Se um conselho deve ser dado a quantos habitam esta grande e generosa terra, é o de produzir – produzir mais e melhor. Cada brasileiro, na sua esfera de atividade, dando o máximo do seu esforço, cumprirá nobremente o seu dever, e mesmo o excederá. Quem assim não proceder está concorrendo para criar dificuldades e encarecer a vida. Carestia de vida é preliminar de descontentamento social, de enfraquecimento, de falta de trabalho, e o melhor meio de combatê-la não é a inflação, mas fazer prudentes reservas de utilidade⁵⁵.

Com isso, de acordo com *Cultura Política*, as classes conservadoras ou empregadoras, proletária ou de empregados, estavam congregadas espontaneamente em torno do Governo em um estado perene de contentamento e em uma atmosfera de profunda tranquilidade. Isso ocorreria devido à confiança deles em Vargas, que estaria sabendo conduzir o Brasil realizando as transformações necessárias para vencer os regionalismos e o partidarismo de forma a consolidar a unidade nacional.

Essa apresentação da situação econômica brasileira como próspera e da cooperação de empregados e empregadores entre si e em torno do Governo pode ser vista como uma

⁵⁵ VARGAS, Getúlio. O Brasil e o momento político atual. In: *Cultura Política*, fevereiro, 1942, nº 12, p. 85.

forma de demonstrar ou comprovar o quanto a forma de agir do Estado Novo estaria sendo eficiente para, mesmo em uma situação de guerra, promover o crescimento nacional. Assim, poderíamos afirmar que ao abordar a questão econômica brasileira diante da Guerra a revista *Cultura Política* defende a centralização e a intervenção do Estado na economia nacional e, para tal, sustenta sua argumentação em três pontos, conforme indicamos anteriormente: explicando o que deveria ser feito e, assim, justificando a necessidade de intervenção; apresentando que o Regime já estaria fazendo e, com isso, demonstrando o quanto um governo forte e centralizador poderia realizar, mesmo com as dificuldades trazidas pela Guerra; e, por fim, indicando a situação interna brasileira na área econômica, o que poderia visar à comprovação de que o Estado Novo encarnava a melhor forma de um governo.

Por fim, reforçamos que a defesa de uma forma de governo com essas características não era uma novidade na época em que a revista *Cultura Política* foi publicada, tendo sido desenvolvidas, principalmente, pelos intelectuais apresentados no primeiro capítulo – Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e pelo próprio Almir de Andrade, editor dessa revista. Segundo eles, a única forma de preservar a soberania nacional, a integridade e o prestígio do Brasil seria com a implantação de um regime como o Estado Novo. O que nos leva a considerar, como já explicamos antes, que a revista *Cultura Política*, ao apresentar as questões referentes à economia nacional em face da Segunda Guerra Mundial, divulgava a ideologia do Regime desenvolvida por esses intelectuais – reforçando a necessidade de manter essa forma de governo no controle do país.

2.1.3 As ações e as qualidades do Estado Novo e de Getúlio Vargas

Os textos da revista *Cultura Política* que abordam a situação interna brasileira ao longo do envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial apresentam, ainda, dois pontos fundamentais que compõem o discurso oficial: as qualidades do Estado Novo e de Getúlio Vargas, onde pode ser percebida a ratificação do caráter nacionalista e democrático do Regime; e as ações mais pontuais do Governo em função do esforço de guerra, onde se verificaria a justificativa e a legitimação das ações centralizadoras e intervencionistas desse. A partir de nossa análise, é possível considerar que essas duas questões se complementariam para realizar a manutenção dessa forma de governo no poder, ou seja, enquanto a primeira

apresenta as características do Regime e as qualidades de Vargas argumentando o quanto agiriam para o bem e o progresso do país, a segunda exemplificaria isso apresentando e justificando as suas ações.

Cabe registrar, ainda, que essas duas questões podem ser consideradas relevantes na construção do discurso oficial sobre a participação do Brasil na Guerra, tendo em vista que a apresentação das medidas do Governo em função da guerra é o segundo assunto mais frequente, estando presentes em 34,54% dos textos; e a relação entre a situação interna do Brasil nesse período com os atributos do Regime ocorre em 30,90%, sendo o quarto ponto mais frequente em nossa análise (ver apêndice E).

Em relação às qualidades do Estado Novo, percebemos que os textos de *Cultura Política* expressariam o caráter nacionalista e democrático do Estado Novo, pois explicam que esse buscaria soluções brasileiras às demandas do país, que teria instituições adaptadas às tradições e às imposições da época e que se constituiria na verdadeira democracia, por promover a industrialização, a defesa nacional, o bem-estar da população e a ordem interna. A partir disso, podemos considerar que essa forma de caracterizar o Regime assemelha-se em muitos pontos com o que foi desenvolvido pelos ideólogos do Estado Novo.

Assim, enquanto para Azevedo Amaral (1938), por exemplo, o nacionalismo do Regime estaria expresso na devolução do sentido nacional às instituições adaptando-as de acordo com as necessidades e a realidade brasileira; e a democracia ao dar igualdade de oportunidade ao cidadão, promovendo o seu bem-estar; mais da metade (57,14% - ver apêndice D) dos textos que versam sobre as ações do Governo para o progresso do país, afirmam que o governo visaria à solução brasileira para os problemas brasileiros e estaria seguro, diante dos resultados obtidos, do acerto patriótico dessas reformas no âmbito político, social e econômico, pois as instituições nacionais “correspondem, nas linhas mestras, aos fundamentos da nossa formação histórica e às imposições da época conturbada [...]”⁵⁶; e que democracia, segundo esses textos, seria a forma de governar em benefício do povo como um todo, em função dos interesses supremos da Pátria, acima das imposições de grupos, de clãs ou de região. Em todos os setores de atividade, o governo exerceria ação rápida criando, aperfeiçoando e melhorando as condições de progresso nacional. O Estado Novo, então, teria transformado a ordenação jurídica, se afastado dos moldes correntes para atender apenas às

⁵⁶ VARGAS, Getúlio. Os cinco anos do Estado Nacional na palavra do Presidente Vargas. In: **Cultura Política**, dezembro, 1942, nº 22, p. 15.

características brasileiras, às circunstâncias do crescimento interno do Brasil e da sua política externa.

Ou ainda, para Francisco Campos (2002), o Regime seria democrático por atender à vontade e os interesses do povo e, de acordo com 61,53% dos textos que apresentam a situação interna do Brasil na guerra, o Brasil estaria praticando a verdadeira democracia, baseada nas tradições da vida brasileira, uma vez que o Governo estaria cuidando da defesa nacional, do bem-estar da população e da ordem interna, pois lutaria

sem tréguas contra os fatores do enfraquecimento; reage contra os agitadores de todos os credos; reafirma os princípios do são nacionalismo, que não aceita outros compromissos além dos que resguardam os interesses vitais da nossa sociedade; retifica e corrige os erros de distribuição das forças internas; reduz os regionalismos. Saneia as finanças, a economia e a produção; eleva o nível educacional do povo e rearma o país para enfrentar o inimigo externo, implacável, sanguinário e armado de poder imenso, diante do qual não devemos hesitar um instante, unindo-nos num só corpo e numa só alma para dar-lhe combate, tal a nossa repulsa a toda e qualquer veleidade de tirania e de escravidão⁵⁷.

Assim, segundo os textos, em pouco tempo o novo Regime teria mudado a fisionomia do país radicalmente: fim da influência partidária nos negócios públicos; fim dos privilégios de indivíduos, de grupos e de regiões; articulação das atividades para o crescimento geral; despertar das energias criadoras por todas as partes. A nação inteira, então, teria se renovado material e espiritualmente.

Além disso, a revista *Cultura Política* destaca a preponderância do executivo, gerando rapidez na resolução dos problemas nacionais. Ou seja, o Regime teria se voltado para o civismo brasileiro, sem se isolar em apenas um problema, dando ao executivo a preponderância necessária e articulando vários elementos novos nos setores econômicos e sociais: “educando a juventude, sem descuidar nenhum de seus aspectos, o aspecto intelectual, moral, físico, patriótico, voltando-se para as questões ligadas à nossa defesa à nossa segurança, dando trabalho aos nossos estaleiros e disciplina e organização às nossas forças armadas [...]”⁵⁸. O Brasil estaria livre de forças consideradas negativas que, de acordo com *Cultura Política*, entravavam sua expansão, como um Congresso oneroso e inútil, que adiava as medidas necessárias para a vida de uma nação americana e independente. Essa ideia,

⁵⁷ Três discursos do Presidente. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1944, nº 37, p. 24.

⁵⁸ Idem, p.35.

conforme já dissemos no item anterior (2.1.2), vai ao encontro do que foi elaborado pelos ideólogos do Estado Novo como, por exemplo, para Oliveira Vianna. Segundo ele, o executivo federal deveria ter primazia sobre os demais poderes, justamente pelo fato das instituições legislativas dificultarem as atividades desenvolvidas pelo executivo.

Por tudo isso, os textos afirmam que o governo não temeria a palavra democracia e o Presidente se sentiria robustecido e forte para dirigir a nação e esclarecê-la sobre a conduta traçada, tendo em vista que nenhum povo atingido pelas dificuldades e provações da Guerra estaria vivendo com a liberdade de prosperar e de promover a felicidade como o povo brasileiro, conforme explica Vargas:

Em meio às graves apreensões do momento cabe reconhecer que a nossa vida interna não sofreu perturbações tão profundas como as ocorridas noutros países beligerantes. Era inevitável, entretanto certos desequilíbrios na passagem da economia de paz para a de guerra. Reagimos prontamente, e, no que diz respeito à preparação bélica, conseguimos uma readaptação de resultados imediatos⁵⁹.

Isso porque o Governo estaria vigilante e colocando novas medidas em prática para normalizar o abastecimento de alimentos e para punir aqueles que estariam querendo obter lucros excessivos sobre os gêneros indispensáveis à subsistência.

Apresenta-se, ainda na revista *Cultura Política*, a diferenciação entre o antes e o depois de 1930 no cenário político do Brasil e entre o Estado Novo e os regimes totalitários a fim de, novamente, argumentar sobre o caráter nacionalista do Regime. Esses dois assuntos também já haviam sido abordados pelos intelectuais responsáveis pela sustentação teórica do Regime, como, por exemplo, para Azevedo Amaral (1938) e Francisco Campos (2002). De acordo com o primeiro, as Constituições anteriores a 1930 não estariam de acordo com a realidade nacional e visariam organizar a vida do país a partir de fórmulas importadas, como o liberalismo. O Estado Novo, então, não teria influência de nenhum regime estrangeiro, nem totalitários, nem liberal-democratas. Amaral (1938) explica, ainda, que enquanto os regimes totalitários tratavam os indivíduos como unidades sem liberdades, o regime brasileiro não interferia na consciência e nos interesses pessoais, mas apenas obrigava que o cidadão pertencesse à coletividade. Francisco Campos, por sua vez, afirma que as Cartas brasileiras até 1937 eram imitações ou experiências e, somente em 1937 teria havido a preocupação de

⁵⁹ VARGAS, Getúlio. Saudação de Ano Novo. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1943, nº 24, p.8.

reunir os princípios da formação brasileira em uma Constituição, e isso revelaria a independência do Estado Novo em relação às ideologias estrangeiras.

Os textos de *Cultura Política*, que apresentam as ações do governo para o progresso do país, explicam, então, que até 1930 o Brasil era negado pelos próprios brasileiros, sendo hostilizado em livros, jornais e palestras. Os dirigentes nacionais estariam tão preocupados em eleições e em reformas eleitorais que não teriam tempo para cuidar da exploração do que são consideradas, nesses textos, com sendo a maior das riquezas do Brasil: as coisas nacionais. O então Diretor da União Brasileira de Imprensa José Firmo, por exemplo, afirma:

Indiscutivelmente, o Brasil viveu um longo período crepuscular de sua inteligência. Foi a época em que falar mal de nós era uma manifestação de bom gosto, desancar as nossas instituições, negar a nossa cultura, o nosso civismo, a nossa bravura, quase um ato de superioridade e elegância. Não foi curta a fase desse declínio negativismo. Estendeu-se e ocupou largo espaço da nossa vida, ameaçando comprometer a existência de uma Nação destinada a um alto e nobre destino⁶⁰.

O Estado Novo, porém, teria entendido as necessidades brasileiras, teria feito o diagnóstico do mal e aplicado o tratamento necessário.

Segundo 50% dos textos que bordam a situação do Brasil no pós-guerra, o Estado Novo teria o senso da unidade das monarquias, a compreensão de hierarquia das aristocracias e o fundo popular das repúblicas. Seria um Estado forte, sem ser tirânico; cristão, não comunista; nacional e popular. Segundo o então Presidente do Conselho Administrativo e Professor da Faculdade de Direito de Goiás, Paulo Augusto de Figueiredo⁶¹:

Ao contrário dos Estados totalitários, o Estado Nacional pôs-se a serviço do homem. Incluiu, nos seus, os fins do homem, este nele se articula, mas como pessoa e para mais facilmente elevar-se em sua dignidade de pessoa. Por isso, o nosso homem se vai edificando, assim, através do Estado Nacional, que fixa situações existenciais necessárias à plena formação e superior desenvolvimento dos homens.

⁶⁰ FIRMO, José. A força contraditória de dois destinos. In: **Cultura Política**, outubro, 1941, nº 8, p. 33.

⁶¹ FIGUEIREDO Paulo Augusto de. O Estado Nacional e a ordem social futura. In: **Cultura Política**, abril, 1944, nº 39, p. 98.

O Estado Novo, então, ao extinguir o liberalismo, o fascismo e o comunismo teria dado ao Brasil a verdadeira democracia, aquela que coloca o bem-estar, a cultura, a alegria, a felicidade humana acima dos seus interesses puramente político. Por se nacional, ele teria se estruturado no sentido religioso popular e por isso o cristianismo foi situado na sua base filosófica.

O fato de podermos verificar a aproximação de todas as qualidades apresentadas em relação ao Estado Novo, que demonstram o caráter nacionalista e democrático do mesmo, com as desenvolvidas pelos ideólogos do Regime permite com que possamos considerar a revista *Cultura Política* como uma publicação que divulgava a ideologia do Estado Novo a fim de reforçar para seu público leitor a necessidade e a relevância dessa forma de governo no comando do Brasil. Ou seja, mediante nossa pesquisa foi possível verificar que os colaboradores de *Cultura Política*, ao tratar das questões internas brasileiras relacionando-as com a Guerra, se apropriam de ideias desenvolvidas por intelectuais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, a fim de justificar e legitimar a organização e as ações do Regime e, dessa forma, contribuir para sua manutenção no poder.

Mas, além disso, verificamos que existe ainda na revista *Cultura Política* a atualização dessas ideias, visando persuadir o leitor sobre a importância do Estado Novo e de Vargas permanecerem à frente do país quando a Guerra terminasse. Ou seja, as ideias desenvolvidas pelos intelectuais citados acima continuam a ser apropriadas pelos autores dos textos de *Cultura Política*, mas são adaptadas para um novo contexto, nesse caso de pós-guerra. Assim, continua-se expressando de forma positiva o caráter nacionalista e democrático do Regime, mas explica-se o quanto isso estaria adequado para a nova situação mundial que viria com o fim da Guerra.

Segundo esses textos, o Brasil já estaria concretizando a sociedade planejada e resolvendo os problemas que viriam após o fim do conflito mundial. Tendo em vista que a sociedade desejada para o futuro deveria ser uma sociedade cristã, democrática, humana e nacional, e a sociedade brasileira seria o indício dessa comunidade, o articulista de *Cultura Política* Paulo Augusto de Figueiredo esclarece:

Vemos, pois, que, estranho aos totalitarismos e ao liberalismo; humano em seus motivos e fins, porém nacional em seus processos sociais; fundado em nossas realidades totais; estruturado em nossa história autêntica e inspirado no cristianismo, pode o Estado Nacional constituir-se um tipo de Estado singular no mundo, Estado que se revela mesmo, em seus lineamentos capitais, como mais próximo da *ordem de amanhã*⁶².

Assim, o Brasil depois da guerra seria mais unido socialmente e nacionalmente, mais forte, mais formado, com melhores condições de realizar seus destinos apresentados como grandiosos, pois estaria evoluindo no campo econômico, político e social, cabendo-lhes, segundo os textos, uma posição dianteira de inovação nas Américas. Pois se não fosse a providente preparação estrutural da nação (moral e material) realizada pelo regime de 10 de novembro, o Brasil teria que tomar às pressas medidas de guerra e adaptar o país à elas, sofrendo assim, pela pressa, as mais lamentáveis consequências das piores improvisações. O povo, então, confiaria no presidente e cerraria fileira em torno dele, pois ele estaria conduzindo bem o Brasil nos tempos de paz e de guerra.

Por tudo isso, 31,25% dos textos sobre as ações do Governo para o esforço de guerra apresentam elogios à Vargas em relação à sua forma de guiar o Brasil. Getúlio Vargas teria provado que possuía as qualidades para conduzir o Brasil em momentos difíceis:

O dirigente máximo da nacionalidade, assim, demonstrou que possui as qualidades básicas para nos guiar nos passos difíceis que seríamos levados a dar nestes graves momentos. É princípio fundamental de comando, este de prever acontecimentos decisivos que se aproximam, e ter a audácia das medidas a toma; “Comandar é prever, das ordens e fiscalizar a sua execução”. O Presidente previu, enfrentou os perigos e as correntes opostas, tratou de preparar a Nação para reagir nos devidos momentos em todos os terrenos, no político, no econômico, assim como no militar, policial, etc. firmando o regime e garantindo a ordem social⁶³.

Getúlio Vargas, então, seria aquele que saberia resolver com os mesmos critérios de oportunidades e o mesmo senso de realidade os sucessos vindouros, de forma que toda política futura seria a continuação da política atual. Por isso, os brasileiros não deveriam ver no Regime apenas fórmulas e princípios que poderiam se modificar no futuro, mas perceber as qualidades do estadista que a nação havia colocado a frente dos seus destinos: um líder que

⁶² Idem, p.99.

⁶³ Brasil na guerra In: **Cultura Política**, outubro, 1943, nº 33, p. 180.

agiria com serenidade, indiferente à paixões e a repercussões momentâneas de seus atos. Segundo o artigo de Almir de Andrade publicado em *Cultura Política*:

quando forças políticas aumentavam de volume e ameaçavam chocar-se violentamente, ele procurou sempre amparar o choque, mantê-las distanciadas umas das outras, até que, com o auxílio do tempo, da habilidade e da paciência, conseguisse neutralizá-las e dissolvê-las, não por ação violenta do Estado, mas por esgotamento natural das forças mesmas e pela canalização para um objetivo comum de colaboração nacional⁶⁴.

O segredo do Estado Nacional e de suas realizações não estaria, portanto, apenas nos princípios que o fundamentavam, mas também nas qualidades pessoais de equilíbrio, de dedicação patriótica ao bem público que se encontram no atual presidente da República. Os textos afirmam que todos sentiam e reconheciam, com unânime convicção, que se Vargas não estivesse na direção suprema do país a crise interna e internacional teria sido uma crise terrível de lutas intensas. Assim, conclui Almir de Andrade:

Quaisquer que venham a ser os caminhos do futuro, ou as transformações que o mundo trará à nossa vida pública, todos sabemos que já existe, no Brasil, uma experiência humana de incalculável importância para o bem comum. A experiência dos homens e a experiência do poder, que possui o atual Presidente, o testemunho da sua conduta passada e presente – se reúnem, para alicerçar essa confiança e para firmar, em cada brasileiro, a sincera convicção de que toda política futura será a continuação da política atual, como é esta mesma a continuação da política de 1930-1937, com as transformações impostas pelas contingências⁶⁵.

A apresentação da situação interna do Brasil ao longo do seu envolvimento na Segunda Guerra Mundial na Revista *Cultura Política* aborda, ainda, as ações do Regime em função do esforço de guerra, conforme indicamos antes. A apresentação dessas medidas pode ser vista como uma estratégia do discurso da revista para complementar o argumento da necessidade e da importância do Estado Novo estar dirigindo o país. Isso ocorreria pois exemplificariam o quanto um Governo nacionalista e democrático, mas também centralizador e intervencionista, mesmo com as dificuldades de um mundo em guerra, agiria para resolver os problemas do Brasil.

⁶⁴ ANDRADE, Almir. O presidente, o Brasil e a guerra. In: **Cultura Política**, outubro, 1943, nº 33, p. 31.

⁶⁵ Idem, p. 33.

Os exemplos apresentados das ações do governo em função da guerra que expressam o quanto estava sendo fundamental para o país ter um governo forte com capacidade de intervir na vida nacional nos remetem à defesa apresentada pelos ideólogos do Estado Novo ao justificarem a relevância desse ser centralizador e intervencionista. Segundo Azevedo Amaral (1938), por exemplo, a intervenção de um governo forte no país seria a única forma de fazê-lo crescer e as medidas do governo que a revista apresenta versam sobre a não interrupção das ações para o progresso nacional (como a construção da grande siderurgia, por exemplo). Para Francisco Campos (2002), a intervenção estatal deveria assegurar a proteção da população e assegurar os direitos de seus cidadãos, como o acesso igual ao bem-estar e à justiça, e os textos de *Cultura Política* atualizam essas ideias, pois defendem a intervenção, mas no contexto das necessidades de guerra, apresentando as melhorias realizadas nas forças armadas a fim de realizar a defesa nacional e a adaptação do país às circunstâncias de guerra visando a proteção da população de forma que as consequências da guerra fossem as mínimas possíveis (resoluções em relação ao trato dos estrangeiros no Brasil, criação da Coordenação de Mobilização Econômica, criação do bônus de guerra). Além dessas, os textos apresentam a intervenção do governo na economia e suas ações de mobilização nacional, criando uma mentalidade guerreira nos brasileiros, assunto já apresentados nos itens anteriores desse capítulo. Assim, as ideias apresentadas em *Cultura Política*, nesse ponto, consistiriam em um elemento de atualização e de divulgação da ideologia estado-novista.

Os textos sobre as ações do Governo para o esforço de guerra nos dão bons exemplos disso, tendo em vista que descrevem as ações do Estado Novo em função da Guerra. Neles encontramos a ratificação do caráter centralizador e intervencionista do Estado Novo apresentado de uma maneira positiva. Isso ocorre, por exemplo, quando afirmam que os problemas da guerra teriam sido solucionados pelo Governo sem perturbar o ritmo do progresso do Brasil; e que o Regime não teria deixado de lado a maioria das iniciativas impostas antes do conflito, pois entenderia que o êxito na luta dependia de um conjunto complexo de circunstâncias: quanto maior fosse a prosperidade econômica do país, mais aparelhado este estaria para enfrentar o inimigo. Por agir dessa forma, aconteceria no Brasil o espetáculo da prosperidade – siderurgia, exploração da Vale do Rio Doce, ressurgimento da Amazônia, surto de obras no Nordeste e gradativa ocupação econômica do interior. Com isso, o estado de guerra não teria alterado de forma sensível a vida normal do país, mesmo tendo colocado todos os esforços da Nação a serviço da guerra. O artigo “Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943)” ratifica essa ideia ao afirmar:

Ao cabo de um ano de guerra, a nossa situação é a melhor possível. Não falta a nenhum brasileiro a consciência dos deveres e das responsabilidades do momento. Cada qual age como um verdadeiro patriota no seu setor. O estado de beligerância, colocando a serviço da guerra todos os nossos esforços, não determinou alterações sensíveis na vida normal o país.

Tudo marcha regularmente em pleno ritmo de prosperidade, pois a conflagração, veio estimular o aproveitamento dos nossos próprios recursos, dos quais estamos tirando cada vez mais rendimento. O governo, identificado com o povo, tudo vê, tudo calcula, tudo provê, dentro dos altos princípios democráticos do Estado Nacional⁶⁶.

Ou seja, um governo centralizado, capaz de ver tudo, teria, conseqüentemente, condições de agir, de intervir com mais eficiência de acordo com a necessidade do país. Por isso, as medidas imediatas tomadas pelo Governo são justificadas nos artigos, pela necessidade de adaptar o país às circunstâncias e despertar o espírito de defesa da sociedade e dos interesses nacionais na luta que o Brasil teria sido arrastado pelos países totalitários. O governo, então, por ser centralizado e intervencionista, agiria ativamente em todos os setores compreendendo o caráter da guerra moderna, onde o fator econômico seria tão relevante quanto o militar. O artigo “O esforço de guerra da Coordenação da Mobilização Econômica”, por exemplo, defende as ações intervencionistas do Estado. Segundo ele, “[...] o governo tem, nesse momento, o dever de acompanhar diligentemente os acontecimentos, de modo a defender de preferência o próprio povo. Na atual situação, não poderemos encastelar-nos na torre de marfim da economia clássica⁶⁷”.

A criação da Coordenação da Mobilização Econômica é uma das medidas tomadas pelo governo na área econômica, em função do esforço de guerra, e que aparece em *Cultura Política*. O artigo citado acima explica que “o Brasil, em luta com o Eixo, antes de mais nada, tinha que cuidar da sua defesa na retaguarda criando um organismo para regular a distribuição, circulação e consumo de produtos básicos à vida humana e salvaguardar a matéria prima tão necessária à indústria bélica dos Aliados⁶⁸”. Essa era a justificativa para a criação desse órgão: a preocupação do Estado Novo em mobilizar todos os recursos

⁶⁶ Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943). In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 47.

⁶⁷ O esforço de guerra da Coordenação da Mobilização Econômica. In: **Cultura Política**, agosto, 1943 nº 31, p. 138

⁶⁸ O esforço de guerra da Coordenação da Mobilização Econômica. In: **Cultura Política**, agosto, 1943 nº 31, p. 126.

econômicos do Brasil para auxiliar as Nações Unidas e em defender o povo, através da intervenção na economia.

Da mesma forma, a Campanha do Bônus de Guerra é apresentada e defendida como a medida mais adequada para articular e mobilizar o potencial estratégico militar e econômico da nação a fim de aparelhar o Brasil para a guerra. Pois não aumentaria os impostos, não comprometeria a nação com empréstimos externos e incutiria no governo uma responsabilidade maior de bem aplicar o dinheiro na guerra financiada pela economia nacional. Além disso, cada um contribuiria com o que podia e, assim, todas as camadas da “comunhão nacional” poderiam colaborar e participar mais intimamente da causa defendida pelo Brasil. O texto “Campanha Nacional do Bônus de Guerra”⁶⁹ afirma que

Como toda a reserva forçada, é claro, as obrigações de guerra não deixam de representar um sacrifício. Mas, nesta hora atribulada dos povos, quando a vida é reclamada para assegurar a existência das nações livres, convenhamos, o dinheiro é o mínimo que nos cabe dar, sendo que ainda nos resta a certeza de que, amanhã, ele nos será devolvido com acréscimo vantajoso de 6%!

A Campanha do Bônus de Guerra teria sido acolhida com entusiasmo e espírito patriótico em todos os pontos do Brasil, pois o povo depositaria confiança no Governo. É o que lemos no texto “A campanha nacional das obrigações de guerra”⁷⁰:

Da mesma forma que na Quinta da Boa Vista, a praça da República acolheu grande massa popular, o que demonstra ter o público brasileiro compreendido o verdadeiro sentido do apelo que fez a Nação para obter os recursos considerados necessários às despesas extraordinárias da segurança nacional. É que todos sabem o caminho do dever e até onde este os levará, como sabem que dispõem de condutores esclarecidos e previdentes para acompanhá-los na longa jornada. Essa a explicação da franca aceitação das Obrigações de Guerra, e do sucesso que coroou o seu lançamento [...] facultando aos responsáveis pela segurança nacional os recursos de que precisam para a sua manutenção.

Outra ação do governo que, segundo a revista *Cultura Política*, visaria adaptar o país às novas circunstâncias foram as medidas para os estrangeiros. Essa publicação apresenta a restrição imposta à propriedade e à liberdade de pessoas de Estado estrangeiro; a decisão de

⁶⁹ Campanha Nacional do Bônus de Guerra. In: **Cultura Política**, junho, 1943, nº 28, p. 253-254.

⁷⁰ A campanha nacional das obrigações de guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 149.

indenizar as perdas do governo e dos particulares brasileiros com os bens dos súditos do Eixo; a incorporação de navios alemães e italianos ao patrimônio nacional; e a medida sobre as contribuições de guerra que deveriam ser pagas pelos súditos dos países inimigos. Todas elas são justificadas por motivo de ordem pública e segurança nacional, sendo consideradas legítimas e legais, pois estariam de acordo com as resoluções dos encontros pan-americanos. O professor catedrático da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil Luís Antonio da Costa Carvalho, em artigo publicado em *Cultura Política*, explica que

[...] não era possível isentar esses países das conseqüências da lei de emergência, politicamente necessária, humanamente justa e economicamente indispensável que o Governo em boa hora promulgou.

No preâmbulo respectivo está a justificação plena da legitunidade (Sic), da oportunidade e da juridicidade das providencias decretadas.

Bastará, pois, considerá-la em confronto com o texto da lei para verificar-se que esta foi, ante a brutalidade e a injustiça da agressão, muito branda, muito equilibrada, muito razoável, muito moderada, foi muito brasileira, numa palavra⁷¹.

Além disso, os estrangeiros não-americanos deveriam ser fiscalizados, registrados e teriam suas atividades limitadas. Mas segundo esses textos, o governo brasileiro agiria diferente do Eixo no trato com os filhos desses países. Puniria os culpados, mas reservaria o direito ao trabalho e à vida livre aos honestos e leais, enquanto as potências do Eixo escravizariam ou matariam todas as pessoas do país inimigo. Sobre essa conduta do Brasil, afirma o Juiz de direito Oscar Tenório que “está conforme as normas do direito das gentes. Ainda dentro das mesmas normas, o estrangeiro, seja qual for o país a que se ligue pela nacionalidade, conta com o respeito à sua personalidade, como pessoas físicas e como ser moral⁷²”. Assim, as ações do Estado Novo seriam humanas, justas, legais e de acordo com as necessidades do momento.

Os textos sobre as ações do Governo para o progresso do país apresentam, em 85,71%, algumas medidas tomadas pelo Regime em função do esforço de guerra. Uma delas diz respeito à questão da defesa nacional, que segundo esses textos o Regime estaria decididamente disposto a resolver, pois o Brasil não poderia descuidar da sua preparação

⁷¹ CARVALHO, Luís Antonio da Costa. A legislação de estrangeiro do Estado Nacional. In: **Cultura Política**, abril, 1044, nº 38, p. 82.

⁷² TENÓRIO, Oscar. Legislação brasileira a respeito de súditos de Estado inimigo. In: **Cultura Política**, junho, 1943, nº 28, p. 100.

bélica. Assim, as Forças Armadas estariam bem equipadas, graças às ações do Estado Novo. É o próprio Vargas que justifica essa ação do Regime dizendo que:

A evidência dos fatos obriga-nos a ficar alerta, vigilantes para não sermos surpreendidos pelos acontecimentos. É por isso que sempre nos preocuparam os problemas da segurança nacional e não poupamos sacrifícios para assegurar às forças armadas o aparelhamento exigido pela sua missão de ordem e defesa. Felizmente, a compreensão pronta do nosso povo facilitou a grande tarefa e foi sempre com aplauso geral que pudemos impulsionar o preparo militar das gerações novas, melhorar os quadros das corporações de terra e dotá-las dos elementos indispensáveis a uma ação decisiva e rápida⁷³.

O regime, então, teria reorganizado, disciplinado, reintegrado as Forças Armadas na sua finalidade, não poupando sacrifícios para assegurar o aparelhamento dessas instituições. Nunca um governo teria compreendido tanto dos destinos históricos de seu país como o Estado Novo. O Brasil, segundo a revista, ia para frente, cumprindo seu destino e realizando uma obra indestrutível à ação do tempo. Essa obra teria promovido a unidade brasileira, dando sentido cívico às ações do brasileiro, criando no Brasil uma mentalidade nacionalista e implantando os meios indispensáveis à defesa nacional, de forma que o país estaria a caminho de ter uma força militar naval e aérea à altura da importância do Brasil e de sua significação futura.

Vargas, então, é apresentado como um marco da aviação nacional, pois seu governo teria impulsionado a aeronáutica brasileira entendendo sua função eficaz na paz e na guerra como meio de comunicação, de união nacional e como arma de guerra. A Marinha brasileira, depois de 1930, teria começado a ressurgir e a atuação dos marinheiros brasileiros merecia louvor e admiração dos marujos dos EUA. O Exército, por sua vez, constituiria o próprio alicerce da nacionalidade e refletiria as altas qualidades e virtudes do povo brasileiro, pois ele se confundiria com o povo, sendo um modelo de organização e disciplina, uma escola de patriotismo ativo que estaria pronto para qualquer emergência. Assim, os textos consideram que teriam ocorrido no Brasil mudanças consideradas surpreendentes. Ter-se-ia passado da inatividade para a objetividade, do lirismo para a ação, da negação para a afirmação, do trabalho aleatório para o disciplinado e consciente, do empirismo para a técnica.

⁷³ VARGAS, Getúlio. Os cinco anos do Estado Nacional na palavra do Presidente Vargas. In: **Cultura Política**, dezembro, 1942, nº 22, p.12.

Podemos considerar, então, que o discurso oficial publicado em *Cultura Política*, em relação à política interna brasileira durante o período da Guerra, é composto pela defesa do caráter nacionalista e democrático do Estado Novo, que justificam a participação na Guerra ao lado dos Aliados e, também, pela exemplificação do que um governo centralizado e intervencionista poderia fazer, mesmo em tempos de guerra. Conforme indicamos antes, esses elementos divulgam e atualizam a ideologia do Regime, apropriando-se das ideias desenvolvidas pelos intelectuais que deram a sustentação teórica para o Governo de Vargas, visando, com isso, legitimar as forma de ser e as ações do Estado Novo, a fim de demonstrar a relevância da manutenção desse no poder.

2.1.4 O envolvimento do Brasil na guerra e sua política continental

Os textos publicados na revista *Cultura Política* sobre a política interna do Governo durante a Segunda Guerra Mundial apresentam também explicações sobre o envolvimento do país nesse conflito, bem como sobre a política continental brasileira⁷⁴. Percebemos que esses esclarecimentos ocorrem de duas formas: uma trata da postura e da atitude do Governo brasileiro diante do conflito, afirmando que ambas seriam coerentes com a tradição nacional e com as necessidades do país naquele momento; outra explica como estaria ocorrendo a participação do país na conflagração mundial, demonstrando que o Brasil realmente estaria envolvido na Guerra, o que parece querer justificar a necessidade das questões discutidas nos itens anteriores, ou seja, a importância de centralizar as ações e do Estado intervir na vida nacional. Ao mesmo tempo pode querer persuadir o público leitor da relevância de confiar no Estado Novo e de cooperar com suas medidas de mobilização e de união, tendo em vista os perigos e as responsabilidades que a guerra teria trazido ao Brasil. Mas as duas formas valorizam positivamente o Estado Novo, o apresentando, implicitamente, como uma forma de governo eficiente para promover a defesa nacional e a grandeza do país.

A postura e as atitudes do Brasil na sua política externa e na Guerra, explicadas em *Cultura Política*, estariam sendo guiadas, como indicamos acima, pela tradição nacional e

⁷⁴ Essa questão é composta pelos assuntos: “o auxílio mútuo e eficiente do Brasil com os Aliados”; “necessidade de união continental na guerra e no pós-guerra”; “o Brasil é um país pacífico que foi arrastado para a guerra”; “as agressões do Eixo ao Brasil despertaram a fúria do povo”; “Brasil pioneiro do pan-americanismo e amigo tradicional dos EUA”; e “a relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial”, de acordo com a quantificação apresentada nos apêndices D e E.

pelos imperativos do momento. Por isso os textos sobre a situação interna do Brasil na guerra explicam que a posição do Brasil em relação aos problemas internos e aos acontecimentos mundiais estaria claramente definida: democracia em novas bases – inspirada nas tradições históricas e nos postulados do nacionalismo construtivo – e franca solidariedade americana – também baseada na tradição brasileira que colocava o Brasil junto de qualquer nação irmã, onde elas estivessem, para realizar a defesa comum.

Justificar o Estado Novo e suas ações através da sua coerência com a tradição nacional e com a realidade brasileira não era uma novidade na época, pois os intelectuais que deram a sustentação teórica para o Regime já haviam feito essa relação. Azevedo Amaral (1938), por exemplo, afirmava que o Estado Novo tinha uma estrutura identificada com o passado do Brasil e uma Constituição coerente com a realidade nacional. Francisco Campos (2002) explicava que essa forma de governo seria um amadurecimento, uma continuação das tradições brasileiras. E Almir de Andrade (1940), por fim, esclarecia que o Estado Novo agiria de forma fiel às tradições do país, identificando-se com a realidade e as aspirações nacionais.

Mas o que a revista *Cultura Política* estaria trazendo de novo nesse discurso seria a relação dessa coerência do Governo, com as tradições nacionais e com as necessidades do país no momento, na sua política externa. Ou seja, para explicar e justificar as decisões do Governo brasileiro diante da Segunda Guerra Mundial os textos da revista *Cultura Política* se apropriariam dos argumentos desenvolvidos pelos intelectuais citados, por exemplo, mas os atualizaria, os adaptaria para um novo contexto. Essa questão será melhor trabalhada no próximo capítulo ao analisarmos o discurso do Regime sobre sua política externa, porém, nos textos sobre a política interna, percebemos a presença desses argumentos, o que demonstraria, portanto, a preocupação dessa publicação em apresentar o Estado Novo com uma suposta coerência na sua política externa, pois estaria baseada na tradição e nas necessidades do momento. Tudo isso, entendemos, a fim de realizar a manutenção dessa forma de governo no poder.

Nesse sentido, os textos sobre as ações do Governo para o esforço de guerra esclarecem, então, que o Brasil só teria entrado no conflito depois de ser, segundo eles, violenta e traiçoeiramente agredido nas suas águas territoriais, exatamente como teria ocorrido na guerra anterior, o que demonstraria a coerência da ação do Estado Novo com a tradição nacional. A guerra, dessa forma, teria sido imposta ao Brasil, da mesma forma como

as demais guerras que o país teria se envolvido, mas esse queria continuar sua existência pacífica empenhado no trabalho fecundo sob um regime adequado às necessidades brasileiras, apresentado como uma democracia de fato. A declaração de guerra do Brasil teria sido o inevitável epílogo de uma série de acontecimentos caracterizados pela fria e tranquila deliberação do Eixo em atingir o Brasil. O artigo “Dois anos de guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1944)⁷⁵” explica:

Tudo tínhamos feito para evitar a calamidade, resguardando-nos das suas conseqüências, embora o nosso pavilhão, navegando em mares afastados, mais de uma vez, houvesse sido alvo da fúria dos corsários. E se, por um instante, não hesitamos em cumprir uma das mais importantes, senão a maior de todas as decisões dos chanceleres aqui reunidos em janeiro de 1942 – o rompimento das relações com o Eixo – até então, e apesar dos agravos recebidos, vínhamos percorrendo, impecavelmente, a trilha da neutralidade.

Os textos que apresentam as ações do Governo para o progresso do país falam sobre a conduta invariável do país na Guerra e ratificam a ideia de que o Brasil não queria a guerra, pois estava empenhado no seu desenvolvimento interno. Apesar disso, quando a Guerra chegou ao continente americano o Brasil, segundo esses textos, teria cumprido seu dever rompendo relações com as nações agressoras; e quando o conflito chegou às águas brasileiras, com os atentados contra as unidades da Marinha Mercante nacional sacrificando vidas e bens brasileiros, o país teria ido sem hesitação para a guerra. Assim, a entrada do país na Guerra é explicada pelo imperativo da consciência brasileira, de povo soberano, e disso não poderia afastar as considerações oportunistas. Ou seja, os textos explicam que a declaração de guerra do Brasil à Itália e à Alemanha estaria baseada nas necessidades do momento e no desejo do povo brasileiro, o que diria, em outras palavras, que o Regime representava as aspirações nacionais, pois estaria conectado com suas necessidades e seus desejos.

A ideia de que o Brasil era um país pacífico que teria sido levado à guerra “com as nações agressoras que não respeitaram vidas e bens brasileiros. Fomos levados a essa situação em desagravo da honra nacional, injusta e brutalmente ofendida”⁷⁶ também aparece nos textos sobre a situação interna do Brasil na guerra. Além disso, a justificativa da declaração de guerra do Brasil também se baseia na reação do povo brasileiro, que teria estado à altura da

⁷⁵ Dois anos de guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1944). In: **Cultura Política**, agosto, 1944, nº 43, p. 15.

⁷⁶ VARGAS, Getúlio. Saudação de Ano Novo. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1943, nº 24, p.7.

ofensa. Esse teria realizado protestos com indignação pedindo, de todas as formas, que o governo declarasse guerra aos agressores, e assim teria sido feito.

Essas manifestações realizadas em função dessas agressões teriam ocorrido em todo o Brasil. Segundo os textos, a população (moços, velhos, civis e militares, proletários e burgueses, homens do povo e destacadas figuras da sociedade) teria pedido a declaração de guerra ao Eixo. Essa demonstração teria ocorrido em forma de passeatas e discursos, embora no sul teriam ocorrido violentas depredações aos patrimônios dos súditos do eixo. Tudo isso, porém, é abordado como entusiasmo, civismo e demonstrações de patriotismo. Assim, o Brasil teria entrado na guerra porque assim exigiria o sentimento de todo brasileiro e o governo, então, teria sancionado a vontade do povo. Segundo o artigo “Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943)”.

A reação que semelhante ultraje, - culminando uma série de delitos revoltantes - produziu na alma brasileira foi pronta e enérgica. Estrondosas manifestações populares fizeram vibrar o país de norte a sul no mesmo ímpeto de revide ao agressor. Era o Brasil todo que se erguia contra o inimigo. Que tardes memoráveis as de 18 e 19 de agosto, com o povo a encher as ruas, numa atmosfera de febre e num clamor de justiça! E o primeiro pensamento, desde que as multidões se congregaram, nessa exaltação patriótica jamais vista, foi para o governo, para o Presidente Getúlio Vargas. Cerrando fileiras em torno do grande chefe, os brasileiros mostravam o quanto nele confiavam⁷⁷.

Mas se considerarmos as informações de Cytrynowicz (2000), conforme discutimos no primeiro capítulo, de que não teria tido essa comoção nacional e apenas a realização de alguns atos de pequenos grupos, no Rio de Janeiro, em Salvador e em São Paulo, podemos pensar que o objetivo da revista *Cultura Política* ao transformar essas pequenas manifestações em “estrondosas manifestações” seria o de persuadir o seu leitor sobre a existência da união nacional e da confiança de todos os brasileiros no Governo federal e, conseqüentemente, em Getúlio Vargas e, com isso, conseguir mais apoio para o Regime. Ou, além disso, de justificar a decisão de entrar na Guerra, pois essa atitude teria sido um pedido de todos os brasileiros ao governo, que não teria feito outra coisa do que acatá-lo, tendo em vista que esse realizaria as aspirações nacionais.

⁷⁷ Crônica do Brasil na guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943). In: *Cultura Política*, agosto, 1943, nº 31, p 28.

Outro aspecto da coerência brasileira com sua tradição seria a colaboração do Brasil com os Aliados, mas principalmente com os Estados Unidos. O Brasil teria colocado à disposição dos Aliados todos os recursos da sua natureza. Isso ocorreria em nome da tradicional política continental – pioneira do pan-americanismo, fiel aos seus compromissos e com uma amizade tradicional com os EUA –, que sempre teria guiado as atividades do Governo, sendo, por isso, a contribuição com os Aliados total. O artigo “O esforço de guerra brasileiro – norte-americano” justifica:

Tendo rompido as suas relações diplomáticas e comerciais com os países formadores do Eixo e, logo depois, aceitando o estado de beligerância que dois deles lhe impuseram com a prática de crimes inomináveis, o Brasil, pioneiro do pan-americanismo e fiel aos compromissos assumidos, compreendendo a importância do momento e avaliando as possibilidades do seu concurso, apressou-se em dar fora concreta à sua colaboração⁷⁸.

Assim, Brasileiros e americanos trabalhariam unidos como irmãos, tendo uma tarefa comum a realizar. Sem os brasileiros, os americanos não poderiam realizar o que estavam realizando, pois o Brasil estaria “[...] abastecendo as usinas e arsenais norte-americanos de muitas matérias-primas estratégicas, pondo as nossas bases à disposição das Nações Unidas e formando com elas na batalha do Atlântico⁷⁹”. E os brasileiros, por sua vez, não poderiam executar o programa de trabalho que as contingências da guerra teriam tornado imperioso. Por isso, de acordo com os textos publicados por *Cultura Política*, os aliados estadunidenses procurariam “generosamente” prover o Brasil dos armamentos e ceder técnicos para ensinar o seu manuseio. Essa política de solidariedade com os EUA é apresentada com uma tradição da história brasileira e teria adquirido maior solidez e firmeza pela confiança do Brasil nas ações do presidente Roosevelt.

Além disso, esse auxílio é, também, apresentado como sendo um imperativo do momento, bem como a união dos países americanos, pois todas as nações americanas compreenderiam que estavam sob a ameaça do mesmo perigo e sujeitas às mesmas brutalidades e se isolar equivaleria a se expor mais facilmente à cobiça dos conquistadores. Essa união, segundo seria pregada com persistência pelo Chefe da Nação brasileira e teria, então, se realizado de maneira completa e feliz.

⁷⁸ O esforço de guerra brasileiro – norte-americano. In: **Cultura Política**, dezembro, 1943, nº 35, p 58.

⁷⁹ Dois anos de guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1944). In: **Cultura Política**, agosto, 1944, nº 43, p. 27

A outra forma de explicar o envolvimento do Brasil no conflito mundial, conforme indicamos acima, seria apresentando como estaria sendo a participação do país na Segunda Guerra Mundial, como forma de demonstrar que o Brasil estaria envolvido de forma efetiva nesse conflito. Sob o nosso ponto de vista, isso visaria implicitamente ratificar a importância de se ter um governo forte, centralizado, com capacidade de intervir na vida nacional, uma vez que essas ações são apresentadas como relevantes e eficientes no contexto de Guerra. Logo, o Estado Novo, por ter essas características, estaria colocando o Brasil em uma posição de destaque internacional. Além disso, poderia estar querendo persuadir o leitor de *Cultura Política* sobre a importância de se realizar a mobilização e a união nacional, de acordo com o que foi apresentado nos itens anteriores, tendo em vista que o país estaria verdadeiramente, segundo os textos, participando da guerra e poderia sofrer suas consequências caso não realizasse as diretrizes ditadas pelo Governo.

Nesse sentido, os textos sobre a situação interna do Brasil na guerra explicam a importância da base de Natal na campanha de guerra dos aliados, pois as ações militares desses no norte da África teria sido impossível ou, segundo esses textos, cheia de insuperáveis dificuldades, sem o apoio das bases colocadas no extremo oriente do Brasil. O esforço de guerra desenvolvido pelo Brasil, prestando o melhor concurso possível às Nações Unidas, seria, também, ininterrupto e de resultados bem apreciáveis. Por tudo isso, a participação do Brasil na II Guerra Mundial seria relevante.

Assim, uma vez na guerra, os textos afirmam que o Brasil teria se empenhado para auxiliar com o máximo de poderio e eficiência os aliados brasileiros. A intervenção militar brasileira teria começado com o fornecimento exclusivo de materiais estratégicos, prosseguiu com o aparelhamento e o uso das bases marítimas e aéreas, teria se desenvolvido nos serviços de escolta e defesa dos comboios e teria culminado com a incorporação da FEB aos exércitos que combatiam pela libertação da Europa.

A colaboração do Brasil com os aliados estaria sendo, então, eficiente e essas nações reconheceriam a eficiência do auxílio brasileiro. O Brasil teria “dado a colaboração mais eficiente, não só lhes fornecendo materiais estratégicos indispensáveis, como proporcionando bases aéreas, sem as quais a luta não se teria abreviado e não atingiria talvez, desfecho tão

rápido como o que se aproxima⁸⁰”, além de enviar seus soldados para combater ao lado dos aliados contra o inimigo comum.

O artigo “Dois anos de guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1944)” explica porque o Brasil queria participar mais ativamente da guerra, unindo às armas aos Aliados. Segundo ele, o envio de tropas para a guerra teria ocorrido para defender a honra da nação, a forma de viver brasileira, para vingar as mortes ocorridas nos afundamentos dos navios brasileiros e para completar a sua contribuição na guerra. Segundo esse texto:

Em qualquer circunstância, o soldado brasileiro jamais faltou ao seu dever ou fugiu ao sacrifício. Nunca suportamos ultraje à nossa soberania. E a lembrança das agressões covardes do Eixo ainda está bem viva no espírito de todos para encher de ardor sagrado o coração resolutos dos brasileiros que vão para o campo da honra vingar os nossos mortos⁸¹.

O país faria isso com ânimo forte, cheio de fé inabalável nos gloriosos destinos do Brasil. O choque teria se tornado arma suprema que o Brasil tinha para sobreviver, e um prova moral para a nacionalidade. Com ela, os brasileiros demonstrariam o seu amor à liberdade e a capacidade que tinham de ser livres e independentes.

Segundo esse artigo, as inúmeras dificuldades para enviar a FEB não eram ignoradas pelo governo. Por isso teria sido traçado um programa minucioso, cumprindo fielmente para preparar a Força Expedicionária. A FEB, então, teria sido composta por filhos de todos os Estados do Brasil e teria condições de arcar com as mais pesadas tarefas que lhe fossem atribuídas. As tropas haviam sido rigorosamente selecionadas a fim de conterem elementos da elite e todos estariam irmanados pelo mesmo sentimento e pelo mesmo pensamento de amar o Brasil e de defendê-lo contra o nazi-fascismo.

Acreditamos que a apresentação dos motivos para formar a FEB ocorre com o mesmo objetivo da apresentação das outras formas do Brasil participar da Guerra, ou seja, demonstrar a suposta força e capacidade do Estado Novo, tendo em vista que esse conseguiria formar soldados capazes de enfrentar exércitos de países mais desenvolvidos que o brasileiro. E, além disso, justificar para seu público leitor a importância de se mobilizar e de se unir

⁸⁰ VARGAS, Getúlio. Discurso em Belo Horizonte. In: **Cultura Política**, agosto, 1944, nº 43, p. 10

⁸¹ Idem, p. 29.

confiando no Governo, uma vez que o Brasil enviaria seus homens para a frente de batalha que necessitariam do apoio de todo o país.

Desenvolve-se por fim, a ideia de que as Forças Armadas estariam bem equipadas e trabalhando na defesa do Continente ao lado dos Aliados. Assim, o Brasil estaria cada dia mais e melhor preparado para ir onde fosse necessário e lutar com eficiência ao lado dos Aliados. A Marinha de Guerra do Brasil estaria “melhor aparelhada e dispondo de mais recursos, continuamos na luta dos mares, na nossa vigilância contra os corsários inimigos, para responder aos seus ataques e normalizar o nosso tráfego marítimo e de nossos aliados nos nossos mares⁸²”. O Exército, “desde 1930, mas sobretudo depois de 1937, vinha passando por uma ampla e profunda modificação, recebeu um grande impulso de organização e preparo depois de 1941, sob a pressão dos acontecimentos. O seu aparelhamento se ampliou, cresceu e melhorou de modo sem comparação em nossa história⁸³”, com o auxílio dos EUA. Além disso, se confundia com o povo, estando estreitamente ligado a ele por afeição e confiança. A Aeronáutica, unificada em um ministério, contava com milhares de aviões espalhados pelas zonas que estavam aparelhadas de forma completa “demonstrando que estamos mais do nunca em condições de enfrentar o inimigo na luta pelo domínio do ar, onde e quando for necessário e decidido por nossos comandos⁸⁴”.

Isso tudo, como foi dito pelos textos, seria obra do Estado Novo, logo de um governo centralizado, forte e capaz de intervir na organização nacional oportunizando o desenvolvimento das forças armadas e, conseqüentemente, da defesa nacional. Mais uma vez, podemos considerar que ao apresentar essas ideias a revista *Cultura Política* estaria demonstrando o quanto o Regime presidido por Getúlio Vargas seria o ideal para seguir a frente do Brasil.

Com isso, conforme dissemos antes, as duas formas que a revista apresenta o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial – explicando as atitudes do governo como coerentes com a tradição brasileira e com as necessidades nacionais, e esclarecendo como o país estaria participando da guerra – estariam atualizando as ideias desenvolvidas pelos ideólogos do Regime, pois utilizariam as ideias de coerência do Estado Novo com as tradições nacionais e com a realidade brasileira na forma de agir internamente, desenvolvida por esses intelectuais, para justificar as tomadas de decisão de sua política externa no contexto

⁸² Brasil na guerra In: **Cultura Política**, outubro, 1943, nº 33, p 187.

⁸³ Idem, p. 187.

⁸⁴ Idem, p. 188.

de guerra. O objetivo disso seria demonstrar a eficiência do Regime brasileiro na promoção de sua defesa e do crescimento de seu prestígio internacional, sem ser incoerente com a tradição brasileira.

2.1.5 O Brasil no pós-guerra

A situação interna do Brasil após o período de Guerra é outra questão tratada nos textos de *Cultura Política*. Embora com uma frequência relativamente baixa (presente em 16,36% dos textos), esse assunto traz elementos interessantes sobre o discurso oficial do Estado Novo, principalmente se considerarmos que a revista estaria apresentando os motivos pelos quais o Regime deveria permanecer no poder. Por isso, percebemos duas linhas de argumentação: a que defende a necessidade de se continuar com um governo forte capaz de intervir e centralizar as decisões política, econômicas e sociais do país devido às necessidades que novo momento exigiria; e a que apresenta elogios à situação brasileira.

A primeira defende a importância da manutenção de um governo com as características de centralização e de intervenção através da explicação do que deveria ser feito pelo Brasil no pós-guerra. Por exemplo, o discurso de Getúlio Vargas às classes armadas explica que “o retorno à vida normal no continente europeu vai impor uma mobilização de paz, que não será inferior à de guerra, porque exige pertinácia, planejamento e método. Para desempenharmos cabalmente essas importantes tarefas precisamos aparelhar-nos mais e melhor⁸⁵”. Tudo isso deveria ocorrer sem dispersão de esforços, a fim de que tudo se ajustasse de forma harmônica e coordenada para o preparativo defensivo, para a economia, para as finanças, para a agricultura, para a mineração, obtendo-se maior prosperidade da nação. Em todas essas ações, a participação das Forças Armadas brasileiras seria fundamental. Ou seja, Vargas defende a continuidade da intervenção do Governo para planejar e coordenar o retorno do país à vida pacífica. Nesse ponto, podemos perceber que o mesmo discurso utilizado durante a guerra para desviar a atenção do povo dos problemas e das insatisfações internas, criando algo maior e mais importante que exigiria a união e a mobilização de todos, é mantido para se referir ao pós-guerra. A intenção, parece-nos, seria a mesma: manter o Estado Novo no poder.

⁸⁵ VARGAS, Getúlio. Discurso às classes armadas. In: **Cultura Política**, janeiro, 1945, nº 48, p. 12.

Outras questões que deveriam ser seguidas pelo Brasil após a guerra e que exigiriam a manutenção de um governo forte com capacidade para intervir na vida nacional seriam o desenvolvimento de uma nova política educacional e da independência econômico-militar do país. Na educação deveria imperar o conceito de alma coletiva do Brasil, de culto à língua brasileira, aos seus costumes, às suas artes, aos seus estilos de vida oriundos da cultura ibero-brasileira. Esse método educacional deveria conduzir “à *aglutinação*, que une o brasileiro ao Brasil, que cerra o seu coração às influências de políticas extra-nacionais e faz com que ao seu ouvido não chegue outro apelo além do que lhe faz a nação⁸⁶”. Quer dizer, uma educação padrão para todo o país, organizada pelo Governo federal, que valorizasse a cultura brasileira, fechando o Brasil para estruturas políticas estrangeiras e, por isso, mantivesse uma forma de governo nacional que atendesse os interesses dos brasileiros. Assim, a educação no pós-guerra deveria continuar realizando o que, em tese, o Estado Novo estaria fazendo, tendo em vista que uma das suas características, apontadas pelos ideólogos do Regime, era a de ser nacionalista, ou seja, de acordo com Azevedo Amaral (1938), de ser o primeiro governo que tentava organizar a nação de acordo com sua realidade. Esse discurso publicado em *Cultura Política* pode ser visto, então, como um elemento de continuidade na divulgação da ideologia do Estado Novo, pois se apropria das ideias dos intelectuais que deram a sustentação teórica ao Regime, a fim de justificá-lo e de demonstrar sua relevância à frente do país, inclusive após a Segunda Guerra Mundial.

Segundo o Coronel do Exército Inácio José Veríssimo seria através de um governo forte, quase ditatorial, que deveria ser criado, com “técnicos e com o nosso trabalho, as cinco indústrias bases para a nossa independência econômico-militar: a grande indústria do aço, a indústria ótica, a indústria do motor de explosão, a indústria do automóvel e do avião e das locomotrices⁸⁷”. A pobreza da Europa com o fim da Guerra deveria ser vista como o celeiro de técnicos que o Brasil precisaria com urgência. Assim, o Brasil poderia ser ele mesmo, deixando de importar elementos para sua defesa e enfrentar o egoísmo político que se anunciava de forma evidente.

Com isso, percebemos que a revista *Cultura Política* desenvolve um discurso oficial sobre a situação do pós-guerra muito próximo do discurso sobre as exigências da guerra em si, pois, passado o conflito, haveria a necessidade de dar continuidade às ações do governo, ou seja, da sua intervenção, na área educacional, econômica e social, a fim de assegurar o

⁸⁶ VERÍSSIMO Inácio José. Lutar ou desaparecer. In: *Cultura Política*, abril, 1944, nº 39, p. 197.

⁸⁷ Idem.

crescimento e o progresso nacional. Esse elemento do discurso oficial, nesse caso, pode ser visto como uma atualização das ideias desenvolvidas pelos ideólogos do Estado Novo, pois a revista estaria aplicando o mesmo conceito para uma situação e para objetivos diferentes. Para Francisco Campos (2002), por exemplo, o dever do Estado seria assegurar os direitos dos seus cidadãos, como o acesso a serviços e bens, e isso só seria possível através da intervenção. Assim, enquanto para esses intelectuais a forma de governo ideal para o Brasil deveria atender as necessidades do povo e para tal precisaria ter autoridade para intervir e coordenar todas as questões da vida nacional, a revista *Cultura Política* defende, no contexto de guerra e de pós-guerra, a necessidade de intervenção estatal nas questões nacionais para realizar o progresso militar e econômico brasileiro a fim de tornar o Brasil mais unido e forte, mais rico e em condições de realizar sua defesa nacional com eficiência.

O elemento novo nesse discurso diz respeito à possibilidade que o Governo daria aos cidadãos de escolherem seus governantes. Segundo esses textos com o término da Guerra, o Brasil seria governado segundo as exigências da consciência nacional. Getúlio Vargas promete isso em “Discurso de 7 de Setembro” ao dizer que “terminada a guerra, em livre ambiente de calma, a Nação, através de ampla consulta às urnas, poderá pronunciar-se e fazer a livre escolha dos seus mandatários⁸⁸”. Assim, quando tivesse paz novamente, os órgãos institucionais seriam complementados, de forma que o povo poderia se manifestar e escolher seus dirigentes e representantes democraticamente, dentro da ordem e da lei. Essa promessa, feita em setembro de 1944, e que é repetida em outras falas do presidente, estaria demonstrando as pressões que o Regime estaria sofrendo para que o país voltasse a viver sob uma forma de governo com eleições para o Executivo e para o Legislativo de tempos em tempos, ou seja, uma redemocratização.

Talvez, por isso o texto “O presidente, o Brasil e a guerra” explique que a Guerra traria mudanças na política interna de todos os países, pois seria a vitória dos princípios democráticos, da liberdade com utilidade social, da igualdade e da justiça social. Apesar disso, defende que essas mudanças não significariam um retorno ao liberalismo político, pois as transformações ocorridas em todas as democracias, com o fortalecimento do poder político, não teriam ocorrido apenas em função da Guerra, mas nasceram, justamente, das causas profundas que a provocou – as condições sociais e econômicas do mundo.

⁸⁸ VARGAS, Getúlio. Discurso de 7 de Setembro. In: *Cultura Política*, setembro, 1944, nº 44 p. 9.

A outra linha de argumentação que verificamos nos textos que abordam a questão do Brasil no pós-guerra, ao invés de explicar como o país deveria se organizar, apresenta de forma otimista a condição que teria o país nesse período. Nos textos sobre as ações do governo para o progresso do país, por exemplo, afirma-se que o Brasil teria, no futuro, em termos econômicos, melhor argumento para enfrentar a concorrência mais distante do continente, pois estaria desenvolvendo, a passos largos, a siderurgia, a indústria pesada de máquinas, a produção de carvão mineral e outras produções importantes. Mas a economia brasileira sofreria alterações, exigindo mudanças e mais atenção do setor produtivo a fim de conseguir manter os mercados conquistados. Sob esse ponto de vista, o artigo “A situação econômica do Brasil no quinto ano de guerra” afirma:

Parece certo que faremos, no princípio do pós-guerra, exportações de produtos industriais, de que muito precisarão os países devastados pela tormenta guerreira, até que se possam repor e reajustar certa normalidade de produção industrial. São previsões estas justas e constantemente repetidas. Seguindo uma política de produção firme, devemos preparar-nos para esta oportunidade, que, por outro lado, aumentará a nossa capacidade aquisitiva interna, fortificando o mercado para nossa indústria, melhorando a economia no interior do país em geral⁸⁹.

Em 1945, então, começaria uma nova era para o Brasil, pois se realizaria o funcionamento desses importantes empreendimentos, decisivos para a formação econômica brasileira. Com o fim da guerra, o Brasil poderia, segundo os textos, retornar com rapidez ao ritmo normal da economia de paz e os brasileiros poderiam encarar os dias futuros com serenidade e confiança justificada.

Além dessa questão econômica os textos sobre a situação interna do Brasil na guerra apresentam a situação brasileira na política internacional. Segundo eles, o Brasil estaria naturalmente projetado para o futuro, por ser um “país jovem, de estrutura social plástica, rico de possibilidades e com uma formação de equilíbrio adaptável a todas as transformações e com uma formação de equilíbrio para o futuro e nele terá de encontrar a solução definitiva das equações do seu progresso⁹⁰”. Por tudo isso, não deveria temer o futuro e os sacrifícios, pois seriam esses que lhe assegurariam o direito de colaborar nas renovações de ordem política e econômica resultantes no pós-guerra. O Brasil, então, teria voz ativa em todos os

⁸⁹ A situação econômica do Brasil no quinto ano de guerra. In: **Cultura Política**, setembro, 1944, nº 44, p.76.

⁹⁰ VARGAS, Getúlio. O discurso do Presidente da República. In: **Cultura Política**, outubro, 1942, nº 20, p. 9.

acontecimentos que se desenrolariam, em todas as conferências sobre as providências no pós-guerra, devido ao seu valor, a sua vastidão territorial, pela sua riqueza e pela sua colaboração na luta.

Os textos sobre a situação do Brasil no pós-guerra ratificam essa ideia, pois, segundo eles, a posição internacional do Brasil, nunca teria sido tão sólida e prestigiosa, uma vez que havia a manutenção de seus compromissos externos, a firme determinação de cumpri-los, a participação ativa na luta contra os agressores e a presença de tropas brasileiras nos campos de batalha da Europa. Por isso, o Brasil, no pós-guerra, deveria manter a mesma conduta internacional. Embora ela devesse ser desenvolvida ainda mais a fim de estreitar os laços com todos os países americanos, principalmente com os EUA, através da ampliação das relações políticas, econômicas e militares. O Brasil manteria a mesma orientação nos futuros conselhos de paz, colaborando com as nações vitoriosas, pois somente assim seria possível evitar novas guerras ou prevenir possíveis agressões. E seria uma nação grande, adquirindo o direito de ter fisionomia própria, vida modelada de acordo com seus interesses e seus costumes.

Esses prognósticos do Brasil podem ser entendidos como uma forma de valorizar o Estado Novo e suas ações, pois implicitamente lemos que se o país teria boas condições após a Guerra — e isso seria fruto do trabalho realizado pelo Regime governado por Vargas. E esse trabalho, em última análise, só teria sido realizado em função da forma como o Estado Novo se estruturava: com autoridade para intervir, centralizando as tomadas de decisões no Governo federal e sendo nacionalista, por agir de acordo com a realidade nacional.

Com isso, podemos verificar que os textos que tratam da questão do Brasil no pós-guerra na revista *Cultura Política* visariam exaltar as qualidades desse regime através da apresentação da situação que o país estaria no término do conflito mundial e demonstrar o quanto a situação de paz no mundo exigiria a mesma atenção e o mesmo planejamento nos diversos setores do Brasil, a fim de garantir seu crescimento. Visariam, então, persuadir o público leitor dessa publicação da relevância da manutenção do Estado Novo no poder.

3 O DISCURSO OFICIAL SOBRE A POLÍTICA EXTERNA E O DISCURSO MILITAR

O discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Guerra publicado na revista *Cultura Política*, conforme indicamos anteriormente, visava demonstrar a coerência do Estado Novo com as tradições brasileiras, justificar a centralização e o intervencionismo do Regime, bem como o nacionalismo e o seu caráter “democrático”, o que indicaria que os textos dessa publicação não só divulgavam, mas também atualizavam a ideologia do Regime. Mas esses elementos que compõem o discurso sobre o Brasil na Guerra publicado por essa revista perpassam, além das questões internas analisadas no capítulo anterior, o discurso militar e a política externa brasileira, que serão analisados no presente capítulo.

3.1 REALIZAR A DEFESA NACIONAL: UM DISCURSO MILITAR

Centralizar e intervir, ser nacionalista e democrático, tendo coerência na sua forma de se organizar e de agir de acordo com a realidade e com a tradição nacional, são as características apresentadas por intelectuais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Almir de Andrade como fundamentais para o governo brasileiro e que deram a sustentação ideológica para o Estado Novo. Conforme vimos no primeiro capítulo, Azevedo Amaral (1938) explica, por exemplo, que a estrutura do regime seria identificada com o passado brasileiro, sendo sua Constituição a primeira que teria tentado organizar a nação de acordo com sua realidade. Assim, esse autor identifica que o Estado Novo seria nacionalista por organizar as instituições de acordo com as necessidades e a realidade nacional e democrática por conceder as mesmas oportunidades para todos os cidadãos. Em relação ao caráter autoritário do Estado Novo, formado pela centralização e pela capacidade de intervir nas questões nacionais, Francisco Campos explica que o presidente da República seria a autoridade suprema, o centro de organização do Estado e da manutenção da ordem nacional, que deveria garantir ao povo bem-estar, prosperidade e independência, bem como promover a unidade e a defesa da nacionalidade. Para que isso ocorresse, seria indispensável sua intervenção em todos os assuntos do país, como a economia, a política e a educação.

Essas características, no entanto, de acordo com o que apresentamos no capítulo anterior, podem também ser consideradas os principais elementos que compõem o discurso sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial publicado em *Cultura Política*. Podemos perceber, a partir disso, que essa publicação não só divulgava esses princípios desenvolvidos pelos intelectuais do Regime, mas também atualizava e adaptava esse mesmo discurso às novas condições impostas ao Estado Novo pelo contexto de Guerra. Nesse sentido, através dos textos sobre a política interna e externa brasileira durante a Guerra e sobre as questões militares, essa publicação oficial estaria fazendo a defesa do Estado Novo ao reforçar a relevância do país ter um governo autoritário e nacionalista; e ao demonstrar o quanto o Regime por ser dessa forma estaria garantindo o crescimento brasileiro e estaria oportunizando que se realizasse com eficiência a defesa nacional.

Em relação aos textos sobre questões militares, esses mesmos elementos podem ser percebidos, com ênfase no reforço do caráter nacionalista do Regime, bem como na defesa e na exemplificação da eficiência das ações centralizadoras e intervencionistas do mesmo. Sob o nosso ponto de vista, esses elementos estão presentes nesses textos, a fim de provar que o Estado Novo era capaz de promover a defesa da soberania nacional. Assim, o caráter nacionalista do Estado Novo pode ser percebido quando são apresentadas as funções, a importância e as qualidades das Forças Armadas, pois expressa, implicitamente, o quanto o Governo estaria empenhado em direcionar o desenvolvimento das missões e das qualidades das instituições militares de forma a adaptá-las e a integrá-las na realidade nacional. Nesse ponto, ainda, a centralização e a intervenção do Governo ficam explícitas quando, a partir da idéia da existência de uma identificação entre povo e forças armadas, os textos dizem como a população deveria agir para colaborar com o governo para realizar a defesa nacional.

Quando são apresentadas as ações que o Estado Novo deveria tomar, apontando diretrizes de como a sociedade e a Forças Armadas deveriam estar organizadas desde a paz e as medidas que o Governo já teria realizado para as Forças Armadas, podemos considerar que ocorre a defesa e a demonstração do quanto um governo centralizado e capaz de intervir nos assuntos nacionais seria eficiente para preparar a defesa do país. Por fim, essa forma de agir do Estado Novo seria justificada em função da participação do Brasil na Guerra, sendo que por causa dessas características o país estaria conseguindo realizar sua defesa e, ainda, cooperar para o esforço de guerra Aliado.

Tais ideias e argumentos, que compõem o discurso militar publicado em *Cultura Política*, serão apresentados e analisados no presente subcapítulo. Essas questões, presentes em 28 textos, representando 24,13% do total de material selecionado⁹¹, serão observadas em relação ao Exército, à Marinha, à Aeronáutica e às Forças Armadas em geral. Nesse sentido, as funções e as qualidades do Exército, as melhorias recebidas durante o Estado Novo e a relevância da FEB nas ações Aliadas são abordadas em 10 textos (35,71%). Sobre a Marinha, oito textos (28,57%) mostram a importância dessa arma para a proteção nacional e para a situação de guerra, bem como apresentam as diretrizes do Estado Novo para essa instituição, demonstrando as ações do governo. A importância da Aeronáutica para o país e para as ações de guerra e as ações do Estado Novo para essa Força Armada são abordados em cinco textos (17,85%), bem como os assuntos gerais sobre as três Forças Armadas, como a melhor forma de prepará-las demonstrando a relevância da organização sócio-militar desde a época de paz.

3.1.1 As funções, a importância e as qualidades das Forças Armadas

Nos textos apresentados na revista *Cultura Política*, em relação às instituições militares, predomina a preocupação de conseguir definir, esclarecer e persuadir os leitores dessa publicação sobre as funções, a importância e as qualidades de cada uma das Forças Armadas para a defesa nacional. Essa é uma questão relevante tendo em vista que está presente em 71,42% dos textos analisados (ver apêndice G), sendo o assunto mais frequente, e parece querer demonstrar o caráter nacionalista do Estado Novo, bem como justificar as medidas de centralização e de intervenção do Regime, nesse caso, nas questões militares. Assim, por centralizar e intervir nessas instituições, o Governo teria se ajustado à realidade e às necessidades brasileiras – o que demonstraria o nacionalismo do Regime – de forma que as Forças Armadas estariam aptas para desempenhar com eficiência a função de defesa nacional e de manter a ordem interna.

Por isso, lemos em 80% dos textos que versam sobre as Forças Armadas em geral (ver apêndice F) que a orientação dada pelo Estado Novo às instituições militares teria

⁹¹ Dos textos selecionados 5 são discursos e 23 são artigos, sendo que 17 são assinados e 6 não são assinados. Os textos dessa categoria foram escritos por 10 militares (2 Generais, 3 Capitães, 2 Tenentes-Coronéis; 1 Tenente e um Major.), além da contribuição de 5 civis, entre eles Getúlio Vargas. Selecionamos 4 de 1941; 10 publicado em 1942; 4 de 1943; 6 de 1944 e outros 4 de 1945.

mantido a ordem nacional e permitido o crescimento e o progresso do Brasil em todos os setores – social, político, econômico. A função atribuída às Forças Armadas seria, assim, afirmar a nacionalidade, zelar pelas tradições, dominar o território nacional, nutrir a confiança do povo, desenvolver um patriotismo ativo e dinâmico. Segundo o artigo escrito por Humberto Grande, publicado na revista *Cultura Política*, “são elas, indiscutivelmente, que constituem o sustentáculo do nosso regime, a base da organização nacional, a energia suprema da unidade do nosso país; são elas também, em virtude da sua composição étnica, as forças, ao mesmo tempo, nacionalistas e nacionalizadoras⁹²”.

Ainda segundo esse autor, essas funções seriam exercidas através das três grandes instituições do Estado Nacional: o Exército, a Marinha e a Aviação. Essa grande responsabilidade teria feito com que o Exército abrisse estradas e criasse casernas e quartéis em todo o país, avançando a oeste, nacionalizando os filhos de imigrantes, civilizando os índios, com que a Marinha reconstruísse sua esquadra com disciplina e ordem e com que a Aviação ligasse o território nacional.

A revista *Cultura Política* demonstrava, então, que o Estado Novo estaria preocupado em promover a segurança interna e externa do Brasil, e isso ocorria através da apresentação, em seus textos, das qualidades, da importância e das funções que as Forças Armadas brasileiras estavam desenvolvendo, tanto para realizar a proteção do país quanto para auxiliar o Governo a realizar a unificação política e a disseminar valores patrióticos, tornando-se, assim, conectadas com a realidade brasileira. Em outras palavras, essa publicação oficial estaria demonstrando o quanto o Governo de Vargas estaria orientando as Forças Armadas a desenvolverem suas características e executarem suas missões em função da realidade nacional e dos imperativos da época.

A adequação do Exército com a realidade nacional pode ser percebida quando 40% dos textos que falam sobre essa instituição, apresentam como sua qualidade o fato de ser a grande promotora da unidade e da integração nacional, pois teria lutado por essa unidade apaziguando lutas internas e porque, com a revolução de 30, teria restaurado a existência nacional e em 1937 teria ajudado a terminar com o regime liberal e defendido o Brasil das forças desagregadoras. Com isso, defende-se que o exército teria como importante função agir nos diversos setores do país (político, econômico e social), de forma que “o seu campo de

⁹² GRANDE, Humberto. A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil. In: *Cultura Política*, janeiro, 1945, nº 48, p. 34.

ação não tem limites, a influencia de sua colaboração se estende por todos os setores das atividades construtivas do progresso e do bem estar coletivo⁹³”. Essa idéia aparece também quando os textos sobre as Forças Armadas em geral afirmam que o Exército do Brasil teria grande missão educativa e cultural, econômica e política que estava relacionada com a expansão econômica, unidade nacional, defesa das instituições, manutenção da ordem e defesa da pátria. Isso pode demonstrar o quanto essa instituição estaria orientada para desenvolver sua missão e sua capacidade pensando nas reais necessidades do Brasil e do momento mundial.

Os textos sobre a Marinha, por sua vez, também apresentam as qualidades, as funções ou a importância dessa instituição, na tentativa de demonstrar o quanto ela estaria adaptada à realidade brasileira e aos imperativos da época. Assim, esses textos defendem que a Marinha teria como qualidade o fato de ser fundamental para a defesa nacional, tendo em vista o tamanho do litoral do país e o caráter predominantemente marítimo que a II Guerra Mundial teria. Segundo o Capitão do Mar e Guerra da Marinha Nacional César da Fonseca, “a nossa situação geográfico-estratégica, em face dos aspectos da política internacional e conseqüentes atividades de guerra, tornou-se grave, pela vulnerabilidade das nossas costas marítimas⁹⁴”. Por isso, os textos da revista *Cultura Política* explicam que caberia à Marinha a função de ser a primeira linha da defesa nacional, tendo papel proeminente nisso e sendo seu objetivo manter a segurança e a integridade do território brasileiro. Os argumentos apresentados pelos textos para justificar essas funções são de que os países que não cuidaram de seu poder naval teriam decaído, e que as condições topográficas, geográficas, políticas e econômicas do Brasil exigiriam muito dessa Força Armada.

A Força Aérea Brasileira (FAB) é apresentada, em 80% dos textos, sobre a Aeronáutica como fundamental para a defesa nacional, tanto para a defesa das fronteiras, quanto para a da soberania, sendo “[...] o único organismo nacional que, pela sua constituição íntima, seu modo de emprego, e sua capacidade, está mobilizada desde o tempo de paz, e deve ser capaz de agir desde o primeiro instante num esforço intenso e produtivo, à procura da vitória⁹⁵”. Essa afirmação também se basearia na observação da realidade do Brasil e das necessidades da época, tendo em vista que, segundo esses textos, o avião teria modificado o caráter da guerra moderna, acabando com as distâncias e os obstáculos topográficos – logo, o

⁹³ PIRES, Mario Ari. A Imprensa e o Exército Nacional II. In: **Cultura Política**, setembro, 1941, nº 07, p. 06.

⁹⁴ FONSECA, César da. Problema naval brasileiro. In: **Cultura Política**, março, 1944, nº 38, p. 114.

⁹⁵ RODRIGUES, Lísias A. Organização da Força Aérea brasileira II. In: **Cultura Política**, novembro, 1941 nº 09, p. 40

Brasil poderia vivenciar o colapso dos domínios de suas fronteiras e da costa Atlântica caso não se apoiasse em uma poderosa força aérea. Além disso, ela teria como função auxiliar o governo a efetivar a unidade política brasileira, uma vez que a aviação resolveria os problemas de comunicação interna. Assim, de acordo com o artigo “A atuação da Força Aérea Brasileira na guerra”:

[...] o avião tem papel saliente na solução de problemas das comunicações internas, na paz e na guerra, porque sob o aspecto militar, o problema surge com o mesmo impetuoso caráter. Além disso, as nações não podem descuidar hoje em dia da sua defesa aérea, porque tem sido dito e provado que o domínio dos céus assegura o domínio da terra⁹⁶.

O avião seria, então, a forma de diminuir as distâncias entre os centros econômicos distantes um do outro, além de ser uma forma de transporte rápida e fácil, capaz de suprir as necessidades das regiões que tinham transportes precários e dispendiosos. Segundo o Tenente-Cel. Aviador Lísias A. Rodrigues, as condições mesológicas brasileiras favoreceriam o desenvolvimento das Forças Aéreas, pois o Brasil teria condições climáticas e ambientais perfeitas para se voar em todas as horas e durante todo o ano e os recursos estariam disponíveis em abundância em todo o país.

O fato dos textos de *Cultura Política* demonstrarem o quanto as Forças Armadas brasileiras estariam desenvolvendo suas qualidades e suas missões em função da realidade nacional e das necessidades do momento pode indicar o caráter nacionalista do Governo. A revista visaria, então, demonstrar que a característica centralizadora e intervencionista do Estado Novo era fundamental para colocar em prática medidas nacionalistas, como orientar as instituições brasileiras a agirem de acordo com as demandas do país. Isso pode nos remeter para as ideias desenvolvidas por Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral e Almir de Andrade, em relação à necessidade do país ter um governo forte capaz de realizar a salvação nacional e de agir de acordo com a realidade brasileira.

Conforme apresentamos no primeiro capítulo, Oliveira Vianna (1939), por exemplo, defendia que o Brasil precisava ter um governo capaz de preservar a soberania e a integridade nacional, bem como a ordem pública. Francisco Campos (2002), por sua vez, além de apontar

⁹⁶ A atuação da Força Aérea Brasileira na guerra: os fatores do seu rápido desenvolvimento. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 214.

a necessidade de salvar o país, explica a necessidade de um governo capaz de integrar às instituições na realidade política, social e econômica do país. Nesse sentido, ao publicar textos que apresentavam as funções, as qualidades e a importância das Forças Armadas, *Cultura Política*, estaria divulgando a ideologia do Estado Novo ao, implicitamente, demonstrar que o Estado Novo estaria sendo capaz de realizar o que esses intelectuais apontavam como o ideal para um governo brasileiro, sendo forte para ajustar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica à realidade e às necessidades brasileiras, de forma que elas estivessem aptas para realizar com eficiência a defesa nacional.

Mas os textos de *Cultura Política*, sob nosso ponto de vista, vão mais longe e, então, atualizam a ideia desenvolvida por esses intelectuais em relação ao seu caráter nacionalista. Ou seja, além de demonstrar o quanto o Estado Novo estaria cumprindo com seu dever de governo forte e ideal para o país, integrando as instituições nacionais com as necessidades do país, conforme entendiam os intelectuais acima citados, também explicam outra qualidade que as Forças Armadas brasileiras estariam desenvolvendo sob a orientação desse Regime: a identificação com o povo, pois elas o representariam ao mesmo tempo em que dependeriam do apoio desse para obter êxito em suas missões.

Nesse sentido, os textos sobre o Exército afirmam que essa instituição representaria o povo, por estar identificada com seus os desejos e suas necessidade, por isso teria sido o intérprete dos anseios do país em 1930 e estaria personificando a vontade do povo ao apoiar Vargas, auxiliando a restituir ao país um sistema político e social dentro da realidade brasileira. O então diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda Lourival Fontes, no discurso em homenagem ao dia do soldado, enaltece a importância dessa instituição após a revolução de 1930:

Nunca, como naquela hora extraordinária, quando a nação e o chefe providencial se integravam harmonizados na mesma solidariedade de destino, o povo depositou tanto, na confiança das instituições armadas, o fervor e a essência do seu coração, nem o Exército melhor se sagrou na gratidão pública como encarnação e como reflexo da opinião nacional⁹⁷.

⁹⁷ FONTES, Lourival. A Imprensa e o Exército Nacional I. In: **Cultura Política**, setembro, 1941, nº 07, p. 03.

A partir do Governo de Getúlio Vargas, o Exército estaria, então, integrado às necessidades nacionais e aos anseios e desejos do povo.

Os textos sobre a Marinha, afirmam, por sua vez, que a identificação dessa instituição com o povo aconteceria na medida em que ela teria como função capital a disseminação dos valores patrióticos, através do contato desenvolvido com o povo do litoral, tendo em vista o “sadio patriotismo” e o “amor a pátria” que a Marinha desenvolveria com seu trabalho. Nas palavras do Capitão-tenente da Marinha de Guerra Nacional A. M. Braz da Silva:

Além da vigilância e garantia que oferecem, são entidades educadoras em contacto direto com as populações, às quais dão exemplo e estímulo de amor à Pátria e respeito às instituições. Por isso mesmo, arcam com responsabilidades graves e pesadas, como sejam a de colocar-se, a qualquer momento, contra as forças desintegrantes disfarçadas à sombra de falsas reivindicações, ou mal dissimuladas em suscetibilidades regionalistas, fonte de exploração preferida para as ambições de grupos, geralmente contrapostos aos legítimos interesses nacionais⁹⁸.

Sendo assim, as atividades marítimas seriam importantes para o progresso, para a segurança e para o futuro do país, bem como para a sobrevivência, a força e a subsistência dos povos, sendo que “[...] os brasileiros, na sua generalidade, tinham a convicção de que no mar estava um dos elementos mais consideráveis do progresso nacional, um dos caminhos onde o país tinha de seguir para chegar ao fastígio⁹⁹”.

Mas conforme afirmamos acima, a identificação entre o povo e as classes armadas implicaria, também, no desenvolvimento de uma compreensão e uma colaboração generalizada entre civis e militares. Isso porque, segundo esses textos, o problema militar não interessaria, então, apenas às instituições militares, mas à nação inteira. Os textos, então, indicam como a população poderia fazer a sua parte para auxiliar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica a desenvolverem suas missões. Em relação ao Exército, por exemplo, afirmam que o valor dessa instituição dependeria do valor da nação (coesão, espírito de sacrifício, solidariedade, organização econômica, riqueza espiritual das massas, clareza mental das elites), ou seja, o desenvolvimento dessas características na sociedade refletiria nas qualidades dessa Força Armada e, portanto, seria fundamental para torná-la forte e capaz de cumprir sua

⁹⁸ SILVA, A. M. Braz da. Nova política naval In: **Cultura Política**, julho, 1942 n°: 17, p. 278.

⁹⁹ O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942. In: **Cultura Política**, novembro, 1942, n° 21, p.147.

missão. Dessa forma a sociedade deveria se esforçar para desenvolver esses valores a fim de garantir ao Exército condições de realizar sua tarefa na defesa nacional.

Outra forma de realizar essa cooperação seria colaborar com o governo, ou seja, a população deveria apoiar o Regime e não ignorar o que os textos de *Cultura Política* denominam como a grandiosa obra do Estado Nacional. Segundo os textos sobre a Aeronáutica, o Brasil possuiria todos os fatores fundamentais que norteariam a organização de uma força aérea, mas para que o país tivesse uma força aérea mais eficiente seria preciso a colaboração de todos além do auxílio do governo. O texto “O Ministério da Aeronáutica no biênio 1941-1942” apresenta essa idéia: “façamos tudo para termos uma força aérea poderosa, e o Brasil com facilidade alcançará o lugar ao sol a que tem direito. O que fez o Estado Nacional pela Aeronáutica nos assegura a certeza de que breve o Presidente Vargas dará ao Brasil a poderosa força aérea que ele precisa ter¹⁰⁰”. Assim, o Governo já estaria fazendo sua parte, embora fosse necessário fazer mais, e para isso o apoio do povo seria fundamental, por exemplo, nas campanhas realizadas pelo Regime.

Os textos sobre a Marinha, no entanto, não indicam como a população deveria agir, mas explicam que os brasileiros já estariam apoiando as obras do Governo para essa instituição, tendo em vista que, segundo esses textos, ao julgarem as ações da Marinha a população só poderia se congratular pelos ótimos resultados obtidos, que revelariam o patriotismo e a proficiência da gente do mar do Brasil e, de acordo com o texto “O ressurgimento naval do Brasil”:

A nação sabe perfeitamente os serviços que lhe serve; tem conhecimento da ação anônima, mas trepidante e eficaz, que a bordo, em todos os mares, silenciosamente desenvolvem oficiais e praças, guarnecendo os comboios e zelando as nossas costas, neste instante em que o Brasil defende sua soberania¹⁰¹.

Assim, encontramos nesses textos outra estratégia para mostrar o quanto o povo e as Forças Armadas já estariam identificados. Afirma-se que o apoio popular às ações do Governo para melhorar a marinha já estaria acontecendo e, portanto, o empenho dos militares seria proporcional a vontade do povo, logo, nenhum sacrifício seria excessivo, devido à finalidade patriótica. Segundo esses textos, os brasileiros se sentiam ligados ao mar, pois

¹⁰⁰ O Ministério da Aeronáutica no biênio 1941-1942. In: **Cultura Política**, novembro, 1942, nº 21, p. 139.

¹⁰¹ Idem.

entendiam sua importância para a história, para o progresso, para a coesão e para a defesa nacional. Assim, o povo compreenderia e aplaudiria o reaparelhamento militar, e isso ficaria explícito nas cerimônias de lançamento dos navios, onde “o povo, de todas as classes, acorre a essas solenidades, numa demonstração viva, real e calorosa de seu interesse pelo engrandecimento da Armada¹⁰²”.

Da mesma forma, os textos sobre o Exército afirmam que o povo já estaria agindo em apoio ao Governo, pois ambos partilhariam as mesmas comoções e vibrariam o mesmo patriotismo sincero e profundo, tendo em vista que se confundiriam. Dessa forma, tanto o Exército quanto o povo obedeceriam fielmente a voz de comando do presidente em todos os momentos, conforme informa Eurico Gaspar Dutra, na época ministro da Guerra, dias antes da declaração de estado de beligerância do Brasil:

E bem na certeza de que o Exército e o Povo, como sempre estreitamente ligados por afeição e confiança, obedecerão fielmente a voz de mando do Chefe Supremo da Nação, o Exmo. Sr. Presidente da República, cujas decisões devemos aguardar com calma, serenidade e disciplina, confio em que, seguindo a trilha rígida do Dever, unidos e presos à mesma única e sagrada obrigação, não faltaremos à nossa certamente rude, mas gloriosa missão para com a Pátria, defendendo-a ciosamente e guardando-a sem medida de sacrifícios, na integridade territorial e na sua honra impoluta!¹⁰³

Assim, podemos considerar que a partir da ideia da existência de uma identificação entre povo e Forças Armadas, apresenta-se como a sociedade deveria se comportar e se organizar para auxiliar o Governo e essas instituições a realizar a defesa da soberania nacional e a manutenção da ordem interna. A partir disso, percebemos que os textos apresentam estratégias semelhantes as que foram utilizadas ao abordar a necessidade de mobilização e de união nacional, analisados no capítulo anterior (2.1.1), no sentido de dizer como a população deveria agir ou apresentar como já estaria agindo para colaborar com o Regime. Dessa forma, podemos considerar que *Cultura Política*, além de atualizar o caráter nacionalista do Regime, conforme afirmamos anteriormente, apresentando a qualidade e a função das forças armadas de se confundirem com o povo a revista *Cultura Política* estaria, também, reforçando a

¹⁰² O ressurgimento naval do Brasil. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1944, nº 37, p. 170.

¹⁰³ DUTRA, Eurico Gaspar. A proclamação do Ministro da Guerra. In: **Cultura Política**, outubro, 1942, nº 20, p. 12.

importância da intervenção do Governo na vida nacional para organizá-la, nesse caso, a fim de promover a defesa e a proteção do país.

Outra maneira de fazer isso pode ser considerada quando implicitamente demonstra-se que as Forças Armadas estariam sendo o modelo a ser seguido pela população. Nos textos sobre o Exército, por exemplo, lemos que essa instituição estaria unida, firme, confiante e decidida a realizar todos os sacrifícios pela pátria, de forma que enfrentaria os acontecimentos com coragem e segurança, não conhecendo indecisões e formando um só bloco, uma força coesa, sendo que cada soldado saberia, então, sacrificar-se até à morte pelo Brasil.

Nesse sentido, os trabalhadores da Marinha (oficiais e civis) são apresentados como homens bravos e devotados ao trabalho. Isso fica explícito quando são apresentadas as atividades no Arsenal, onde se colheriam os bons resultados da força de vontade e de entusiasmos, do sentimento de cordialidade e de fidalguia entre oficiais e operários, todos seguiriam o mesmo lema de cumprir seu dever sem dúvidas, choque de opiniões ou ressentimentos. Por isso, o texto “O ressurgimento naval do Brasil” afirma que “é que ali se vêem uma atividade real e fecunda e verdadeira devoção ao serviço. Acentuamos que muita coisa do que se realiza no Arsenal – não é fruto nem de estudo, nem de planos, e muito menos de deveres. É resultado do entusiasmo, da fôrça de vontade, a serviço de uma causa nobre¹⁰⁴”. Além disso, nos trabalhos nos navios, realizando as escoltas a tripulação seria organizada, tranquila, serena, disciplinada e confiante; bem treinada e acostumada a enfrentar os submarinos, de forma que isso ocorreria sem surpresas. Assim ao apresentar o ambiente de trabalho nessa instituição parece haver uma apresentação de como o governo esperava que a sociedade se organizasse e se portasse: com união e cooperação entre todas as classes, além do desenvolvimento da tranquilidade, da confiança e da disciplina.

3.1.2 As ações do Estado Novo para as forças armadas

A revista *Cultura Política* apresenta, em seus textos sobre as questões militares, as ações que deveriam ser desenvolvidas pelo Estado Novo para a sociedade e para cada uma das forças armadas brasileira – e aquelas que já haviam sido realizadas, tendo em vista que, para

¹⁰⁴ O ressurgimento naval do Brasil. In: *Cultura Política*, fevereiro, 1944 nº 37, p. 171.

se mostrar capaz de promover a defesa nacional com eficiência, não bastaria ao Governo adequar as Forças Armadas à realidade nacional através de suas funções e qualidades, sendo necessário ainda melhorar suas estruturas e seus equipamentos, modificar alguns pontos da organização das Forças Armadas e preparar militarmente a sociedade.

Esse foi o segundo assunto mais frequente nos textos analisados, estando presente em 46,42% deles (ver apêndice G), e divide-se entre a apresentação do que o governo teria feito pelas Forças Armadas (renovação dos armamentos do Exército, realização de obras de retaguarda que teriam gerado a modernização dessa instituição; empenho para realizar a evolução da Marinha, sendo considerado o grande promotor do ressurgimento naval brasileiro; organização todos os setores da Aeronáutica oportunizando seu crescimento rápido) e a explicação de diretrizes para preparar militarmente a sociedade e para modificar alguns pontos da organização das Forças Armadas.

Em ambos os casos, consideramos que os textos publicados podem estar indicando que havia uma preocupação em demonstrar para o público leitor de *Cultura Política* o quanto o Regime estava envolvido na realização de soluções eficientes dos problemas nacionais, como o da segurança e da defesa brasileira. Com isso, é possível considerar que ao relatar essas supostas melhorias feitas, ao apresentar uma nova forma de agir das Forças Armadas e uma maneira de organizar a sociedade, a revista estaria defendendo e justificando a centralização e a intervenção do Regime. Poderia, então, estar exemplificando o quanto um governo centralizado tornava-se forte para intervir em todos os assuntos nacionais, principalmente nos militares, realizando melhorias nesse setor, apresentadas como fundamentais para a manutenção da ordem interna e para a defesa da soberania nacional, no contexto de guerra.

A explicação de como a sociedade deveria ser organizada pelo Estado Novo é uma das questões mais relevante nos textos sobre as Forças Armadas em geral, tendo em vista que aparece em 80% deles (ver apêndice F). As ideias desenvolvidas podem demonstrar que, para os articulistas de *Cultura Política*, a preparação do Brasil para uma guerra moderna não estaria bem resolvida, em função da falta de preparação dos governos anteriores ao Estado Novo, por isso, apontam caminhos e soluções. Segundo eles, o Brasil seria antibelicoso e antimilitarista por tradição, mas os governos descentralizados e a desorganização social existente no Brasil antes de 37 teriam retardado o desenvolvimento do amor à pátria e do espírito de sacrifício, por isso o povo brasileiro é apresentado como despreparado

psicologicamente para enfrentar a guerra. A solução apontada seria o desenvolvimento de um trabalho metódico e sistemático de infiltração social dos oficiais da reserva a fim de preparar, no mínimo psicologicamente, toda a população

[...] procurando recuperar o tempo perdido como obreiros da modelagem da alma nacional, não pelo desenvolvimento de instintos belicosos incompatíveis com a nossa honrosa tradição, também não pela deformação das nossas características sentimentais, com a tendência para a criação de uma geração de autômatos, de cérebros atrofiados; mas pelo crescente desenvolvimento do orgulho nacional e do sentimento de propriedade da mais bela, opulenta e generosa das pátrias¹⁰⁵.

A sociedade deveria, então, ser organizada racionalmente e receber uma educação militar, desde o tempo de paz a fim de se ter um “serviço obrigatório de segurança nacional” onde a educação pela caserna atingiria todos os grupos sociais. Isso seria fundamental para fortalecer a nação, virilizar o povo e os ensinar a sacrificar a vida pela pátria. Visaria formar indivíduos com hábitos e costumes bélicos, mas com calma, equilíbrio e serenidade ante o perigo; preparar o homem para a vida em sociedade; e transformar cada cidadão num combatente disciplinado e com iniciativa para defender a pátria e a soberania nacional. Além disso, a propaganda de guerra seria um elemento indispensável para a vitória. Ela prepararia os ânimos do povo, formando sentimentos fortes, pois nutriria e consolidaria a unidade anímica desse, dando orientação e força a ele para prosseguir firme na luta. Essa técnica alcançaria grandes vitórias ao manter aceso o entusiasmo do povo, o instinto belicoso da raça, a combatividade coletiva e a força vital da nacionalidade.

As ideias apresentadas acima nos remetem àquelas que foram apresentadas e discutidas no capítulo anterior, no item 2.1.1, sobre a necessidade de se realizar a preparação moral e cívica do povo, através de uma educação dirigida e coordenada pelo Estado, a fim de promover a segurança nacional e de se obter êxito na Guerra. Da mesma forma que consideramos no capítulo anterior, entendemos que esse assunto transparece o caráter centralizador e interventor do Estado Novo, pois a revista *Cultura Política*, enquanto uma publicação oficial, estaria ditando as diretrizes para organizar a sociedade e os valores que deveriam ser desenvolvidos no povo a fim de garantir a eficiência do país na defesa de sua soberania. Podemos considerar ainda que há a defesa dessa forma de governo a frente do

¹⁰⁵ BRAYNER, Floriano de Lima. O oficialato da reserva e suas responsabilidades em face do exercício do comando. In: *Cultura Política*, julho, 1942 n°: 17 p 260.

Brasil, pois os textos entendem que os Regimes anteriores, que não apresentavam essas características, não teriam conseguido realizar a organização social e militar do país.

A defesa de um governo forte, centralizado e capaz de intervir em todas as esferas da vida nacional promovendo o crescimento brasileiro, no entanto, já havia sido feito pelos intelectuais que deram a base de sustentação para o Estado. Para Oliveira Vianna (1939), a centralização das tomadas de decisão no Executivo e, especialmente, no presidente da República asseguraria as condições de se exercer as atividades administrativas e assim, entre outras coisas, seria possível salvar a soberania nacional. A intervenção estatal, segundo Francisco Campos (2002) deveria ocorrer através do controle das atividades sociais, como da educação, por exemplo, a fim de garantir ao povo acesso aos bens materiais e espirituais. Azevedo Amaral (1938), por fim, defendia que um regime organizado de forma autoritária seria a única maneira de desenvolver e fazer o país crescer. Podemos, considerar, então, que a revista *Cultura Política*, ao publicar em seus textos as idéias acima apresentadas, estaria dando continuidade ao discurso desses intelectuais, divulgando os princípios centralizador e interventor do Regime, pois, da mesma forma que eles, estaria legitimando essa forma de governo como o único capaz de promover a defesa da soberania nacional, tendo em vista que conseguiria organizar e coordenar a sociedade e as forças militares.

A defesa do caráter centralizador e interventor do Estado Novo pode ser percebida, ainda, implicitamente, quando os textos sobre as Forças Armadas em geral apresentam o que seria a melhor forma de organizar as instituições militares para se tornar uma nação forte. Segundo eles, as Forças Armadas deveriam estar subordinadas ao Estado através de uma preparação política do material humano, pois seria nas Forças Armadas que o Estado autoritário repousaria, tendo em vista que elas existiam para o preservar. Segundo o Major do Exército Nacional Sérgio Marinho:

Que adianta adquirir armamentos, aumentar efetivos, se se abandona a alma dos homens; se não se trabalha as suas convicções, os seus anseios naturais, as suas volições?
Só se consegue associar alguém, se de alma e coração, a uma obra, fazendo com que esse alguém a compreenda e ame¹⁰⁶.

¹⁰⁶ MARINHO, Sérgio. Preparação política das forças armadas. In: *Cultura Política*, julho, 1942 nº: 17 p. 269.

Além disso, a organização militar deveria ocorrer a partir de uma força de paz, pois as nações deveriam estar preparadas para sua defesa e para a guerra, tendo em vista que as que não estavam tiveram que agir para se modificar a custo de grandes prejuízos. As forças de paz seriam

[...] constituídas da melhor qualidade dos indivíduos da nação para daí formarem quadros, chefes de todos os escalões de comando e especialistas, indispensáveis não só às necessidades das forças ativas de paz, ou do enquadramento das unidades de nova formação, como às da preparação do grosso da nação para a guerra¹⁰⁷.

Essa ideia é justificada pelo avanço tecnológico dos materiais de guerra que exigiriam um grupo altamente treinado e conhecedor dessas novas tecnologias para poder ensinar e conduzir as massas mobilizadas. Com isso, o Brasil deveria organizar um grande núcleo de oficiais graduados e especialistas, permanente ou semi-permanente para formar o 1º escalão a fim de instruir a nação, recrutar e mobilizar, orientar os agrupamentos da indústria de guerra e da organização civil; além de produzir constantemente quadros de reserva sólidos. Dessa forma, em caso de guerra o impacto da mobilização seria menor, pois a sociedade já estaria treinada para isso, e estaria organizada racionalmente com seus setores industriais e de transporte, por exemplo, funcionando da melhor forma possível.

A outra forma encontrada nos textos da revista *Cultura Política* de demonstrar o quanto um governo centralizado, por ser forte, teria condições de intervir em todos os assuntos nacionais, principalmente nos militares, ocorre através de elogios feitos ao Governo e a Getúlio Vargas devido às medidas tomadas; da apresentação das condições dessas instituições após a instauração do Estado Novo e também através da explicação sobre a diferença da situação antes e depois de 1930. Os textos sobre as Forças Armadas em geral, por exemplo, ao listarem as obras que o Governo teria desenvolvido em prol dessas instituições fazem elogios ao presidente. Segundo eles, Vargas teria compreendido a necessidade de intervir nas instituições militares, desde o início do seu governo, dispensando “a maior atenção às forças armadas, no sentido de organizá-las, reaparelhá-las e modernizá-las, para elas terem os meios exigidos para bem cumprir o seu papel¹⁰⁸”.

¹⁰⁷ ARARIPE, T. A. Exército selecionado ou milícia. In: **Cultura Política**, maio, 1942, nº 15, p. 207.

¹⁰⁸ GRANDE, Humberto. A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil. In: **Cultura Política**, janeiro, 1945, nº 48, p. 30

Esses elogios são ratificados nos textos que versam sobre o Exército, ao explicar que após 1930, mas principalmente após o advento do Estado Novo, teria ocorrido a construção do Exército como força viva da nação. A implantação do Regime teria trazido altos benefícios ao Exército, pois “[...] a primeira preocupação do Governo foi a renovação completa do nosso armamento, modernizando-o de conformidade com os ditames da evolução da guerra e de seus processos de combate¹⁰⁹”, desenvolvendo, assim, toda a capacidade de ação dessa instituição através de um plano de ação política.

Essas medidas apresentadas nos textos, como as obras de retaguarda realizadas em todo o país, teriam sido importantes para o auxílio do Brasil aos aliados e para o aumento da capacidade de defesa nacional, bem como as melhoras realizadas em diversos setores do exército, conforme indica o artigo “O Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942”

Todos os problemas e questões ligadas à defesa nacional e relativos às forças de terra foram, pois, ventilados e os poderes públicos deles se abeiraram com solicitude e carinho: Compra de armamentos, elevação de efetivos, construção de novos aquartelamentos e de vilas militares, intensificação da instrução, moto-mecanização do Exército e a realização de grandes manobras, aliadas a uma revisão completa e cuidadosa de toda a legislação militar, constituem o grande acervo de trabalho e as honrosas credenciais com que o Estado Nacional se apresenta à Nação na parte relativa ao Exército¹¹⁰.

Com isso, as realizações estatais demonstrariam “[...] o empenho em que se acha o Governo de cuidar seriamente da infra-estrutura do Exército, um dos postulados principais do plano diretor que se traçou”¹¹¹ e dariam confiança no futuro.

Os textos sobre a Aeronáutica também elogiam o Estado Novo por intervir nas questões nacionais e orientar o Brasil para o progresso, para que se tornasse uma grande potência. Essa instituição seria, de acordo com 80% dos textos, um exemplo disso, pois o Governo teria organizado e auxiliado todos os seus setores, criando o ministério e a legislação aérea, unificando os correios aéreos e subvencionando as escolas civis para formar reservas. Devido a essas medidas a Aeronáutica, então, cresceria em proporção geométrica, pois “deu-se [...] unidade ao que estava disperso; congregou-se sob um só comando o que antes andava submetido a três comandos diferentes. As conseqüências imediatas da providencia

¹⁰⁹ O Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942. In: **Cultura Política**, novembro, 1942, nº 21, p. 157.

¹¹⁰ Idem, p. 154.

¹¹¹ Idem, p.158.

governamental foram a comprovação do acerto e da oportunidade com que foi tomada¹¹²”. Por tudo isso, os textos afirmam que o Governo Vargas valorizava a Aeronáutica e entendia que o seu desenvolvimento tornaria o Brasil forte gerando mais segurança para o país e unindo o território nacional.

Com isso, a situação da Aeronáutica é apresentada, após 1930, como promissora. A aviação teria se desenvolvido de forma rápida no Brasil devido ao esforço da população mobilizada para equipar os aeroclubes; das facilidades para o ingresso de pilotos civis no CPOR e em cursos técnicos; do grande número da Escola de Aeronáutica; do número de civis formados e dos diversos especialistas para a manutenção do avião; e das inúmeras obras de infraestrutura, como base aéreas aparelhadas e montagem da primeira fábrica de aviões. Mas o artigo “A aviação, o governo e a guerra” destaca que “[...] isso só está sendo possível graças à orientação administrativa do governo, que – sem desviar a atenção de outros problemas também vitais ao interesse nacional – se empenhou a fundo no desenvolvimento da aeronáutica no Brasil [...]”¹¹³.

Por isso, os textos ressaltam, também, como relevantes para o progresso da aviação brasileira as novas fábricas de motores, a siderurgia; a viagem do Ministro da Aeronáutica para os EUA a fim de adquirir mais conhecimento e experiências para serem implantados na aviação nacional; as ações do ministério de adquirir material; e a possibilidade de utilizar a estrutura de escolas e centros de treinamento dos EUA para especializar os futuros pilotos da FAB. Assim, segundo os textos, o Governo teria unificado a aviação para torná-la forte, melhor equipada e desenvolvida, ampliando sua coordenação técnica e econômica. Novamente aqui podemos verificar o destaque que os textos de *Cultura Política* dão às ações do Regime que demonstram a eficiência da centralização das ações no Governo federal e da intervenção desse para organizar e melhorar as condições das Forças Armadas.

Os textos sobre a Aeronáutica justificam todo esse investimento, utilizando a necessidade de promover a proteção da soberania brasileira. Afirmam, então, que as ações do governo para o desenvolvimento da Aeronáutica seriam um imperativo mostrado pela guerra para realizar a defesa nacional e uma atitude fundamental para a defesa da costa brasileira. Dessa forma, as medidas intervencionistas do Estado Novo teriam sido fundamentais para que a FAB tivesse bom desempenho na Guerra, da mesma forma como as bases aéreas aliadas

¹¹² A atuação da Força Aérea Brasileira na guerra: os fatores do seu rápido desenvolvimento. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 213.

¹¹³ A aviação, o governo e a guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1945, nº 51, p. 35.

cedidas pelo Governo teriam sido fundamentais para a vitória contra o nazismo. Assim, a guerra teria oportunizado ao Brasil as condições para criar sua “poderosa” aviação, embora não se soubesse os sacrifícios que teriam que fazer para alcançar as potências mundiais no fim do conflito.

Os textos que versam sobre a Marinha também trazem, em 37,5%, elogios ao Governo e a Vargas por terem resolvido os problemas que essa instituição enfrentava e apresentam a situação em que essa estaria em função das medidas estatais. Segundo eles, o Estado Novo teria um projeto para melhorar a Marinha que já estaria em prática e com sucesso, pois, segundo a revista, o governo e o presidente Vargas se importavam com as atividades marítimas e se empenhavam em realizar o que fosse preciso para sua evolução. É isso que o artigo “O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942” apresenta:

Reconstruiu-se o que era suscetível de proveito. Construiu-se, quanto se pôde, o que era preciso e não se possuía. Organizou-se segundo um plano moderno, adstrito à nossa capacidade, muito do que era aspiração antiga. Coordenaram-se, em formas diversas e para fins diferentes, todos os meios capazes de incrementar o poder marítimo do Brasil.

Caracterizaram o quinquênio os traços incisivos de um esclarecido exame de situação e uma conduta governamental em plena harmonia com os resultados daquele exame. As conseqüências da ação dos poderes constituídos, determinada pelo Chefe do Governo e por ele acompanhada, somavam-se tão impressivamente, convergiam com tanta regularidade e assumiam tanta solidez que pôde o quinquênio adquirir uma fisionomia perfeita de era nova¹¹⁴.

O Governo é apresentado, então, como o grande promotor da obra de ressurgimento naval, que, de acordo com a revista, não seria possível se não fosse o guia, o chefe, minucioso e preciso, que, sem desfalecimento enfrentando toda uma série de dificuldades, não pouparia esforços, não esmoreceria. Essa iniciativa seria um detalhe do grande plano de realizações que, desde 30, teria se estabelecido em todo o país.

Mas, 25% textos sobre a Marinha apresentam outra estratégia para valorizar as ações centralizadoras e intervencionistas do Regime, principalmente em relação ao incentivo à indústria naval, ao diferenciar o Estado Novo dos governos republicanos anteriores a 1930. Segundo eles, entre 1910 e 1930 as condições da marinha não eram boas e, apesar disso, as atividades do ministério, a importância da Marinha para a defesa e para o comércio nacional

¹¹⁴ O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942. In: **Cultura Política**, novembro, 1942, nº 21, p.140.

aumentavam. A aquisição de navios novos em 1910 teria representado grande esforço da administração pública, mas não teria resolvido o problema brasileiro, pois a frota não seria renovada – uma vez que o Brasil não fabricava mais navios, sendo que o máximo que se conseguiria fazer, e de acordo com os textos já era muito, era realizar a manutenção e os reparos nesses materiais.

O Estado Novo, então, teria agido, realizado, criado, enfim, resolvido na prática o problema naval brasileiro através da nova política naval que investia na indústria nacional de base e na indústria naval para a renovação da frota. E mais uma vez ocorre nos textos de *Cultura Política* a valorização do caráter interventor do Regime, conforme demonstra o artigo “O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942”:

O Estado Nacional interveio nesses aspectos, insistiu e insiste em fomentar e amparar atividades proveitosas, do carvão ao petróleo, dos minérios a uma variedade de produtos de extração ou de cultura, mediante os quais não serão somente impelidas as atividades marítimas, mas a todas as atividades nacionais¹¹⁵.

Graças a essa forma de Governo, então, a esquadra estaria renovada e os trabalhos nos estaleiros ocorreriam com entusiasmo.

Em função da característica intervencionista do Estado Novo de promover o ressurgimento naval no Brasil, os textos sobre a Marinha aproximam o Regime de 1937 com o II Reinado, pois em ambos teria havido investimentos para a fabricação do próprio material naval, conforme afirma, por exemplo, o Capitão-tenente da Marinha de Guerra Nacional A. M. Braz da Silva: “o 2º Reinado e o Estado Nacional assemelham-se, em política naval, pela objetividade do *ressurgimento*¹¹⁶”. Com isso, a revista estaria mostrando o quanto o governo de Vargas se preocupava em agir de acordo com a tradição brasileira, buscando nela a solução para alguns problemas nacionais. Essa ideia pode nos remeter ao que os intelectuais autoritários que deram a sustentação ideológica para o Regime desenvolveram, pois, conforme afirma Azevedo Amaral (1938), por exemplo, o Estado Novo não teria sido uma criação absurda, pois sua estrutura estaria identificada com o passado brasileiro. Ou, como explica Francisco Campos, o Regime seria uma criação nacional legítima, um amadurecimento, uma continuação das tradições nacionais. Essas ideias eram utilizadas pelos

¹¹⁵ O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942. In: **Cultura Política**, novembro, 1942, nº 21, p.144.

¹¹⁶ SILVA, A. M. Braz da. Nova política naval. In: **Cultura Política**, Julho, 1942, nº 17, p. 275.

intelectuais citados para legitimar essa forma de Governo demonstrando o quanto havia coerência e conexão da sua estrutura com a realidade brasileira. Da mesma forma, poderíamos verificar que os textos da revista *Cultura Política* utilizavam o argumento da tradição brasileira para justificar as ações do Estado Novo, nesse caso, em relação aos incentivos para a construção naval, de maneira, então, que essa revista estaria divulgando os princípios do Regime.

Todas essas ações do Governo se baseariam no fato de que o Brasil teria o destino de nação civilizadora e não queria desaparecer nas guerras e nos conflitos, antes, queria defender sua gente, seu território a sua cultura e civilização. Para tal precisava ter suas Forças Armadas bem preparadas a fim de atender todas as emergências e eventualidades. Ou seja, as medidas que o Estado Novo estaria tomando visavam à preservação da soberania nacional e a conquista de um lugar de destaque para o Brasil no mundo. Com isso, podemos verificar que *Cultura Política* ao apresentar as resoluções dos problemas das instituições militares que o Estado Novo teria feito visaria demonstrar a eficiência de um governo centralizado e interventor, que pode ser entendida como uma forma de legitimar a estrutura política desse Governo.

No entanto, é importante ressaltar que essa maneira de justificar o Estado Novo já era feita pelos intelectuais que deram a sustentação teórico-ideológica para esse Regime, conforme discutimos no primeiro capítulo. Para Oliveira Vianna (1939), por exemplo, somente um governo forte, com um presidente dotado de autoridade para coordenar os demais órgãos políticos e orientar política e administrativamente o país poderia promover a salvação da soberania nacional. Azevedo Amaral (1938), por sua vez, defendia que a única forma de fazer o país crescer e se desenvolver era com a manutenção de um regime organizado de forma autoritária, ou seja, capaz de centralizar as decisões e intervir ativamente nas questões relevantes para o país como nas questões econômica, social e política. A partir disso, podemos considerar que a revista *Cultura Política* estaria, novamente, divulgando os princípios do Regime desenvolvido por esses intelectuais, pois, mostraria ou exemplificaria a eficiência de um governo centralizado e forte para intervir nas Forças Armadas promovendo melhorias apresentadas como essenciais para a defesa nacional.

Esse caráter interventor e centralizador do Estado Novo expressa-se também quando os textos discutem a necessidade do Brasil se industrializar. Embora com uma frequência pequena (21,42%) quando esse assunto é abordado, há a explicação de que o Estado Novo

compreenderia a importância de industrializar o país para fabricar seu próprio material bélico, tornando Brasil independente e forte nesse setor. Os textos sobre o Exército exemplificam essa ideia, pois, segundo eles o Governo entenderia, então, que o ideal para o país era fabricar seu próprio material bélico, pois eram muitos os inconvenientes das importações comerciais que interferiam nos interesses militares e na defesa nacional de forma que “a fabricação dos materiais de guerra em nosso próprio país é que deve ser a suprema aspiração de todos os bons brasileiros, sinceramente amantes de sua terra e desejosos de sua felicidade, bem-estar e tranquilidade¹¹⁷”. O Estado Novo, então, incentivaria a industrialização com a construção de novas fábricas ou a melhoria das existentes, conforme indica o artigo assinado por Murilo V. Sampaio:

Além de outras fábricas, que produzem cada vez mais, o exército brasileiro vê desenvolver-se as suas fontes de produção de materiais bélicos, auxiliado pela indústria civil e ajudado pelos nossos irmãos americanos. Assim, o exército pode fazer frente aos grandes encargos que a nação lhe recomendou. São grandes os seus feitos no terreno militar; maiores ainda e muito mais importantes são os seus atuais feitos de retaguarda, na mobilização sempre crescente de seus homens e de seu material, para que eles possam levar o Brasil, já agora integrado no seio das Nações Unidas, à vitória completa contra os nossos inimigos comuns¹¹⁸.

Agindo assim, o Governo estaria demonstrando, segundo o texto, que o momento exigia ação clara e direta, de realizações úteis, de trabalho fecundo e criador, sendo a colaboração de todos para com o Governo fundamental para fazer o Brasil crescer.

Esses textos, então, apresentam a relevância da industrialização para o país, tendo em vista que essa seria a única forma para o país realizar a sua independência real, se tornando forte economicamente deixando de depender de países ou de circunstâncias internacionais para se equipar militarmente, mas também apresentam os incentivos e as ações do Governo para a industrialização e para promover o desenvolvimento da grande siderurgia nacional. Novamente essa forma de apresentar as ações do Governo pode ser vista como uma maneira de divulgar os princípios do Regime, reforçando a importância de se ter um Governo autoritário capaz de intervir e de trabalhar para resolver os problemas nacionais.

¹¹⁷ O Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942. In: **Cultura Política**, novembro, 1942, nº 21, p. 157.

¹¹⁸ SAMPAIO Murilo V. O novo exército do Brasil. In: **Cultura Política**, junho, 1943 nº 28, p. 114.

Os textos que abordam a Aeronáutica demonstram exatamente isso. Primeiro explica que havia a necessidade de desenvolver os fatores econômicos nacionais (industrialização pesada – siderurgia e indústria de avião, exploração do petróleo e de matérias primas), pois isso favoreceria a organização da Força Aérea Nacional. Depois, defende que isso deveria ser feito através do Governo, pois, explica também que o Estado Novo já estaria trabalhando para desenvolver a aviação no país, tendo em vista que ela seria a única capaz de se mobilizar instantaneamente e de dar segurança para o Brasil. Segundo o Tenente-Cel. Aviador Lísias A. Rodrigues:

Agora, porém, quando a situação política internacional apresenta aspectos assaz ameaçadores [...] nosso governo vem incrementando sabiamente a indústria aeronáutica nacional, porque só ela pode nos dar a segurança no dia de amanhã. Se considerarmos que uma indústria aeronáutica bem organizada, é capaz de permitir num restrito espaço de tempo a criação de uma força aérea poderosa [...] podendo provocar possíveis alterações no equilíbrio das forças beligerantes, então somos obrigados a reconhecer que a organização da indústria aeronáutica é fator decisivo para um país que deseja manter intacta a sua integridade¹¹⁹.

Por fim, os textos da sobre as Forças Armadas em geral ratificam que seria “necessário [...] fortalecer economicamente o país, isto é, industrializá-lo, aproveitar as suas forças naturais e explorar os seus recursos e riquezas. Sem tais elementos é impossível fabricarmos armas para a defesa do nosso território¹²⁰”. Mas reforçam a ideia de que com o governo Vargas o Brasil alcançaria ao objetivo de construir a siderurgia, única forma de o país ser forte militarmente, com um Exército bem equipado, uma Marinha bem armada e uma Aviação poderosa. Então, caso o Brasil continuasse assim, reconquistaria a liderança definitiva da América do Sul, e com o governo Vargas o Brasil alcançaria esse propósito tão almejado.

¹¹⁹ RODRIGUES, Lísias A. Organização da Força Aérea Nacional – Política aeronáutica. In: **Cultura Política**, junho, 1941, nº 04, p. 18.

¹²⁰ Idem, 40.

3.1.3 A atuação das forças armadas brasileira na Guerra e a cooperação com os Aliados

Os textos da revista *Cultura Política* que abordam assuntos militares destacam, ainda, a importância de cada uma das Forças Armadas brasileira para a Segunda Guerra Mundial. Essa questão é desenvolvida em 32,14% dos textos analisados e explicam que os soldados brasileiros teriam auxiliado as nações Aliadas a vencer os seus inimigos, sendo apresentados pela revista como heróis; que a aviação brasileira estaria auxiliando no patrulhamento do Atlântico Sul, acompanhando os comboios e realizando alguns afundamentos de submarinos do Eixo; e que a Marinha também patrulhava o litoral do país e auxiliava na formação de comboios que escoltavam a frota mercante.

Essa forma de apresentar a participação das Forças Armadas brasileiras na Guerra por essa revista pode ser vista como uma maneira de mostrar para os seus leitores que o Brasil realmente estava engajado em uma guerra e que desempenhava um papel relevante nela, agindo com eficiência. Isso justificaria as ações de intervenção e de centralização exercidas pelo Governo, por exemplo, nas questões militares, adaptando-as à realidade nacional em suas funções e qualidades; bem como melhorando suas condições de estrutura e de material, conforme discutimos nos subcapítulos anteriores. Dessa forma, seria por causa das atitudes do Estado Novo que o país estaria conseguindo realizar a sua defesa e, além disso, cooperar com os Aliados, tendo, portanto, um papel de destaque na Guerra.

Segundo 50% dos textos sobre o Exército, as ações da FEB demonstrariam a grandeza e a amplitude do Regime, pois além da elevação do nome do Brasil através da bravura e da determinação da juventude das forças armadas, havia sido durante Estado Novo que eles teriam forjado suas convicções de homens livres, mostrando ao mundo o valor de uma raça moça viril, sem preconceitos raciais ou religiosos, se constituindo em soldados obedientes, asseados, bravos, confiantes, esplendidos e de boa índole. Ou seja, os feitos da Força Expedicionária Brasileira teriam relação direta com a orientação que o Regime teria dado e com os valores que esse teria passado tanto para a sociedade, tendo em vista que muitos convocados para formar a FEB eram reservistas, quanto para as instituições militares.

Por essa orientação, então, o Brasil – que teria entrado na Guerra para se defender das agressões e que teria enviado soldados para a frente de batalha a fim de vingar a agressão

sofrida – estaria auxiliando as nações civilizadas a vencer os inimigos. Além disso, pela intervenção do Governo no setor militar, a FEB estaria bem equipada e seus soldados tão bem armados e supridos como qualquer outro dos melhores soldados em luta; o Exército teria se preparado repelindo os ataques traiçoeiros do inimigo e se adestrando no uso dos modernos instrumentos de guerra.

Podemos considerar, ainda, que visando reforçar a ideia de ter sido essa orientação e essa intervenção do Estado Novo na melhoria do Exército que teria garantido o êxito da FEB, os textos de *Cultura Política* destacam que a Força Expedicionária teria desenvolvido rapidamente suas habilidades, tendo treinado apenas seis meses antes de participar de uma batalha, enquanto os EUA teriam levado cerca de dois anos para se adaptarem ao ritmo de guerra. Assim, os seus soldados brasileiros são apresentados como heróis destemidos que libertavam cidades, rasgavam estradas e esmagavam o inimigo. Segundo o correspondente de guerra Sílvio da Fonseca:

Eles trocaram a terra natal, as suas ocupações, o lar, pelos tremendos perigos do campo de batalha. Enfrentaram sem um instante de hesitação, um inimigo terrivelmente adestrado, sólidamente instalado nas posições, com perfeito conhecimento do terreno. Um inimigo que dera provas de medonha agressividade e que, durante certo tempo, a si próprio, se julgara e por muitos fôra julgado invencível. A crescente dificuldade de ação aumentou-lhes o espírito combativo. Monte Castello e Montese revelaram que o soldado brasileiro de hoje possui as mesmas qualidades que, no passado, enalteceram os bravos que Caxias e Osório conduziram a vitória¹²¹.

Tudo isso teria feito com que recebessem missões importantes, como a tomada de Monte Castelo, considerada, pelos textos, como de vital importância pelos aliados para operações futuras, e que ganhassem elogios dos militares estadunidenses e do então primeiro-ministro inglês, Churchill.

A Marinha, no entanto, também estaria cumprindo sua missão de defesa nacional e de esforços de guerra com eficiência, patrulhando de Norte a Sul o Brasil, conforme indicam 37,5% dos textos que versam sobre essa instituição. Segundo esses textos, os cuidados, em especial do Nordeste brasileiro, teriam começado mesmo antes da guerra, pois patrulhava-se a costa para manter a neutralidade decretada e evitar sabotagens. Além disso, a Marinha

¹²¹ FONSECA, Sílvio. Um ano de campanha na Itália II. In: *Cultura Política*, outubro, 1945 n.º: 53 p.65.

Nacional participaria na formação dos comboios que davam proteção nas águas nacionais para a Marinha Mercante, sendo que nenhum navio teria sido torpedeado após a formação deles, devido à eficiência do combate e o auxílio das Forças Armadas na vigília e no aviso de presença de submarinos nas rotas. Por isso, Silvio da Fonseca afirma que “[...] os marinheiros de minha terra zelam pelas vidas e pela segurança dos que navegam em mares brasileiros¹²²”. Essa apresentação, conforme indicamos acima, exemplificaria o quanto as atitudes tomadas pelo Estado Novo centralizando e intervindo nas questões navais estariam obtendo resultados satisfatórios e, portanto, estariam garantindo a proteção brasileira.

Em relação à defesa nacional, 20% dos textos sobre a aeronáutica afirmam que a Força Aérea Brasileira teria papel relevante, pois patrulhava o Atlântico sul, acompanhava os comboios e afundava os submarinos do Eixo. Tudo isso, novamente é relacionado com as medidas que o Estado Novo teria tomado para organizar a aviação nacional. Segundo o artigo “A aviação, o governo e a guerra”:

A Força Aérea Brasileira – embora de vida muito recente, já de feitos grandiosos e de glórias nunca esquecidas – corresponde a obrigação daquele zelo, cuidando, com vigilância de seus chefes, a competência, a coragem e o patriotismo de seus membros e a eficiência de seu material, dos sistemas de nossa defesa, fixando com heroísmo o sagrado dever da salvaguarda de nosso território¹²³.

O artigo “A atuação da Força Aérea Brasileira na guerra” concorda com essas ideias e acrescenta que essa “é uma página de heroísmo e de devotamento invulgar, que está sendo escrita no anonimato. Quando se puder contar tudo abertamente, então o país ficará conhecendo, em toda a sua verdadeira extensão, o esforço que foi feito e que continua a ser feito pelos nossos aviadores militares¹²⁴”. Assim, segundo esses textos, a Guerra havia provado a importância do avião na defesa litorânea e, mesmo com o advento da paz, o avião deveria continuar protegendo a costa brasileira, sua integridade territorial e suas riquezas no solo.

A publicação dessas ideias nas páginas de *Cultura Política* pode estar querendo demonstrar, conforme afirmamos, o quanto o Estado Novo estaria sendo forte, com autoridade

¹²² FONSECA, Silvio da. Em luta com um submarino. In: **Cultura Política**, março, 1944 n° 38, P. 128.

¹²³ A aviação, o governo e a guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1945, n° 51, p. 35.

¹²⁴ A atuação da Força Aérea Brasileira na guerra: os fatores do seu rápido desenvolvimento. In: *Cultura Política*, agosto, 1943, n° 31, p. 215-216.

suficiente para centralizar as tomadas de decisões relevantes para o país e intervir nos setores responsáveis pela proteção nacional, a fim de convencer o seu leitor de que o Regime tinha competência para promover a defesa da soberania brasileira. Isso pode nos remeter à justificativa desenvolvida por Oliveira Vianna (1939) para a instauração de um regime como o Estado Novo. Segundo ele, havia a necessidade de um governo centralizado e forte capaz de salvar a soberania nacional, bem como sua integridade e os interesses públicos. Entendemos, então, que a relação entre as ideias desse intelectual com o que era publicado em *Cultura Política* pode indicar que essa publicação divulgava os princípios do Estado Novo que haviam sido elaborados pelos ideólogos e, nesse caso, tentavam comprovar exemplificando que as ações do governo de Vargas estariam cumprindo com o que seria a sua tarefa.

Mas as atitudes do Estado Novo em relação ao setor militar estariam oportunizando, ainda, que o país cooperasse com os Aliados, em geral, e com os EUA, em particular. Essa questão estaria, sob nosso ponto de vista, implícita quando 32,14% dos textos analisados apresentam as realizações práticas entre as partes, ou seja, a aquisição de materiais aéreos e de armamentos pelo Brasil nos EUA, a cessão das bases de Natal, as trocas de informações técnicas; o transporte da FEB até a Europa em navios estadunidenses; visita ao Brasil de militares dos EUA; e as ações conjuntas na luta submarina. Assim, haveria a apresentação de exemplos de como a amizade entre os dois países se desenvolveria na prática e não ficaria apenas em acordos diplomáticos.

Essa cooperação aparece em 50% dos textos dos textos sobre o Exército, por exemplo, ao afirmarem que os Estados Unidos teriam dado treinamento militar aos brasileiros e financiado a aquisição de material bélico; e que teria sido em função dessa cooperação que o Brasil teria conseguido desenvolver as fontes de produção de material de guerra, o que lhe oportunizaria cumprir com suas responsabilidades junto aos Aliados. Além disso, o texto do correspondente de guerra Silvio da Fonseca, que narra a viagem do primeiro escalão da FEB¹²⁵, apresenta as ações que comprovariam a cooperação e amizade entre Brasil e EUA, pois a FEB teria viajado em moderno navio estadunidense e o tratamento recebido dos EUA teria, então, proporcionado a elevação moral das tropas brasileiras, que teria conseguido se adaptar rapidamente à vida a bordo, sendo possível que essa se mantivesse em pleno vigor físico e com a moral elevada.

¹²⁵ FONSECA, Silvio da. A viagem do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira. In: *Cultura Política*, novembro, 1944, nº 46.

Em 25% dos textos sobre a Marinha, por sua vez, afirma-se que o Governo brasileiro estaria fazendo tudo possível e necessário para auxiliar os Aliados e realizar a defesa nacional ao ter promovido o renascimento da construção naval e da reorganização militar; ter adquirido em fontes estrangeiras, nas fábricas e nos estaleiros nacionais de materiais para a Marinha; ao realizar melhorias na sua infraestrutura construindo, por exemplo, bases navais nos pontos mais adequados indicados pelos EUA; e ao distribuir de diversos grupos de unidades da frota naval nos pontos de convergência, concentração e estação. Por isso, o Capitão de Mar e Guerra César da Fonseca afirma que, com a entrada do Brasil na Guerra, “as Nações Aliadas tiveram meios e recursos disponíveis para alcançar a vitória, de um modo mais amplo e eficaz¹²⁶”.

Por causa dessas atitudes do Estado Novo, então, a Marinha brasileira, assim, estaria totalmente conjugada com as Forças Navais norte-americanas e teria sido estabelecido o mais perfeito entendimento, tendo em vista que não teria condições de agir sozinha e que a guerra moderna exigiria ações coordenadas. Por isso, César da Fonseca explica que “as nossas atividades se desenvolvem, francamente, mediante providências, de acordo com as do Governo Norte-Americano, harmonizando idéias e esforços, na multiplicidade de empreendimentos, em várias direções¹²⁷”.

Mas vale ressaltar que os textos em relação a Marinha apresentam a preocupação de justificar a atitude brasileira em cooperar com os Estados Unidos e com os Aliados na Guerra, pois argumentam que a posição brasileira estaria apoiada nas resoluções dos encontros pan-americanos do Panamá e do Rio de Janeiro e, por isso, é considerada clara, firme, decidida, justa e correta. Isso pode nos demonstrar que havia na revista *Cultura Política* um esforço para apresentar a suposta coerência do Estado Novo na sua política externa, nesse caso, em relação aos compromissos pan-americanos assumidos nos encontros de 1939 e de 1942, respectivamente, visando, então, sob nosso ponto de vista, realizar a manutenção dessa forma de governo no poder.

Essa preocupação também está presente nos textos sobre a Aeronáutica, mas a justificativa passa a ser a tradicional amizade entre os Estados Unidos e o Brasil. Ou seja, o Brasil estaria lutando ao lado dos estadunidenses e o auxiliando na Guerra por agir de forma coerente com a tradição nacional. Segundo 40% desses textos, a cooperação entre o Brasil e

¹²⁶FONSECA, César da. O Brasil na guerra e o poder naval. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p.171.

¹²⁷ FONSECA, César da. O Brasil na guerra e o poder naval. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p.171.

os EUA teria ocorrido através da aquisição de aviões e de treinamento no país estadunidense e da cessão das bases brasileiras para o uso militar dos Aliados. Além disso, o artigo “A atuação da Força Aérea Brasileira na guerra” afirma que “[...] estamos dando consistência orgânica à nossa força aérea, e estamos dando, principalmente uma demonstração do nosso esforço, da nossa decisão de combater, de auxiliar e de colaborar íntima e eficientemente com os Estados Unidos neste conflito pela causa da civilização¹²⁸”.

Conforme demonstramos no capítulo anterior, justificar as ações do Estado Novo através da coerência com a tradição brasileira já havia sido feito pelos ideólogos do Regime como, por exemplo, por Almir de Andrade (1940), que afirmava ser as ações do Governo fiel às tradições do país e identificadas com as aspirações nacionais. Esse assunto será mais bem apresentado no próximo subcapítulo, mas, com o que foi apresentado até aqui, é possível perceber que a revista *Cultura Política* se apropriaria dos argumentos desenvolvidos por esses intelectuais e os adaptaria para o contexto da época, pois relaciona essa suposta coerência das ações estatais com a tradição nacional em relação à sua política externa, a fim de defender o Estado Novo e persuadir o leitor da revista de que esse seria o Regime ideal para o país.

3.2 COERÊNCIA COM A TRADIÇÃO: O NACIONALISMO DA POLÍTICA EXTERNA

O caráter nacionalista do Estado Novo, de acordo com o que foi desenvolvido por intelectuais como Oliveira Vianna, Almir de Andrade, Francisco Campos e Azevedo Amaral, consistiria em dar continuidade às tradições brasileiras e em agir de acordo com a realidade e as necessidades nacionais. Por isso, Azevedo Amaral (1938) explica que a estrutura do Regime estaria identificada com o passado brasileiro e que sua Constituição teria sido formulada a partir de uma análise objetiva das condições reais do país. Francisco Campos identifica que esse governo expressaria a verdade nacional e atenderia às solicitações da vida e do crescimento brasileiro, sendo sua Constituição a união dos princípios da formação brasileira e, por isso, a forma de governo mais adequada para o Brasil. Ou seja, seria uma criação nacional que daria seguimento às tradições do país. Além disso, esses intelectuais afirmam que o Estado Novo seria democrático, pois, conforme explica Oliveira Vianna, o

¹²⁸ Idem, p. 220.

povo seria soberano, emanando dele todos os poderes políticos, o que significaria que o poder político seria exercido em nome dele a fim de garantir o bem-estar, a honra, a independência e a prosperidade de todo o país. Isso, no entanto, segundo esses autores, só seria conquistado através da centralização e da intervenção do Governo nas diversas questões da vida nacional, tendo em vista que, conforme afirma Francisco Campos, apenas um Estado forte poderia assegurar os direitos de seus cidadãos, protegendo os mais fracos.

Esses princípios desenvolvidos pelos ideólogos do Regime, conforme demonstramos anteriormente, constituem os principais elementos do discurso oficial, publicado em *Cultura Política*, sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. A característica nacionalista do Estado Novo, no entanto, pode ser considerada o principal elemento presente nos textos sobre a política externa brasileira publicados em *Cultura Política*. Essa publicação oficial estaria atualizando esse princípio do Regime, pois o relaciona com as ações externas desse, a fim de demonstrar que, ao agir de acordo com as tradições brasileiras, não haveria contradição do Governo, sendo este coerente na sua postura continental e na Segunda Guerra Mundial. Assim, através desses textos, é possível perceber que o Estado Novo teria ciência da ambiguidade que havia entre sua política interna, com um regime autoritário que cerceava a liberdade de seus cidadãos, e sua política externa, que apoiava a luta a favor da liberal-democracia, tendo em vista o esforço feito pelo Regime para demonstrar sua coerência na sua conduta internacional através das publicações em *Cultura Política*.

Isso fica explícito quando se apresenta a tradição brasileira de contribuir para a concretização da união americana e de manter uma amizade sólida com os Estados Unidos; de nunca ter declarado uma guerra e, sobretudo, de manter sua política externa independente dos regimes internos. Nesse ponto explica-se o caráter democrático do Estado Novo, adaptado às necessidades nacionais, a fim de ratificar essa separação entre a organização interna do Brasil da sua conduta internacional. O nacionalismo do Estado Novo continua a ser utilizado, nesse caso, no seu sentido de adequação à realidade nacional, quando se justifica o auxílio do país na realização da união dos países da América; quando tenta-se demonstrar que essa forma de ser do Estado Novo, buscando as diretrizes de suas ações na tradição brasileira, estaria colocando o país em uma situação de destaque no continente; e ao ser apresentada a atitude do Brasil ao longo do conflito mundial e a justificativa para o fato desse ter entrado na Guerra. Nesse ponto, reforça-se, ainda, a importância de um governo centralizado e interventor, pois atribuem a isso o fato de que participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial estaria sendo relevante.

Tais ideias e argumentos serão apresentados e analisados nesse subcapítulo e correspondem ao discurso oficial publicado em *Cultura Política* sobre a política externa brasileira. Essas questões estão presentes em 33 textos, representando 28,44% do total do material selecionado para a presente pesquisa¹²⁹ e referem-se à postura da política brasileira na América; à história da política externa brasileira; à III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos e à postura do Brasil na II Guerra. Nesse sentido, 11 textos, ou 33,33% das publicações selecionadas, versam sobre a postura da política brasileira na América, ao apresentarem a ação da diplomacia brasileira nos encontros interamericanos ocorridos ao longo da década de 1930; a postura do Brasil diante da divulgação e do desenvolvimento dos primeiros anos da política de boa vizinhança e as ações do ministério das Relações Exteriores no período do Estado Novo em relação à política de solidariedade com os EUA e de união das nações americanas. Os 10 textos (30,30%) que apresentam a história da política externa brasileira abordam as origens e a evolução da doutrina Monroe e da amizade entre Brasil e EUA; apresentam o desenvolvimento da política pan-americana entre 1906 e 1940, e o papel do Brasil na consolidação da união efetiva da América. Recordam, ainda, a atitude do Brasil durante a I Guerra Mundial, relacionando-a com a da II Guerra.

A III Reunião dos Chanceleres Americanos é o assunto de seis textos (18,18%) que explanam sobre a necessidade da união dos países americanos e da quebra das neutralidades diante do conflito mundial; apresentam a postura do Brasil diante da agressão aos EUA e o pensamento brasileiro sobre a constituição da verdadeira união continental, bem como discutem os resultados desse encontro. Por fim, os seis textos sobre a postura do Brasil na II Guerra, explicam a postura do Brasil em relação à guerra, evidenciando a mudança no juízo político do Chefe do Governo em relação à Guerra: de não-beligerante a totalmente beligerante, a fim de explicar as atitudes de Vargas diante das exigências do momento.

¹²⁹ Dos textos selecionados 4 são discursos e 29 são artigos, dos quais 8 não são assinados e em 21 consta o nome de seu autor, sendo todos escritos por civis. Selecionamos seis textos de 1941, 11 de 1942, 18 de 1943 e apenas um de 1944. Nenhum texto sobre política externa foi publicado em de 1945.

3.2.1 A tradição da política externa brasileira

Os textos de *Cultura Política* sobre a política externa do Estado Novo expressam, em 51,61% deles (ver apêndice I), que haveria coerência da forma do Regime agir, na sua política continental e em relação às guerras, com uma tradição brasileira. Esse assunto é relevante nos textos analisados, tendo em vista que é o assunto de maior frequência, e parece querer demonstrar que, pelo fato do Estado Novo ser nacionalista, suas ações em relação a sua política externa seriam coerentes com a tradição nacional. Isso é abordado através de dois pontos centrais: a tradição na forma de se relacionar com os vizinhos americanos, e a postura coerente do Brasil em relação às guerras.

O primeiro baseia-se nos argumentos de que desde a independência brasileira o país contribuiria para concretizar a união americana; que Brasil e Estados Unidos teriam desenvolvido uma sólida amizade desde essa época e, por isso, teriam uma amizade tradicional; e que a atitude da diplomacia brasileira ocorreria independente dos regimes que o país tivesse. O segundo ponto apresenta como argumento o fato do Brasil nunca ter declarado uma guerra, mas apenas ter defendido sua soberania. Sob o nosso ponto de vista, todos esses argumentos são apresentados como forma de justificar as decisões do governo de Vargas de estar ao lado dos Estados Unidos na sua política pan-americana e de entrar na Guerra ao lado dos Aliados, demonstrando que não haveria contradição nisso.

Em relação ao primeiro ponto, 63,63% (ver apêndice H) dos textos sobre a postura do Brasil na América explicam que a coerência com a tradição da política externa brasileira em relação à solidariedade americana refere-se à contribuição para a política da Boa Vizinhaça e para o pan-americanismo, que o Brasil teria realizado desde sua independência. Segundo o artigo assinado por J. Paulo de Medeiros e publicado em *Cultura Política*: “esta é a atitude do Brasil, coerente com a tradição de sua política internacional; pioneiro destacado do pan-americanismo, a praticá-lo com alto objetivo político, cultural, econômico e social, [...]”¹³⁰. Segundo esses textos, o Brasil, então, teria começado a preparar com os EUA uma política defensiva que não interessava apenas aos dois países, mas a todo o continente, de forma que os vínculos para uma aproximação maior e mais efetiva teriam sido entrelaçados em todos os setores da atividade humana. Com isso, desde aquela época, o Brasil estaria ao

¹³⁰ MEDEIROS, J. Paulo de. Aspectos do pan-americanismo e uma tradição da política brasileira. In: **Cultura Política**, janeiro, 1943, nº 23, p. 34.

lado da América para defender a sua liberdade e sustentar a soberania das nações do Continente.

Assim, de acordo com 30% dos textos sobre a história da política externa do Brasil, a diplomacia brasileira manteria uma linha reta coerente com essa tradição. O pan-americanismo de Vargas era visto “[...] como uma força incontestável perante o mundo conturbado, conserva as mesmas características dos programas de ação continental traçados pelos nossos maiores e que reportam, pela primeira vez, no último quartel do século XVIII¹³¹”. Ou seja, a revista *Cultura Política* estaria considerando que já haveria, no período colonial brasileiro, uma política externa nacional, e que essa teria iniciado a tradição do Brasil de ser voltado para a realização do pan-americanismo, sendo o país, portanto, pioneiro dessa política. Dessa forma, segundo esses textos, com a instauração do Estado Novo deu-se continuidade às tradições do Império no continente americano prosseguindo com a prática de uma política com mais de 120 anos de história, de maneira que o “Brasil novo”, encarnado por Getúlio Vargas, então, não teria se afastado das linhas estruturais traçadas pelos antepassados brasileiros. Nesse sentido, Getúlio Vargas teria se empenhado para consolidar e aprofundar cada vez mais suas relações com os países vizinhos, resolvendo as últimas controvérsias sobre limites, de forma que o Itamarati teria prosseguido com a orientação Rio Branco, por ter assinalado as linhas fronteiriças nas regiões de mais densa população. Os textos afirmam, ainda, que o Brasil estaria sempre disposto a cooperar sem reservas, nem desconfianças para realizar o trabalho da solidariedade continental, a fim de que o Novo mundo pudesse ser o refúgio da paz e da justiça.

Por isso 50% dos textos que apresentam a postura do Brasil na II Guerra Mundial afirmam que o Brasil seria fiel aos ideais pan-americanos e agiria de acordo com eles e com a sua tradicional amizade com os Estados Unidos. Segundo eles, isso estaria explícito em todas as reuniões pan-americanas, onde o Brasil teria colaborado para a subsistência da união e da fraternidade continental. Segundo Murilo V. Sampaio:

¹³¹ OLIVEIRA, Belfort de. O pan-americanismo do Brasil (À margem da política externa do Governo Getúlio Vargas) In: *Cultura Política*, fevereiro, 1942 nº 12, p.95.

Rememoradas as ações que levaram os Estados Unidos da América à guerra contra o império nipônico, o Brasil viu-se inelutavelmente, como se viram as nações deste hemisfério, tocado de súbito de uma obrigação: acompanhar o irmão americano na sua hora de sacrifício, não só pelos laços de pura solidariedade que sempre uniram estes dois grandes povos, senão também pelas imposições contratuais existentes, haja vista a cláusula XIV da Conferência Pan-americana de Havana, exigindo de todas as repúblicas americanas uma só atitude e uma só decisão, caso fosse uma delas atacadas nos seus interesses e na sua soberania¹³².

Assim, diante do ataque japonês sofrido pelos EUA, o Brasil teria agido de forma natural e coerente com essas declarações e se tornou solidário aos EUA, sem questionar um minuto essa decisão. A ação brasileira teria se baseado no pacto de solidariedade continental, que previa a união dos países do continente caso um deles fosse agredido. Novamente é Murilo V. Sampaio que explica:

Podem muitos pensar: mas se não tem interesses no Extremo oriente, como se explica a atitude brasileira e a de toda a América? Eles não têm interesses no Extremo Oriente; mas se foi atacada uma nação americana, dentro da solidariedade continental, imediatamente eles cerram fileiras em auxílio ao irmão agredido. Essa é a aceção verdadeira da doutrina pan-americana¹³³.

Por toda essa coerência da diplomacia com a tradição brasileira, os textos esclarecem que os países americanos saberiam que podiam contar com o Brasil em caso de agressão, tendo em vista que:

Sempre afirmamos, nos momentos graves, os mesmos princípios, em nome dos quais impúnhamos a nossa palavra. Inspirávamos confiança, proclamávamos a nossa maneira de ser, nas horas solenes e protocolares. Sempre sustentamos o respeito à dignidade dos povos; e sempre mantivemos a única linha de conduta.¹³⁴

Além disso, as declarações de Vargas deixariam bem explícita sua posição. O exemplo apresentado nesses textos é o discurso de 7 de setembro de 41, quando Getúlio teria traçado definitivamente os rumos da política externa brasileira deixando clara a intenção de

¹³² SAMPAIO, Murilo V. O pensamento do Presidente e a guerra atual. In: **Cultura Política**, abril, 1943 nº26, p. 9

¹³³ SAMPAIO, Murilo V. O pensamento do Chefe da Nação em face da guerra (A evolução da política externa do Brasil de 1939 até hoje). In: **Cultura Política**, fevereiro, 1942, nº 12, p. 92-93.

¹³⁴ A política do Brasil na guerra e na paz. In: **Cultura Política**, agosto, 1943 nº 31, p. 13.

cooperar com as Américas no ideal comum. Vargas teria afirmado que o Brasil seria um país pacífico e, por isso, se esforçaria para permanecer afastado da guerra, além disso, declara que os países da América nunca deveriam voltar suas armas para seus irmãos, e sim se unir para formar uma aliança defensiva. Assim, a revista *Cultura Política* considera que dúvidas infundadas quanto à orientação do governo brasileiro teriam tido seu fim e as preocupações em relação às diretrizes impostas pelo presidente ao Brasil teriam ficado claras para os países deste hemisfério.

Isso justificaria porque o Brasil teria apoiado os Estados Unidos e rompido relações com o Eixo, mesmo sem ter sofrido agressões desses países. Essa questão é explicada em 66,66% dos textos cujo assunto central é a III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos. Segundo eles, mesmo com o país tendo uma neutralidade exemplar, a solidariedade com a América teria falado mais alto por ser histórica e tradicional, além de corresponder aos compromissos pan-americanos assumidos. Por isso, o Brasil teria manifestado a sua solidariedade aos EUA, conforme explica Getúlio Vargas:

Desde 7 de Dezembro – data que constituirá um marco novo na vida das nossas comunidades, pois trouxe a guerra ao Continente Americano – assumimos posição decidida, coerente com a nossa tradicional política externa e fiel aos compromissos solenes, lembrados e reafirmados mais de uma vez nos últimos tempos¹³⁵.

Assim, o Brasil teria rompido suas relações com o Eixo, pois seria propósito dos brasileiros, segundo Getúlio Vargas, defender o próprio território contra qualquer investida, de forma a não permitir que o Brasil servisse de ponto de apoio para assalto às nações irmãs.

Utilizar o argumento de que o Estado Novo estaria de acordo com a tradição brasileira era uma questão que, conforme afirmamos, já havia sido desenvolvida pelos ideólogos do Regime. Segundo Azevedo Amaral (1938), a estrutura do Estado Novo estaria identificada com o passado brasileiro. Para Francisco Campos (2002), o Regime não teria rompido com seu passado, mas ao contrário, se constituído em um amadurecimento e em uma continuação das tradições brasileiras e, por isso seria considerado uma criação legitimamente nacional. Ou seja, um dos aspectos do nacionalismo do Estado Novo seria sua coerência com as tradições nacionais. Mas considerando que esses intelectuais estavam se referindo à postura

¹³⁵ VARGAS, Getúlio. O discurso do Presidente Getúlio Vargas. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1942, nº 12, p.

interna do Regime, a revista *Cultura Política* apresenta como novidade em seu discurso e, por isso, estaria atualizando as idéias desses autores, a aplicação do argumento do nacionalismo do Regime, enquanto coerente com a tradição brasileira, na política externa do país. Em outras palavras, para justificar as ações do Governo de Vargas diante da Segunda Guerra Mundial os textos dessa publicação oficial se apropriam dos argumentos desenvolvidos pelos ideólogos, mas os aplicam em outro contexto – a política externa do Estado Novo. Com isso, podemos considerar que essa atualização dos princípios do Estado Novo serviria para explicar, para o público leitor da revista, porque a conduta do Brasil de se aproximar da política pan-americanista dos EUA não seria incoerente com a forma de governo mantida no Brasil, bem como a entrada na guerra ao lado dos Aliados.

Outro argumento utilizado pelos textos de *Cultura Política* para defender a coerência da política externa do Estado Novo com as tradições nacionais é a apresentação da amizade entre o Brasil e os Estados Unidos. Segundo os textos, essa amizade também seria tradicional, pois desde a independência brasileira ter-se-ia desenvolvido essa relação que teria se ampliado ao longo dos anos e teria se aprofundado com os governos de Vargas e de Roosevelt.

Isso é apresentado em 80% dos textos sobre a história da política externa brasileira. Segundo eles, as bases da “secular amizade” entre Brasil e EUA teriam se estabelecido logo após a independência do Brasil, pois o país teria assumido, entre todos os países continentais, desde logo, atitude de franco apoio à doutrina Monroe, uma vez que teria compreendido imediatamente seu verdadeiro sentido. Assim, o Brasil, já independente, e tendo essa condição reconhecida pelos EUA, teria sido a primeira das novas nações americanas a emprestar o seu apoio, franco e decidido, à doutrina estadunidense, lançando “há mais de um século, os alicerces da nossa política de defesa solidária do continente, baseada na ampliação irrestrita da doutrina Monroe e numa sólida amizade com os Estados Unidos¹³⁶. Segundo esses textos, ao longo do tempo o Brasil não teria feito outra coisa do que ampliar essa relação, pois o país se sentiria unido à nação estadunidense por uma tendência natural, sendo que nenhum desentendimento teria abalado essa amizade, conforme afirma o texto “A política do Brasil com os Estados Unidos”:

¹³⁶ BARROS, Jaime de. Defesa coletiva da América. In: **Cultura Política**, maio, 1941, nº 3, p.14.

Em relação a esta grande nação, não nos sentimos presos apenas, como no caso da Grã-Bretanha, por simples laços econômicos e financeiros. Os nossos estadistas viam um destino comum aberto aos dois maiores países do continente e observavam a tendência natural dos seus povos para marcharem unidos. Nenhum desentendimento quebrou, desse modo, o ritmo das nossas relações, a despeito das lutas aceras no Prata, e, mais tarde, da guerra com o Paraguai¹³⁷.

Assim, a fim de demonstrar que a solidariedade do Brasil com os EUA não se apoiaria apenas em um inocente jogo diplomático, os textos afirmam que em 120 anos teria sido realizada uma política de objetivos claros, honesta, íntegra, para os benefícios da paz e os riscos da guerra. Ainda de acordo com o artigo “A política do Brasil com os Estados Unidos”:

Das primeiras às mais recentes assembléias dos Estados americanos, os nossos delegados não só estiveram sempre ao lado dos seus, como trabalharam sem cessar para impedir choques com as correntes mais exaltadas de alguns países receosos do que chamavam, enfaticamente, a ameaça do imperialismo ianque. Essa tradição de perfeita identidade, iniciada no Império, foi acentuada ainda mais no regime republicano. Não hesitamos mesmo, nas assembléias internacionais americanas, em atrair sobre nós um pouco da hostilidade contra os Estados Unidos, pelo apoio que lhes dávamos¹³⁸.

Por isso, na I e na II Grande Guerra, o Brasil havia colocado sua bandeira ao lado da dos EUA, manifestando nessa última sua solidariedade mesmo antes dos EUA declararem guerra, tendo em vista que, conforme afirma Jaime de Barros, Vargas “afirmou não ser preciso invocar-se convenções e tratados pan-americanos no caso da agressão à América do Norte; bastavam os séculos de amizade e afeto que nos ligam à grande nação americana¹³⁹”.

Esses laços teriam, então, suas raízes aprofundadas pela colaboração íntima desenvolvida entre Vargas e Roosevelt, conforme indicam 27,27% dos textos sobre a postura da política do Brasil na América. Jaime de Barros, por exemplo, explica:

¹³⁷ A política do Brasil com os Estados Unidos. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 82.

¹³⁸ *Idem*, p.83.

¹³⁹ SAMPAIO, Murilo V. O pensamento do Chefe da Nação em face da guerra (A evolução da política externa do Brasil de 1939 até hoje). In: **Cultura Política**, fevereiro, 1942, nº 12, p. 92-93.

No desenvolvimento dessa sábia política internacional americana, a personalidade do presidente Getúlio Vargas adquiriu enorme relevo, ao lado da figura do presidente Roosevelt. A amizade secular que une o Brasil aos Estados Unidos aprofundou suas raízes graças à íntima colaboração desses dois chefes de Estado, que, de mãos unidas, atraíram todos os países americanos para constituírem o mesmo círculo fraterno, fundindo-se num só bloco, a serviço de um mesmo ideal¹⁴⁰.

Segundo esses textos, o Brasil, então, teria consolidado cada vez mais a sua tradicional e secular amizade com os Estados Unidos, pois “ao mesmo tempo em que orientávamos a nossa política exterior no sentido de fortalecer a união de todos os países americanos consolidávamos cada vez mais a nossa tradicional e secular amizade com os Estados Unidos¹⁴¹”. Vargas não só teria procurado dar continuidade a essa tradição, desde 1930, como teria lhe dado maior desenvolvimento, realizando o que havia sido a aspiração constante da diplomacia brasileira. Assim, todas as ações realizadas entre o Brasil e os Estados Unidos no período da Guerra, como a aquisição brasileira de material bélico estadunidense, o envio de matérias primas para o país norte-americano, ou o auxílio de técnicos desse país para que o Brasil aprimorasse as Forças Armadas ou desenvolvesse suas indústrias, são justificadas, nos textos de *Cultura Política* por essa tradicional amizade que existiria entre esses dois países.

O terceiro argumento apresentado para justificar a decisão do Estado Novo de apoiar a política estadunidense de união americana e de estar ao lado dos aliados na Segunda Guerra Mundial explica que a diplomacia brasileira manteria uma linha reta nas suas ações, baseando-as em princípios claros, definidos e independentes do regime que vigorasse internamente no Brasil. Ou seja, conforme indicamos no primeiro capítulo, a revista *Cultura Política* realiza a defesa da soberania nacional quando publica que a não intervenção de um Estado nos assuntos internos do outro e o respeito dos países à organização política de cada nação teria sido uma das grandes conquistas dos encontros pan-americanos, tendo em vista o fato de que a organização interna não interferiria no posicionamento externo de cada nação. Por isso, esforça-se para apresentar a separação que existiria entre a política interna e a política externa brasileira, conforme explica Almir de Andrade:

¹⁴⁰ BARROS, Jaime de. A política do Brasil na América. In: **Cultura Política**, março, 1941, nº 1, p. 36.

¹⁴¹ O Ministério das Relações Exteriores no quinquênio de 1937 – 1942 (cinco anos de política exterior do Brasil). In: **Cultura Política**, novembro, 1942 nº 21, p. 95.

Sustentamos sempre, não apenas em tese, mas também na evidência das nossas ações, na evidência da nossa conduta internacional de todos os instantes, a independência absoluta entre a política interna e a política externa. Externamente procuramos os interesses comuns que nos unem aos outros povos; internamente buscamos os nossos interesses próprios, que definem a nossa personalidade de povo e a originalidade da nossa cultura¹⁴².

Nesse sentido, os textos afirmam que como Império ou como República a conduta externa do Brasil teria sido sempre a mesma, inclusive após 1937, pois o sistema político adotado teria nascido de condições históricas e sociais precipitadas na revolução de 30. A mudança interna de regime, portanto, não influiria na orientação da política externa, conforme nos informa Almir de Andrade, por exemplo, no editorial “A soberania internacional do Brasil¹⁴³”. Segundo ele o Estado Novo não teria alterado a conduta tradicional que a diplomacia brasileira teria durante a Primeira República, da mesma forma que com a instituição da República, em 1889, não teria se modificado a política imperial. Assim, esse autor conclui que a mudança de Regime não influenciaria a orientação da política externa. O funcionário do Ministério das Relações Exteriores Jaime de Barros ratifica essa ideia, segundo ele:

A subversão geral produzida na vida do país pela revolução de 1930, só se fez sentir na nossa política exterior para avivar suas tendências tradicionais e completar a obra iniciada após a Independência, pelos diplomatas do primeiro e do segundo reinado, e continuada por Rio Branco. Toda ela se baseou sempre numa íntima colaboração com os Estados Unidos e na continentalização da doutrina de Monroe, para que se chegasse a uma completa união das Repúblicas americanas¹⁴⁴.

De acordo com os textos analisados essa política tradicional consistiria na colaboração com todas as nações americanas e isso lhe asseguraria crescente prestígio na América e no Mundo. Por isso, Jaime de Barros afirma, novamente, que “orienta-se a diplomacia brasileira, hoje como ontem, em estreita colaboração, com todas as nações americanas do Norte e do Sul; é a nossa política tradicional, sincera e construtiva, que nunca sofreu alterações e que o atual Governo procura manter e consolidar¹⁴⁵”. Assim, apesar das

¹⁴² A. de A. A soberania internacional do Brasil. In: **Cultura Política**, maio, 1941 n°: 3, p. 7.

¹⁴³ A. de A. A soberania internacional do Brasil. In: **Cultura Política**, maio, 1941 n°: 3, p. 7.

¹⁴⁴ BARROS, Jaime de. A diplomacia brasileira e a defesa da América. In: **Cultura Política**, novembro, 1943 n° 34, p. 107.

¹⁴⁵ BARROS Jaime de. A política do Brasil na América. In: **Cultura Política**, março, 1941 n° 1, p. 34.

diferenças com seus vizinhos, em termos de organização interna, nunca o Brasil teria deixado de manter a cooperação, a amizade, a solidariedade e o pacifismo em sua política externa.

Com isso, apesar de mudarem ao longo do tempo os cenários e os homens, os pontos essenciais e os rumos claros da conduta internacional do Brasil nunca teriam se alterado. A atitude do Brasil, então, seria coerente com a tradição da sua política internacional. Assim, a orientação do Itamarati, inspirada por Vargas, teria sido inalterável, sendo que em nenhum momento a grande crise teria encontrado o Brasil desatento. Através de um completo e rigoroso serviço de informação o ministro Osvaldo Aranha teria mantido o país em guarda contra os perigos que o ameaçavam e que mais tarde se concretizaram. Nas palavras de Jaime de Barros: “A diplomacia brasileira descortinou longe a tempestade e, nas flutuações das correntes e dos ventos, nos azares da guerra, foi a luz que não mudou, não se apagou, não tremeu, indicando o rumo certo ao Brasil¹⁴⁶”.

Apresentando a separação que existira entre a política interna e externa do Brasil, percebemos o esforço da revista *Cultura Política* em demonstrar que não haveria contradição do Estado Novo, com suas características autoritárias, em apoiar os Estados Unidos ou os Aliados na Guerra, defensores da liberdade e da democracia, uma vez que as ações da política externa brasileira estariam baseadas, conforme mostramos acima, na tradição nacional e não na forma de governo vigente no país. Mas, além disso, os textos explicam que o Brasil nunca teria deixado de ser uma democracia, embora o Estado Novo tivesse adaptado esse conceito às necessidades e às demandas do país. Essa estrutura política não seria, então, segundo esses textos, um obstáculo a defesa dos princípios democráticos de formação americana.

A ideia de o Estado Novo ser uma democracia adequada à realidade nacional pode nos remeter àquelas que foram desenvolvidas pelos ideólogos do Regime, justamente em relação ao seu caráter democrático e nacionalista, tendo em vista que, segundo Azevedo Amaral (1938), o Estado Novo teria resgatado o real sentido da democracia brasileira, devolvendo, assim, o sentido nacional às instituições, de acordo com as necessidades e a realidade brasileira. Encontramos essas ideias também em Oliveira Vianna quando o autor afirma que o Estado Novo seria “república democrática representativa” (VIANNA, 1939, p.121). Conforme vimos no primeiro capítulo, esse autor defendia que com o Regime brasileiro o povo seria soberano e todos os poderes políticos seriam exercidos em nome dele, visando o seu bem estar, a sua honra, a sua independência e a sua prosperidade. Além disso,

¹⁴⁶ BARROS, Jaime de. A diplomacia brasileira e a guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 76.

afirma que esse princípio democrático procuraria a vontade popular nas profissões organizadas, tendo em vista que os interesses dessas expressariam os interesses dos diferentes segmentos da sociedade brasileira. Além disso, afirma que essa forma de democracia expressaria as necessidades e a realidade do país.

Nesse sentido, a revista *Cultura Política* explica que a democracia praticada pelo Estado Novo, mais do que as palavras e as convenções legais das democracias parlamentares, atenderia aos interesses do povo e consultaria e as suas tendências através da organização sindical e associações produtoras. Sendo assim, seria mais uma democracia social do que política e, por isso, apresentaria o mecanismo adequado de consulta e de controle da opinião pública. Essas considerações levam Getúlio Vargas a afirmar, em entrevista a dois jornais argentinos, que:

Na realidade, o que parece divergência ideológica e doutrinária do regime brasileiro, em relação aos demais Estados da América, é somente a afirmação de nossas peculiaridades históricas. Tínhamos numerosos problemas a resolver internamente, e o estamos resolvendo com rapidez, graças à centralização do poder¹⁴⁷.

A afirmação das peculiaridades históricas que Vargas aponta é apresentada também, nesses textos, como a adequação do Regime à realidade brasileira e, por isso, teria sido instituída uma democracia realista e funcional. Essa organização estatal brasileira seria diferente de muitas das organizações americanas, mas representaria a forma necessária de concentração da autoridade que uma nação de vasto território, com passado de regionalismo estreito, como Brasil, precisaria a fim de que pudesse adquirir estrutura para resistir às crises do seu próprio crescimento e às graves perturbações do mundo. Assim, os textos afirmam que o Governo brasileiro se assentaria sobre princípios legitimamente democráticos, uma vez que teria dado forma política às tendências sociais e econômicas da vida brasileira e concentrado seu esforço na ação construtiva e rápida, não precisando das grandes assembleias, das discussões estéreis e se afastado do liberalismo.

Essa relação do conteúdo de *Cultura Política* com as ideias desenvolvidas por Oliveira Vianna e por Azevedo Amaral pode nos levar a considerar que existia em *Cultura Política* a preocupação em reforçar as ideias dos ideólogos do regime, principalmente a que se

¹⁴⁷ VARGAS, Getúlio. A democracia brasileira diante da América e do Mundo. In: **Cultura Política**, agosto, 1941 nº 6, p. 158.

refere ao caráter democrático e nacional do Regime, a fim de justificar a sua postura no âmbito internacional. Dessa forma, essa publicação oficial estaria divulgando os princípios do Estado Novo desenvolvidos por esse ideólogo, ao demonstrar que com o Regime teria sido desenvolvida uma democracia adaptada à realidade e à demanda nacional, mas também que estaria atualizando-as, tendo em vista que utilizaria esse argumento para explicar a separação que existiria entre a política interna e a política externa do Brasil: a situação interna do Brasil estaria inserida na lógica da necessidade e da realidade nacional, sendo, então, próprio para as condições e demandas brasileiras; e a política externa seria desenvolvida de forma coerente com a tradição brasileira, não estando relacionada com a política interna e, por isso, não sendo contraditória a ela.

O outro ponto apresentado na revista sobre o nacionalismo do Regime, ao agir com coerência na sua política externa com uma tradição brasileira, aponta que o Brasil jamais havia declarado uma guerra, mas envolvia-se nelas para defender sua soberania e sua liberdade, bem como para proteger o Continente Americano. Sob o nosso ponto de vista, essa ideia estaria visando explicar porque o Brasil teria entrado oficialmente na guerra e persuadir o leitor de *Cultura Política* de que Vargas estaria agindo de forma acertada.

Assim, de acordo com 30% dos textos que apresentam a história da política externa do Brasil, os exemplos do fato do país jamais ter declarado uma guerra, só depois de invadidos ou agredidos é que o Brasil quebrava sua neutralidade, poderiam ser encontrados desde o Império até a I Guerra Mundial, de forma que o Brasil sempre teria defendido os interesses do continente e desenvolvido uma política pacifista. Além disso, teria se envolvido nas guerras para defender sua integridade territorial e de sua honra ultrajada por agressores europeus ou americanos. Conforme indica a análise do então professor de história Hélio Viana:

De 1504 a 1942 envolveu-se o Brasil em não menos de vinte e três conflitos internacionais, tendo em vista a defesa de sua integridade territorial e de sua honra ultrajada por agressores europeus ou americanos. Apesar de fundamentalmente pacífico, jamais tendo empreendido guerras de conquista de terras que não pudessem se legitimamente suas, o Brasil, sob o regime colonial, monárquico e republicano, sempre soube defender, de armas na mão, as ameaças dirigidas à sua soberania, partissem elas de simples piratas ou de grandes potências¹⁴⁸.

¹⁴⁸ VIANA, Helio. História das guerras brasileiras. In: *Cultura Política*, agosto, 1943 n° 31, p. 293.

Os acontecimentos de 1942 mostrariam, segundo os textos analisados, que se tentava repetir de modo mais intenso a mesma guerra desumana de 1917, em que não se respeitava a neutralidade nem o pacifismo, nem as boas relações anteriores, nem os princípios de humanidade e do direito internacional. Mas conforme dissemos antes, esses textos afirmam que o Brasil nunca havia feito guerra de conquista; nada teria sofrido no passado, nada teria para se vingar no presente; teria resolvido todas suas questões de limites com serenidade; por isso teria ficado estranho ao conflito da Europa, apesar de, segundo esses textos, ser simpático à causa dos Aliados, se a Alemanha não tivesse estendido para a América os processos violentos da guerra, impedindo que os neutros prosseguissem seu comércio exterior. Quando a campanha submarina da Alemanha, assessorada pela Itália, teria atingido em cheio a Marinha Mercante brasileira, esses países estariam, então, impondo a guerra ao Brasil – da mesma forma que fizeram em 1917.

Dessa forma, os textos afirmam que a atitude do Brasil na II Guerra Mundial só poderia ter sido a que Vargas tomou para cumprir com essa tradição brasileira. Nesse sentido, o então escritor e historiador Silvio Peixoto afirma:

Outra não tem sido a orientação seguida pelo presidente Getúlio Vargas em face da tremenda hecatombe desencadeada pelas hordas sanguinárias das ditaduras escravizantes do velho mundo. Desde o início do conflito que tem ido buscar a inspiração para suas atitudes na tradição histórica da política exterior de nosso país, que, embora muito jovem ainda, já possui no campo do direito internacional conceito firmado de intransigente coerência de atitudes dignificadoras¹⁴⁹.

Pela segunda vez na história do Brasil, o país entrava em uma guerra de graves consequências ao lado dos EUA. Em ambas, a orientação brasileira estaria traçada em perfeita harmonia com Washington.

O paralelo entre as duas guerras aparece nos textos que versam sobre a postura do Brasil na II Guerra Mundial também, a fim de evidenciar a coerência brasileira. Segundo eles, até o desenrolar dos fatos teria composto uma atmosfera igual, de forma que 1917 e 1942 apresentariam a mesma atitude comum, num revide igual à mesma provocação, considerada insolente, ao mesmo desafio à luta. Em ambas o Brasil foi torpedeado pela Alemanha após

¹⁴⁹ PEIXOTO, Sílvio. A coerência histórica de uma atitude política. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 52.

declarar solidariedade aos EUA; o governo teria sido tolerante nos primeiros casos, mas como esses continuaram, teria se sentido obrigado a defender a honra e a soberania nacional aceitando o estado de guerra imposta pela Alemanha, apesar do Brasil ser um país, segundo os textos, tradicionalmente pacífico.

Assim, poderíamos considerar que, implicitamente, esses textos estariam justificando a decisão tomada por Vargas de entrar oficialmente para a guerra. Quer dizer, se em todas as vezes que o Brasil teve sua soberania ameaçada ele teria aceitado o estado de guerra, nada mais natural que Getúlio Vargas seguisse essa “tradição” e entrasse na guerra contra os agressores do Brasil – o que, mais uma vez, demonstraria a coerência das atitudes do Estado Novo com as tradições nacionais.

3.2.2 A união americana

Levando em consideração que a coerência do Governo com a tradição da política externa brasileira consistiria em dar prosseguimento ao empenho, que teria sido realizado desde a independência brasileira, para consolidar a união dos povos americanos, conforme vimos no item anterior, a revista *Cultura Política* publica, em 39,39% (ver apêndice I) dos textos sobre a política externa brasileira, argumentos sobre a necessidade de se concretizar essa união em função da Segunda Guerra Mundial. Esse é o segundo assunto de maior frequência e, sob nosso ponto de vista, visaria persuadir o leitor da importância dessa união continental que o Estado Novo, ao romper suas relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, teria auxiliado a concretizar. Ou seja, convencer seu público de que as atitudes do Regime de apoio aos Estados Unidos e ao pan-americanismo, além de estarem coerentes com as tradições brasileiras, estariam coerentes com as necessidades e a realidade do Continente, logo do Brasil, o que demonstraria novamente o caráter nacionalista do Estado Novo. Isso é apresentado de duas maneiras: explica-se a necessidade do Continente se manter coeso e apresenta-se a conquista dessa união continental.

Nesse sentido, a união dos países americanos, presente em 83,33% dos textos cujo assunto principal é a III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (ver apêndice H), deveria ocorrer através da colaboração econômica e cultural para alicerçar o engrandecimento

futuro do Continente e da cooperação completa de todos em prol da defesa coletiva, onde os mais fortes realizariam a proteção daqueles que não possuíam vantagens materiais. Os argumentos utilizados para sustentar essa idéia dizem que essa seria a única segurança inabalável do continente tendo em vista que a falta de união entre os povos europeus teria sido a responsável pela situação da II Guerra Mundial. O afastamento e a desunião dos países da Europa teriam permitido que Hitler chegasse ao poder e que, depois, conseguisse se apoderar dos países que se sentiam protegidos pela condição de neutralidade. Isso é explícito principalmente no discurso proferido por Sumner Welles no início do encontro dos chanceleres no Rio de Janeiro em 1942. Segundo ele:

A maior certeza de que nosso conjunto de povos soberanos e independentes - a família americana de nações - pode sobreviver com segurança a este grande transtorno mundial, repousa na união com que enfrentamos o perigo que nos ameaça.

Alguns de nós são capazes, sem a menor dúvida, de se defender com êxito com o seu próprio poderio, com seus próprios recursos e pelo volume das suas populações. Outros, que não possuem estas vantagens materiais, se bem que iguais em coragem e no propósito firme de resistir à agressão, terão de depender da cooperação que lhes é proporcionada pelos membros da família americana, para garantir a sua segurança. A única segurança inabalável deste continente é a cooperação completa de todos nós em prol da defesa coletiva; parceiros soberanos e iguais na hora da agressão como nos tempos de paz¹⁵⁰.

O delegado dos Estados Unidos na III Reunião de Consulta aos Chanceleres, afirma, ainda, que a dedicação à causa comum de defender o Novo Mundo contra as agressões não implicaria, necessariamente, na participação na Guerra, mas na adoção de todas as medidas de cooperação que resultaria no objetivo de conservar livre a América - sendo que as medidas de natureza econômica estariam no mesmo nível de importância das medidas de solidariedade política e de cooperação de defesa e de repressão das atividades subversivas.

Ou seja, os textos publicados em *Cultura Política* estariam demonstrando que a realidade mundial exigiria que essa união acontecesse na prática e, para isso seria preciso que os países americanos quebrassem sua neutralidade diante da Segunda Guerra Mundial. O argumento apresentado nos textos analisados explica que a obediência cega às regras da neutralidade clássica no mundo daquela época não poderia mais ser um ideal de quaisquer dos povos da América que tinham amor à liberdade. A questão seria que as nações americanas em

¹⁵⁰ WELLES, Sumner. A declaração do delegado dos Estados Unidos. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1942, nº 12, p.XV.

guerra não poderiam ser alvos de golpes mortais por parte dos agentes do Eixo arraigados no solo das outras nações, fruindo de sua hospitalidade. Não poderia, assim, segundo esses textos, continuar existindo uma verdadeira neutralidade entre as potências agressoras e as forças que se batiam para preservar os direitos e a independência dos povos livres. Pois, nas palavras de Sumner Welles: “mais vale um povo combater gloriosamente para salvaguardar a sua independência; mais vale a morte na batalha, se necessário for, para salvar sua liberdade, do que agarrar-se aos farrapos do falso ideal de uma neutralidade ilusória, que só poderá resultar em suicídio¹⁵¹”.

Poderíamos considerar, então, que esses textos visariam demonstrar e comprovar para os leitores da revista *Cultura Política* que a união americana seria a melhor saída para que a América se defendesse dos possíveis ataques e para que cooperasse com a vitória dos Aliados. Seguindo a demonstração disso, os textos analisados argumentam, ainda, que os acontecimentos na Europa mostrariam, então, que diante do Hitlerismo nenhuma nação poderia ter a esperança de manter sua independência, a sua liberdade e não ser pelo poder das armas e pela coragem, pela dedicação de seus homens e mulheres imbuídos de maior amor à liberdade do que à própria vida. As nações livres que tentaram, ingenuamente, se manter neutras e independentes teriam sido as primeiras a serem ocupadas e devastadas de forma mais cruel do que as que resistiram ao ataque dos exércitos de Hitler. Por tudo isso, Vargas afirma em seu discurso de abertura da III Reunião de Consulta aos Chanceleres:

As agressões aos Estados Unidos, no Oceano Pacífico, a que se seguiu a declaração de guerra da Alemanha e da Itália ao grande país amigo, tinha, necessariamente, de agrupar-nos ainda uma vez.

Aqui estamos, portanto, representantes soberanos da família americana de pátrias livres e amantes da paz, para reafirmar à nação bruscamente atacada a nossa solidariedade unânime e resolver, com prudência e decisão, o que convier à segurança e à proteção dos nossos povos¹⁵².

Assim, segundo textos analisados, as nações americanas deveriam se unir, formando uma frente única forte capaz de concretizar o ideal de paz após a conquista da vitória, pois a necessidade de união entre os povos americanos era imperativa, não só nas medias de defesa

¹⁵¹ WELLES, Sumner. A declaração do delegado dos Estados Unidos. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1942, nº 12, p.XIX.

¹⁵² VARGAS, Getúlio. O discurso do Presidente Getúlio Vargas. In: **Cultura Política**, fevereiro, 1942, nº 12, p. X.

do mundo Ocidental, mas também para que as Repúblicas Americanas, intimamente unidas, pudessem provar que eram um potente fator de delineação da natureza do mundo futuro após a vitória.

Essa idéia é ratificada em 33,33% dos textos que abordam a postura do Brasil na II Guerra Mundial, pois defendem que a América deveria aparecer como um bloco compacto e representativo de um quarto da humanidade, a fim de evitar que um Estado isolado ou coligado se atrevesse a desafiar o firme propósito de paz. Jaime de Barros explica essa necessidade:

Dentro da constante da nossa política exterior, que é a solidariedade com os Estados Unidos, ponto de apoio do atual desenvolvimento do pan-americanismo, procuraremos fazer o nosso hemisfério pesar, desta vez de maneira decisiva, no equilíbrio do mundo futuro. Assim como influímos na decisão da guerra, havemos de influir na organização da paz¹⁵³.

Nesse sentido, o Brasil e a América seriam fundamentais para assegurar a paz no mundo depois da guerra, sendo que o Brasil teria voz entre as nações vencedoras, pois a sua atitude moral seria a garantia de que sua palavra seria ouvida. Dessa forma, com o fim da guerra, o Brasil teria se firmado como uma outra potência de primeira grandeza, por isso era preciso se preparar para executar, em ritmo correspondente, a política internacional do Brasil, que teria maior prestígio e força.

A partir disso, podemos considerar que a revista *Cultura Política* estaria querendo demonstrar que a política externa desenvolvida pelo Estado Novo seria a mais adequada para o país, pois estaria lhe dando prestígio internacional. Além disso, a decisão brasileira de apoiar a união americana seria bem fundamentada e coerente, pois estaria baseada no fato de que não seria mais seguro e viável permanecer neutro. Ou seja, parece que essa publicação queria persuadir o seu público leitor de que as atitudes de Vargas em apoiar a política pan-americana dos Estados Unidos e de, posteriormente, romper suas relações com o Eixo estariam de acordo com as necessidades do momento. Sendo assim, mais uma vez podemos entender que a revista estaria preocupada em reforçar o caráter nacionalista do Regime ao explicar que haveria coerência na forma de agir do Estado Novo em sua política externa, sendo nesse caso, coerente com os tratados pan-americanos, mas acima de tudo, com as

¹⁵³ BARROS, Jaime de. Na guerra e na paz. In: **Cultura Política**, novembro, 1944, nº 46, p. 123.

próprias demandas internas da época, de defesa nacional. Ao apresentar isso, a revista oficial poderia, ainda, querer demonstrar o quanto o Estado Novo estaria sabendo agir para promover a proteção e a defesa do país, uma vez que estaria realizando o que a revista apresenta como fundamental – a união americana.

A concretização da união da América é outra forma utilizada por *Cultura Política* para convencer o seu leitor de que a atitude do Estado Novo teria sido a mais acertada para auxiliar a promover a segurança e o crescimento continental. Segundo 54,54% dos textos sobre a postura do Brasil na América, enquanto nas outras partes do globo os problemas se complicavam, a América se unia fornecendo magnífico exemplo de coesão, pois se voltar para o cenário americano seria de grande utilidade política e, sobretudo, econômica. Por isso, o texto “A visita do Presidente da Bolívia” afirma que o

espírito de solidariedade [...] torna cada vez mais fortes e mais sólidos os elos que unem os povos americanos na obra pela prosperidade e grandeza do Continente e na luta em que se empenham pela intangibilidades das prerrogativas de soberania e pela segurança de paz e de progresso de cada uma das unidades que o compõem¹⁵⁴.

O exemplo brasileiro seria, então, para *Cultura Política*, significativo, pois o país teria resolvido de forma pacífica os problemas com seus vizinhos e estaria agindo para efetivar a cooperação econômica. Getúlio Vargas explica, ao se referir às relações entre o Brasil e a Argentina:

Se no campo social e político só encontramos razões de colaborações sinceras e construtivas, no setor econômico a compreensão se impõe pelas peculiaridades de cada um dos dois países: as nossas produções se completam e não se apresentam como concorrente. O que falta a uma é exatamente o que sobra à outra. Tudo indica que, na ausência de choques de interesses ou de oposições doutrinárias, as duas nações se esforçam por aumentar e estender os laços de solidariedade, de mútuo entendimento e de amizade duradoura.¹⁵⁵

Esse cenário continental seria fruto das conquistadas realizadas, pela diplomacia, na III Reunião dos Chanceleres Americanos e que estaria explícita nas decisões tomadas.

¹⁵⁴ In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 30, p. 8.

¹⁵⁵ VARGAS, Getúlio .A democracia brasileira diante da América e do Mundo. In: **Cultura Política**, agosto, 1941 nº 6, p. 153.

Segundo os textos analisados, em dez dias de encontro teria se conseguido democraticamente o que imperativamente a violência não teria alcançado em milênios. Isso seria a prova de que a democracia estava viva no Continente, tendo em vista que a América, como o Brasil, não associaria, regularia ou protegeria interesses individuais, pensando apenas no bem comum. Por isso, Osvaldo Aranha afirma:

Esta Conferencia tem importância decisiva nos destinos da humanidade. Seus resultados se apresentam como o mais importante fenômeno histórico dos últimos tempos. Pela primeira vez, em face de um caso concreto, positivo e definitivo, se pôs a prova a estrutura do pan-americanismo, e pela primeira vez todo um Continente se declara unido para uma ação comum, em defesa de um ideal comum, que é o de toda a América¹⁵⁶.

Assim, os princípios de solidariedade americana, que teriam sido longa e penosamente elaborados em mais de um século de esforços conjuntos, pela primeira vez, diante de um caso concreto teria sido colocado a prova, e teria se obtido resultados satisfatórios, pois apesar de relatarmos os problemas trazidos pela Argentina e pelo Chile, ao não aceitarem a imposição da ruptura com os países do Eixo, os textos afirmam que não teria havido indecisões nessa Assembléia, mas somente a reafirmação da defesa comum da justiça, da democracia e da liberdade.

A partir disso, poderíamos considerar que *Cultura Política* estaria apresentando outro argumento para justificar a política externa do Estado Novo. Além de afirmar que essa seria coerente com a tradição nacional, conforme demonstramos no item 3.2.1, haveria a coerência com as necessidades do momento e com a realidade do Continente. Nesse sentido, as ações do Regime não seriam apenas coerentes com tradição do país, mas também com uma exigência da Guerra para preservar a segurança do Continente e, conseqüentemente, do país. Isso pode ser entendido como uma maneira de atualizar os princípios do Estado Novo desenvolvidos pelos intelectuais como Azevedo Amaral e Francisco Campos, no sentido de legitimar a estrutura e as ações do Regime como sendo fruto da realidade e da necessidade nacional, portanto, nacionalista. Tendo em vista que esses autores afirmaram que essa forma de governo apresentaria coerência com a realidade brasileira, conforme explica Azevedo Amaral (1938), ou expressaria a verdade nacional por atender às solicitações da vida e do progresso brasileiro,

¹⁵⁶ ARANHA, Osvaldo. Discurso do Chanceler Osvaldo Aranha no encerramento da Conferencia In: *Cultura Política*, fevereiro, 1942, nº 12, P. XXVI.

de acordo com Francisco Campos (2002), mas não teriam se referido às ações da política externa brasileira. Dessa forma, ao atualizar essas ideias, a revista *Cultura Política* estaria querendo demonstrar que mesmo em relação às atitudes da política externa brasileira o Estado Novo seria nacionalista por seguir a mesma coerência que teria em sua política interna, pois as basearia na realidade e nas necessidades do momento e do país de defender a soberania nacional.

3.2.3 A relevância da diplomacia brasileira

Os textos de *Cultura Política* sobre a política externa brasileira indicam, em 24,24% de seus textos (ver apêndice I), que a diplomacia brasileira teria papel de destaque nas conquistas de união Americana, pois desde a independência do Brasil agiria para colocar em prática essas ideias voltadas para a defesa da América contra ameaças externas. Além disso, teria exercido um papel pacificador e de intermediário entre os Estados Unidos e os países sul-americanos. Dessa forma, os textos apresentam o Estado Novo, mais uma vez, como herdeiro e seguidor dessa tradição, pois teria continuado a trabalhar para que o país mantivesse esse destaque continental, como, por exemplo, durante a III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos, quando a habilidade de sua diplomacia teria conseguido os resultados necessários para realizar a proteção do continente. A apresentação disso parece querer comprovar o caráter nacionalista do Estado Novo, pois demonstraria que o Governo estaria agindo de acordo com a tradição nacional e, por isso, estaria sabendo conduzir sua política externa de forma a realizar a manutenção do Brasil como um dos líderes do Continente na luta pela união americana para sua defesa e para concretizar as ações de bom vizinho com os demais países americanos, principalmente do sul do continente.

A tradição do Brasil de assumir papéis de destaque nas ações de sua diplomacia é apresentada, então, em 30% dos textos sobre a história da política externa brasileira (ver apêndice H). Essa teria iniciado com o ato de Joaquim Nabuco, de dissipar velhas prevenções da América espanhola contra os EUA e sua aversão à doutrina Monroe. Assim, desde essa época, a diplomacia brasileira trabalharia no sentido de ampliar a interpretação da doutrina Monroe, visando incorporá-la ao pan-americanismo e promover a organização efetiva da defesa do continente. Nesse sentido, o então funcionário do Ministério das Relações

Exteriores Jaime de Barros afirma que “o Brasil, que logo após a mensagem de Monroe e, segundo alguns antes mesmo dela, a despeito de sua cultura européia, orientara sua política internacional no sentido americanista, constituiu-se então no traço de união entre Washington e os países sul-americanos¹⁵⁷”.

Para esses textos, Rio Branco teria rompido o isolamento do Brasil, dando a diplomacia brasileira nova disposição física e moral, estabelecendo a confraternização entre os povos americanos. A força moral do Brasil teria, então, crescido em todo o continente e o Itamarati consolidado a diplomacia imperial, de que a obra de Rio Branco teria sido um desdobramento. Por isso, o país teria exercido papel pacificador, destinado pela história a ele, com o poder de coordenar, atenuar e resolver conflitos no hemisfério, tendo em vista os imperativos geográficos e econômicos, segundo, ainda, Jaime de Barros:

Se o Brasil domina grande porção do Atlântico e possui limites com quase todos os países meridionais do continente, fácil é compreender que as diretivas da nossa política econômica em relação à América terão de basear-se numa aproximação continental cada vez mais fecunda, mais intensa e mais rápida¹⁵⁸.

Assim, a política internacional do Brasil, orientada no sentido pan-americanista, teria começado a adquirir acentuado relevo durante os tempos coloniais, culminando na obra de Rio Branco. Já no tratado de Madri (1750) a diplomacia brasileira, orientada por um brasileiro que servia ao Reino, teria adquirido objetivos americanistas. A emancipação do Brasil teria acentuado ainda mais essa diretriz, cortando as amarras que o prendiam a Portugal.

Os textos que abordam a postura da política do Brasil na América ratificam essa ideia ao afirmarem, em 36,36% deles, que o país poderia se orgulhar de haver desempenhado ação preponderante nos esforços desenvolvidos para colocar na prática os ideais americanos e de ter adquirido papel proeminente na resolução das questões de união continental. Mas, a fim de demonstrar que o Governo de Getúlio Vargas daria continuidade a tradição brasileira e, com isso realizar a valorização desse governo, esses textos ressaltam que após 1930 esses esforços teriam sido ampliados, conforme explica Jaime de Barros em artigo publicado por *Cultura Política* em 1941: “o Brasil lutou sempre pela vitória dos ideais americanos de união e

¹⁵⁷ BARROS, Jaime de. A influência das guerras européias no destino das Américas. In: **Cultura Política**, julho, 1941 nº 5, p. 61.

¹⁵⁸ BARROS, Jaime de. A nova diplomacia brasileira. In: **Cultura Política**, abril, 1943 nº 26, p. 21

paz; sua ação foi sempre decisiva, nas Conferências interamericanas, para a consagração dos princípios de boa vizinhança, especialmente nestes últimos dez anos¹⁵⁹”. Sendo que a partir de 1936 o país teria, então, trabalhado arduamente para instaurar um sistema de solidariedade e de união a fim de assegurar a defesa coletiva da América contra ameaças ou interferências externas, além de agir, segundo esses textos, com decisão por uma política de paz, de inteligência, de consultas, de arbitragem, de garantias morais e jurídicas entre as nações do Continente. O artigo “O Ministério das Relações Exteriores no quinquênio de 1937 – 1942” esclarece que

sem assumir nem tolerar posição de tutela ou de hegemonia no Continente, promovemos uma política de comunhão de ideais e de conciliação de interesses com todos os nossos vizinhos próximos e afastados, procuramos deslocar para a América a troca de produtos que outrora se fazia com a Europa, no propósito de preparar aqui, neste hemisfério, a instituição do tipo clássico de confederação econômica¹⁶⁰.

Nesse sentido, a política externa brasileira teria realizado planos relativos à extensão das ferrovias brasileiras aos países vizinhos; o lançamento de pontes nas regiões de fronteira, o desenvolvimento da navegação marítima intercontinental, então prejudicada pela guerra; as rotas aéreas teriam sido ampliadas com o propósito de entrelaçar cada vez mais todas as vias de comunicação. Os problemas de limites que ainda estavam pendentes teriam sido resolvidos de forma rápida e pacífica, realizando as demarcações das fronteiras nas regiões mais densas de população. Por tudo isso, a orientação nacionalista dada pelo Governo, ou seja, que buscaria na tradição nacional as diretrizes para suas ações, teria conseguido realizar a manutenção da posição de destaque da diplomacia nacional de forma que a política externa brasileira estaria em situação de crescente prestígio na América e no mundo, estando em especial relevo entre 1937-1942, conforme Jaime de Barros afirma:

A política sincera e construtiva do Brasil na América consolidou, assim, a nossa posição no Continente, mantida a secular amizade com os Estados Unidos, fortalecida a aproximação com a Argentina e ampliada a nossa colaboração, no terreno político e econômico, a todos os demais países deste hemisfério¹⁶¹.

¹⁵⁹ BARROS, Jaime de. A política do Brasil na América. In: **Cultura Política**, março, 1941, nº 1, p.34.

¹⁶⁰ O Ministério das Relações Exteriores no quinquênio de 1937 – 1942 (cinco anos de política exterior do Brasil). In: **Cultura Política**, novembro, 1942 nº 21, p. 94.

¹⁶¹ BARROS, Jaime de. A política do Brasil na América. In: **Cultura Política**, março, 1941, nº 1, p.41.

O ponto máximo das ações fecundas da diplomacia brasileira, apresentado por *Cultura Política*, teria ocorrido na III Reunião de Consulta aos Chanceleres Americanos. Segundo os textos sobre esse encontro, a política desenvolvida pela diplomacia brasileira teria sido hábil, digna de suas tradições. O artigo de Jaime de Barros “Conseqüências da 3ª Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos” explica que

[...] a diplomacia brasileira agiu, em tão difíceis circunstâncias, com uma habilidade digna das suas melhores tradições. Preparada embora para dar uma demonstração de prestígio e de força, apoiada por todos os demais países americanos, o que resultaria no isolamento ostensivo dos países dissidentes, e mesmo de um deles apenas, preferiu manter intacta a unidade nacional. Assim procedendo, contava antecipadamente com a certeza de atingir sem atritos o mesmo objetivo tal a segurança de que, votada a fórmula facultativa da ruptura, no dia seguinte, ela seria obrigatória para quase totalidade das nações americanas, como realmente o foi. O Itamarati compreendeu bem isso¹⁶².

O Brasil, então, teria promovido, em face da agressão e da guerra, a transformação da doutrina pan-americana política e filosófica em uma prática de proteção continental, unindo todos em uma ação comum. Quase todas as nações estavam de acordo com a orientação brasileira e compartilhariam do que seria o verdadeiro sentido pan-americanismo, dos sacrifícios, dos riscos e dos perigos que ele implicaria e da força que representaria.

Devido a isso, a III Reunião de Consulta foi, segundo esses textos, a mais transcendente em função da força das circunstâncias e das deliberações tomadas, pois transformou uma utopia em realidade, sendo a afirmação histórica da imortalidade da democracia. A maior decisão desse encontro teria sido a recomendação da ruptura das relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo. Assim, a Conferência teria atingido grande êxito na sua dura missão, pois, teria se formado a grande comunidade americana, tendo em vista que os países teriam se comprometido em cooperar para a proteção recíproca até que os efeitos da agressão ao Continente tivessem desaparecido. Por isso, para os textos de *Cultura Política*, o idealismo não teria afastado da realidade os Chanceleres, antes teria feito com que eles vivessem as realidades dos povos e os teria levado a encaminhar a solução de inúmeros problemas postergados em todos os tempos.

¹⁶² BARROS, Jaime de. Conseqüências da 3ª Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos dezembro, 1942, nº 22, p. 50.

Dessa forma, podemos considerar que a revista *Cultura Política* estaria visando reforçar para seu público leitor a necessidade e a relevância dessa forma de governo no comando do Brasil. Por isso, demonstra o quanto a forma de governo como o Estado Novo, nacionalista por ser coerente com a tradição da política externa brasileira, estaria sendo boa para o país ao realizar ações que assegurariam sua proteção e aumentariam seu prestígio no Continente. Mas a apresentação do Estado Novo como a forma de governo mais adequada para as necessidades brasileira já havia sido feita pelos ideólogos do Regime. Segundo Oliveira Vianna (1939), por exemplo, somente através de um governo como o Estado Novo seria possível salvar os interesses de ordem pública, a integridade nacional, sua soberania e o prestígio do poder central. Francisco Campos (2002), por sua vez, afirmava que com ele se processaria a salvação nacional e a integração das instituições na realidade do país. Um dos fatores que tornaria isso possível seria o nacionalismo do Regime, ou seja, o fato de agir de acordo com as necessidades do Brasil, estando, como afirma Azevedo Amaral (1938), integrado com o passado brasileiro.

O que a revista *Cultura Política* estaria trazendo de novidade, no entanto, seria a defesa da relevância desse Regime e do seu caráter nacionalista, também para a política externa brasileira. Ou seja, somente um Governo que seguisse as tradições nacionais poderia ter afirmado a relevância do país no cenário americano, auxiliando na realização da união americana e concretizando as tentativas de inúmeros estadistas brasileiros do passado. Dessa forma, a aproximação das ideias dos ideólogos com o que era publicado em *Cultura Política* em relação à importância do caráter nacionalista do Estado Novo permite com que possamos considerar essa revista como uma publicação que atualizava a ideologia do Estado Novo, uma vez que os princípios desenvolvidos por esses intelectuais seriam apropriados pelos articulistas da revista e aplicados a um novo contexto a fim de justificar e legitimar a organização e as ações do Regime e, dessa forma, contribuir para sua manutenção no poder.

Esses elogios ao Estado Novo, no entanto, vêm acompanhados da valorização de Getúlio Vargas no comando do país, da mesma forma que ocorre quando *Cultura Política* se refere à política interna brasileira durante a guerra, conforme analisamos no segundo capítulo (item 2.1.3). Assim, em 27,27% dos textos analisados sobre política externa (ver apêndice I), lemos a defesa explícita de Getúlio Vargas à frente do Estado Novo como sendo fundamental para que o Brasil tivesse conseguido atingir os objetivos apresentados acima.

Esses textos defendem, então, que o trabalho desenvolvido por Getúlio Vargas teria tornado possível que a política externa brasileira tivesse relevância nos assuntos americanos, de forma que ele seria o grande responsável por tudo o que a diplomacia brasileira estaria fazendo. Vargas estaria sendo, então, segundo esses textos, o grande paladino da concórdia entre os povos; o legítimo Cidadão da América, devido ao seu devotamento à política da boa vizinhança, conforme indica o artigo “A visita do Presidente da Bolívia”:

O Presidente Getúlio Vargas não tem medido sacrifícios. Desde que o problema da união dos países continentais dependa de boa vontade e compreensão da mutualidade de interesses, aí estará ele para, com o conselho prudente e o exemplo digno, agir, conciliando interesses e desfazendo mal-entendidos. Em Buenos Aires ou Assunção, em La Paz, Lima ou Quito sente-se o espraiar da onda de paz emanada da política que S. Ex. imprime, zelando tradições, às nossas relações com os povos continentais¹⁶³.

Assim, Getúlio Vargas estaria sempre pronto a estreitar a amizade entre as nações vizinhas, colaborando com elas na solução dos seus problemas, difundindo o sonho daqueles que queriam fazer do continente americano um bloco indissolúvel de povos fraternais. Prova disso seria a política de aproximação do Brasil com a Bolívia e com o Paraguai, onde este país “[...] encontrou, na orientação eminentemente americanista do Presidente Vargas, solução para muitas das suas necessidades geoeconômicas¹⁶⁴”; o que demonstraria, para *Cultura Política*, que Vargas estaria sendo o conciliador, enérgico, vigilante, sereno e inflexível na conduta da política externa brasileira.

Getúlio Vargas teria, então, incentivado a união americana desejada, ao decidir que o Brasil não tomaria mais nenhuma decisão isoladamente, mas apenas de acordo com as demais nações americanas. Por tudo isso, Vargas teria conquistado o título de “Cidadão da América”, conforme explica o ex-diretor da Agência Americana Belfort de Oliveira:

¹⁶³ A visita do Presidente da Bolívia. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 30, p. 8.

¹⁶⁴ A visita do Presidente do Paraguai. In: **Cultura Política**, junho, 1943 nº 28, p. 19.

Getulio Vargas, unindo a família do Novo Mundo, tornou-se “Cidadão da América”, na expressão mais lata da palavra, Getulio Vargas não teria mais que alinhar a bagagem de harmonia, de concórdia e de fraternidade, que lhe vem servindo de esteio neste último decênio da nossa vida de povo livre, para justificar a limpidez do título que lhe foi conferido num instante de conagração da alma continental.

“Cidadão da América”, sim ele o é *par droit de conquête*, porque, depois de ter cimentado a harmonia entre os brasileiros de todos os setores, ainda exaltou e promoveu a concórdia entre as nações colombianas, desfraldando a bandeira da fraternidade humana, repondo e honrando as tradições que nos legaram os nossos maiores¹⁶⁵.

Dessa forma, podemos considerar que a revista *Cultura Política*, assim como justifica e legitima as ações do Estado Novo para realizar a manutenção desse no poder, utiliza a mesma estratégia em relação à Vargas. Por isso, afirma que as ações do presidente teriam unidade e se inspirariam na tradição histórica da política externa brasileira. Segundo os textos analisados, essa unidade de ação de Vargas poderia ser observada na firmeza com que estaria conduzindo, desde 1930, a política externa brasileira, pois os ministros do Itamarati teriam sido alterados, mas sua orientação nos princípios básicos traçados pelo Governo Provisório, não. De acordo com a revista, então, graças a Vargas a diplomacia brasileira não teria perdido mais de vista os objetivos econômicos das suas relações externas e, estando integrada ao espírito da época, pôde intervir decisivamente nos maiores e mais delicados acontecimentos políticos da América, principalmente nos casos de Letícia e do Chaco.

3.2.4 O Brasil na Guerra

Nos textos sobre a política externa, o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial¹⁶⁶ é abordado de forma muito semelhante àquela realizada nos textos sobre a política interna brasileira, conforme analisamos no segundo capítulo (item 2.1.4). Explica-se como teria sido a conduta do país ao longo desse Conflito, salientando-se o nacionalismo do Estado Novo por manter uma postura clara e coerente com as tradições nacionais e com os acordos

¹⁶⁵ OLIVEIRA, Belfort de. O pan-americanismo do Brasil (À margem da política externa do Governo Getúlio Vargas) In: *Cultura Política*, fevereiro, 1942 nº 12, p.100.

¹⁶⁶ Essa questão é composta pelos assuntos: “o Brasil deixou bem explícita sua posição em face à guerra”; “O Brasil nunca declarou uma guerra, aceitou as guerras impostas, apesar de ser pacífico”; Sobre como e porquê ocorreu o envolvimento do Brasil na guerra”; “A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial”; “A ação do governo foi sancionada por toda a nação através de reações populares em todo o país”; “As ações interna do governo após ter aceitado o estado de beligerância”; “Justificativas para criar a FEB”, de acordo com a quantificação apresentada nos apêndices H e I.

pan-americanos; justifica-se a entrada oficial do Brasil na Guerra demonstrando que o Estado Novo agiria de acordo com as necessidades do momento e, mais uma vez, com a tradição do país; e apresenta-se como estaria sendo a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial ressaltando a relevância de um governo autoritário à frente do Brasil. A forma como a revista *Cultura Política* apresenta esses aspectos do Brasil ao longo da Guerra parece, sob nosso ponto de vista, que estaria visando convencer seu público leitor de que o Estado Novo saberia conduzir o país de uma maneira satisfatória, mesmo em situações de crises. Ou seja, valoriza positivamente o Regime, demonstrando que esse seria eficiente, inclusive, para promover a defesa nacional.

Em relação à conduta brasileira na conflagração mundial, os textos argumentam que o Estado Novo teria se orientado sempre pelas resoluções pan-americanas e pela tradição brasileira, por isso desde o início do conflito o Brasil teria deixado sua posição explícita, ou seja, enquanto era neutro, teria mantido a neutralidade e quando teve sua soberania atacada teria entrado na guerra para defendê-la. Nesse sentido, 66,66% dos textos que apresentam a postura do Brasil na II Guerra Mundial (ver apêndice H) explicam que no início da Guerra o Brasil teria escolhido se manter neutro, seguindo sua tradicional política de paz, pois o país não alimentaria nenhum ódio pelos litigantes e a guerra seria vista sem paixão, nem entusiasmo. O Governo seria tradicionalmente contrário à resolução de problemas internacionais através do uso da luta, por isso, teria se mantido alheio a ela. O desejo afirmado pelo presidente, em discursos e ações, diversas vezes, de acordo com os textos analisados, seria a de viver em paz com os outros países. Essa condição permitiria, então, que seu comércio exterior se mantivesse e isso justificaria as trocas realizadas com a Alemanha durante esse período. Segundo o articulista da *Cultura Política* Murilo V. Sampaio:

Seus interesses privados estavam a salvo; suas relações comerciais estavam sendo mantidas decentemente. O regime de troca era ainda possível e o Brasil vendia e comprava, sem olhar bandeiras e povos. Várias vezes, em discursos e ações, o seu presidente afirmou o nosso desejo de viver em paz com os outros países, o que dava ao Brasil uma aura de amigo certo e cliente com crédito ilimitado. As nossas obrigações internacionais com os litigantes cifravam-se a duas coisas: manter relações diplomáticas e não fustigar os seus interesses. Além disso, nada mais. A guerra seguia o seu curso normal, e o Brasil a sua política de absoluta neutralidade¹⁶⁷.

¹⁶⁷ SAMPAIO, Murilo V. O pensamento do Chefe da Nação em face da guerra (A evolução da política externa do Brasil de 1939 até hoje). In: **Cultura Política**, fevereiro, 1942, nº 12, p. 89.

Assim, os textos explicam que a neutralidade tornaria Vargas coerente, uma vez que o país não teria motivo para ser hostil a nenhum dos beligerantes. Em nenhum momento, então, Vargas teria dissimulado sua atitude de homem cumpridor dos tratados e convenções; agiria com equilíbrio com todos os países em luta. De acordo com esses textos, no discurso de 1940 a bordo do encouraçado Minas Gerais, o presidente não teria exagerado nas palavras para falar da guerra, não teria aplaudido este ou aquele ato das nações em luta. Ao prever uma nova era com o fim da Guerra, falaria de uma situação naturalmente evoluída, saída do passado cheio de erros horrorosos e fatais, e não de uma nova ordem imposta por terceiros. Os textos defendem, então, que a atitude externa brasileira nunca teria sido dúbia, turva, discutível ou suspeita, nem nos campos de batalha, nem nas mesas de negociações, uma vez que jamais teria se modificado. O Brasil sempre teria sustentado o respeito à dignidade dos povos e mantido uma única linha de conduta.

A partir disso, podemos supor que *Cultura Política* estaria respondendo a possíveis críticas sobre a indefinição do Brasil quanto ao apoio que daria no conflito, pois manteria relações com ambos os lados envolvidos nele, a fim de demonstrar que o Regime e Vargas seriam coerentes na condução da política externa brasileira. O argumento que baseia essa resposta é, novamente, a orientação nacionalista do Governo que agiria em função da tradição pacífica brasileira. Além disso, 27,27% dos textos sobre a postura política do Brasil na América afirmam que a conduta brasileira se orientava de acordo com as resoluções e compromissos assumidos nas sucessivas conferências internacionais americanas. Nelas, o Brasil teria mantido, ao lado dos EUA, uma orientação uniforme para o fortalecimento do pan-americanismo e dos preparativos para a defesa coletiva do continente. Nesse sentido, Jaime de Barros, em artigo publicado por *Cultura Política*, afirma que

O Brasil, a exemplo do que se passava nos Estados Unidos, observava a marcha da guerra inclinado a jogar, quando necessário, todo o peso dos seus recursos na balança das Nações que lutavam pela liberdade. A nossa neutralidade era, na expressão do presidente Getúlio Vargas, em fase aguda da crise, já depois da queda da França, uma “neutralidade ativa e vigilante na defesa do Brasil”¹⁶⁸.

Assim, conforme indicamos no primeiro capítulo, a revista *Cultura Política* não relata a dúvida, o jogo duplo que Vargas teria exercido com a Alemanha e com os Estados

¹⁶⁸ BARROS, Jaime de. A política do Brasil na América. In: *Cultura Política*, março, 1941, nº 1, p. 109.

Unidos, pois apresenta o Brasil sempre apoiando as políticas estadunidenses e cumprindo com os acordos das Conferências Pan-americanas.

Novamente, então, podemos perceber que *Cultura Política* estaria demonstrando que agindo de forma nacionalista, ou seja, seguindo a tradição e a realidade brasileira, bem como as necessidades do momento, o Estado Novo estaria sabendo conduzir o país nos tempos de Guerra. Essa forma de defender o Regime nos remete às ideias desenvolvidas pelos ideólogos que deram sustentação teórica ao Governo, tendo em vista que, por exemplo, para Francisco Campos (2002) o Estado Novo se constituiria na união dos princípios da formação brasileira, por isso ele seria o instrumento mais adequado para efetivar os anseios do país. Em outras palavras, essa seria a melhor forma de governo para o Brasil, pois se estruturaria a partir das tradições nacionais. Assim, parece-nos que a revista *Cultura Política* realizaria uma atualização dessas ideias, pois utilizaria o mesmo conceito de nacionalismo, mas para justificar e defender a atitude externa do Regime.

Partindo desse mesmo princípio, explica-se porque o Brasil teria entrado oficialmente na Segunda Guerra Mundial. Segundo 66,66% dos textos que apresentam a postura do Brasil na II Guerra Mundial, ter-se-ia entrado no conflito mundial após as agressões consideradas pelos textos de *Cultura Política* como desumanas, que teriam ocorrido à noite, sem aviso e sem possibilidade de defesa, cometidas pela Itália e pela Alemanha contra a integridade física dos súditos brasileiros e contra os mais altos interesses nacionais, conforme explica o artigo “Antecedentes na declaração de guerra”:

Apesar de todo o nosso pacifismo, dos esforços para nos conservarmos à margem dos trágicos acontecimentos que vêm enlutando a Europa; apesar da prudência, do espírito de cordura manifestado constantemente pelo nosso governo, fomos arrastados no redemoinho trágico que da Europa estendeu seu raio de ação pelo mundo. Estamos em guerra, porque assim exigia a nossa honra, assim exigia o sentimento de todo o brasileiro. O governo não fez outra coisa senão sancionar a vontade do povo¹⁶⁹.

Dessa forma, segundo esses textos, o Governo teria seguido a tradição brasileira em relação às guerras, pois, assim como nos demais conflitos que o país se envolveu, ele não iniciou a guerra, tendo se envolvido nela por imposição realizada através de agressões à sua

¹⁶⁹ Antecedentes na declaração de guerra. In: *Cultura Política*, agosto, 1943 nº 31, p. 21.

soberania. Assim, 50% desses textos explicam que o Brasil teria entrado na Guerra para defender sua integridade e sua soberania, e que Vargas teria se visto impelido pela opinião pública a repelir à altura a ofensa feita ao Brasil, pois, segundo esses textos, multidões teriam realizado manifestações pedindo que essa decisão fosse tomada. Todos os brasileiros, então, deveriam estar com o mesmo sentimento de patriotismo, de revolta e de indignação pelo fato do Brasil ter sido pego de surpresa por um ato de pirataria.

Essa ideia é ratificada em 27,27% dos textos que abordam a postura política do Brasil na América. Segundo eles, o Brasil teria entrado na guerra, apesar da sua tradicional atitude pacífica, uma vez que a Alemanha e a Itália estariam praticando atos de guerra. Jaime de Barros explica:

Tamanha afronta exigia pronta reação, na defesa da dignidade e segurança do Brasil. Todos aqueles navios navegavam entre portos nacionais, desarmados, conduzindo passageiros, entre os quais mulheres e crianças. O Governo brasileiro fez então saber, a 22 de agosto de 1942, por intermédio dos governos da Espanha e da Suíça, aos governos da Alemanha e da Itália que, ‘a despeito de sua atitude sempre pacífica’, não havia ‘como negar que esses países praticaram atos de guerra, criando uma situação de beligerância’, que éramos ‘forçados a reconhecer’, na defesa da nossa dignidade, da nossa soberania, da nossa segurança e da América e a repelir na medida de nossas forças¹⁷⁰.

O artigo “O Ministério das Relações Exteriores no quinquênio de 1937 – 1942”, por sua vez, reforça a ideia de que o povo teria reagido através de grandes manifestações e que a guerra teria sido imposta.

A deliberação do Governo, sancionada pela nação inteira, em impressionantes manifestações populares que se estenderam por todo o território nacional, não podia ser outra. Fizemos tudo para evitar a guerra, mantendo durante quase três anos uma neutralidade exemplar. Mas, quando a luta nos foi imposta, trazida às nossas próprias praias, só nos cumpria aceitá-la, reafirmando as tradições de altivez, independência e virilidade do nosso povo¹⁷¹.

¹⁷⁰ BARROS, Jaime de. A diplomacia brasileira e a guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 31, p. 69-70.

¹⁷¹ O Ministério das Relações Exteriores no quinquênio de 1937 – 1942 (cinco anos de política exterior do Brasil). In: **Cultura Política**, novembro, 1942 nº 21, p. 101.

Essa reação popular, conforme demonstramos no primeiro capítulo e retomamos no segundo (2.1.4), não teria ocorrido dessa forma, pelo menos de acordo com as informações de Cytrynowicz (2000), pois teria acontecido apenas a realização de alguns atos de pequenos grupos, no Rio de Janeiro, em Salvador e em São Paulo. Considerando que a informação apresentada por *Cultura Política*, nesse caso, está relacionada aos textos sobre política externa, podemos entender que a publicação estaria querendo convencer o seu leitor de que realmente o Estado Novo agia em função dos anseios e das necessidades do Brasil, comprovando, então, seu caráter nacionalista. Quer dizer, justifica-se a decisão de entrar na Guerra através da apresentação de supostos pedidos que todos os brasileiros teriam feito ao Governo que não teria feito outra coisa do que acatá-lo, tendo em vista que esse realizaria, então, as aspirações nacionais.

A valorização do Regime demonstrando sua eficiência na condução dos assuntos externos do Brasil ocorre, por fim, através da apresentação da participação do Brasil na Guerra. Segundo 50% dos textos que apresentam a postura do Brasil na II Guerra Mundial, o envolvimento do país nesse conflito estaria sendo amplo e relevante, tendo em vista que Vargas, através do Estado Novo, teria conseguido preparar o Brasil para a situação de beligerância, pois o regime de 10 de novembro teria unificado o Brasil. Nas palavras de Murilo V. Sampaio em artigo publicado por *Cultura Política*:

O Presidente Getulio Vargas, nunca olvidando estes problemas, antes da guerra deu um passo decisivo na evolução político-social brasileira: juntou as forças da nacionalidade, dando-lhes uma estrutura firme, caráter finalista, união de vista e de ação, um arcabouço sólido nos interesses político-administrativo, e fez nascer no país uma nova mentalidade – a mentalidade nacional. Foi o regime de 10 de novembro que unificou o Brasil e que em 1941 começou a fazer-se sentir em relação à guerra européia¹⁷².

O Brasil, então, não teria sido apanhado de surpresa, em relação ao preparo das instituições nacionais e do povo, segundo os textos, graças ao Chefe de Estado Brasileiro. Ele teria, então, desenvolvido uma política realista e de positiva prevenção dos destinos nacionais e do mundo. Por isso, o artigo “A política do Brasil na guerra e na paz” afirma:

¹⁷² SAMPAIO, Murilo V. O pensamento do Chefe da Nação em face da guerra (A evolução da política externa do Brasil de 1939 até hoje). In: **Cultura Política**, fevereiro, 1942, nº 12, p. 88.

Mais uma vez, portanto, a nossa coerência se fez sentir. Não desmentimos a confiança dos fundadores da nacionalidade em nosso futuro. Não traímos a missão que nos confiaram. Ficamos onde estávamos: não tentamos uma adaptação forçada, uma fórmula de emergência. Graças a extraordinária clarividência do Chefe de Estado brasileiro, autor de uma política realista de positiva prevenção dos nossos destinos e dos destinos do mundo, não fomos apanhados de surpresa. Não tivemos que vacilar, não tivemos que escolher o caminho a seguir: aceleramos, simplesmente o que pensávamos, o que produzíamos, o que prevíramos no ajuste do diploma de 10 de novembro¹⁷³.

Com isso, segundo esse artigo, imediatamente todas as formas de relações sociais teriam entrado no ritmo necessário, sem desgaste na máquina administrativa, com o mínimo de sacrifício pessoal e o máximo de garantia social.

De acordo com o que foi dito, em função dessas medidas, ou seja, do fato do Estado Novo ter centralizado as tomadas de decisões no Governo federal e ter conseguido intervir na organização do país, afirma-se que a cooperação do Brasil na guerra estava sendo relevante, conforme afirma, por exemplo, o artigo “A política do Brasil com os Estados Unidos”:

Na guerra, a nossa cooperação faz-se notar, ampla e poderosa, em todos os sentidos, desde as bases aéreas do Norte à mobilização econômica e militar a serviço da causa comum. Garantimos o sucesso das operações na África, através de uma torrente contínua de abastecimento de materiais bélicos e de suprimentos de toda a natureza. Agora, alimentamos de matérias-primas as indústrias de guerra dos Estados Unidos, e o nosso Exército prepara-se para entrar em ação no assalto final às posições do inimigo¹⁷⁴.

Assim, percebemos que a revista *Cultura Política* estaria demonstrando o quanto um Regime autoritário, que centraliza e intervém, estaria conseguindo preparar o país para realizar a sua defesa e para auxiliar os Aliados no esforço de guerra. Quer dizer, essa publicação estaria querendo, implicitamente, ratificar a importância de se ter um governo forte, centralizado, com capacidade intervir na vida nacional, defendendo, então, essa forma de governo como a ideal para o Brasil, pois, mesmo em situações de crises, como a guerra, o Regime estaria sabendo conduzir o país e colocá-lo em uma posição de destaque internacionalmente.

¹⁷³ A política do Brasil na guerra e na paz. In: **Cultura Política**, agosto, 1943 n° 31, p. 15.

¹⁷⁴ A política do Brasil com os Estados Unidos. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, n° 31, p. 84.

Nesse sentido, 33,33% dos textos sobre a postura do Brasil na II Guerra Mundial explicam que o Estado Novo teria desenvolvido larga mobilização econômica e militar, de forma que as Forças Armadas estariam prontas para desempenhar seus papéis, se articulando de forma magnífica e harmoniosa para lutar nos mares e céus brasileiros, bem como em solo europeu. Por isso, a contribuição do Brasil com os Aliados teria se tornado relevante. O país desempenharia, então, segundo esses textos, com decisão e eficiência o que as circunstâncias lhe ditavam: utilização do território brasileiro como trampolim para as operações na África; do subsolo e das florestas para extrair os materiais essenciais para o esforço de guerra; preparo patriótico para a luta armada; auxílio, em cooperação com os EUA, no patrulhamento do Atlântico por aviadores e marinheiros; e transformação do exército em força moderna pujante.

Para esses textos, a formação da FEB estaria baseada na análise que Vargas teria feito das necessidades e da realidade do momento, ou seja, ele teria tomado essa decisão pelas imposições dos acontecimentos e pelas circunstâncias. Assim, o envio de soldados brasileiros para a frente de batalha europeia é justificada como uma necessidade para a defesa dos brasileiros, após a tomada do Norte da África pelos Aliados. De acordo com o texto de Murilo V. Sampaio, “O pensamento do Presidente e a guerra atual”:

O Brasil, pela voz de seu presidente, deixa o lugar de simples abastecedor de matérias primas, tomando a dianteira ao lado dos seus aliados. Não é só um empório o Brasil; é um exército de homens e máquinas. Não o comodismo de enviar gêneros alimentícios, mas a árdua missão de combater, de patrulhar, de avançar, de vencer. O pensamento do presidente é firme e é inelutável¹⁷⁵.

Dessa forma, segundo esses textos, a importância do país participar da luta de forma ativa se basearia no dever que o Estado Novo teria de zelar pelas vidas dos brasileiros, tendo em vista que lá estariam os inimigos e não seria possível deixar que eles viessem até o Brasil imobilizar as forças nacionais. Com isso, mais uma vez, poderíamos perceber que *Cultura Política* estaria justificando uma ação do Estado Novo em função de seu nacionalismo, quer dizer, de sua capacidade de agir de acordo com a realidade brasileira, a fim de demonstrar a coerência do Regime e o quanto, por ser assim, ele conseguiria ser eficiente para proteger o país e para lhe dar destaque internacional. Por isso, o Embaixador dos Estados Unidos no

¹⁷⁵ SAMPAIO. Murilo V. O pensamento do Presidente e a guerra atual. In: **Cultura Política**, abril, 1943 nº26, p. 14.

Brasil no editorial da edição extraordinária da revista *Cultura Política*, em comemoração ao primeiro ano de participação do Brasil na Guerra, afirmou que “o Brasil pode rever com satisfação os passos dados até o presente: porque eles vêm constituindo valiosos elementos para a vitória que se aproxima¹⁷⁶”.

¹⁷⁶ CAFFERY, Jefferson. O papel do Brasil na guerra. In: **Cultura Política**, agosto, 1943 nº 31, p. 9.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revista *Cultura Política*, segundo a historiografia, teria o objetivo de propagar os feitos do Governo, de exaltar a figura de Getúlio Vargas e, com isso, legitimar o Estado Novo, tendo se tornado uma das principais fontes responsáveis pela produção do discurso do regime, ou do discurso oficial. Em relação aos textos sobre o envolvimento do Brasil na Guerra, a partir da análise realizada, foi possível comprovar nossa ideia inicial de que essa publicação divulgava os princípios que baseavam o Regime e que haviam sido desenvolvidos por Oliveira Vianna, Azevedo Amaral, Francisco Campos e Almir de Andrade. Verificamos, ainda, que *Cultura Política* – ao publicar os textos sobre a política interna brasileira em relação à Guerra, sobre a política externa e sobre as Forças Armadas – apresentava um caráter dinâmico de atualização e complementação do pensamento intelectual, de acordo com o momento político e as necessidades do Regime.

As adaptações que essas ideias sofrem referem-se, de um modo geral, à explicação da necessidade do Brasil ter um Regime forte, autoritário e nacionalista – em função das necessidades do conflito mundial, principalmente a de realizar a defesa da soberania nacional, ou seja, justifica-se a forma de ser e de agir do Estado Novo devido a uma ameaça externa, e não somente em função de uma demanda interna e própria do Brasil, como faziam os ideólogos. Além disso, a revista *Cultura Política* apresenta como novidade no discurso oficial a defesa da coerência do Regime com as tradições nacionais e com as necessidades do país em relação a sua política externa, de forma que as decisões do Governo brasileiro diante da Segunda Guerra Mundial são explicadas e justificadas através da coerência com a tradição brasileira.

Nesse sentido, identificamos o autoritarismo e o nacionalismo como os principais elementos presentes nos textos analisados e que, portanto, compõem o discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial. O primeiro fica expresso na defesa e na justificativa das medidas centralizadoras e intervencionistas que, segundo *Cultura Política*, o Governo estaria tomando ou deveria realizar, principalmente em relação a sua política interna. O segundo refere-se à capacidade do Regime de adaptar as instituições nacionais à realidade brasileira e de agir de acordo com a tradição do país. Com isso, sob o nosso ponto de vista, através da apresentação da política interna e externa do Regime ao longo da Guerra e das questões militares, a revista *Cultura Política* visa defender o Estado Novo, ratificando a

importância de um governo autoritário e nacionalista que faria o país crescer e ter condições de realizar a defesa de sua soberania.

Em linhas gerais, é possível traçar semelhanças e diferenças na forma de apresentar e caracterizar o Estado Novo entre a historiografia e os ideólogos do Regime e, conseqüentemente, com as ideias apresentadas por *Cultura Política*. As pesquisas sobre o Estado Novo, por exemplo, identificam o seu caráter autoritário na centralização das ações e das decisões no governo federal, em detrimento da autonomia dos Estados, tornando-o mais autônomo, e do presidente ou do Executivo em relação aos demais poderes, bem como na intervenção do Governo nas questões econômicas e sociais do país. Mas a grande diferença entre eles em relação às explicações e as justificativas sobre a forma desse Governo se constituir e agir consiste nos seus objetivos. Os historiadores identificam as características do Estado Novo a fim de defini-lo e entendê-lo, enquanto os intelectuais da época e *Cultura Política* desenvolveram, divulgaram e atualizaram os princípios e os conceitos que basearam esse Regime visando, então, defendê-lo, justificá-lo e legitimá-lo.

De forma mais específica, em relação aos textos que versam sobre a política interna do Estado Novo relacionada com o envolvimento do Brasil na Guerra, podemos considerar que o discurso oficial do Regime não foi alterado. Ou seja, eles divulgam e ratificam os princípios do Regime desenvolvidos pelos ideólogos, mesmo referindo-se ao novo contexto trazido pela guerra. Assim, verificamos que, semelhante a esses intelectuais, a revista visa legitimar o Estado Novo e suas ações através da demonstração da necessidade do Brasil ter um governo forte, centralizado, interventor e nacionalista, para promover ordem e o progresso interno.

O caráter centralizador e interventor do Estado Novo são os principais elementos que compõem o discurso sobre a política interna do Regime diante da Guerra. Isso fica expresso, por exemplo, quando percebemos que a revista *Cultura Política* dita qual seria a atitude ideal da população e qual seria o papel de cada um. Além disso, ao defender a necessidade de união e de mobilização de toda a população em função das necessidades trazidas pela Guerra, verificamos que a revista utiliza o conflito mundial para assegurar maior apoio ao Regime e às suas ações, numa tentativa de coordenar a vida nacional e desmobilizar grupos de oposição.

A valorização do Estado Novo devido às suas características autoritárias aparece ainda na apresentação das ações e das qualidades do Estado Novo e de Vargas, nos textos que

explicam como estaria ocorrendo o envolvimento do Brasil na Guerra e os que apresentam como o Brasil deveria se organizar no pós-guerra. Sob nosso ponto de vista, a apresentação dessas questões se complementam para realizar a manutenção dessa forma de governo no poder, pois enquanto uma apresenta as características do Regime e de Vargas argumentando o quanto agiriam para o bem e o progresso do país, as outras exemplificariam isso, apresentando e justificando as suas ações de intervir na vida nacional com eficiência para promover a defesa nacional e a grandeza do Brasil. A historiografia consultada aproxima-se dessa ideia, pois explica que o Estado Novo teria utilizado o envolvimento do país na Guerra para criar a ilusão de uma frente interna, tentando angariar maior apoio da população para o Regime.

Outro ponto em que fica explícito o continuísmo do discurso oficial em relação à política interna brasileira na Guerra ocorre quando é abordada a questão econômica brasileira. A apresentação do que deveria ser feito, do que o Regime já estaria fazendo – mesmo com as dificuldades trazidas pela Guerra – e de como estaria a situação interna brasileira na área econômica, indicando progresso e crescimento nesse setor, serviria para demonstrar o quanto um governo forte e centralizador poderia realizar, visando, então, comprovar que o Estado Novo encarnaria a melhor forma de governo para o país. De uma maneira geral, podemos considerar que essa ideia apresentada na revista – de que durante a Guerra teria ocorrido o desenvolvimento econômico e industrial brasileiro – também é uma interpretação muito difundida pela historiografia.

O discurso oficial sobre o envolvimento do Brasil na Segunda Guerra Mundial, publicado em *Cultura Política*, também é composto pelos textos que versam sobre as Forças Armadas, que compõem o que chamamos de discurso militar. Constatamos que esses textos são os intermediários entre a política interna e a política externa estado-novista diante da Guerra, tendo em vista que atribuem a essas instituições o papel de sustentação do Regime, por serem eficientes tanto para promover a ordem interna, quanto para realizar a manutenção da soberania nacional. Além disso, as ações que o Regime estaria tendo no âmbito interno para melhorar a estrutura e os equipamentos das Forças Armadas estariam sendo possíveis em função do auxílio dos Estados Unidos, ou seja, de ações da diplomacia brasileira e, ainda, teriam repercussão internacional por tornar o país apto a realizar sua defesa e auxiliar na do continente.

Cabe ressaltar que a historiografia sobre o envolvimento do Brasil na Guerra não apresenta essa mesma leitura sobre as Forças Armadas. Esses trabalhos, geralmente, apresentam a participação das instituições militares brasileiras na Guerra através da FAB e da FEB, ou explicam a tentativa do Governo de tirar proveito da situação de beligerância do mundo para realizar a industrialização do país e a modernização das forças militares, mas não exploram o quanto o Regime utilizou, em seu discurso, as supostas ações para as Forças Armadas, a fim de se promover como um governo eficiente na manutenção da ordem interna e da segurança externa brasileira.

Com relação aos princípios desenvolvidos pelos ideólogos do Estado Novo, podemos considerar que, em linhas gerais, esses textos divulgam ou dão continuidade ao discurso oficial, tendo em vista que enquanto esses intelectuais defendiam que apenas um governo forte, autoritário e nacionalista, seria capaz de realizar a defesa do país, *Cultura Política* demonstra que o Estado Novo estaria sendo capaz de promover isso no âmbito interno e externo ao melhorar a estrutura e os equipamentos das Forças Armadas. O discurso oficial, portanto, continuaria baseado nas mesmas ideias dos intelectuais que deram a sustentação ideológica do Regime, bem como nas suas argumentações. Nesse sentido, quando os textos de *Cultura Política* apresentam as qualidades e as funções que cada Força Armada estaria desenvolvendo sob a orientação do Estado Novo, percebemos que há a exemplificação de como esse Regime seria eficiente para coordenar essas instituições no sentido nacionalista, adaptando-as a realidade nacional, e a demonstração de que o Governo estaria preocupado em promover a segurança e a proteção interna e externa do Brasil.

Dessa forma, essa revista oficial defende o caráter centralizador e intervencionista do Estado Novo como fundamentais para colocar em prática medidas nacionalistas – como orientar as instituições brasileiras a agirem de acordo com as demandas do país. Com isso, *Cultura Política* mostra para seu público leitor que o Regime estaria conseguindo realizar o que os ideólogos apontavam como o ideal para um governo brasileiro, sendo forte para ajustar o Exército, a Marinha e a Aeronáutica à realidade e às necessidades brasileiras, de forma que elas estivessem aptas para realizar com eficiência a defesa do Brasil.

A demonstração de que o Estado Novo estaria envolvido na realização de soluções eficientes dos problemas nacionais, como o da segurança e da defesa brasileira, e de que um governo centralizado tornava-se forte para intervir em todos os assuntos nacionais ocorre, ainda, quando *Cultura Política* publica diretrizes para preparar militarmente a sociedade, para

modificar alguns pontos da organização das Forças Armadas, e apresenta as melhorias que o Estado Novo teria promovido na estrutura e nos equipamentos das Forças Armadas brasileiras. Isso fica expresso, também, quando os textos apresentam a importância de cada uma das instituições militares brasileiras para a Segunda Guerra Mundial. Segundo eles, as ações do Exército, da Marinha e da Aeronáutica brasileira estariam sendo eficientes, desempenhando papel relevante no auxílio aos Aliados para combater os inimigos. Dessa forma, seria por causa do Estado Novo que o Brasil estaria conseguindo ter êxito nas ações de guerra.

Por fim, os textos que apresentam a política externa brasileira apropriam-se da ideia de nacionalismo do Estado Novo, desenvolvida pelos intelectuais como Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos, pois afirmam que esse agiria de acordo com a tradição nacional e com os imperativos do momento. Mas essa característica é atualizada e adaptada ao contexto de Guerra, sendo, portanto, relacionada com as ações externas do Regime, e não com sua política interna, a fim de demonstrar que o Governo estaria sendo coerente na sua postura continental e no envolvimento do país na Segunda Guerra Mundial. Dessa forma, verificamos que o princípio do nacionalismo, desenvolvido pelos ideólogos e adaptado para o novo contexto, é o principal elemento do discurso sobre a política externa do Estado Novo.

Percebemos, a partir da análise realizada, que o conjunto desses textos publicados em *Cultura Política*, ao abordarem a defesa da união continental, a relevância da diplomacia brasileira, a participação do Brasil na Guerra e, principalmente, a tradição da política externa brasileira, visam explicar, para o público leitor, que a política externa do Estado Novo obedecia a uma lógica: a da tradição nacional. Sob o nosso ponto de vista, isso demonstra o quanto o Regime tinha clareza das ambiguidades que envolviam sua política interna com sua política externa e que ele se preocupava em demonstrar e convencer a população da inexistência de contradição entre elas.

Nesse sentido, os textos que apresentam a defesa da união continental têm por objetivo convencer os leitores de *Cultura Política* que o Estado Novo agiria de forma coerente com as necessidades e a realidade do Continente e, conseqüentemente, do Brasil – bem como com os tratados pan-americanos, de forma que estaria promovendo a proteção e a defesa nacional ao apoiar e auxiliar a promover a união continental. Consideramos, ainda, que a apresentação da relevância da diplomacia brasileira reforça, para os leitores dessa revista, a necessidade e a importância do Estado Novo e de Vargas no poder, tendo em vista que

demonstra o quanto o Regime, por ser coerente com a tradicional política externa nacional, estaria sendo fundamental para o Brasil aumentar seu prestígio nas Américas e realizar sua defesa.

Em relação à participação do Brasil na Guerra, identificamos que a revista *Cultura Política* não expõe a existência do que a historiografia considerou como o jogo duplo de Vargas. Conforme informa Roberto Gambini (1977), Vargas manteria abertamente relações com a Alemanha, enquanto inseria-se na política continental estadunidense de união americana. *Cultura Política* expõe, então, apenas as relações do Brasil com os Estados Unidos, e justifica a cooperação entre esses dois países como sendo a tradicional amizade entre eles. Com isso, os auxílios econômicos que o Brasil recebeu desse país, por exemplo, são apresentados como auxílio prestado entre irmãos. Além disso, a maneira como *Cultura Política* expõe os aspectos do Brasil ao longo da Guerra valoriza positivamente o Estado Novo, demonstrando que esse seria eficiente, inclusive, para promover a defesa nacional. Com isso, a revista, novamente, visa convencer seu público leitor de que o Estado Novo, por ser autoritário e nacionalista, conduziria o país de uma maneira satisfatória, mesmo em situações de crises, de forma a realizar a manutenção dessa forma de governo no poder.

Por fim, os textos que têm como assunto principal a tradição da política externa brasileira explicam que a diplomacia nacional segue a mesma linha de orientação desde a independência do Brasil. Essa consistiria no apoio à concretização da união americana para a defesa do continente; no aprofundamento da amizade com os Estados Unidos; no fato do país nunca ter iniciado uma guerra e de manter independente a política externa de sua política interna. Com isso, consideramos que essas questões apresentadas servem para justificar as decisões do governo de Vargas de estar ao lado dos Estados Unidos na sua política pan-americana, e de entrar na Guerra ao lado dos Aliados, demonstrando que não haveria contradição nisso. Nesse sentido, a apresentação da separação que existiria entre a política interna e externa do Brasil baseia-se na ideia de que a organização interna nacional estaria de acordo com as necessidades e a realidade do Brasil, enquanto que as decisões do âmbito externo seguiriam a lógica da tradição da diplomacia brasileira, não estando relacionada com a política interna, e, por isso, não sendo contraditória a ela. Dessa forma, a estrutura política do Estado Novo não seria, segundo esses textos, um obstáculo à defesa dos princípios democráticos de formação americana.

É importante ressaltar que tanto os textos sobre a política interna quanto os que versam sobre as forças armadas, quando apresentam o envolvimento do Brasil na Guerra, utilizam o argumento da coerência do Estado Novo com a tradição nacional para justificar e explicar as decisões do Governo brasileiro, embora essa questão seja mais frequente nos textos sobre a política externa brasileira. Entendemos, então, que essa forma de explicar e justificar as atitudes do Estado Novo na América, e em função da Guerra, demonstra, conforme indicamos antes, que o Regime percebia a ambiguidade que havia entre sua organização autoritária e sua política de apoio à liberal-democracia. Por isso, a revista *Cultura Política* se esforça para apresentar a suposta coerência do Estado Novo na sua política externa, visando, então, sob nosso ponto de vista, realizar a manutenção dessa forma de governo no poder.

Embora o objetivo do presente trabalho não tenha sido discutir os motivos que levaram ao fim do Estado Novo, acreditamos que a constatação de que *Cultura Política* sempre manifestou a preocupação em demonstrar a suposta coerência do Estado Novo com a tradição nacional, em âmbito interno e externo, explicita que o Regime tinha clareza das ambiguidades que envolviam sua conduta interna e sua postura externa. Entendemos, então, que isso pode constituir um novo elemento a ser refletido ao se considerar os motivos que fizeram o Regime brasileiro cair, questionando a ideia difundida na historiografia de que o fim do Estado Novo teria uma relação direta e causal com a participação ativa do Brasil na Guerra, através da FEB, e com o término desse conflito mundial.

REFERÊNCIAS

ABREU, Luciano Aronne. **Um olhar regional sobre o Estado Novo**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ALVES, Vagner Camilo. **O Brasil e a Segunda Guerra Mundial**: História de um envolvimento forçado. Rio de Janeiro: Loyola, 2002.

AMARAL, Azevedo. **O Estado Autoritário e a realidade nacional**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1938.

ANDRADE, Almir. **Força, Cultura e Liberdade**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940.

ANTELO, Raúl. **Literatura em revista**. São Paulo: Editora Ática, 1984.

BARBOSA, Gustavo; RABAÇA, Carlos Alberto. **Dicionário de Comunicação**. Rio de Janeiro: Campus, 2001, 2º ed.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.

BASTOS, Elide Rugai. A revista Cultura Política e a influência de Ortega y Gasset. In: _____; RIDENTI, Marcell; ROLLAND, Denis (orgs.). **Intelectuais**: sociedade e política. São Paulo: Cortez, 2003, p.146-171.

CAMPOS, Francisco. **O Estado Nacional**: sua estrutura. Seu conteúdo ideológico. Versão para *e-book*. Disponível em: <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/chicocampos.html>>. Acesso em: 21 jan. 2010.

CAPELTO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. v. 2 - O tempo do nacional – estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CARONE, Edgard. **O Estado Novo (1937 – 1945)**. São Paulo: DIFEL, 1976.

CHACON, Vamireh. **Estado e povo no Brasil**: as experiências do Estado Novo e da democracia populista, 1937-1964. Rio de Janeiro: J. Olympo, 1977.

CODATO, Adriano Nervo; GUANDALINI Jr., Walter. Os autores e suas idéias: um estudo sobre a elite intelectual e o discurso político do Estado Novo. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, p. 145-164, 2003.

CORSI, Francisco Luiz. **Estado novo: política externa e projeto nacional**. UNESP: São Paulo, 2000.

CYTRYNOWICZ, Roney. **Guerra sem guerra: a mobilização e o cotidiano em São Paulo durante a Segunda Guerra Mundial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2000.

GAMBINI, Roberto. **O Duplo Jogo de Getúlio Vargas**. São Paulo: Símbolo, 1977.

GOMES, A. M. C. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999.

GOMES, Ângela de Castro. O redescobrimento do Brasil. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GOULART, Silvana. **Sob a Verdade Oficial: Ideologia, propaganda e censura no Estado Novo**. São Paulo: Marco Zero, 1990. 175p.

HILTON, Stanley. **O ditador & o embaixador**. Rio de Janeiro: Record, 1987.

HONORATO, Cezar T.; BEAUCLAIR, Geraldo. A economia brasileira durante a Segunda Guerra Mundial. In: COGGIOLA, Osvaldo. **Segunda Guerra Mundial: um balanço histórico**. São Paulo: Xamã, 1995.

LAMOUNIER, Bolívar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. **História Geral da Civilização Brasileira**. v. 9. Rio de Janeiro: DIFEL, 1977.

LAUERHASS, Jr. Ludwig. **Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro**. Itatiaia: Belo Horizonte, 1986.

LEVINE, Robert M.. **Pai dos Pobres? O Brasil e a era Vargas**. Cia das Letras: São Paulo, 2001.

MANIFESTO à Nação lido por Getúlio Vargas na noite de 10 de novembro de 1937. Disponível em <<http://homemculto.wordpress.com/2009/05/01/discurso-do-dr-getulio-vargas-em-10-de-novembro-de-1937-ao-implantar-o-estado-novo/>>. Acesso em: 20 nov. 2009.

MCCANN, Frank D. **A aliança Brasil – Estados Unidos, 1937-1945**. Biblioteca do Exército: Rio de Janeiro, 1995.

MOURA, Gerson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

O ESTADO NOVO: estrutura de poder. Relações de classes. **História Geral da Civilização brasileira**; t.3; v.10. In: GOMES, Ângela de Castro... [et al.]. **O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)**. 9. ed Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. O Pensamento de Azevedo Amaral. In: _____; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Tradição e Política: o pensamento de Almir de Andrade. In: _____; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PANDOLFI, Dulce. Apresentação. In: _____. (org.). **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil**. Ática: São Paulo, 1990.

SANTOS, Luciana Ibarra dos. **Há algo de novo no front** : a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial [documento eletrônico]. Porto Alegre, 2006. 125 f. Disponível em http://tede.pucrs.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=203 . Acesso em: 21.jan.2010.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Décadas de espanto e uma apologia democrática**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998

SEITENFUS, Ricardo. **A entrada do Brasil na segunda guerra mundial**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SILVA, Paulo Sérgio da. **A Constituição brasileira de 10 de novembro de 1937: um retrato com luz e sombra**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, Ricardo. **A ideologia do Estado Autoritário no Brasil**. Argos: Chapecó, 2004.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: De Getúlio a Castelo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: Uma configuração do Campo Intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro (orgs.). **Estado Novo: Ideologia e Poder**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

VIANNA, Oliveira. **O idealismo da Constituição**. 2 ed. Companhia Editora Nacional, 1939.

REFERENCIAS DE FONTES

A ATUAÇÃO DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA GUERRA: os fatores do seu rápido desenvolvimento. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

A AVIAÇÃO, O GOVERNO E A GUERRA. **Cultura Política**, n. 51, ago. 1945.

A CAMPANHA DA BORRACHA. **Cultura Política**, n. 29, jul. 1943.

A CAMPANHA NACIONAL DAS OBRIGAÇÕES DE GUERRA. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

A MOBILIZAÇÃO DOS ESCOLARES DO DISTRITO FEDERAL. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

A POLÍTICA DO BRASIL COM OS ESTADOS UNIDOS. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

A POLÍTICA DO BRASIL NA GUERRA E NA PAZ. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

A POLÍTICA FINANCEIRA DA GUERRA – Razões e vantagens da emissão do bônus. **Cultura Política**, n. 29, jul. 1943.

A SITUAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL NO QUINTO ANO DE GUERRA. In: **Cultura Política**, setembro, 1944, nº 44.

A VISITA DO PRESIDENTE DA BOLÍVIA. In: **Cultura Política**, agosto, 1943, nº 30, p. 8.

A VISITA DO PRESIDENTE DO PARAGUAI. In: **Cultura Política**, junho, 1943 nº 28, p. 19.

A. DE A. A SOBERANIA INTERNACIONAL DO BRASIL. **Cultura Política**, n. 3, maio 1941.

A. M. L. Os Estados Unidos e seus planos para as guerras fortuitas. **Cultura Política**, n. 17, jul. 1942.

ABU-MHRY, Nair Fortes. Panamericanismo. **Cultura Política**, n. 19, set. 1942.

ANDRADE, Almir. O presidente, o Brasil e a guerra. **Cultura Política**, n. 33, out. 1943.

_____. A evolução política e social do Brasil. **Cultura Política**, n. 1 p.5-8, mar. 1941.

_____. A soberania internacional do Brasil. **Cultura Política**, n. 3, maio 1941.

_____. Política e Cultura. **Cultura Política**, n. 2 p.5-8, abr. 1941.

ANTECEDENTES NA DECLARAÇÃO DE GUERRA. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

ARANHA, Osvaldo. Discurso do Chanceler Osvaldo Aranha no encerramento da Conferencia **Cultura Política**, n. 12, fev. 1942.

ARARIPE, T. A. Exército selecionado ou milícia. **Cultura Política**, n. 15, maio 1942.

_____. Preparação moral e econômica da guerra. **Cultura Política**, n. 18, ago. 1942.

BARBOSA, Rui. A palavra de Rui Barbosa na Conferencia de Buenos Aires em 1916. **Cultura Política**, n. 12, fev. 1942.

BARROS, Jaime de. Na guerra e na paz. **Cultura Política**, n. 46, nov. 1944.

_____. A diplomacia brasileira e a defesa da América. **Cultura Política**, n. 34, nov. 1943.

_____. A nova diplomacia brasileira. **Cultura Política**, n. 26, aabr. 1943.

_____. A diplomacia brasileira e a guerra. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

_____. Consequências da 3º Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos. **Cultura Política**, n. 22, dez. 1942.

_____. A influência das guerras européias no destino das Américas. **Cultura Política**, n. 5, jul. 1941.

_____. A política do Brasil na América. **Cultura Política**, n. 1, mar. 1941.

_____. Defesa coletiva da América. **Cultura Política**, n. 3, maio 1941.

BRAYNER, Floriano de Lima. O oficialato da reserva e suas responsabilidades em face do exercício do comando. **Cultura Política**, n. 17, jul. 1942.

CAFFERY, Jefferson. O papel do Brasil na guerra. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

CALMON, Pedro. O Estado e a crise moderna. **Cultura Política**, n. 15, maio 1942.

CAMPANHA NACIONAL DO BÔNUS DE GUERRA. **Cultura Política**, n. 28, jun. 1943.

CARVALHO, Luís Antonio da Costa. A legislação de estrangeiro do Estado Nacional. **Cultura Política**, n. 38, abr. 1944.

CIDADE, F. de Paula. As verdadeiras bases do poder militar. **Cultura Política**, n. 19, set. 1942.

_____. Os problemas da defesa nacional nos ministérios civis. **Cultura Política**, n. 16, jun. 1942.

COSTA, Dídio Iratim Afonso da. O Brasil em guerra e a ação da Marinha Nacional. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

CRÔNICA DO BRASIL NA GUERRA (de agosto de 1942 a agosto de 1943). **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

CULTURA POLÍTICA em sua nova fase. **Cultura Política**, nº 51 p. 5-8, ago. 1945.

DOIS ANOS DE GUERRA (de agosto de 1942 a agosto de 1944). **Cultura Política**, n. 43, ago. 1944.

DUTRA, Eurico Gaspar. A proclamação do Ministro da Guerra. **Cultura Política**, n. 20, out. 1942.

FIEDRICH, Liberato da Cunha. O Exército e a guerra. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

FIGUEIREDO, Paulo Augusto de. O Estado Nacional e a ordem social futura. **Cultura Política**, n. 39, abr. 1944.

_____. O Brasil na América e no Mundo. **Cultura Política**, n. 30, ago. 1943.

FIRMO, José. A força contraditória de dois destinos. **Cultura Política**, n. 8, out. 1941.

FONSECA, César da. Problema naval brasileiro. **Cultura Política**, n. 38, mar. 1944.

_____. O Brasil na guerra e o poder naval. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

FONSECA, Herculano Borges da. O Brasil e a guerra. **Cultura Política**, n. 27, maio 1943.

FONSECA, Sílvio da. Um ano de campanha na Itália II. **Cultura Política**, n. 53, out. 1945.

_____. Um ano de campanha na Itália. **Cultura Política**, n. 52, set. 1945.

_____. A viagem do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira. **Cultura Política**, n. 46, nov. 1944.

_____. Em luta com um submarino. **Cultura Política**, n. 38, mar. 1944.

FONTES, Lourival. A Imprensa e o Exército Nacional I. **Cultura Política**, n. 7, set. 1941.

GRANDE, Humberto. A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil. **Cultura Política**, n. 48, jan. 1945.

JUNIOR, Peregrino. Seleção e preparação do material humano para a guerra. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

LIMA, Correia. Mobilização moral e psíquica. **Cultura Política**, n. 49, fev. 1945.

_____. Civismo brasileiro. **Cultura Política**, n. 42, jul. 1944.

LIMA, Onofre Muniz Gomes de. Mobilização Nacional. **Cultura Política**, n. 20, out. 1942.

LINHARES, Aurélio. A guerra. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

MAIA, Jorge. O Brasil e o início da política de “Boa Vizinhança”. **Cultura Política**, n. 2, abr. 1941.

MARINHO, Sérgio. Preparação política das forças armadas. **Cultura Política**, n. 17, jul. 1942.

MEDEIROS, J. Paulo de. Aspectos do panamericanismo e uma tradição da política brasileira. In: **Cultura Política**, n. 23, jan. 1943.

MENEZES, Amílcar Dutra de. Saudação à FEB e ao Exército. **Cultura Política**, n. 45, out. 1944.

MOBILIZAÇÃO DA POLÍCIA NUM ANO DE GUERRA. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

NOSSA PRIMEIRA BATALHA. **Cultura Política**, n. 16, jul. 1942.

O BRASIL NA GUERRA. **Cultura Política**, n. 33, out. 1943.

O ESFORÇO DE GUERRA BRASILEIRO – norte-americano. **Cultura Política**, n. 35, dez. 1943.

O ESFORÇO DE GUERRA DA COORDENAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO ECONÔMICA. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

O MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA NO BIÊNIO 1941-1942. **Cultura Política**, n. 21, nov. 1942.

O MINISTÉRIO DA GUERRA NO QÜINQÜÊNIO 1937-1942. **Cultura Política**, n. 21, nov. 1942.

O MINISTÉRIO DA MARINHA NO QÜINQÜÊNIO 1937-1942. **Cultura Política**, n. 21, nov. 1942.

O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES NO QÜINQÜÊNIO DE 1937 – 1942 (cinco anos de política exterior do Brasil). **Cultura Política**, n. 21, nov. 1942.

O NOVO ARSENAL DE GUERRA DO BRASIL. **Cultura Política**, n. 35, dez. 1943.

O RESSURGIMENTO NAVAL DO BRASIL. **Cultura Política**, n. 37, fev. 1944.

OLIVEIRA, Belfort de. O panamericanismo do Brasil (À margem da política externa do Governo Getúlio Vargas) **Cultura Política**, n. 12, fev. 1942.

PEIXOTO, Sílvio. A coerência histórica de uma atitude política. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

PINHO, Demóstenes Madureira de. A guerra e o dever do jurista. **Cultura Política**, n. 17, jul. 1942.

PIRES, Mario Ari. A Imprensa e o Exército Nacional II. **Cultura Política**, n. 7, set. 1941.

PÔRTO, L. de Almeida Nogueira. Um episódio da doutrina de Monroe: A fórmula Nabuco na 4ª Conferência Internacional Americana. **Cultura Política**, n. 48, jun. 1943.

PRADO, F. Silveira do Prado. Pela Defesa de nossa população civil. **Cultura Política**, n. 15, maio 1942.

RESENHA DOS RESULTADOS da 3ª Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores das Repúblicas Americanas. **Cultura Política**, n. 13, mar. 1942.

RIO BRANCO, Barão de. O Brasil os Estados Unidos e o Monroísmo **Cultura Política**, n. 17, jul. 1942.

RODRIGUES, Lísias A. Isolacionismo e defensiva na democracia **Cultura Política**, n. 15, maio 1942.

_____. Organização da Força Aérea brasileira II. **Cultura Política**, n. 9, nov. 1941.

_____. A. Organização da Força Aérea Nacional – Política aeronáutica. **Cultura Política**, n. 4, jun. 1941.

SAMPAIO Murilo V. O novo exército do Brasil. **Cultura Política**, n. 28, jun. 1943.

_____. O pensamento do Chefe da Nação em face da guerra (A evolução da política externa do Brasil de 1939 até hoje). In **Cultura Política**, n. 12, fev. 1942.

_____. O pensamento do Presidente e a guerra atual. **Cultura Política**, n. 26, abr. 1943.

SILVA, A. M. Braz da. Reserva Naval. **Cultura Política**, n. 24, fev. 1943.

_____. Nova política naval. **Cultura Política**, n. 17, jul. 1942.

SOMBRA, Severino. Guerra total, nacionalização e povoamento. **Cultura Política**, n. 6, ago. 1941.

TENÓRIO, Oscar. Legislação brasileira a respeito de súditos de Estado inimigo. **Cultura Política**, n. 28, jun. 1943.

TRÊS DISCURSOS DO PRESIDENTE. **Cultura Política**, n. 37, fev. 1944.

UMA REALIDADE, A FÁBRICA NACIONAL DE MOTORES. **Cultura Política**, n. 29, jul. 1943.

VARGAS, Getúlio. Discurso às classes armadas. **Cultura Política**, n. 48, jan. 1945.

_____. Discurso de 7 de Setembro. **Cultura Política**, n. 44, set. 1944.

_____. Discurso em Belo Horizonte. **Cultura Política**, n. 33, ago. 1944.

_____. Discurso em Curitiba. **Cultura Política**, n. 38, mar. 1944.

_____. Discurso na A.I.B. **Cultura Política**, n. 40, maio 1944.

_____. Discurso de 1º de maio. **Cultura Política**, n. 28, jun. 1943.

_____. A palavra do Presidente da República à Força Expedicionária Brasileira. . **Cultura Política**, jun. 1943.

_____. O discurso de 7 de setembro. **Cultura Política**, n. 33, out. 1943.

_____. Saudação de Ano Novo. **Cultura Política**, n. 24, fev. 1943.

_____. Discurso de 1º de maio. **Cultura Política**, n. 16, jun. 1942.

_____. O Brasil e o momento político atual. **Cultura Política**, n. 12, fev. 1942.

_____. O discurso do Presidente da República. **Cultura Política**, n. 20, out. 1942.

_____. O discurso do Presidente Getúlio Vargas. **Cultura Política**, n. 12, fev. 1942.

_____. O discurso do Presidente Getúlio Vargas. **Cultura Política**, n. 12, fev. 1942.

_____. Os cinco anos do Estado Nacional na palavra do Presidente Vargas. **Cultura Política**, n. 22, dez. 1942.

_____. A democracia brasileira diante da América e do Mundo. **Cultura Política**, n. 6, ago. 1941.

_____. O discurso de 10 de novembro. **Cultura Política**, n. 10, dez. 1941.

_____. Oração de 7 de Setembro. **Cultura Política**, n. 8, out. 1941.

VERISSIMO, Inácio José. Lutar ou desaparecer. **Cultura Política**, n. 39, abr. 1944.

VIANA, Helio. História das guerras brasileiras. **Cultura Política**, n. 31, ago. 1943.

VILLAR, Frederico. Os pescadores e a defesa nacional. **Cultura Política**, n. 22, dez. 1942.

WELLES, Sumner. A declaração do delegado dos Estados Unidos. **Cultura Política**, n. 12, fev. 1942.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Textos selecionados para Análise

APÊNDICE B – Modelo de Ficha de Leitura

APÊNDICE C – Modelo de Ficha de Cruzamento de Dados

APÊNDICE D – Quantificação dos dados da Categoria ‘Política Interna’

APÊNDICE E – Frequência Total dos Assuntos na Categoria ‘Política Interna’

APÊNDICE F – Quantificação dos dados da Categoria ‘Discurso Militar’

APÊNDICE G – Frequência Total dos Assuntos na Categoria ‘Discurso Militar’

APÊNDICE H – Quantificação dos dados da Categoria ‘Política Externa’

APÊNDICE I – Frequência Total dos Assuntos na Categoria ‘Política Externa’

APÊNDICE A
TEXTOS SELECIONADOS PARA A ANÁLISE

1941				
Nº - MÊS	SEÇÃO	TÍTULO	AUTOR	CATEGORIA
Nº 1 – MARÇO	Problemas políticos e sociais	“A política do Brasil na América”	Jaime de Barros	Política Externa
Nº 2 – ABRIL	Problemas políticos e sociais	“O Brasil e o início da Política da Boa Vizinhança”	Jorge Maia	Política Externa
Nº 3 – MAIO	Editorial	“A soberania internacional do Brasil”	Almir de Andrade	Política Externa
	Problemas políticos e sociais	“Defesa coletiva das Américas”	Jaime de Barros	Política Externa
Nº 4 – JUNHO	Problemas políticos e sociais	“Organização da Fôrça Aérea Nacional”	Lisías A. Rodrigues	Discurso Militar
Nº 5 – JULHO	Problemas políticos e sociais	“A influência das guerras européias no destino das Américas”	Jaime de Barros	Política Externa
Nº 6 – AGOSTO	Problemas políticos e sociais	“Guerra Total nacionalização e povoamento”	Severino Sombra	Política Interna
	O pensamento político do Chefe do Governo	“A democracia brasileira diante da América e do mundo”	Getúlio Vargas	Política Externa
Nº 7 – SETEMBRO	Editorial	“A imprensa e o Exército Nacional I”	Lourival Fontes	Discurso Militar
	Editorial	“A imprensa e o Exército Nacional II”	Mario Ari Pires	Discurso Militar
Nº 8 – OUTUBRO	Editorial	“Oração de 7 de setembro”	Getúlio Vargas	Política Interna
	Problemas políticos e sociais	“A força contraditória de dois destinos”	José Firmo	Política Interna
Nº 9 – NOVEMBRO	Problemas políticos e sociais	“Organização da Força Aérea brasileira”	Lisías A. Rodrigues	Discurso Militar
Nº 10 – DEZEMBRO	Editorial	“O discurso de 10 de Novembro”	Getúlio Vargas	Política Interna
1942				
	O Brasil e a 3ª reunião de consulta dos Chanceleres americanos	“O discurso do presidente Getúlio Vargas”	Getúlio Vargas	Política Externa
	O Brasil e a 3ª reunião de	“A declaração do delegado dos Estados	Summer Welles	Política Externa

Nº 12 – FEVEREIRO	consulta dos Chanceleres americanos	Unidos”		
	O Brasil e a 3ª reunião de consulta dos Chanceleres americanos	“Discurso do chanceler Osvaldo Aranha no encerramento da conferência”	Osvaldo Aranha	Política Externa
	O pensamento Político do Chefe do Governo	“O Brasil e o momento político mundial”	Getúlio Vargas	Política Interna
	O pensamento Político do Chefe do Governo	“O pensamento do chefe da nação em face da guerra (A evolução da política externa do Brasil de 1939 até hoje)”	Murilo V. Sampaio	Política Externa
	O pensamento Político do Chefe do Governo	“O panamericanismo do Brasil (a margem da política externa do governo Getúlio Vargas)”	Belfort de Oliveira	Política Externa
	Textos e documentos históricos	“A palavra de Rui Barbosa na Conferência de Buenos Aires em 1916”	Não indica o autor	Política Externa
Nº 13 – MARÇO	A América em fase da Guerra	“Resenha dos estudos da III Reunião de consulta dos ministros das relações exteriores americanas”	Não indica o autor	Política Externa
Nº 15 – MAIO	A estrutura jurídico-política do Brasil	“O Estado e a crise moderna”	Pedro Calmon	Discurso Militar
	Política militar e defesa nacional	“Exército selecionado ou milícia”	Coronel T. A. Araripe	Discurso Militar
	Política militar e defesa nacional	“Política Naval Brasileira”	Capitão de mar e guerra César da Fonseca	Discurso Militar
	Política militar e defesa nacional	“Isolacionismo e defensiva na democracia”	Coronel - Aviador Lisias A. Rodrigues	Discurso Militar
	Política militar e defesa nacional	“Pela defesa de nossa população civil”	Major F. Silveira Prado	Política Interna
Nº 16 – JUNHO	O pensamento político do chefe do governo	“Discurso de 1º de maio”	Getúlio Vargas	Política Interna
	O pensamento político do chefe do governo	“O discurso do presidente Vargas”	A. Marcondes Filho	Política Interna
	Política militar e defesa nacional	“Nossa primeira batalha”	Não indica o autor	Política Interna
	Política militar e defesa nacional	“Os problemas da defesa nacional nos ministérios civis”	Coronel F. de Paula Cidade	Política Interna
	Editorial	“O Brasil, os Estados Unidos e o monroísmo”	Barão de Rio Branco	Política Externa

	Política militar e defesa nacional	“O oficialato da reserva e suas responsabilidades em face ao exercício do comando”	Tenente - Coronel Floriano de Lima Brayner	Discurso Militar
Nº 17 – JULHO	Política militar e defesa nacional	“A guerra e o dever do jurista”	Demóstenes Madureira de Pinho	Política Interna
	Política militar e defesa nacional	“Preparação Política das forças armadas”	Major Sergio Marinho	Discurso Militar
	Política militar e defesa nacional	“Nova Política Naval”	Capitão - Tenente A. M. Braz da Silva	Discurso Militar
	Política militar e defesa nacional	“Os Estados Unidos e os seus planos para as guerras fortuitas”	Quadro organizado por A. M. L.	Política Interna
Nº 18 – AGOSTO	Política militar e defesa nacional	“Preparação Moral e econômica da Guerra”	Coronel do Exército Tristão de Alencar Araripe	Política Interna
Nº 19 – SETEMBRO	Política Internacional	“Panamericanismo”	Nair Fortes Abu-Mehry – técnica da educação	Política Externa
	Política militar e defesa nacional	“As verdadeiras bases do poder militar”	General de Brigada F. de Paula Cidade	Política Interna
	Política militar e defesa nacional	“Defesa ativa e passiva do território nacional”	César da Fonseca	Política Interna
	O Brasil na Guerra	“O discurso do presidente da República”	Getúlio Vargas	Política Interna
Nº 20 – OUTUBRO	O Brasil na Guerra	“A proclamação do ministro da guerra”	Eurico Gaspar Dutra	Discurso Militar
	Política militar e defesa nacional	“Mobilização Nacional”	Coronel Onofre Muniz de Lima	Política Interna
Nº 21 – NOVEMBRO	Cinco anos de administração pública no Estado Nacional	“O Ministério das Relações Exteriores o quinquênio 1937 – 1942 (cinco anos de política exterior do Brasil)”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Externa
	Cinco anos de administração pública no Estado Nacional	“O Ministério da Aeronáutica no biênio 1941 – 1942”	Reportagem especial de Cultura Política	Discurso Militar
	Cinco anos de administração pública no Estado Nacional	“O Ministério da Marinha no quinquênio 1937 – 1942”	Reportagem especial de Cultura Política	Discurso Militar
	Cinco anos de administração pública no Estado Nacional	“O Ministério da Guerra no quinquênio 1937 – 1942”	Reportagem especial de Cultura Política	Discurso Militar
Nº 22 – DEZEMBRO	Editorial	“Os cinco anos do Estado Nacional na palavra do Presidente Vargas”	Getúlio Vargas	Política Interna
	Política Internacional	“Conseqüência da III reunião de consulta dos chanceleres americanos”	Jaime de Barros	Política Externa

	Política Militar e defesa nacional	“Os pescadores e a defesa nacional”	Capitão do mar e guerra Frederico Vilar	Política Interna
1943				
Nº 23 – JANEIRO	Política Internacional	“Aspectos do panamericanismo em uma tradição da política brasileira”	J. Paulo de Medeiros	Política Externa
Nº 24 – FEVEREIRO	Editorial	“Saudação de Ano Novo”	Getúlio Vargas	Política Interna
	Defesa Nacional	“Reserva Naval”	A. M. Braz da Silva	Política Interna
Nº 26 – ABRIL	Política Internacional	“O pensamento do Presidente e a guerra atual”	Murilo V. Sampaio	Política Externa
	Política Internacional	“A nova diplomacia brasileira”	Jaime de Barros	Política Externa
Nº 27 – MAIO	Política Internacional	“O Brasil e a guerra”	Herculano Borges da Fonseca	Política Externa
Nº 28 – JUNHO	Editorial	“Discurso de 1º de maio”	Getúlio Vargas	Política Interna
	Política externa do Brasil	“A visita do presidente do Paraguai”	Não indica o autor	Política Externa
	Política externa do Brasil	“Um episódio da doutrina Monroe: a FÓRMULA Nabuco na 4ª Conferência Internacional Americana”	L. de Almeida Nogueira Porto	Política Externa
	Defesa nacional	“O novo exército do Brasil”	Murilo V. Sampaio	Discurso Militar
	Inquéritos e reportagens	“Campanha Nacional do Bônus de Guerra”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
	Legislação	“Legislação brasileira a respeito dos súditos de Estado Inimigo”	Oscar Tenório	Política Interna
Nº 29 – JULHO	Inquéritos e reportagens	“A política financeira da guerra: razões e vantagens da emissão dos bônus”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
	Inquéritos e reportagens	“A campanha da borracha”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
	Inquéritos e reportagens	“Uma realidade, a Fábrica Nacional de Motores”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
Nº 30 – AGOSTO	Política Internacional	“A visita do presidente da Bolívia”	Não indica o autor	Política Externa
	Política Nacional	“O Brasil na América e no mundo”	Paulo Augusto de Figueiredo	Política Interna
Nº 33 – OUTUBRO	Editorial	“O discurso de 7 de Setembro”	Getúlio Vargas	Política Interna
	Editorial	“O presidente, o Brasil e a guerra”	Almir de Andrade	Política Interna
Nº 34 – NOVEMBRO	O Estado Nacional, seu espírito e realizações	“A diplomacia brasileira e a defesa da América”	Jaime de Barros	Política Externa
	O Estado Nacional, seu espírito	“O Brasil na guerra”	Reportagem especial de Cultura	Política Interna

	e realizações		Política	
Nº 35 – DEZEMBRO	Brasil na guerra	“O esforço de guerra brasileiro – norte-americano”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
	Defesa Nacional	“O novo arsenal de Guerra do Brasil”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
Nº 31 EDIÇÃO EXTRAORDINÁRIA – AGOSTO	Editorial	“O papel do Brasil na guerra”	Embaixador dos EUA Jéferson Caferry	Política Externa
	O Brasil na guerra	“A política do Brasil na Guerra e na Paz”	Não indica o autor	Política Externa
	O Brasil na guerra	“Antecedentes de declaração de guerra”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Externa
	O Brasil na guerra	“Crônica do Brasil na Guerra (de agosto de 1942 a agosto de 1943)”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
	A atitude do presidente e a guerra	“A coerência histórica de uma atitude política”	Silvio Peixoto	Política Externa
	Política internacional do Brasil	“A diplomacia brasileira e a guerra”	Jaime de Barros	Política Externa
	Política internacional do Brasil	“A política do Brasil com os Estado Unidos”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Externa
	Economia de guerra	“O esforço de guerra da Coordenação da Mobilização econômica”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
	Economia de guerra	“A campanha nacional das obrigações de guerra”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
	As Forças Armadas do Brasil e a guerra I) A marinha	“O Brasil em guerra e a ação da marinha nacional”	Capitão de Mar e Guerra Dídio Iratim Afonso da Costa	Política Externa
	As Forças Armadas do Brasil e a guerra I) A marinha	“O Brasil na guerra e o poder naval”	Capitão de Mar e Guerra César da Fonseca	Política Externa
	As Forças Armadas do Brasil e a guerra I) A marinha	“A Guerra”	Capitão de Corveta Aurélio Linhares	Política Interna
	As Forças Armadas do Brasil e a guerra II) O Exército	“O exército e a guerra”	Capitão do exército Liberato da Cunha Friedrich	Política Interna
As Forças Armadas do Brasil e a guerra III) A aviação	“A atuação da Força Aérea Brasileira na Guerra”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Externa	
A mobilização para a guerra	“Seleção e preparação do material humano para a guerra”	Peregrino Júnior	Política Interna	
A mobilização para a guerra	“A mobilização dos escolares do Distrito	Entrevista de Cultura Política	Política Interna	

		Federal”	com Tenente-Coronel Professor Jonas Correa	
	A mobilização para a guerra	“Mobilização da polícia num ano e guerra”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
	Outras guerras do Brasil, história, literatura e documento	“História das guerras brasileiras”	Hélio Viana	Política Externa
1944				
Nº 37 – FEVEREIRO	Obras do Governo	“O ressurgimento naval do Brasil”	Reportagem especial de Cultura Política	Discurso Militar
	O pensamento político do presidente	“Três discursos de Vargas”	Comentário de Cultura Política	Política Interna
Nº 38 – MARÇO	Editorial	“Discurso em Curitiba”	Getúlio Vargas	Política Interna
	Problemas militares	“Problema naval brasileiro”	César da Fonseca	Discurso Militar
	Problemas militares	“Em luta com um submarino”	Silvio da Fonseca – jornalista	Discurso Militar
Nº 39 – ABRIL	Legislação	“A legislação de estrangeiros do Estado Nacional”	Luis Antonio Carvalho	Política Interna
		“O Estado Nacional e a ordem social futura”	P. Augusto de Figueiredo	Política Interna
		“Lutar ou desaparecer”	Inácio José Veríssimo	Política Interna
Nº 40 – MAIO	Editorial	“Discurso na A.I.B.”	Getúlio Vargas	Política Interna
Nº 41 – JUNHO	Editorial	“A palavra do Presidente da República à Força Expedicionária Brasileira”	Getúlio Vargas	Discurso Militar
Nº 42 – JULHO	O Brasil e a guerra	“Civismo brasileiro”	Correia Lima	Política Interna
Nº 43 – AGOSTO	Editorial	“Discurso em Belo Horizonte”	Getúlio Vargas	Política Interna
	O Brasil e a Guerra	“Dois anos de guerra”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
Nº 44 – SETEMBRO	Editorial	“Discurso de 7 de setembro”	Getúlio Vargas	Política Interna
	Economia	“A situação econômica do Brasil no quinto ano de guerra”	Reportagem especial de Cultura Política	Política Interna
Nº 45 – OUTUBRO	Editorial	“Saudação à FEB e ao Exército”	Amílcar Dutra de Menezes	Discurso Militar
Nº 46 – NOVEMBRO	Aspectos das realizações do Estado Nacional	“Na guerra e na paz”	Jaime de Barros	Política Externa
	O Brasil na guerra	“A viagem do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira”	Silvio da Fonseca	Discurso Militar

1945				
Nº 48 – JANEIRO	Editorial	“Discurso às classes armadas”	Getúlio Vargas	Política Interna
	Política militar	“A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil”	Humberto Grande	Discurso Militar
Nº 49 – FEVEREIRO	Educação	“Mobilização moral e psíquica”	Correia Lima	Política Interna
Nº 51 – AGOSTO	O mundo em revista	“A aviação, o governo e a guerra”	Não indica	Discurso Militar
Nº 52 – SETEMBRO		“Um ano de campanha na Itália”	Sílvio Fonseca	Discurso Militar
Nº 53 – OUTUBRO		“Um ano da campanha na Itália II”	Sílvio Fonseca	Discurso Militar

MODELO DE FICHA DE LEITURA

DADOS DE IDENTIFICAÇÃO	
Revista nº: 26	Mês e ano: abril, 1943
Seção: Política Internacional	
Título: A nova diplomacia brasileira	
Autor: Jaime de Barros	Cargo/ função: funcionário do Ministério das Relações Exteriores do Brasil
Artigo (X)	Discurso ()
QUESTÕES CENTRAIS	
<p><u>Objetivos:</u> apresentar as mudanças ocorridas ao longo da história da diplomacia brasileira e o reencontro que o Governo de Vargas, desde 1930, realizou com a tradicional política externa brasileira da época imperial e dos feitos de Rio Branco, criando a nova diplomacia brasileira,</p>	
<p><u>Conclusão:</u> desde 1930 a linha da diplomacia brasileira não se alterou. Não perdeu de vista os seus objetivos econômicos e interveio nas questões decisivas e delicadas dos acontecimentos políticos da América. Isso era fruto das qualidades de Vargas e do apoio dado por ele aos ministros das relações exteriores.</p>	
<p><u>Observações:</u> o texto conta a história da política externa brasileira em relação aos problemas de limites, iniciando sua narrativa e análise pelos bandeirantes e pelas resoluções de Alexandre de Gusmão no tratado de Madri. Destaca a relevância de Rio Branco na resolução pacífica desses problemas no século XX e o quanto a diplomacia brasileira parou no tempo após a sua morte, só adquirindo novamente sua agilidade e sua conexão com os problemas do presente após a revolução de 30 e as diretrizes traçadas por Vargas. A política pan-americana teria seu início no Império, se acentuando com Rio Branco.</p> <p>Com as orientações de Vargas, invariáveis em suas diretrizes desde 1930, o Brasil deu orientação econômica à sua política externa e realizou a aproximação com seus vizinhos próximos e distantes, trabalhando intensamente para formar a grande comunidade americana.</p> <p>Com isso, esse artigo visa demonstrar o caráter inovador e ao mesmo tempo tradicional da política externa brasileira, supervalorizando as qualidades de Vargas e suas ações para concretizar essas mudanças na diplomacia brasileira. A nova diplomacia brasileira era nova em relação à realizada pela República, mas era a mesma do Império e de Rio Branco, embora adaptada às necessidades da época.</p> <p>O texto visa valorizar a figura de Vargas à frente das decisões da política externa brasileira, bem como apresentar as mudanças realizadas por ele a fim de colocar o Brasil como um dos líderes do hemisfério.</p>	

Idéias principais:	Argumentos:
<p>A política internacional do Brasil, orientada no sentido pan-americanista, começou a adquirir acentuado relevo, culminando na obra de Rio Branco.</p>	<p>Já no tratado de Madri, a diplomacia brasileira, orientada por um brasileiro que servia ao Reino, adquiriu objetivos americanistas. A emancipação do Brasil acentuou ainda mais essa diretriz, cortando as amarras que o prendiam ao Reino.</p> <p>A partir da Independência, quando o Brasil começou a se aproximar dos EUA, sua política externa não era mais inspirada por Lisboa, nos planos e equívocos de D. João V, D. João VI e Pedro I. O centro de gravitação da diplomacia brasileira havia se deslocado para Washington.</p> <p>Alexandre de Gusmão foi, de certo modo, o precursor do monroísmo, pois fez constar no tratado de Madri que as colônias não deveriam se envolver ou tomar parte nas guerras européias das metrópoles – o que fez com que a separação entre a América e a Europa ficasse nitidamente marcada.</p>
<p>Entre a Independência e a República, os orientadores da política externa brasileira criaram uma escola diplomática única em toda a América.</p>	<p>Onde tato, sutileza e finura de espírito eram alinhados à firme orientação política que conduzia inflexivelmente todos os passos, garantindo a unidade do território nacional e impondo respeito ao nome do Brasil. Mesmo as guerras às quais o Brasil foi arrastado não implicaram no malogro dessa diplomacia.</p>
<p>Mas coube aos diplomatas republicanos completar a obra de seus antecessores, com a vantagem de terem evitado que o Brasil fosse conduzido à guerra.</p> <p>A diplomacia do século XX adquiriu características muito diferentes da do século XIX.</p>	<p>A lealdade de conduta se tornou uma de suas normas imutáveis.</p> <p>Rio Branco tomou para si a tarefa de resolver todos os problemas de limites. Assim foi possível demarcar as linhas das fronteiras brasileiras sem entrar em nenhum conflito com os seus vizinhos. A força moral do Brasil cresceu em todo o continente. O Itamarati consolidou e ilustrou a diplomacia imperial, da qual a obra de Rio Branco foi um desdobramento.</p>
<p>Rio Branco rompeu o isolamento do Brasil e rasgou novos horizontes à diplomacia brasileira, dando a ela nova disposição física e moral e estabelecendo a confraternização entre os povos americanos.</p>	<p>Sem hesitar, ele conseguiu dissipar prevenções, preconceitos de hegemonia e de tutela, se conservando neutro nas pendências locais, ao mesmo tempo em que erguia o escudo do pan-americanismo para que se formasse um bloco bastante forte para resistir aos perigos externos.</p> <p>No III Congresso Latino-Americano (RJ, 1905), lançava a idéia da defesa coletiva da América, a fim de defender a independência e garantir a soberania das nações americanas. Queria, com isso, fundar sob bases concretas e seguras a cooperação de todos os povos continentais.</p>

<p>Depois de Rio Branco, entrou-se em outra fase de profundas transformações de política universal, sem que as normas da diplomacia brasileira se modificassem.</p>	<p>O Brasil foi atingido pelas transformações econômicas do mundo, mas a diplomacia brasileira não se adaptara ao novo cenário. Em uma época caracterizada pela preponderância dos fatores econômicos, ela se via emaranhada nas questões políticas, no devaneio lírico das notas protocolares de embaixadas, legações e chancelarias. Mesmo assim, a representação diplomática brasileira realizava milagres.</p>
<p>O ambiente revolucionário, criado em 1930 com o Chefe do Governo Provisório, favoreceu a mudança que se impunha à política externa brasileira.</p>	<p>Getúlio Vargas deu, com decisão, outro sentido – objetivo e claro – aos negócios exteriores do Brasil. Naqueles 12 anos de governo Vargas, o Itamarati reintegrou-se, como desejava, na sua velha política realista, interrompida com a morte de Rio Branco. A primeira providência foi estabelecer o equilíbrio nas trocas de produtos, a fim de defender o Brasil dos países que impediam a sua expansão comercial.</p>
<p>Em relação à América, foram aplicados os mesmos princípios realistas aos imperativos geográficos.</p>	<p>Se o Brasil domina grande parte do Atlântico e possui limites com quase todos os países meridionais do continente, as diretivas da sua política econômica em relação à América teriam que se basear em uma aproximação continental cada vez mais fecunda, mais intensa e mais rápida. Desse modo, pelos imperativos geográficos e econômicos, o Brasil exerceria um papel pacificador destinado pela história a ele, com o poder de coordenar, atenuar e resolver conflitos no hemisfério.</p>
<p>No continente americano, as tradições do Império foram retomadas, prosseguindo na prática de uma política com mais de 125 anos de história.</p>	<p>Para consolidar e aprofundar cada vez mais suas relações com os países vizinhos, o Presidente Getúlio Vargas se empenhou em resolver as últimas controvérsias sobre limites. O Itamarati, prosseguindo a orientação esclarecida de Rio Branco, tratou de assinalar as linhas fronteiriças nas regiões de mais densa população.</p>

<p>Outro princípio que ficou estabelecido com nitidez e de acordo com a tradição brasileira foi a repulsa a propósitos e aspirações de tutela e de hegemonia sobre outras nações. Disso depende a política de confraternização continental.</p>	<p>A coesão nacional e o nível mais alto de cultura de um povo devem ampliar os sentimentos de solidariedade americana, fortalecer a confiança, no direito e amor à justiça; e não conduzir ao orgulho de uma supremacia absurda. A política de comunhão e de unidade com seus vizinhos, praticada pelo Brasil nos últimos anos, caminha para modificar o sistema de economia imposto pelas civilizações imperialistas de outros continentes; o rumo indicado é o da co-participação nacional, da cooperação continental.</p>
<p>A profunda unidade de ação de Vargas pode ser observada na firmeza com que estava conduzindo, desde 1930, a política externa brasileira.</p>	<p>Os ministros do Itamarati foram alterados, mas sua orientação nos princípios básicos traçados pelo Governo Provisório, não. A diplomacia brasileira não perdeu mais de vista os objetivos econômicos das suas relações externas e, estando integrada ao espírito da época, pode intervir decisivamente nos maiores e mais delicados acontecimentos políticos da América. Foi assim com todos os ministros das Relações Exteriores e assim estava sendo com Osvaldo Aranha – lúcida percepção dos destinos do Brasil no continente e no mundo. O chefe da nação apoiou e estimulou seus ministros das Relações Exteriores (Afrânio de Melo Franco, Macedo Soares e Osvaldo Aranha) nos casos de Letícia e do Chaco, como naquela hora difícil que a civilização passava com a Guerra em que o Brasil estava empenhado.</p>
<p>Citações:</p>	
<p>p. 20</p>	<p>“O ambiente revolucionário criado em 1930, com o Chefe do Governo Provisório investido de poderes discricionários, favoreceu a mudança que se impunha na nossa política externa” “Sem o fetichismo dos cânones diplomáticos, habituado a ir direto à essência dos problemas, possuindo uma poderosa consciência nacionalista, orgulhoso da independência e da soberania do Brasil, Getulio Vargas deu, com decisão, outro sentido, objetivo e claro aos nossos negócios exteriores. Nestes últimos doze anos, sob sua direção, prestigiada por ele, o Itamarati reintegrou-se, como desejava, na sua velha política realista, cujos grandes se interromperam com a morte de Rio Branco”.</p>
<p>p. 21</p>	<p>“Se o Brasil domina grande porção do Atlântico e possui limites com quase todos os países meridionais do continente, fácil é compreender que as diretivas da nossa política econômica em relação à América terão de basear-se numa aproximação continental cada vez mais fecunda, mais intensa e mais rápida”.</p> <p>[...]</p>

	“Desse modo, por força de imperativos geográficos e econômicos, o Brasil exercerá melhor o papel pacificador que a história lhe destinou, com o poder de coordenar, atenuar e resolver conflitos no nosso hemisfério”.
p. 22	“Ao invés de imitarmos a Europa, queremos construir aqui não nacionalidades agressivas, mas uma nova civilização. A grande unidade americana, pela qual o Brasil trabalha sem descanso, deve repousar num consórcio econômico, moral e afetivo de todos os povos que habitam terras livres entre os dois oceanos”. “É essa a política de reconstrução americana em cuja realização nos empenhamos, com energia, há doze anos”.
p. 23	“Pode-se observar bem essa profunda unidade de ação, oculta na falsa aparência das coisas, na firmeza com que vem sendo conduzida, desde 1930, a política externa do Brasil. Sucederam-se os ministros no Itamarati sem que se alterasse a sua orientação nos princípios básicos que lhe traçou o Governo Provisório. A diplomacia brasileira não perdeu mais de vista os nossos objetivos econômicos nas relações internacionais. Integrada no espírito pragmático de nossa época, não hesitou em intervir decisivamente nos maiores e mais delicados acontecimentos políticos da América”.
FICHAMENTO	
Página:	Assunto:
15	<p>O autor inicia seu texto criticando os historiadores da diplomacia brasileira por estudar apenas o período colonial e imperial e omitir o período republicano, destacando apenas a obra de Rio Branco. Esses pesquisadores fazem decorrer toda a ação diplomática brasileira de um simples desdobramento da diplomacia portuguesa, pois teria sido a clarividência do Reino, mais do que o esforço brasileiro, mais do que a argúcia e a tenacidade dos negociadores do I e do II Reinado, que garantiu as fronteiras atuais do Brasil. O tratado de Madrid seria a obra-prima da diplomacia lusitana, inspiradora da brasileira, sendo que D. João VI teria dado continuidade a essa política a fim de assegurar as limites extremos do país, fixados naquele tratado.</p> <p>Mas o autor assinala que os bandeirantes se anteciparam aos negociadores diplomáticos dos tratados de Utrecht e de Madrid, pois avançaram independentes das linhas preestabelecidas pelo sertão e povoaram o que antes era deserto. Desenvolveram culturas, espalharam rebanhos e fundaram cidades, vencendo os obstáculos geográficos, lutando com os índios e, assim, deixavam a marca conquistadora nas terras desbravadas e ocupadas.</p> <p>Os negociadores diplomáticos apareceram depois para legislar, com habilidade e astúcia, sobre essas conquistas.</p> <p>Dessa forma, toda a história da formação territorial do Brasil, desde então, decorre do <i>uti possidetis</i> – princípio de direito internacional segundo o qual os beligerantes em um conflito conservam sua posse no final das hostilidades — criado e imposto pelos bandeirantes.</p>
16	<p>Alexandre de Gusmão levou à diplomacia portuguesa essa nova concepção jurídica da posse efetiva de territórios aplicada ao Direito Internacional. Mesmo não sendo um princípio de sua criação, soube, no entanto, como arguto diplomata, aplicá-la com malícia à defesa dos interesses brasileiros na definição da fronteira com seus vizinhos.</p> <p>As conquistas dos bandeirantes, que faziam o Brasil crescer dilatando seus limites, traziam o problema da sanção jurídica, pois era preciso um título que garantisse a aquisição de tais territórios. Alexandre de Gusmão, ao negociar o tratado de Madrid, descobriu a fórmula consagradora de uma situação de fato e que depois se transformou em regra fundamental da diplomacia brasileira, aplicada até</p>

	<p>aqueles dias. O trabalho desse diplomata foi árduo e pesado, em um jogo perigoso com a diplomacia espanhola.</p> <p>A fim de resolver os problemas de fronteiras e de posse das terras, esse tratado abandonou as linhas imaginárias e os meridianos imprecisos para basear os limites das terras portuguesas e espanholas nos acidentes naturais, aplicando a fórmula do <i>uti possidetis</i>. Ficou estabelecido que cada um dos Estados permaneceria nos territórios cujas posses efetivas se mantivessem no momento do pacto. A Colônia de Sacramento era trocada pelo vasto maciço central.</p> <p>Assim, a grandeza do Brasil foi organicamente conquistada pelos brasileiros através das conquistas das bandeiras e no esforço progressivo dos povoadores que fecundaram a terra com seu trabalho. Nada do que foi conservado era brasileiro, produto obstinado de suas conquistas.</p> <p>Já no tratado de Madri, a diplomacia brasileira, orientada por um brasileiro que servia ao Reino, adquiriu objetivos americanistas. A emancipação do Brasil acentuou ainda mais essa diretriz, cortando as amarras que o prendiam ao Reino.</p>
17	<p>A partir da Independência, quando o Brasil começou a se aproximar dos EUA, sua política externa não era mais inspirada por Lisboa, nos planos e equívocos de D. João V, D. João VI e Pedro I. O centro de gravitação da diplomacia brasileira havia se deslocado para Washington.</p> <p>Alexandre de Gusmão foi, de certo modo, o precursor do monroísmo, pois fez constar no tratado de Madri que as colônias não deveriam se envolver ou tomar parte nas guerras européias, das metrópoles. Assim, a separação entre a América e a Europa ficou nitidamente marcada.</p> <p>A política internacional do Brasil, orientada no sentido pan-americanista, começou a adquirir acentuado relevo, culminando na obra de Rio Branco.</p> <p>Ao longo do século XIX, a diplomacia brasileira enfrentou os mais graves problemas na América. O Brasil estava separado pela diferença de regime político, pelos problemas de limites, pela questão da escravidão e da navegação dos rios comuns. O trabalho da diplomacia imperial avultou em tão delicada circunstância, embora tenha levado o Brasil à guerra mais de uma vez.</p> <p>Entre a Independência e a República, os orientadores da política externa brasileira criaram uma escola diplomática única em toda a América, onde tato, sutileza e finura de espírito eram alinhados à firme orientação política que conduzia inflexivelmente todos os passos, garantindo a unidade do território nacional e impondo respeito ao nome do Brasil. Mesmo as guerra às quais o Brasil foi arrastado não implicaram no malogro dessa diplomacia, pois mesmo quando essas se tornaram inevitáveis, os homens de Estado não perderam o sentido realista de sua política nem a visão de seus objetivos.</p> <p>Mas coube aos diplomatas republicanos completar a obra de seus antecessores, com a vantagem de terem evitado que o Brasil fosse conduzido à guerra.</p> <p>A diplomacia do século XX adquiriu características muito diferentes da do século XIX.</p>
18	<p>Os problemas impostos aos diplomatas brasileiros exigiam certa objetividade. Mais tarde, quando foram colocadas as questões americanas no plano das soluções morais e jurídicas, essa tendência da diplomacia do Brasil se acentuou.</p> <p>A lealdade de conduta se tornou uma de suas normas imutáveis.</p>

	<p>Rio Branco tomou para si a tarefa de resolver todos os problemas de limites. Para tal, convocava os países interessados, um por um, a fim de se realizarem estudos e que se dessem laudos arbitrais com as múltiplas sentenças. Assim, a malícia, a perfídia e a sutileza que fizeram a glória dos diplomatas europeus do século XIX não entravam nas discussões.</p> <p>Assim foi possível demarcar as linhas das fronteiras brasileiras sem entrar em nenhum conflito com os seus vizinhos. A força moral do Brasil cresceu em todo o continente. O Itamarati consolidou e ilustrou a diplomacia imperial, da qual a obra de Rio Branco foi um desdobramento.</p> <p>Depois de Rio Branco, duas transformações caracterizaram a diplomacia brasileira: primeiro, uma transformação econômica – adquirida pelas transformações que ocorriam no mundo desde a I Grande Guerra, e em segundo lugar uma intervenção decidida na política de consolidação da paz no continente.</p> <p>O Brasil retomou – em outra direção e de acordo com suas necessidades, tendências e inspirações – a tradição da diplomacia imperial reatada por Rio Branco na primeira fase da República. Mas o problema internacional brasileiro ainda era, no começo do século, político.</p>
19	<p>Rio Branco restaurou a tradição imperial da política externa brasileiro com esforço sobre-humano.</p> <p>Havia se estabelecido no Ministério das Relações Exteriores uma rotineira ditadura burocrática, que ficava indiferente à renovação do mundo, através de Visconde de Cabo Frio.</p> <p>O Brasil precisava estabelecer a posição perdida no bloco das nações americanas. O Brasil passava por graves perturbações em sua política interna e pelas questões de limites. Tudo isso comprometia o prestígio do país no continente, criando em torno dele uma atmosfera de desconfiança. Essa foi a herança recebida por Rio Branco. Sem hesitar, ele conseguiu dissipar prevenções, preconceitos de hegemonia e de tutela, se conservando neutro nas pendências locais, ao mesmo tempo em que erguia o escudo do pan-americanismo, para que se formasse um bloco bastante forte para resistir aos perigos externos.</p> <p>No III Congresso Latino-Americano (RJ, 1905), lançava a idéia da defesa coletiva da América, a fim de defender a independência e garantir a soberania das nações americanas. Queria, com isso, fundar sob bases concretas e seguras a cooperação de todos os povos continentais.</p> <p>Rio Branco rompeu o isolamento do Brasil e rasgou novos horizontes à diplomacia brasileira, dando a ela nova disposição física e moral e estabelecendo a confraternização entre os povos americanos.</p> <p>Depois de Rio Branco, entrou-se em outra fase de profundas transformações de política universal, sem que as normas da diplomacia brasileira se modificassem. Numerosos diplomatas de escola aguardavam que os mecanismos da chancelaria brasileira se adaptassem à nova ordem das coisas. O mundo havia mudado e da preponderância da fase política das relações entre os povos se passou de chofre para o domínio utilitarista das transações econômicas, e se caminhava para a defesa social.</p>
20	<p>A Grande Guerra alterou o equilíbrio universal e a guerra econômica subsistia à dos campos de batalha. Na América esse abalo foi enorme. Com a guerra, os mercados europeus fecharam e a América teve que movimentar seus próprios recursos, fazendo surgir suas indústrias. Isso acarretou o aumento da sua capacidade produtora e de seu potencial econômico. Com o fim da guerra, pôde dispensar</p>

	<p>grande parte do que a Europa lhe fornecia antes. Mas isso acarretou o declínio da expansão comercial de seus produtos para além do Atlântico e do Pacífico.</p> <p>O Brasil foi atingido por essas transformações, mas a diplomacia brasileira não se adaptara ao novo cenário. Em uma época caracterizada pela preponderância dos fatores econômicos, ela via-se emaranhada nas questões políticas, no devaneio lírico das notas protocolares de embaixadas, legações e chancelarias. Mesmo assim, a representação diplomática brasileira realizava milagres.</p> <p>O ambiente revolucionário, criado em 1930 com o Chefe do Governo Provisório, favoreceu a mudança que se impunha à política externa brasileira.</p> <p>Getúlio Vargas deu, com decisão, outro sentido – objetivo e claro – aos negócios exteriores do Brasil, sem o fetichismo dos cânones diplomáticos, habituados a irremediavelmente à essência do problema, possuindo uma poderosa consciência nacionalista, orgulhosos da independência e da soberania brasileira.</p> <p>Naqueles 12 anos de governo Vargas, o Itamarati reintegrou-se, como desejava, na sua velha política realista, interrompida com a morte de Rio Branco. Como o problema internacional brasileiro não era mais político e, sim, econômico, era preciso situá-lo em seus termos.</p> <p>A primeira providência foi estabelecer o equilíbrio nas trocas de produtos, a fim de defender o Brasil dos países que impediam a sua expansão comercial.</p>
21	<p>O mercado interno passou a adquirir no estrangeiro, de acordo com as condições de cada país acolher a produção nacional. Assim, de acordo com essa política de compensações, foram assinados acordos, pactos bilaterais provisórios e definitivos elaborados por Afrânio de Melo Franco.</p> <p>Em relação à América, foram aplicados os mesmos princípios realistas aos imperativos geográficos. Se o Brasil domina grande parte do Atlântico e possui limites com quase todos os países meridionais do continente, as diretivas da sua política econômica em relação à América teriam que se basear em uma aproximação continental cada vez mais fecunda, mais intensa e mais rápida.</p> <p>Com o avanço de todos os tipos de transporte (ferroviário, marítimo, fluvial, e aéreo), o Brasil encontraria os meios mais seguros para atingir esses objetivos, com um intercâmbio comercial crescente.</p> <p>Desse modo, pelos imperativos geográficos e econômicos, o Brasil exerceria um papel pacificador destinado pela história a ele, com o poder de coordenar, atenuar e resolver conflitos no hemisfério.</p> <p>Dentro dessa orientação traçada pelo presidente Vargas à política externa, os fatores políticos e sociais não foram esquecidos. Apesar de estarem em segundo plano, não deixaram de ser importantes e adquiriram, nos últimos anos, extraordinário relevo.</p> <p>No continente americano, as tradições do Império foram retomadas, prosseguindo na prática de uma política com mais de 125 anos de história.</p>
22	<p>Para consolidar e aprofundar cada vez mais suas relações com os países vizinhos, o Presidente Getúlio Vargas se empenhou em resolver as últimas controvérsias sobre limites. O Itamarati, prosseguindo a orientação esclarecida de Rio Branco, tratou de assinalar as linhas fronteiriças nas regiões de mais densa população. Assim, diversos tratados estabelecidos por Rio Branco foram executados e</p>

	<p>uma comissão militar trabalha para demarcar as fronteiras estabelecidas.</p> <p>Outro princípio que ficou estabelecido com nitidez e de acordo com a tradição brasileira foi a repulsa a propósitos e aspirações de tutela e de hegemonia sobre outras nações. Disso depende a política de confraternização continental.</p> <p>A coesão nacional e o nível mais alto de cultura de um povo devem ampliar os sentimentos de solidariedade americana, fortalecer a confiança, no direito e amor à justiça; e não conduzir ao orgulho de uma supremacia absurda.</p> <p>A política de comunhão e de unidade com seus vizinhos, praticada pelo Brasil nos últimos anos, caminha para modificar o sistema de economia imposto pelas civilizações imperialistas de outros continentes; o rumo indicado é o da co-participação nacional, da cooperação continental dentro de normas e métodos da confederação econômica. Assim, a cultura e o progresso do continente seriam ampliados.</p> <p>O governo brasileiro queria construir uma nova civilização, diferente da Europa, sem ter o nacionalismo agressivo. A grande unidade americana deve repousar no consórcio econômico, moral e afetivo da todos os povos americanos. Para isso o Brasil trabalha sem descanso, com energia, há 12 anos.</p> <p>Um dos traços mais característicos de Vargas é sua ação de presença em todos os setores da administração nacional. Ele sempre esteve presente e vigilante aos menores e menos receptivos movimentos da vida brasileira, ao contrário de certas pessoas que em tudo se envolvem e em nada participam. Assim, foi possível dar ao seu governo uma inconfundível fisionomia em meio a tantas e tão radicais transformações pelas quais o Brasil passou nesse período. Sua arte de governo apresenta um estilo que os acontecimentos não alteram, nem perturbam; além de ter uma serena orientação realista, isenta de entusiasmos e paixões.</p>
23	<p>Essa profunda unidade de ação pode ser observada na firmeza com que estava conduzindo, desde 1930, a política externa brasileira. Os ministros do Itamarati foram alterados, mas sua orientação nos princípios básicos traçados pelo Governo Provisório, não.</p> <p>A diplomacia brasileira não perdeu mais de vista os objetivos econômicos das suas relações externas e, estando integrada ao espírito da época, pôde intervir decisivamente nos maiores e mais delicados acontecimentos políticos da América.</p> <p>Foi assim com todos os ministros das Relações Exteriores e assim estava sendo com Osvaldo Aranha – lúcida percepção dos destinos do Brasil no continente e no mundo.</p> <p>O chefe da nação apoiou e estimulou seus ministros das relações exteriores (Afrânio de Melo Franco, Macedo Soares e Osvaldo Aranha) nos casos de Letícia e do Chaco, como naquela hora difícil que a civilização passava com a Guerra em que o Brasil estava empenhado.</p>

MODELO DE FICHA DE CRUZAMENTO DE DADOS

Categoria: DISCURSO MILITAR

Tema	EXÉRCITO					
Nº de textos	10	1941: 2	1942: 2	1943: 1	1944: 3	1945: 2
Tipo de texto	Artigo assinado: 4		Artigo não-assinado: 1		Discurso: 5	
Quem escreve	Lourival Fontes, então diretor do DIP; Subchefe do Estado Maior do Exército general, Mario Ari Pires; Capitão Amílcar de Menezes, último diretor do DIP; Sílvio da Fonseca, correspondente de guerra junto à FEB (três textos); Murilo V. Sampaio; Eurico Gaspar Dutra; Getúlio Vargas.					
Assuntos	Os textos relacionados a este tema abordam, em linhas gerais, assuntos referentes às funções e qualidades dessa força armada e à melhoria dessa instituição após 1930, mas principalmente depois da implantação do Estado Novo; abordam, também, a importância da imprensa para a divulgação e a explicação das ações do exército para a opinião pública; apresentam como deveria ser a postura do exército diante dos afundamentos dos navios brasileiros na sua costa e discutem a relevância da FEB, a explicação para a formação da mesma e ações dessa na frente de batalha européia.					
	Idéias principais			Referência		
	O exército estava identificado com os desejos e as necessidades do povo brasileiro ou o exército se identificava com a nação.			A Imprensa e o Exército Nacional I e II A proclamação do Ministro da Guerra		
	Após 1930, mas principalmente após o Estado Novo, ocorreu a construção do exército como força viva da nação, ou seja, a implantação do Regime havia trazido altos benefícios ao Exército. O governo estava se esforçando para melhorar o Exército nacional.			O novo exército do Brasil O Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942		

O exército era o grande promotor da unidade e da integração nacional.	A Imprensa e o Exército Nacional I O Novo exército do Brasil
O exército estava unido, firme, confiante e decidido a realizar todos os sacrifícios pela pátria.	A proclamação do Ministro da Guerra
A ação do exército não tinha limites nas sociedades democráticas.	A Imprensa e o Exército Nacional II
A guerra era total e exigia a mobilização militar e civil total.	A Imprensa e o Exército Nacional II Saudação à FEB
A FEB estava auxiliando as nações civilizadas a esmagar os inimigos, sendo, então, os combates nos quais se envolveu relevantes no contexto da guerra.	Saudação à FEB Um ano de campanha na Itália Um ano de campanha na Itália II
A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial	Saudação à FEB Um ano de campanha na Itália Um ano de campanha na Itália II
A FEB estava desenvolvendo rapidamente suas habilidades, pois estava bem armada.	A viagem do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira Um ano de campanha na Itália II A palavra do Presidente da República à Força Expedicionária Brasileira
O Brasil havia entrado na guerra para se defender das agressões, e o envio de soldados para frente da batalha era o momento da vingança.	A palavra do Presidente da República à Força Expedicionária Brasileira.
Cooperação Brasil – EUA (aquisição de armamento e treinamento)	O Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942 O Novo exército do Brasil
Os EUA valorizavam o auxílio militar brasileiro através da FEB e demonstraram sua cooperação e amizade.	A viagem do primeiro escalão da Força Expedicionária Brasileira Um ano de campanha na Itália Um ano de campanha na Itália II
O Governo entendia que o ideal para o país era fabricar seu próprio material bélico. O Governo, então, incentivava a industrialização com a construção de novas fábricas ou a melhoria das existentes.	O Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942
A situação do exército ante de 1930	O Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942 O Novo Exército do Brasil

IDÉIAS E ARGUMENTOS

A idéia de que o exército estava identificado com os desejos e as necessidades do povo brasileiro ou de que o exército se identificava com a nação aparece em três textos que argumentam que essa instituição havia sido a intérprete dos anseios do país em 1930 e que, ao apoiar Vargas, estava personificando a vontade do povo, auxiliando a restituir ao país um sistema político e social dentro da realidade brasileira. Argumentavam, também, que o valor do exército dependia do valor da nação (coesão, espírito de sacrifício, solidariedade, organização econômica, riqueza espiritual das massas, clareza mental das elites). Assim, como o exército se confundiria com o povo ambos, partilhariam as mesmas comoções e ambos vibrariam o mesmo patriotismo sincero e profundo, sendo esses, como sempre, estritamente ligados por afeição e confiança.

Por isso, tanto o exército quanto o povo obedeceriam fielmente à voz de comando do presidente. Nenhum filho do Brasil faltaria ao seu dever naquele momento sombrio que exigia a união de todos na defesa das tradições e dos direitos brasileiros. Só assim seriam dignos da grande pátria brasileira. Seguir a trilha do dever, estando unidos e presos na única e sagrada obrigação, é a forma de se cumprir a gloriosa e rude missão com a Pátria: defendê-la e guardá-la em sua integridade territorial e em sua honra.

Em dois outros textos (“O novo exército do Brasil” e “O Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942”) há como idéia central que após 1930, mas principalmente após o Estado Novo, ocorreu a construção do exército como força viva da nação, ou seja, a implantação do Regime havia trazido altos benefícios ao Exército. Isso porque o Estado Nacional teria desenvolvido toda a capacidade de ação do exército através de um plano de ação política. São apresentadas as obras realizadas em todo o país, de retaguarda (estradas, indústrias bélicas), importantes para o auxílio do Brasil aos aliados e para o aumento da capacidade de defesa nacional, bem como as melhorias realizadas em diversos setores do exército (aumento da aquisição de armamento, das construções militares, do número de efetivos e revisão da legislação militar). Todas essas realizações dariam confiança no futuro e demonstravam que o governo estava se esforçando para melhorar o Exército nacional.

O modelo de Exército brasileiro para ambos os textos é o Imperial. Assim, o Governo havia tornado essa instituição semelhante à do Império. O período da República teria tornado o exército uma instituição lamentável, que não seguia as gloriosas tradições imperiais. A consolidação militar e a prova da capacidade e da eficiência da organização das forças armadas brasileiras teriam ocorrido com os feitos do exército brasileiro na guerra do Paraguai, mas durante a República os detratores liberais haviam espoliado o exército através da imprensa livre e da disputa partidária. Prova disso era que durante a República havia apenas 69 canhões para a defesa da costa brasileira, enquanto que no período colonial os portugueses instalaram 2.800.

Os textos “A Imprensa e o Exército Nacional I” e “O Novo exército do Brasil” desenvolvem a idéia de que o exército era o grande promotor da unidade e da integração nacional desde Caxias, pois esse homem teria lutado pela unidade, apaziguando lutas internas, e porque com a revolução de 30 coube ao exército restaurar a existência nacional. Além disso, o exército, em 1937, teria terminado com o regime liberal e defendido o Brasil das forças desagregadoras, pois ele estava unido e independente, graças às ações do Governo para suas melhorias. No texto “A Imprensa e o Exército Nacional II”, Caxias também é apresentado como aquele que lutou pela unidade nacional.

Para o texto “A proclamação do Ministro da Guerra”, o Exército estava unido, firme, confiante e decidido a realizar todos os sacrifícios pela pátria. Sendo a atitude do Exército firme e serena diante desse rude golpe, ele se ergue unido e confiante, disposto, como sempre, a todos os sacrifícios na defesa do patrimônio moral e material, imperecível legado dos antepassados dos brasileiros. Assim, o Exército enfrenta os acontecimentos com coragem e segurança, não conhece indecisões e forma um só bloco, uma força coesa – sendo que cada soldado saberia, então, sacrificar-se até a morte pelo Brasil.

No texto “A Imprensa e o Exército Nacional II”, a ação do exército é apresentada sem limites nos países democráticos, ou seja, a ação do exército era importante nos diversos setores (político, econômico e social), principalmente nos países sul-americanos – por sua recente organização interna e pelas rivalidades entre os vizinhos. Por isso, caberia à imprensa, e mais especificamente ao DIP, explicar essas ações à opinião pública, incentivar a mobilização espiritual, explicar a organização geral do país, reavivar o sentimento de patriotismo e sacrifícios no povo, enfim, informar a opinião pública, para que essa nunca duvidasse ou desconfiasse da vitória da nação.

O texto “Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942” apresenta a idéia de que o Governo entendia que o ideal para o país era fabricar seu próprio material bélico, pois eram muitos os inconvenientes das importações comerciais que interferiam nos interesses militares e na defesa nacional. O Governo, então, incentivava a industrialização com a construção de novas fábricas ou a melhoria das existentes.

A idéia de guerra total – ou da imposição da guerra de que todos, civis e militares, precisam ser soldados – é apresentada nos textos “A Imprensa e o Exército Nacional II” e “Saudação à FEB”. Segundo esse conceito, o exército seria a nação em armas e, por isso, era preciso que todo o país se mobilizasse a fim de colaborar para que o Brasil chegasse à vitória.

A cooperação do EUA com o Brasil para a aquisição de material e de treinamento é mostrada nos textos “O Ministério da Guerra no quinquênio 1937-1942” e “O Novo exército do Brasil”. Neles são citados os recursos conseguidos pelo Brasil junto a esse país e os materiais adquiridos, sendo que graças a isso o Brasil tinha como ficar tranquilo quanto a sua defesa. Além disso, teria sido em função dessa cooperação que o Brasil conseguiu desenvolver as fontes de produção de material de guerra, o que lhe oportunizava cumprir com suas responsabilidades.

Nos textos sobre a FEB, aparece a justificativa para sua formação: o Brasil havia entrado na guerra para se defender das agressões, e o envio de soldados para frente de batalha era o momento da vingança. Assim, era hora de vingar a agressão insólita e brutal e o sangue dos patrícios barbaramente massacrados pelos navios piratas dos países nazistas. O Brasil faria, novamente, a guerra justa, a dos povos pacíficos que, ao serem ofendidos em sua dignidade, reagem contra os agressores. Isso é o que diziam a tradição brasileira e as lutas nas quais o Brasil havia se empenhado. Pela primeira vez, o Brasil faria a guerra em outro continente, mas fazia isso em revide, pois havia chegado o momento de transformar em atos os sentimentos de repulsa e de indignação. Mas como o inimigo era audaz e perigoso, era preciso agir com o heroísmo sereno dos fortes, tendo em vista que o inimigo daquela época era mais audaz, mais poderoso que todos os outros já enfrentados. Esse foi o motivo que fez o Brasil querer, com seus valentes aliados, combatê-los na sua própria casa. O Exército brasileiro, cheio de louros e de feitos memoráveis, iria atravessar os mares para defrontar o inimigo tenaz e perigoso, podendo provar suas novas armas e sua bravura tradicional nos campos da Europa.

Os soldados brasileiros estariam tão bem armados e supridos como quaisquer outros dos melhores soldados em luta. O Brasil havia se preparado repelindo os ataques traiçoeiros do inimigo e adestrando as forças armadas no uso dos modernos instrumentos de guerra. A Nação permaneceria confiante, saberia que a FEB desempenharia corajosamente a missão, pois continha homens de ânimo varonil, disciplinados, bem treinados e bem armados.

Assim, a FEB estava auxiliando as nações civilizadas a esmagar os inimigos, pois, como estava bem equipada e seus soldados eram destemidos, havia sido efetiva em suas missões, atingindo os objetivos e vencendo os obstáculos. Os soldados da FEB eram heróis que libertavam cidades, rasgavam estradas e esmagavam o inimigo, mostrando ao mundo o valor de uma raça moça viril, sem preconceitos raciais ou religiosos. Assim, as forças brasileiras tiveram papel de relevo no esmagamento dos alemães e um desempenho magnífico, além de terem adquirido grande prática de combate. Além disso, é recorrente a idéia de que os combates nos quais a FEB se envolveu eram relevantes no contexto da guerra, como, por exemplo, a tomada de Monte Castelo, considerada como de vital importância pelos aliados para operações futuras.

Outra idéia freqüente era a de que a FEB desenvolveu rapidamente suas habilidades, pois enquanto os EUA levaram cerca de dois anos para se adaptarem ao ritmo de guerra, o Exército brasileiro treinou apenas seis meses antes de entrar em fogo. Isso fez com que recebessem uma missão importante antes mesmo de terminarem o período de treinamento. Além disso, a apresentação dos elogios dos EUA e de Churchill à tropa brasileira também são recorrentes. Os soldados brasileiros seriam obedientes, asseados, bravos, confiantes, esplêndidos e de boa índole. As ações da FEB, então, demonstravam a grandeza e a amplitude do Regime, pois além da elevação do nome do Brasil através da bravura e da determinação da juventude das forças armadas, havia sido no Regime que eles haviam forjado suas convicções de homens livres.

O texto que narra a viagem do primeiro escalão da FEB demonstra que a população brasileira estava alheia à situação de guerra, no RJ, em SP e em MG, pois não acreditavam que a FEB embarcaria – e, se embarcasse, que ela não participaria ativamente da guerra, pois esta teria acabado até a FEB chegar. Neste texto são apresentadas as ações que comprovariam a cooperação e amizade entre Brasil e EUA, pois a FEB viajou em moderno navio estadunidense, com fortes meios de defesa, o que demonstrava o alto apreço do comando estadunidense às forças aliadas do Brasil. Esse tratamento recebido dos EUA proporcionou a elevação moral das tropas brasileiras, pois conseguiu se adaptar rapidamente à vida a bordo e ao conforto, sendo possível que se mantivesse em pleno vigor físico e com a moral elevada.

Categoria: DISCURSO MILITAR						
Tema	AERONÁUTICA					
Nº de textos	5	1941: 2	1942: 1	1943: 1	1944: ----	1945: 1
Tipo de texto	Artigo assinado: 2		Artigo não-assinado: 3		Discurso: ----	

Quem escreve	Lisias A. Rodrigues, Tenente Coronel Aviador.	
Assuntos	Os textos sobre a aeronáutica abordam a relevância da criação da Força Aérea brasileira, independente das demais forças armadas, para a defesa nacional, bem como destacam a importância dessa força na defesa do país. As ações do Estado Novo para esse setor são apresentadas e justificadas como as melhores medidas que poderia ter tomado a aeronáutica nacional, logo que essa progrediu com o governo de Vargas. Explicam que a relevância da aeronáutica para a guerra era maior do que as outras armas e que, mesmo na paz, ela seria fundamental para defender e cuidar da costa brasileira.	
	Ideias principais	Referências
	FAB é apresentada como fundamental para a defesa nacional.	Organização da Força Aérea Nacional A atuação da Força Aérea Brasileira na Guerra Organização da Força Aérea brasileira II
	A aviação iria efetivar a unidade política brasileira.	A atuação da Força Aérea Brasileira na Guerra Organização da Força Aérea Nacional
	A FAB tinha papel relevante no auxílio aos aliados, defendendo o Atlântico Sul.	A atuação da Força Aérea Brasileira na Guerra
	Cooperação entre Brasil e EUA existia também na área aeronáutica (aquisição de materiais aéreos, cessão da base de Natal, trocas de informações técnicas).	A atuação da Força Aérea Brasileira na Guerra A aviação, o governo e a guerra
	A população se mobilizou para impulsionar a aviação nacional.	A atuação da Força Aérea Brasileira na Guerra
	Com o advento da paz, o avião deveria continuar protegendo a costa brasileira, sua integridade territorial e suas riquezas no solo.	A aviação, o governo e a guerra
	Era economicamente mais viável criar uma Força Aérea do que melhorar as condições da marinha e do exército.	Organização da Força Aérea Nacional
	A indústria nacional deveria estar voltada para formar e manter essa força armada, pois o desenvolvimento da indústria aeronáutica era fator decisivo para manter intacta a integridade nacional.	Organização da Força Aérea Nacional
	A FAB deveria ser constituída somente da aviação de batalha, ou seja, autônoma das demais forças armadas.	Organização da Força Aérea brasileira II
	A FAB era o único organismo nacional mobilizado desde a paz.	Organização da Força Aérea Nacional Organização da Força Aérea brasileira II

O governo deveria investir financeiramente na criação da FAB, pois o fator primordial da segurança e do progresso do Brasil era a aviação.	Organização da Força Aérea brasileira II
O governo organizou e auxiliou todos os setores da aeronáutica. Por isso, após 1930, a aviação teria se desenvolvido de forma rápida no Brasil. Assim, o Governo Vargas valorizava a aeronáutica e entendia que o seu desenvolvimento tornaria o Brasil grande (forte), gerando mais segurança para o país e unindo o território nacional. E estava investindo e se esforçando para resolver o problema aéreo brasileiro	A atuação da Força Aérea Brasileira na Guerra A aviação, o governo e a guerra O Ministério da Aeronáutica no biênio 1941-1942
A guerra oportunizou ao Brasil criar sua ‘poderosa’ aviação.	O Ministério da Aeronáutica no biênio 1941-1942

IDÉIAS E ARGUMENTOS

Os textos que compõem esse tema apresentam, em linhas gerais, três tipos de idéias: as que revelam a importância e a função das Forças Armadas, as que defendem as vantagens dessa arma para o Brasil e as que apresentam as ações do governo.

No primeiro grupo, a FAB é apresentada como fundamental para a defesa nacional – tanto para a defesa das fronteiras, quanto para a da soberania, pois o avião havia modificado o caráter da guerra moderna, acabando com as distâncias e os obstáculos topográficos. Logo o Brasil poderia vivenciar o colapso dos domínios de suas fronteiras e da costa Atlântica, caso não se apoiasse em uma poderosa força aérea, pois tinha posição geográfica e política de destaque no continente. Além disso, ela auxiliaria o governo a efetivar a unidade política brasileira, uma vez que a aviação teria papel saliente na solução dos problemas de comunicação interna na paz e na guerra. O avião era a forma de diminuir as distâncias entre os centros econômicos distantes um do outro, além de ser uma forma de transporte rápida e fácil, capaz de suprir as necessidades das regiões que tinham transportes precários e dispendiosos. No Brasil, o Correio Aéreo Militar havia impulsionado a aviação, pois teria imposto o hábito do vôo fora dos campos, obrigando a criação de uma rede de campos de pouso, além da disseminação dos depósitos de gasolina, das oficinas de reparo e da criação de aeroclubes em todo o Brasil. O papel do avião na guerra era fundamental, tendo em vista que a conquista dos ares representava a conquista das terras, em função, também, da diminuição das distâncias e do seu poder de destruição e de proteção. No auxílio aos aliados e na defesa nacional, a FAB tinha papel relevante, pois patrulhava o Atlântico Sul, acompanhava os comboios e afundava os submarinos do Eixo. Além disso, a guerra havia provado a importância do avião na defesa litorânea e, mesmo com o advento da paz, o avião deveria continuar protegendo a costa brasileira, sua integridade territorial e suas riquezas no solo.

No segundo grupo, a apologia ao desenvolvimento da aviação no Brasil como fator fundamental para a sua defesa aparece com a idéia de que era economicamente mais viável criar uma Força Aérea do que melhorar as condições da marinha e do exército, tendo em vista os preços astronômicos dos navios de guerra e dos armamentos, e o desenvolvimento dos fatores econômicos nacionais (industrialização pesada – siderurgia e indústria de avião, exploração do petróleo e de matérias primas) que favoreceriam a organização da Força Aérea Nacional. Assim, a indústria nacional deveria estar voltada para formar e manter essa força armada, pois ela era a única capaz de se mobilizar instantaneamente e de dar segurança para o país. Sendo assim, o desenvolvimento da indústria aeronáutica era fator decisivo para manter intacta a integridade nacional. Além de tudo isso, as condições mesológicas brasileiras favorecem o desenvolvimento das Forças Aéreas, pois o Brasil tinha condições climáticas e ambientais perfeitas para se voar em todas as horas e durante todo o ano, os recursos eram disponíveis em abundância em todo o país e o povo brasileiro, com as mesmas qualidades de norte a sul, se dedicaria para tornar o país uma potência aérea. Aliás, teria ocorrido uma verdadeira mobilização nacional para impulsionar a aviação através da Campanha Nacional de Aviação.

Por tudo o que foi dito, a FAB deveria ser constituída somente da aviação de batalha, ou seja, da aviação autônoma das outras armas. Isso já estava acontecendo no mundo e o Brasil deveria acompanhar, pois isso daria ao país, em pouco tempo, o domínio aéreo e a vitória sobre qualquer inimigo.

O terceiro grupo de idéias e argumentos defende que o governo deveria investir financeiramente na criação da FAB, pois o fator primordial da segurança e do progresso

do Brasil era a aviação, sendo o único organismo nacional mobilizado desde a paz e capaz de agir quando fosse necessário – e uma aviação poderosa era a garantia da paz e da segurança. O Estado Novo estava orientando o Brasil para o progresso, para que se tornasse uma grande potência, e a aeronáutica era um exemplo disso. O governo organizou e auxiliou todos os setores da aeronáutica, criou o ministério, a legislação aérea, unificou os correios aéreos, subvencionou as escolas civis para formar reservas. Assim, a aeronáutica crescia em proporção geométrica após essas medidas. Por tudo isso, se verificaria que o Governo Vargas valorizava a aeronáutica e entendia que o seu desenvolvimento tornaria o Brasil grande (forte), gerando mais segurança para o país e unindo o território nacional. Exemplos disso são as ações da FAB destruindo os submarinos inimigos, dignas de homenagem, e o fato do avião chegar aonde não chegou o trem e o automóvel. Mas seria preciso unir esforços entre o governo e os demais para tornar a aeronáutica realmente poderosa, e o governo já estava fazendo sua parte, embora fosse necessário, ainda, aumentar o número de oficiais e de equipamentos. Por isso tudo era preciso fazer de tudo para que o Brasil tivesse uma força aérea poderosa - e com o que o governo estava fazendo, em breve, Vargas daria ao país a poderosa força aérea de que ele precisa.

O governo havia unificado a aviação por ser um imperativo mostrado pela guerra para realizar a defesa nacional, pois o domínio dos céus seria o domínio da terra – e, por essa medida, fortificar a aviação, se tornando melhor equipada, se desenvolvendo, ampliando a coordenação técnica e econômica.

Após 1930, a aviação teria se desenvolvido de forma rápida no Brasil: esforço da população mobilizada para equipar os aeroclubes; facilidades para o ingresso de pilotos civis no CPOR e em outros cursos como de mecânico de avião, de rádio e de armamento; grandes números da Escola de Aeronáutica – núcleo gerador de oficiais –, do número de civis formados e dos diversos especialistas para a manutenção do avião; inúmeras obras de infra-estrutura, como campos de pouso, base aéreas aparelhadas, bem como a construção de hangares, quartéis, bases, aparelhamento de parques, montagem da primeira fábrica de aviões. Além de novas fábricas para a construção de aviões e de motores – da siderurgia, da viagem do Ministro para os EUA a fim de adquirir mais conhecimento e experiências para serem implantados na aviação nacional, das ações do ministério de adquirir material, aumentar a formação dos quadros da reserva e a possibilidade de utilizar a estrutura de escolas e centros de treinamento dos EUA para especializar os futuros pilotos da FAB. Assim, o governo estava investindo e se esforçando para resolver o problema aéreo brasileiro, sendo essas ações fundamentais para desenvolver a aviação nacional. Tudo isso gerou o excelente trabalho da FAB na guerra.

Por outro lado, a guerra oportunizou ao Brasil criar sua ‘poderosa’ aviação, embora não se soubesse os sacrifícios que teriam que fazer para alcançar as potências mundiais no fim do conflito. A cooperação entre o Brasil e os EUA também ocorreu na área aeronáutica, através da aquisição de aviões e de treinamento no país estadunidense e da cessão das bases brasileiras para o uso militar dos Aliados, tudo em nome da tradicional amizade entre ambos.

Categoria: DISCURSO MILITAR						
Tema	MARINHA					
Nº de textos	8	1941: ---	1942: 3	1943: 2	1944: 3	1945: ---
Tipo de texto	Artigo assinado: 6		Artigo não-assinado: 2		Discurso: ---	
Quem escreve	Capitão do Mar e Guerra da Marinha Nacional, César da Fonseca (três textos); Tenente da Marinha de Guerra Nacional, A. M. Braz da Silva; Capitão do Mar e Guerra, Dídio Iratim Afonso da Costa; Silvio Fonseca.					
	Os textos desse tema podem ter seus assuntos divididos em quatro linhas principais. A importância da marinha para a proteção nacional, sendo sua ação eficiente também nos esforços de guerra combinados com os aliados: assim, é ressaltada a importância da marinha na situação de guerra, além da relevância dessa instituição para a disseminação de valores como ‘patriotismo’, ‘sacrifício pela pátria’, ‘união’. A marinha é apresentada como uma classe trabalhadora, apesar das dificuldades e dos descasos dos governos do início da República – e era a herdeira					

Assuntos	<p>histórica de um patriotismo que deveria continuar guiando a corporação nos dias de então. Com isso é apresentado o árduo trabalho da Marinha de Guerra Brasileira para proteger o Brasil através das manobras de guerra ou de proteção nacional.</p> <p>Essa eficiência da marinha brasileira servia para justificar a necessidade da subordinação da aviação a essa instituição</p> <p>As diretrizes do Estado Novo para a marinha são apresentadas através dos textos de Vargas. Assim, ficava demonstrado o quanto o Estado Novo e o Presidente entendiam a importância da marinha para o Brasil e, por isso, cuidavam e valorizavam essa instituição através de ações que a melhoravam. Tudo o que já se havia realizado no setor da construção naval pela Marinha de Guerra brasileira é apresentado. Sendo assim, o plano de ressurgimento naval do governo havia saído do papel e era uma realidade. Com isso ficava exemplificado como o trabalho harmonioso e cooperativo gera bons frutos, o quanto o governo estava empenhado em dar as condições necessárias para que a marinha realizasse sua missão e a preocupação e empenho de Vargas em resolver os problemas da marinha, reconhecendo o valor da instituição e de seus membros para a construção do Brasil novo. Apresentam, ainda, como a marinha deveria estar organizada e equipada para cumprir sua missão.</p> <p>Além disso, em um texto há a justificativa das ações do Governo em relação ao envolvimento do Brasil na guerra.</p>
Idéias principais	Referências
A marinha é fundamental para a defesa nacional, para a disseminação dos valores patrióticos.	<p>Nova política naval</p> <p>O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942</p> <p>O Brasil na guerra e o poder naval</p> <p>Em luta com um submarino</p>
A marinha brasileira cumpre sua missão de defesa nacional e de esforços de guerra.	<p>Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942</p> <p>O Brasil em guerra e a ação da Marinha Nacional</p> <p>Em luta com um submarino</p>
O Estado Novo tinha um projeto para melhorar a marinha, pois o governo e o presidente Vargas se importaram com as atividades marítimas e se empenharam em realizar o que era preciso para sua evolução.	<p>Nova política naval</p> <p>O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942</p> <p>O ressurgimento naval do Brasil</p>
O fundamento da defesa do Brasil está no domínio das águas. O problema do Brasil era essencialmente marítimo.	<p>Política naval brasileira</p> <p>O Brasil na guerra e o poder naval</p> <p>Problema naval brasileiro</p>
A política naval brasileira estava subordinada à política Nacional.	Política naval brasileira
A aeronáutica deve ser subordinada à marinha.	Política naval brasileira

	O Brasil na guerra e o poder naval Problema naval brasileiro
O Brasil declarou guerra às nações agressoras, pois haviam sido confirmados os atos de guerra cometidos contra a soberania nacional.	O Brasil em guerra e a ação da Marinha Nacional
O Brasil estava sintonizado com os EUA e com os aliados.	O Brasil em guerra e a ação da Marinha Nacional
A marinha brasileira estava totalmente conjugada com as forças navais norte-americanas.	O Brasil na guerra e o poder naval
A posição do Brasil em relação à guerra é clara, firme, decidida, justa e correta (coerente com os tratados pan-americanos assinados).	O Brasil na guerra e o poder naval
Ao entrar no conflito, o Brasil deu condições aos Aliados de vencerem de forma mais eficaz e ampla.	O Brasil na guerra e o poder naval
O governo fez tudo possível e necessário para auxiliar os aliados e realizar a defesa nacional.	O Brasil em guerra e a ação da Marinha Nacional
Os trabalhadores da marinha (oficiais e civis) eram homens bravos, patrióticos e devotados ao trabalho.	O ressurgimento naval do Brasil Em luta com um submarino Nova política naval
Os brasileiros entendiam a importância da marinha para a defesa nacional e por isso aplaudiam e prestigiavam o reaparelhamento militar.	O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942 Nova política Naval O ressurgimento naval do Brasil O Brasil na guerra e o poder naval O Brasil em guerra e a ação da Marinha Nacional
A forma como a marinha deveria se organizar e ser equipada para cumprir sua missão.	Política naval brasileira Problema naval brasileiro
Necessidade da industrialização para melhorar a Marinha brasileira.	O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942 Nova política Naval Política naval brasileira
A situação da marinha antes de 1930	O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942 Nova política Naval

IDÉIAS E ARGUMENTOS

A marinha é fundamental para a defesa nacional, tendo em vista o tamanho do litoral brasileiro e o caráter predominantemente marítimo que a II Guerra Mundial teria. A marinha era fundamental, também, para a disseminação dos valores patrióticos, através do contato desenvolvido com o povo do litoral, servindo de exemplo e estímulo de amor à pátria – pois o Brasil era pacífico, mas isso não significava inércia e abandono –, além de ser a herdeira do patriotismo e continuar seguindo esta tradição. A história do Brasil estava cheia de exemplos que demonstravam isso, e o texto “Nova política naval” utiliza os termos ‘sadio’, ‘patriotismo’ e ‘amor a pátria’ relacionando-os com a marinha e com seu trabalho.

Sendo assim, as atividades marítimas eram importantes para o progresso, a segurança e o futuro do país, bem como para a sobrevivência, a força e a subsistência dos povos, e por isso deveria ser incrementada. Os países que não cuidaram de seu poder naval decaíram. A missão da marinha, então, era vultosa e relevante, pois as condições topográficas, geográficas, políticas e econômicas do Brasil exigem muito da marinha para a defesa local. A marinha tinha por objetivo manter a segurança e a integridade do território nacional, representando papel proeminente na defesa nacional, pois devido à vulnerabilidade da costa brasileira a marinha tem uma grande responsabilidade e passa a ser a primeira linha de defesa da nação.

A marinha brasileira cumpre sua missão de defesa nacional e de esforços de guerra com eficiência, patrulhando de Norte a Sul o Brasil, cuidando em especial do Nordeste brasileiro, mesmo antes da guerra, pois desde antes do Brasil entrar na guerra a marinha brasileira patrulhava a costa para manter a neutralidade decretada e evitar sabotagens – e através da participação na formação dos comboios que davam proteção nas águas nacionais para a marinha mercante brasileira e aliada, sendo que nenhum navio havia sido torpedeado após a formação deles, devido à eficiência do combate e o auxílio das forças armadas na vigília e no aviso de presença de submarinos nas rotas.

A situação da marinha entre 1910 e 1930 não estava boa e, apesar disso, as atividades do ministério tinham aumentado. A aquisição de 1910 representou grande esforço da administração, mas não resolvia o problema brasileiro, pois a frota não era renovada e o Brasil não fabricava mais navios, sendo que o máximo que conseguia fazer (e já era muito) era realizar a manutenção e os reparos nesses materiais. Apesar disso, a importância da marinha para a defesa e para o comércio crescia.

O II Reinado e o Estado Nacional se assemelham em termos de política naval, pois em ambos os momentos houve investimentos para a fabricação do próprio material naval.

O Estado Novo tinha um projeto para melhorar a marinha que já estava em prática e com sucesso, pois o governo e o presidente Vargas se importaram com as atividades marítimas e se empenharam em realizar o que era preciso para sua evolução. Assim, o governo era o grande promotor da obra de ressurgimento naval, sendo esse uma realidade. Essa iniciativa era um detalhe do grande plano de realizações que, desde 30, se estabeleceu em todo o país. Vargas incentiva essa obra, dando elementos materiais que aparelharam a marinha. Assim, a obra do ressurgimento naval, tão necessária ao Brasil, não seria possível se não fosse o guia, o chefe, minucioso e preciso que, sem desfalecimento e enfrentando toda uma série de dificuldades, não poupa esforços, não esmorece.

Diferente dos governos antes de 30, o Estado Novo valorizava a corporação através da nova política naval, que investia na indústria naval nacional para a renovação da frota. Assim, a esquadra estava renovada e os trabalhos nos estaleiros ocorriam com entusiasmo. As inúmeras realizações do governo em relação à marinha demonstravam isso, de forma que o Estado Novo agiu, realizou, criou, enfim, resolveu na prática o problema naval brasileiro. O Estado Nacional descortinou o problema da marinha e, como consequência, instalou a siderurgia nacional. Por realizar feitos inéditos, estavam rompendo com uma tradição esgotada, a fim de promover o progresso.

O desenvolvimento militar é necessário para a segurança do país, tendo em vista que com o fim dessa guerra outras virão, conforme mostra a história do século XX, repleta de conflitos. As forças armadas são instrumento poderoso para evitar, deter ou destruir as ameaças externas e garantir a segurança nacional, pois não havia mais isolamento entre as nações, nem condições de se chegar a um estado de equilíbrio e entendimento entre elas. Devia-se cuidar da segurança do Brasil com maior determinação, pois o país precisava ser forte para defender seu território, suas riquezas e ser respeitado, sendo que o fundamento da defesa do Brasil está no domínio das águas, tendo em vista que o mar tinha o principal papel na vida do Brasil, pois exercia grande influência no seu destino. O problema do Brasil era essencialmente marítimo, merecendo, assim, maior atenção como objetivo de guerra e merecendo ter uma aviação subordinada ao seu comando, como exemplifica o caso estadunidense que contava com diversos equipamentos, inclusive auxílio da aviação do exército para que obtenha êxito nas suas tarefas. Assim, a eficiência dos comboios depende da coordenação de comando entre aviação e marinha.

O problema naval brasileiro é de magna importância, não só com relação à defesa marítima, mas também para a atividade econômica, uma vez que os mares e as águas

em geral eram importantes para o Brasil, também para as trocas comerciais. Por isso, merece ser cuidado com o maior interesse e decisão. Era preciso dominar e controlar o mar para assegurar a tranquilidade da vida nacional e o bom resultado do exército. As vias de comunicação marítima são de ordem vital da nação.

A política naval brasileira estava subordinada à política Nacional, ou seja, a marinha segue as determinações de conduta do governo, como, por exemplo, não ter ambições imperialistas. A guerra moderna exigia, para se ter sucesso nela, que se tivesse material, pessoal capaz e a organização da Força de acordo com a política da Nação. A sua estratégia deveria ser a ofensiva - defensiva, a aeronáutica deve ser subordinada à marinha, pois sem isso não seria possível que a marinha cumprisse com eficiência seus planos de guerra. Não seria possível obter êxito nas suas ações. Assim, devido à grande extensão da fronteira e das condições especiais do país, essa cooperação aumentava a potência ofensiva das forças navais, além de ser um elemento vital para a defesa da costa, e a guerra moderna exige cooperação das forças devido a sua complexidade, de forma a facilitar a organização dos planos estratégicos e táticos. Assim, a aviação é parte integrante do conjunto de esforços e não é nem mais nem menos importante que outra força, pois as aeronaves não superaram nenhum navio de guerra, apenas os ajudaram a ser mais eficientes e poderosos. O Brasil precisa de um plano para resolver o problema naval brasileiro. Mas era preciso, além da adoção do plano, a existência de homens capazes de dirigi-lo e colocá-lo em prática, pois toda e qualquer organização por si só nada realiza, ela precisa dos homens inteligentes e vigorosos para assegurar o êxito da missão.

O Brasil declarou guerra às nações agressoras, pois haviam sido confirmados os atos de guerra cometidos contra a soberania nacional. O Brasil estava sintonizado com os EUA e com os aliados (visita de militares estadunidenses que demonstravam a cooperação e a amizade entre ambos, recepção de navios ingleses para reparos de rotina e eficiência na luta submarina devido às ações em conjunto), de forma que o governo fez tudo possível e necessário para auxiliar os aliados e realizar a defesa nacional (ocorrência do renascimento da construção naval e da reorganização militar; aquisição em fontes estrangeiras, nas fábricas e nos estaleiros nacionais de materiais para a marinha; melhorias na infra-estrutura da marinha – bases navais; construção de bases navais nos pontos mais adequados indicados pelos EUA; distribuição de diversos grupos de unidades da frota naval nos pontos de convergência, concentração e estação). Assim, a marinha brasileira estava totalmente conjugada com as forças navais norte-americanas e foram estabelecidos os mais perfeitos entendimentos, tendo em vista que não tinha condições de agir sozinha e que a guerra moderna exigia ações coordenadas. Dessa forma, a posição do Brasil em relação à guerra é clara, firme, decidida, justa e correta, pois estava apoiada nas resoluções dos encontros pan-americanos do Panamá e do Rio de Janeiro, sendo que ao entrar no conflito o Brasil deu condições aos Aliados de vencerem de forma mais eficaz e ampla, pois era ponto de apoio das operações além-mar. Agindo assim, o Brasil mantinha seu prestígio, defendia sua honra e salvaguardava seus direitos.

Além disso, os trabalhadores da marinha (oficiais e civis) eram homens bravos e devotados ao trabalho. Quando no trabalho no Arsenal se colhiam os bons resultados da força de vontade e de entusiasmo, do sentimento de cordialidade e de fidalguia entre oficiais e operários, todos seguiam o mesmo lema de cumprir seu dever sem dúvidas, choque de opiniões ou ressentimentos; nos trabalhos nos navios, realizando as escoltas, a tripulação era organizada, tranqüila, serena, disciplinada e confiante. Eram, ainda, vigilantes, indiferentes à dramática e constante vigília, os marinheiros brasileiros que zelavam pelas vidas e pela segurança dos que navegam em mares nacionais; a tripulação é bem treinada e já está acostumada a enfrentar os submarinos de forma que isso ocorria sem surpresas.

Por fim, o texto “O Ministério da Marinha no quinquênio 1937-1942” apresenta a idéia de que os brasileiros se sentiam ligados ao mar, pois entendiam sua importância para a história, para o progresso, para a coesão e para a defesa nacional. E o texto “Nova política Naval” diz que o povo entendia e aplaudia o reaparelhamento militar, por isso nenhum sacrifício seria excessivo devido a sua finalidade patriótica. O empenho dos militares era proporcional à vontade do povo. Além disso, o texto “O ressurgimento naval do Brasil” diz que inúmeros brasileiros de todas as classes assistiam às cerimônias de lançamento dos navios, demonstrando seu interesse pelo engrandecimento da Armada. E no segundo texto, “O Brasil na guerra e o poder naval”, os brasileiros julgaram as ações da marinha, só podendo se congratular com a nação e com o governo pelos ótimos resultados obtidos, que revelam o patriotismo e a proficiência da gente do mar do Brasil.

Categoria: DISCURSO MILITAR						
Tema	FORÇAS ARMADAS EM GERAL					
Nº de textos	5	1941: ---	1942: 4	1943: ---	1944: ----	1945: 1
Tipo de texto	Artigo assinado: 5		Artigo não-assinado: ---		Discurso: ---	
Quem escreve	Coronel do Exército Nacional T. A. Araripe; Tenente- Cel. Aviador Lísias A. Rodrigues; Major do Exército Sérgio Marinho; Tenente – Coronel do Exército Nacional Floriano de Lima Brayner; Humberto Grande.					
Assuntos	Esses cinco textos apresentam como as forças armadas deveriam se preparar desde a época de paz, explicando a importância do preparo militar, da educação para a guerra, da mudança de mentalidade do povo e dos dirigentes brasileiros quanto à necessidade de preparar todos para as situações de guerra – apontando a existência de uma mentalidade defensiva e isolacionista nas forças armadas brasileiras, e explicando porque ela deveria ser combatida. Assim, é demonstrada a importância da organização sócio-militar desde a época de paz, da necessidade da participação da população instruída nas forças armadas, do uso do exército para formar os comandantes capazes de conduzirem as massas mobilizadas para a defesa da nação, bem como a justificativa da necessidade da preparação psicológica e política do material humano das forças armadas para entender, amar e aplaudir a política do Estado e a apresentação das qualidades de um condutor de homens para que os jovens da reserva as praticassem no meio civil, ou seja, como deveriam agir os oficiais da reserva no meio civil para preparar a nação para a guerra.					
Idéias principais			Referências			
A sociedade deveria estar organizada racionalmente e receber uma educação militar, desde os tempos de paz, a fim de se ter um ‘serviço obrigatório de segurança nacional’, facilitando a mobilização na guerra.			Exército selecionado ou milícia O oficialato da reserva e suas responsabilidades em face do exercício do comando A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil			
As forças armadas devem estar subordinadas ao Estado e, para tal, deve haver uma preparação política do material humano dessas instituições.			Preparação política das forças armadas			
A organização militar deve ocorrer a partir de uma força de paz selecionada e altamente treinada e capacitada para selecionar, organizar e comandar as massas mobilizadas.			Exército selecionado ou milícia O oficialato da reserva e suas responsabilidades em face do exercício do comando			

Os oficiais da reserva devem desenvolver um trabalho metódico e sistemático de infiltração social, para desenvolverem o amor à pátria e o espírito de sacrifício para defendê-la.	O oficialato da reserva e suas responsabilidades em face do exercício do comando
A América e o Brasil deveriam modificar sua postura isolacionista e defensiva, pois nenhuma nação era totalmente isolada do mundo, e a guerra de então e o desenvolvimento da aeronáutica mostravam o equívoco dessa mentalidade.	Isolacionismo e defensiva na democracia
O Brasil da era Vargas teria todas as condições para modificar essa mentalidade e precisa modificá-la para não ser mais agredido e ter paz.	Isolacionismo e defensiva na democracia
O povo brasileiro e, principalmente, a maioria de seus governantes precisavam mudar a mentalidade a fim de se prepararem para a necessidade de defesa e de ações na guerra atual e futuras.	A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil
A guerra é a maior educadora dos povos e no Brasil ela desenvolveria a virilidade, a coragem e o espírito de sacrifício do povo; afirmaria a alma nacional, unindo os brasileiros em torno da Pátria; e oportunizaria que o Brasil se tornasse um país forte e poderoso.	A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil
O pan-americanismo verdadeiro é um imperativo vital para toda a América. É preciso praticar efetivamente o pan-americanismo para garantir a defesa continental, a defesa dos valores, da cultura e da civilização. A América precisa estar sempre unida, na guerra e na paz, para realizar seu destino civilizador.	A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil
A continuidade das obras do Estado Novo, sob as orientações de Vargas, era fundamental para o crescimento brasileiro, para que se tornasse uma potência militar e para a conquista da liderança na América do Sul, bem como para concretizar seu destino de nação civilizadora.	A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil
O Governo havia feito de tudo para melhorar as forças armadas, tornando-as eficientes.	Isolacionismo e defensiva na democracia
Deveria se desenvolver uma colaboração entre o exército e o povo, entre as classes armadas e as outras classes, ou seja, a compreensão generalizada entre civis e militares, a fim de fortalecer a defesa nacional – Guerra Total.	A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil Exército selecionado ou milícia O oficialato da reserva e suas responsabilidades sem face do exercício do comando

As forças armadas seriam o sustentáculo do regime brasileiro, a base da organização nacional, e energia suprema da unidade do país; além de serem forças nacionalistas e nacionalizadoras.	A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil Preparação política das forças armadas O oficialato da reserva e suas responsabilidades em face do exercício do comando
Era indispensável para uma nação ter um exército de paz formado por um pessoal selecionado, pois o Exército do Brasil tem uma grande missão educativa e cultural, econômica e política que está relacionada com a expansão econômica, unidade nacional, defesa das instituições, manutenção da ordem e defesa da pátria.	A doutrina do pan-americanismo bélico e o Brasil Exército selecionado ou milícia
IDÉIAS E ARGUMENTOS	
<p>Poderíamos dividir as idéias desse tema em quatro grupos: a organização sócio-militar, a mudança de mentalidades das forças armadas e do povo, a função da guerra para o Brasil e para a América e a defesa do Estado Novo como forma e governo ideal para conquistar e preservar a posição do Brasil na América e no mundo.</p> <p>A sociedade deveria estar organizada racionalmente e receber uma educação militar, desde o tempo de paz, a fim de se ter um “serviço obrigatório de segurança nacional”, pois as nações devem estar organizadas para sua defesa e para a guerra, tendo em vista que as que não estavam assim organizadas tiveram que agir para se modificar – à custa de grandes prejuízos. Assim, em caso de guerra, o impacto da mobilização era menor, pois a sociedade já estaria treinada para isso, e estaria organizada racionalmente com seus setores industriais, de transporte, etc, funcionalmente da melhor forma possível, de maneira que em caso de guerra o impacto da mobilização e do esforço de guerra não perturbaria a vida normal, tendo em vista que os mobilizados já estariam preparados para isso.</p> <p>Cada vez mais, toda a população deve estar preparada (no mínimo psicologicamente) para participar das guerras. Por isso, os oficiais da reserva deveriam desenvolver um trabalho metódico e sistemático de infiltração social, para desenvolverem o amor à pátria e o espírito de sacrifício para defendê-la. Como o Brasil é, por tradição, anti-belicoso e anti-militarista, o povo era mais despreparado psicologicamente para enfrentar a guerra. O amor à pátria e o espírito de sacrifício foram sentimentos retardados pelas formas de governo descentralizadas, com autonomia dos estados e com desorganização social existente no Brasil antes de 37. Assim, a educação pela caserna era fundamental para fortalecer a nação e, por isso, deveria ser feita para todos os grupos sociais. A educação pela caserna viriliza o povo, os ensina a sacrificar a vida pela Pátria, prepara uma nacionalidade que na luta obtém a vitória. Essa educação visa formar indivíduos com hábitos e costumes bélicos, mas com calma, equilíbrio e serenidade ante o perigo; visa preparar o homem para a vida em sociedade e transformar cada cidadão num combatente disciplinado e com iniciativa para defender a pátria, a soberania nacional e a sociedade. Todos, sem distinção de idade ou sexo, precisam se educar para a luta armada. A história mostra que quando isso não ocorre os povos ficam fracos e condenados à escravidão. Com isso, percebe-se que educação militar é muito importante para preparar o país para se defender, para preparar a nação para a guerra. Os povos civilizados levam muito a sério a educação para a guerra, no momento.</p> <p>Além disso, a propaganda de guerra é um elemento indispensável para a vitória. “A propaganda de guerra eficiente é uma força extraordinária, uma arma de poder invencível”. Ela prepara os ânimos do povo, formando sentimentos fortes, pois ela nutre e consolida a unidade anímica do povo, dando orientação e força a ele para prosseguir com firmeza na luta; alcança grandes vitórias ao manter aceso o entusiasmo do povo, o instinto belicoso da raça, a combatividade coletiva e a força virial da nacionalidade.</p> <p>A organização militar deve ocorrer a partir de uma força de paz selecionada e altamente treinada e capacitada para selecionar, organizar e comandar as massas mobilizadas, pois com o avanço tecnológico dos materiais de guerra é fundamental que haja um grupo altamente treinado e conhecedor dessas novas tecnologias para poder ensinar e conduzir as massas mobilizadas. Assim, o Brasil deveria ter organizado um grande núcleo de oficiais graduados e especialistas, permanente ou semi-permanente, para formar o 1º escalão para instruir a nação, recrutar e mobilizar, orientar os agrupamentos de orientação da indústria de guerra e da organização civil, além de produzir constantemente quadros de reserva sólidos. Assim, esses avanços tecnológicos da guerra moderna tornaram o problema dos oficiais da reserva uma preocupação não só dos</p>	

chefes militares, mas dos comandantes das nações. Cada vez mais, era necessário que essa reserva estivesse atualizada nos avanços das guerras modernas e os comandantes militares deveriam desenvolver um conjunto de qualidades que fossem os pilares da sua personalidade. O êxito dos comandos resultaria na solidificação dessas qualidades na personalidade. Tudo isso seria fundamental para que o país tivesse condições de se defender e participar de uma guerra. As forças armadas deveriam, ainda, estar subordinadas ao Estado e, para tal, deveria haver uma preparação política do material humano dessas instituições, pois é nas forças armadas que o Estado autoritário vai repousar, tendo em vista que elas existem para preservar o Estado. Mas, antes, as forças armadas brasileira viviam em disponibilidade ideológica, viviam em carência de alimentação ideológica, sendo que antes de 37 os militares eram filiados tanto na ANL quanto na AIB. A orientação das forças armadas, nos últimos anos, manteve a ordem nacional e permitiu o crescimento e o progresso do Brasil em todos os setores – social, político, econômico. A função das forças armadas, assim, é afirmar a nacionalidade, zelar pelas tradições, dominar o território nacional, nutrir a confiança do povo, desenvolver um patriotismo ativo e dinâmico, além de ser o sustentáculo do regime brasileiro, a base da organização nacional, a energia suprema da unidade do país e das forças nacionalistas e nacionalizadoras. Essas funções seriam exercidas através das três grandes instituições do Estado Nacional: o Exército (defende o território nacional), a Marinha (defende a costa brasileira) e a Aviação (defende os céus). Foi essa grande responsabilidade que fez o exército abrir estradas e criar casernas e quartéis em todo o país, avançando a oeste, nacionalizando os filhos de imigrantes, civilizando os índios – e que fez a marinha reconstruir sua esquadra com disciplina e ordem, e que fez a aviação ligar o território nacional

O exército brasileiro, assim, deveria ser constituído do melhor material humano da nação, pois esses teriam condições de entender as novas tecnologias e ensinar as massas, de forma que era indispensável para uma nação ter um exército de paz formado por um pessoal selecionado. Isso daria condições para o país melhor se defender e participar das guerras. O Exército do Brasil tem grande missão educativa e cultural, econômica e política que está relacionada com a expansão econômica, unidade nacional, defesa das instituições, manutenção da ordem e defesa da pátria. A função do exército, única força organizada da sociedade brasileira, de guardião da ordem contra os desmandos democráticos. Isso só não ocorre quando o exército se agita para se apartar da velha instituição que cai por si, sem grandes abalos – o exército satisfaz a aspiração nacional, natural nos processos evolutivos. Após isso, ele volta à sua função de guardar a ordem. Assim foi na Independência, na Proclamação da República, na revolução de 30 e no 10 de novembro. Agora ele aguarda a sua grande construção de 10 de novembro, que tirou o país das agitações que o levaria à guerra civil e ao esfacelamento, restituindo a paz. A história do Brasil demonstrava que foram os militares que formaram, defenderam e mantiveram a grandeza atual da Pátria. Por isso, Caxias deveria ser cultuado por todos os patriotas gratos pela sua grandiosa e elevada obra: administrador e político eficiente, patriota ardente e entusiasta que tinha consciência do Brasil grande forte e unido, impediu a desagregação do Brasil, pacificou o país e fortaleceu o sentido de unidade nacional, preparando a nacionalidade para as lutas da guerra do Paraguai..

A América e o Brasil, mais particularmente, tinham uma mentalidade isolacionista e defensiva que surgiu no período da colônia e se perpetuou no âmbito político até o século XX, que fazia crer que não sofreria as influências dos acontecimentos mundiais e nem seria agredido em função das barreiras oceânicas. Mas nenhuma nação é totalmente isolada do mundo, pois a evolução da indústria e do comércio, além do intercâmbio cultural, criou laços de interdependência dos povos – e nem a história de um povo pode ser compreendida isoladamente. Além disso, a guerra de então e o desenvolvimento da aeronáutica mostravam o equívoco dessa mentalidade, pois aquela estava sendo a era da aviação, e esta provou que desconhecia as barreiras oceânicas. A aeronáutica já tinha essa postura ofensiva, pois as forças aéreas sempre atacam.

O Brasil da era Vargas teria todas as condições para modificar essa mentalidade e precisa modificá-la para não ser mais agredido e ter paz, pois tinha um chefe à altura dos acontecimentos mundiais, oficiais de alta cultura e soldados bravos e heróicos. Assim, era urgente que se modificasse radicalmente a mentalidade do povo brasileiro e, principalmente, da maioria de seus governantes. As novas gerações deveriam ser educadas e orientadas de acordo com essas diretrizes, além de serem ambientadas no espírito dos tempos. Elas deveriam estar preparadas para o caos em que o mundo e a sociedade se encontram, a fim de que pudessem tomar as atitudes convenientes diante dos acontecimentos.

A guerra era a maior educadora dos povos, e no Brasil ela desenvolveria a virilidade, a coragem e o espírito de sacrifício do povo; afirmaria a alma nacional, unindo os brasileiros em torno da Pátria, de forma que ela oportunizaria que o Brasil se tornasse um país forte e poderoso. Isso aconteceria através da produção intensa de todas as suas riquezas, pela industrialização do país, pela instalação da grande siderurgia, da metalurgia e da indústria maquinofatureira. Com a guerra, o Brasil teria adquirido experiência que serviria para o país construir seu futuro. Assim, após a guerra, o Brasil estaria mais consciente do seu destino, mais forte e poderoso para cumprir seu papel na América e realizar seu programa de grande nação. Com isso, o conflito mundial seria benéfico para o futuro do país e do continente, que afirmaria sua cultura e fortaleceria sua consciência americana. Essa guerra traria ao Brasil vantagens no terreno econômico, sociológico e psicológico, fortalecendo o povo e desenvolvendo a indústria nacional, amadurecendo o espírito do brasileiro, que se tornaria consciente dos superiores destinos do país.

Como o período pacífico não retornará facilmente – pois as previsões para o futuro eram de lutas entre classes em um mesmo país, entre povos e entre ideologias e princípios –, a humanidade estaria em um ciclo guerreiro onde só os fortes e capazes subsistiriam como nacionalidade, o pan-americanismo verdadeiro era um imperativo vital para toda a América. Era, então, preciso praticar efetivamente o pan-americanismo para garantir a defesa continental, a defesa dos valores, da cultura e da civilização. A América precisava estar sempre unida, na guerra e na paz, para realizar seu destino civilizador, pois sem a cooperação dos EUA a América não teria como realizar seu destino e estaria comprometida pelas invasões de outros continentes.

Apesar de a América ser solidária, harmônica e inspirar a paz, provou em 1914 e na guerra de então que sabia lutar pelos grandes princípios. A guerra deveria oportunizar o desenvolvimento do pan-americanismo em diversos aspectos – econômico, político, social e cultural. Armar a América era uma atitude realista que deve ser realizada para não perturbar a evolução do continente. A América precisa se preparar para não viver, depois dessa guerra, em lutas internas, revoluções e crises.

O Brasil tinha o destino de nação civilizadora e não queria desaparecer nas conflagrações atuais e futuras. Queria defender sua gente, seu território, sua cultura e sua civilização. Para tal, precisava de grandes exércitos preparados para todas as emergências e eventualidades. Vargas compreendeu essa necessidade e desde, o início do seu governo, dispensou maior atenção às forças armadas, organizando, reparando e modernizando essas instituições, de forma a estarem prontas para cumprirem seu papel. Assim, o povo não podia ignorar a grandiosa obra do Estado Nacional – deveria, antes, colaborar com o governo para fortalecer a pátria.

A guerra moderna exigia a colaboração entre exército e povo, entre as classes as armadas e as outras classes, pois o problema militar não interessava mais apenas às classes armadas, mas à nação inteira – guerra total. A guerra mostrou o que ocorre com os povos fracos e desprevenidos. Por tudo isso, é preciso desenvolver uma compreensão generalizada entre civis e militares do Brasil. Além disso, com o governo Vargas, o Brasil alcançaria o objetivo de construir a siderurgia, única forma de o país ser forte militarmente. O Brasil, para se tornar uma potência militar, para ser respeitado na América e no mundo, precisa da grande siderurgia. O Brasil só se tornará forte e poderoso se fortalecer sua economia, industrializando-se, aproveitando suas forças naturais e explorando seus recursos e riquezas. Sem isso é impossível fabricar armas para defender o território nacional e ter um exército bem equipado, uma marinha bem armada e uma aviação poderosa. Então, caso o Brasil continuasse assim, reconquistaria a liderança definitiva da América do Sul e, com o governo Vargas, o Brasil alcançaria esse propósito tão almejado.

Graças ao Estado Nacional, a nação estava em ordem e trabalhava com intensidade, podendo colaborar com os aliados para a obtenção da vitória, fornecendo matéria-prima em abundância, além de produtos agropecuários e manufaturados. Para desempenhar seu papel na civilização, o Brasil precisava se manter em ordem e organizado dentro do atual regime, que lhe permitiria todo o progresso. Por tudo isso, o Brasil precisa continuar com a organização do atual regime.

 QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS DA CATEGORIA POLÍTICA INTERNA

 POLÍTICA INTERNA
 ASSUNTOS COMUNS AOS TEMAS

A guerra moderna é total.	
As ações do governo para o esforço de guerra	18,75% - 3/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	46,66% - 7/15 textos
As ações do governo para o progresso do país	---
A situação interna do Brasil na guerra	7,69% - 1/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
Mobilização total da população, dos trabalhadores e dos órgãos do governo	
As ações do governo para o esforço de guerra	37,5% - 6/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	100% – 15/15 textos
As ações do governo para o progresso do país	14,28% 1/7 texto
A situação interna do Brasil na guerra	84,61% - 11/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
Necessidade de produção e de industrialização	
As ações do governo para o esforço de guerra	43,75% - 7/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	20% - 3/15 textos
As ações do governo para o progresso do país	28,57% - 2/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	46,15% - 6/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
Mobilização econômica	

As ações do governo para o esforço de guerra	18,75% - 3/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	26,66% - 4/15 textos
As ações do governo para o progresso do país	57,14% - 4/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	---
A situação do Brasil no pós-guerra	---
Ações do Estado Novo em função da guerra	
As ações do governo para o esforço de guerra	100% - 16/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	13,33% - 2/15 textos
As ações do governo para o progresso do país	85,71% - 6/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	7,69% - 1/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
Elogios a Vargas em relação à sua forma de guiar o Brasil	
As ações do governo para o esforço de guerra	31,25% - 5/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	---
A situação interna do Brasil na guerra	7,69% - 1/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	25% - 1/4 textos
Necessidade de união dos brasileiros acima das divergências	
As ações do governo para o esforço de guerra	12,5% - 2/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	7,69% - 1/15 texto
As ações do governo para o progresso do país	28,57% - 2/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	53,84% - 7/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	50% - 2/4 textos
Qualidades do Estado Novo	
As ações do governo para o esforço de guerra	18,75% - 3/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	57,14% - 4/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	61,53% - 8/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	50% - 2/4 textos
O pós-guerra e o futuro do Brasil	
As ações do governo para o esforço de guerra	---

A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	42,85% - 3/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	23,07% - 3/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	100% - 4/4 textos
O auxílio mútuo e eficiente do Brasil com os Aliados	
As ações do governo para o esforço de guerra	43,75% - 7/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	14,28% - 1/7 texto
A situação interna do Brasil na guerra	23,07% - 3/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
Necessidade de união continental na guerra e no pós-guerra	
As ações do governo para o esforço de guerra	6,25% - 1/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	28,57% - 2/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	38,46 % - 5/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
A conduta invariável do Brasil em relação à guerra	
As ações do governo para o esforço de guerra	12,25% - 2/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	14,28% - 1/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	---
A situação do Brasil no pós-guerra	---
O Brasil é um país pacífico que foi arrastado para a guerra.	
As ações do governo para o esforço de guerra	31,25% - 5/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	---
A situação interna do Brasil na guerra	15,38% - 2/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
As agressões do Eixo ao Brasil despertaram a fúria do povo.	
As ações do governo para o esforço de guerra	25% - 4/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---

As ações do governo para o progresso do país	---
A situação interna do Brasil na guerra	7,69% - 1/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
Brasil pioneiro do pan-americanismo e amigo tradicional dos EUA	
As ações do governo para o esforço de guerra	6,25% - 1/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	14,28% - 1/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	15,38% - 2/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
O exército se confundia com o povo sendo um só bloco.	
As ações do governo para o esforço de guerra	6,25% - 1/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	42,85% - 3/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	15,38% - 2/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---
As forças armadas foram bem equipadas pelo Estado Novo.	
As ações do governo para o esforço de guerra	12,25% - 2/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	42,85% - 3/7 textos
A situação interna do Brasil na guerra	---
A situação do Brasil no pós-guerra	---
As consequências das guerras para fortalecer os povos	
As ações do governo para o esforço de guerra	12,25% - 2/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	6,66% - 1/15 textos
As ações do governo para o progresso do país	---
A situação interna do Brasil na guerra	---
A situação do Brasil no pós-guerra	---
A situação do Brasil antes de 1930	
As ações do governo para o esforço de guerra	---
A preparação do Brasil para a guerra	6,66% - 1/15 texto
As ações do governo para o progresso do país	42,85% - 3/7 textos

A situação interna do Brasil na guerra	---
A situação do Brasil no pós-guerra	---
A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial	
As ações do governo para o esforço de guerra	25% - 4/16 textos
A preparação do Brasil para a guerra	---
As ações do governo para o progresso do país	---
A situação interna do Brasil na guerra	15,38% - 2/13 textos
A situação do Brasil no pós-guerra	---

IDÉIAS ESPECÍFICAS DE CADA TEMA	
A preparação do Brasil para a guerra	
Os homens deviam ser selecionados por critérios rigorosamente funcionais.	6,66% - 1/15 textos
As ações do governo para o esforço de guerra	
O Brasil estava unindo as armas aos aliados e enviaria tropas para a guerra.	31,25% - 5/16 textos
A situação interna do Brasil na guerra	
Sobre como e por que o Brasil entrou na guerra	15,38% - 2/13 textos

IDEIAS	A preparação do Brasil para a guerra	As ações do governo para o esforço de guerra	As ações do governo para o progresso do país	A situação interna do Brasil na guerra	A situação do Brasil no pós-guerra
A guerra moderna é total.	46,66% - 7/15 textos	18,75% - 3/16 textos	---	7,69% - 1/13 textos	---
Mobilização total da população, dos trabalhadores e dos órgãos do governo	100% - 15/15 textos	37,5% - 6/16 textos	14,28% 1/7 texto	84,61% - 11/13 textos	---
Necessidade de produção e de industrialização	20% - 3/15 textos	43,75% - 7/16 textos	28,57% - 2/7 textos	46,15% - 6/13 textos	---
Mobilização econômica	26,66% - 4/15 textos	18,75% - 3/16 textos	57,14% - 4/7 textos	---	---
Ações do Estado Novo em função da guerra	13,33% - 2/15 textos	100% - 16/16 texto	85,71% - 6/7 textos	7,69% - 1/13 textos	---
Elogios a Vargas em relação à sua forma de guiar o Brasil	---	31,25% - 5/16 textos	---	7,69% - 1/13 textos	25% - 1/4 textos
Necessidade de união dos brasileiros acima das divergências	6,66% - 1/15 texto	12,5% - 2/16 textos	28,57% - 2/7 textos	53,84% - 7/13 textos	50% - 2/4 textos
Qualidades do Estado Novo	---	18,75% - 3/16 textos	57,14% - 4/7 textos	61,53% - 8/13 textos	50% - 2/4 textos
O pós-guerra e o futuro do Brasil	---	---	42,85% - 3/7 textos	23,07% - 3/13 textos	100% - 4/4 textos
O auxílio mútuo e eficiente do Brasil com os Aliados	---	43,75% - 7/16 textos	14,28% - 1/7 texto	23,07% - 3/13 textos	---
Necessidade de união continental na guerra e no pós-guerra	---	6,25% - 1/16 textos	28,57% - 2/7 textos	38,46% - 5/13 textos	---
A conduta invariável do Brasil em relação à guerra	---	12,25% - 2/16 textos	14,28% - 1/7 textos	---	---
O Brasil é um país pacífico que foi arrastado para a guerra.	---	31,25% - 5/16 textos	---	15,38% - 2/13 textos	---
As agressões do Eixo ao Brasil despertaram a fúria do povo.	---	25% - 4/16 textos	---	7,69% - 1/13 textos	---
Brasil pioneiro do pan-	---	6,25% - 1/16 textos	14,28% - 1/7 textos	15,38% - 2/13 textos	---

americanismo e amigo tradicional dos EUA					
O exército se confundia com o povo sendo um só bloco.	---	6,25% - 1/16 textos	42,85% - 3/7 textos	15,38% - 2/13 textos	---
As forças armadas foram bem equipadas pelo Estado Novo.	---	12,25% - 2/16 textos	42,85% - 3/7 textos	---	---
As consequências das guerras para fortificar os povos	6,66% - 1/15 textos	12,25% - 2/16 textos	---	---	---
A situação do Brasil antes de 1930	---		42,85% - 3/7 textos	---	---
A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial	---	25% - 4/16 textos	---	15,38% - 2/13 textos	---

FREQUÊNCIA TOTAL DAS IDEIAS NA CATEGORIA ‘POLÍTICA INTERNA’

IDEIAS	Frequência (100% - 55 textos)
Mobilização total da população, dos trabalhadores e dos órgãos do governo	60% - 33 textos
Ações do Estado Novo em função da guerra	34,54% - 19 textos
Necessidade de produção e de industrialização	32,72% - 18 textos
Qualidades do Estado Novo	30,90% - 17 textos
Necessidade de união dos brasileiros acima das divergências	25,45% - 14 textos
A guerra moderna é total.	20% - 11 textos
Mobilização econômica	20% - 11 textos
O auxílio mútuo eficiente do Brasil com os Aliados	20% - 11 textos
O pós-guerra e o futuro do Brasil	18,18% - 10 textos
Elogios a Vargas em relação à sua forma de guiar o Brasil	12,72% - 7 textos
Necessidade de união continental na guerra e no pós-guerra	14,54% - 8 textos
O Brasil é um país pacífico que foi arrastado para a guerra.	12,72% - 7 textos
O exército se confundia com o povo sendo um só bloco.	10,90% - 6 textos
As agressões do Eixo ao Brasil despertaram a fúria do povo.	9,09% - 5 textos
As forças armadas foram bem equipadas pelo Estado Novo.	9,09% - 5 textos
Brasil pioneiro do pan-americanismo e amigo tradicional dos EUA	7,25% - 4 textos
O Brasil estava unindo as armas aos aliados e enviaria tropas para a guerra.	9,09% - 5 textos
A conduta invariável do Brasil em relação à guerra	5,45% - 3 textos
A situação do Brasil antes de 1930	7,27% - 4 textos
As conseqüências das guerras para fortificar os povos	5,45% - 3 textos
Sobre como e por que o Brasil entrou na guerra.	3,63% - 2 textos
Os homens deviam ser selecionados por critérios rigorosamente funcionais.	1,81% - 1 texto
A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial	10,90% - 6 textos

QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS DA CATEGORIA DISCURSO MILITAR

DISCURSO MILITAR IDEIAS COMUNS AOS TEMAS	
As ações do Estado Novo para as forças armadas e para a sociedade	
Exército	20% - 2/10 textos
Marinha	37,5% - 3/8 textos
Aeronáutica	80% - 4/5 textos
F. A. em geral	80% - 4/5 textos
As funções, a importância e as qualidades das F.A.	
Exército	40% - 4/10 textos
Marinha	100% - 8/8 textos
Aeronáutica	80% - 4/5 textos
F. A. em geral	80% - 4/5 textos
Importância de cada uma delas para a guerra	
Exército	50% - 5/10 textos
Marinha	37,5% - 3/8
Aeronáutica	20% - 1/5 texto
F. A. em geral	---
Cooperação Brasil – EUA/ Aliados	
Exército	50% - 5/10 textos
Marinha	25% - 2/8 textos
Aeronáutica	40% - 2/5 textos
F. A. em geral	---
Guerra total (envolvimento de toda a sociedade no esforço de guerra)	
Exército	20% - 2/10 textos

Marinha	12,5% - 1/8 texto
Aeronáutica	---
F. A. em geral	60% - 3/5
Necessidade da industrialização para melhorar as forças armadas brasileiras	
Exército	20% - 2/10 texto
Marinha	37,5 - 3/8 textos
Aeronáutica	20% - 1/5 texto
F. A. em geral	20% - 1/5 texto
Sobre como e por que ocorreu o envolvimento do Brasil na Guerra.	
Exército	10% - 1/10 texto
Marinha	25% - 2/8
Aeronáutica	20% - 1/5 texto
F. A. em geral	---
A guerra oportunizou desenvolvimento material e moral do Brasil.	
Exército	---
Marinha	---
Aeronáutica	20% - 1/5 textos
F. A. em geral	20% - 1/5 textos
A situação das forças armadas antes de 1930	
Exército	20% - 2/10 textos
Marinha	25% - 2/8 textos
Aeronáutica	---
F. A. em geral	---

IDEIAS ESPECÍFICAS DE CADA TEMA	
Forças Armadas em geral	
O pan-americanismo era um imperativo vital para todo o Continente.	20% - 1/5 textos
Marinha	
Os trabalhadores da marinha eram homens bravos, patrióticos e devotados ao trabalho.	37,5% - 3/8 textos
Exército	
A importância da imprensa para a divulgação e a explicação das ações do exército para a opinião pública.	10% - 1/10 texto
A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial	30% - 3/10

IDEIAS	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	F. A. EM GERAL
As ações do Estado Novo para as forças armadas e para a sociedade	37,5% - 3/8 textos	20% - 2/10 textos	80% - 4/5 textos	80% 4/5 textos
As funções, a importância e as qualidades das F.A.	100% - 8/8 textos	40% - 4/10 textos	80% - 4/5 textos	80% - 4/5textos
Importância de cada uma delas para a guerra	37,5% - 3/8	50% - 5/10 textos	20% - 1/5 texto	
Cooperação Brasil – EUA/ Aliados	25% - 2/8 textos	50% - 5/10 textos	40% - 2/5 textos	
Guerra total (envolvimento de toda a sociedade no esforço de guerra)	12,5% - 1/8 texto	20% - 2/10 textos		60% - 3/5
Necessidade da industrialização para melhorar as forças armadas brasileiras	37,5 – 3/8 textos	20% - 2/10 texto	20% - 1/5 texto	20% - 1/5 texto
Sobre como e por que ocorreu o envolvimento do Brasil na Guerra.	25% - 2/8	10% - 1/10 texto	20% - 1/5 texto	
A guerra oportunizou desenvolvimento material e moral do Brasil.			20% - 1/5 textos	20% - 1/5 textos
A situação das forças armadas antes de 1930	25% - 2/8 textos	20% - 2/10 textos		

APÊNDICE G**FREQUÊNCIA TOTAL DAS IDEIAS NA CATEGORIA 'DISCURSO MILITAR'**

IDEIAS	Frequência (100% - 28 textos)
As funções, a importância e as qualidades das F.A.	71,42% - 20 textos
As ações do Estado Novo para as forças armadas e para a sociedade	46,42% - 13 textos
Cooperação Brasil – EUA/ Aliados	32,14% - 9 textos
Importância de cada uma delas para a guerra	32,14% - 9 textos
Necessidade da industrialização para melhorar as forças armadas brasileiras	25% - 7 textos
Guerra total (envolvimento de toda a sociedade no esforço de guerra)	21,42% - 6 textos
Sobre como e por que ocorreu o envolvimento do Brasil na Guerra.	14,28% - 4 textos
A situação das forças armadas antes de 1930	14,28% - 4 textos
Os trabalhadores da marinha eram homens bravos, patrióticos e devotados ao trabalho.	10,71% - 3 textos
A guerra oportunizou desenvolvimento material e moral do Brasil.	7,14% - 2 textos
O pan-americanismo era um imperativo vital para todo o Continente.	3,57% - 1 texto
A importância da imprensa para a divulgação e a explicação das ações do exército para a opinião pública.	3,57% - 1 texto
A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial	10,71% - 3 textos

QUANTIFICAÇÃO DOS DADOS DA CATEGORIA POLÍTICA EXTERNA

**POLITICA EXTERNA
IDEIAS COMUNS AOS TEMAS**

O papel de destaque da diplomacia brasileira na América

A postura da política do Brasil na América 36,36% - 4/11 textos

História da política externa brasileira 30% - 3/ 10 textos

A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos 16,66% - 1/6 textos

A postura do Brasil na II Guerra ---

O Brasil apresenta coerência e tradição na sua política externa em relação à guerra e à solidariedade continental.

A postura da política do Brasil na América 63,63% - 7/11 textos

História da política externa brasileira 30% - 3/10 textos

A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos 66,66% - 4/6 textos

A postura do Brasil na II Guerra 50% - 3/6 textos

O Brasil nunca declarou uma guerra, aceitou as guerras impostas, apesar de ser pacífico.

A postura da política do Brasil na América 18,18% - 2/11 textos

História da política externa brasileira 30% - 3/10 textos

A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos ---

A postura do Brasil na II Guerra 50% - 3/6 textos

Elogios a Vargas na condução da política externa Brasileira e na preparação do Brasil para a guerra

A postura da política do Brasil na América 27,27% - 3/11 textos

História da política externa brasileira 30% - 3/10 textos

A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos	---
A postura do Brasil na II Guerra	50% - 3/6 textos
Brasil e EUA eram unidos pelos laços de uma amizade secular e tradicional.	
A postura da política do Brasil na América	27,27% - 3/11 textos
História da política externa brasileira	80% - 8/10 textos
A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos	---
A postura do Brasil na II Guerra	16,66% - 1/6 textos
O imperativo da união americana na guerra e no pós-guerra (solidariedade e cooperação mútua para a defesa e crescimento)	
A postura da política do Brasil na América	54,54% - 6/11 textos
História da política externa brasileira	---
A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos	83,33% - 5/6 textos
A postura do Brasil na II Guerra	33,33% - 2/6 textos
A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial	
A postura da política do Brasil na América	---
História da política externa brasileira	20% - 2/10 textos
A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos	---
A postura do Brasil na II Guerra	33,33% - 2/6textos
O Brasil deixou bem explícita sua posição em face à guerra.	
A postura da política do Brasil na América	27,27% - 3/11 textos
História da política externa brasileira	---
A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos	33,33% - 2/6 textos
A postura do Brasil na II Guerra	66,66% -4/6 textos
Sobre como e por que ocorreu o envolvimento do Brasil na guerra.	
A postura da política do Brasil na América	27,27% - 3/11 textos

História da política externa brasileira	---
A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos	---
A postura do Brasil na II Guerra	66,66% - 4/6 textos
A ação do governo foi sancionada por toda a nação através de reações populares em todo o país.	
A postura da política do Brasil na América	9,09% - 1/11 textos
História da política externa brasileira	10% - 1/10 textos
A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos	---
A postura do Brasil na II Guerra	50% - 3/6 textos

IDÉIAS ESPECÍFICAS DE CADA TEMA	
A postura da política do Brasil na América	
A cooperação entre o Brasil e os EUA	18,18% - 2/11 textos
O Brasil era bom vizinho de todos os países americanos.	27,27% - 3/11 textos
Definição do Estado Novo	27,27% - 3/11 textos
A independência entre a política externa e interna do Brasil	36,36% - 4/11 textos
A postura do Brasil na II Guerra	
As ações internas do governo após ter aceitado o estado de beligerância.	16,66% - 1/6 textos
Justificativas para criar a FEB	16,66% - 1/6 textos
A III Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos	
A neutralidade representava ao país vulnerabilidade diante do hitlerismo e uma atitude inexistente, pois todo país neutro favorecia um dos lados no conflito.	50% - 3/6 textos
A Conferência atingiu grande êxito na sua dura missão, inclusive porque a solidariedade americana, mais do que nunca, reaparece firme nas decisões políticas e econômicas da III Reunião — além de ter transformado uma utopia em realidade e de ter sido a afirmação histórica da imortalidade da democracia.	50% - 3/6 textos

IDEIAS	A postura do Brasil na América	História da política externa brasileira	A III Reunião	A postura do Brasil na Guerra
O papel de destaque da diplomacia brasileira na América	36,36% - 4/11 textos	30% - 3/10 textos	16,66% - 1/6 textos	
O Brasil apresenta coerência e tradição na sua política externa em relação à guerra e à solidariedade continental.	63,63% - 7/11 textos	30% - 3/10 textos	66,66% - 4/6 textos	50% - 3/6 textos
O Brasil nunca declarou uma guerra, aceitou as guerras impostas, apesar de ser pacífico.	18,18% - 2/11 textos	30% - 3/10 textos		50% - 3/6 textos
Elogios a Vargas na condução da política externa Brasileira e na preparação do Brasil para a guerra	27,27% - 3/11 textos	30% - 3/10 textos		50% - 3/6 textos
Brasil e EUA eram unidos pelos laços de uma amizade secular e tradicional.	27,27% - 3/11 textos	80% - 8/10 textos		16,66% - 1/6 textos
O imperativo da união americana na guerra e no pós-guerra (solidariedade e cooperação mútua para a defesa e crescimento)	54,54% - 6/11 textos		83,33% - 5/6 textos	33,33% - 2/6 textos
A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial		20% - 2/10 textos		33,33% - 2/6textos
O Brasil deixou bem explícita sua posição em face à guerra.	27,27% - 3/11 textos		33,33% - 2/6 textos	66,66% -4/6 textos
Sobre como e por que ocorreu o envolvimento do Brasil na guerra	27,27% - 3/11 textos			66,66% - 4/6 textos
A ação do governo foi sancionada por toda a nação através de reações populares em todo o país.	9,09% - 1/11 textos	10% - 1/10 textos		50% - 3/6 textos

FREQUÊNCIA TOTAL DOS ASSUNTOS NA CATEGORIA POLÍTICA EXTERNA

IDEIAS	Frequência (100% - 33 textos)
O Brasil apresenta coerência e tradição na sua política externa em relação à guerra e à solidariedade continental.	51,51% - 17 textos
O imperativo da união americana na guerra e no pós-guerra (solidariedade e cooperação mútua para a defesa e crescimento)	39,39% - 13 textos
Brasil e EUA eram unidos pelos laços de uma amizade secular e tradicional.	36,36% - 12 textos
Elogios a Vargas na condução da política externa brasileira e na preparação do Brasil para a guerra	27,27% - 9 textos
O Brasil deixou bem explícita sua posição em face à guerra.	27,27% - 9 textos
O Brasil nunca declarou uma guerra, aceitou as guerras impostas, apesar de ser pacífico.	24,24% - 8 textos
O papel de destaque da diplomacia brasileira na América	24,24% - 8 textos
Sobre como e por que ocorreu o envolvimento do Brasil na guerra.	21,21% - 7 textos
A independência entre a política externa e interna do Brasil	12,12% - 4 textos
A Conferência atingiu grande êxito na sua dura missão, inclusive porque a solidariedade americana, mais do que nunca, reaparece firme nas decisões políticas e econômicas da III Reunião – além de ter transformado uma utopia em realidade e de ter sido a afirmação histórica da imortalidade da democracia.	9,09% - 3 textos
A neutralidade representava ao país vulnerabilidade diante do hitlerismo e uma atitude inexistente, pois todo país neutro favorecia um dos lados no conflito.	9,09% - 3 textos
A relevância da participação do Brasil na II Guerra Mundial.	12,12% - 4 textos
Definição do Estado Novo	9,09% - 3 textos
O Brasil era bom vizinho de todos os países americanos.	9,09% - 3 textos
A ação do governo foi sancionada por toda a nação através de reações populares em todo o país.	12,12% - 4 textos
A cooperação entre o Brasil e os EUA	6,06% - 2 textos
As ações internas do governo após ter aceitado o estado de beligerância.	3,03% - 1 texto
Justificativas para criar a FEB	3,03% - 1 texto